

Manuel da Silva

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique


CHIADO
CINEMA

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

MANUEL DA SILVA

KAPALAUTSI

MEMÓRIA DOS ÚLTIMOS DOIS ANOS DE GUERRA EM
MOÇAMBIQUE

CHIADO

Books



Nº EB109

1ª Edição: outubro 2022

Revisão: Manuel da Silva (autor)

**Em Portugal, este livro pode ser comprado/encomendado nas seguintes livrarias:
GRUPO EDITORIAL ATLÂNTICO/Chiado Books; FNAC; WOOK; PORTO EDITORA;
BERTRAND; etc**

Portugal | Brasil | Angola | Cabo Verde

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



INTRODUÇÃO

KAPALAUTSI é o título de um livro de memórias, mas sobretudo um livro didático que ajuda a compreender a guerra em si e também os perigos a que estavam sujeitos os nossos militares. Através da sua leitura é possível compreender o processo de formação e de atuação no terreno de um oficial miliciano do exército português pertencente ao universo dos ex-combatentes das forças armadas portuguesas que foram recrutados em Moçambique para lutarem contra o movimento nacionalista numa guerra que começou para si em meados do ano de 1972 e que terminou em finais do ano de 1974, período este que corresponde precisamente ao derradeiro período de guerra na história de Portugal em Moçambique.

Dei o título de Kapalautsi ao livro, porque é o nome de uma povoação moçambicana (da província de Tete) que visitei em criança e que quer dizer no dialeto Nhúngue “o local de onde se veem ao longe as luzes das fogueiras que ardem ao ar livre.”



A PÁTRIA
HONRAI



QUE A PÁTRIA
VOS
CONTEMPLA

1 ESCOLA DE APLICAÇÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, EAMM (CADETE: Recruta e Especialidade de Atirador de Infantaria)

BOANE: de 16 julho de 1972 a novembro de 1972

2 CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GRUPOS ESPECIAIS, CIGE (CIGEP) Alferes Miliciano GEP, comandante do GEP008

DONDO: de novembro de 1972 a fevereiro de 1973

LOCAL:

MUNGARI: de fevereiro de 1973 a junho de 1973:

Tirocinio de Manuel da Silva, Alferes Miliciano GEP (com GEP 007), nomeado Comandante do GEP 008

LOCAIS:

INHASSALALA: de junho a outubro de 1973:

Manuel da Silva, Alferes Miliciano GEP; Comandante do GEP 008

SABONDO: de outubro de 1973 a janeiro de 1974:

Manuel da Silva, Alferes Miliciano GEP; Comandante do GEP 008

VILA MANICA e

VILA PERY: de janeiro a março de 1974:

Manuel da Silva, Alferes Miliciano GEP; Comandante do GEP 008

(NAMPULA: Punição 10 dias de prisão disciplinar agravada)

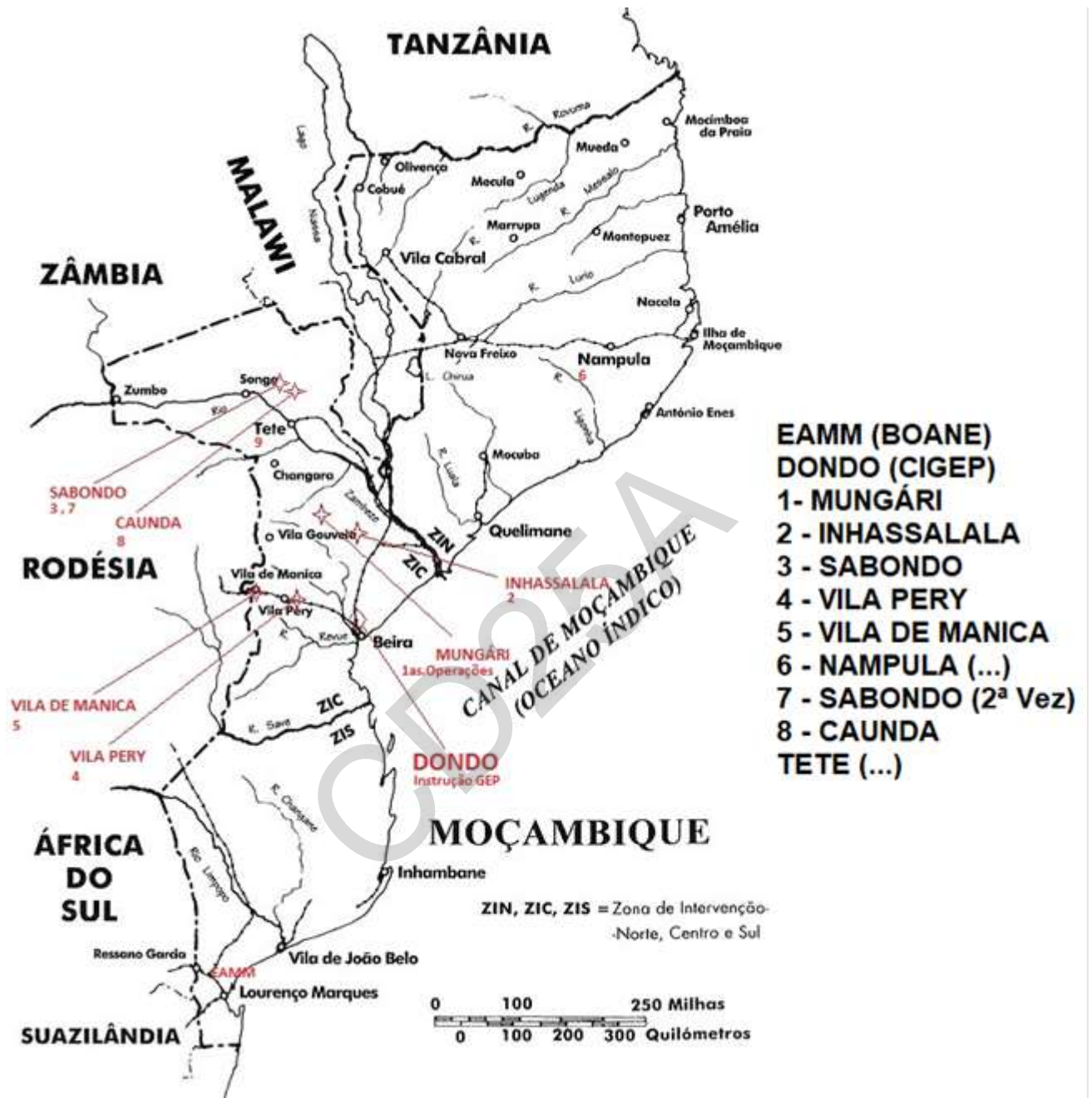
3 3ª. COMPANHIA DO B.CAÇ. 15 - Alferes Miliciano Atirador de Infantaria, comandante de Pelotão

SABONDO (2ª vez): de março de 1974 a 01 novembro de 1974

(TETE – Quartel da Polícia Militar (PM): Punição correspondente a 10 dias de prisão disciplinar agravada (os meus últimos 10 dias do meu tempo total de serviço militar: 2 anos, 3 meses e 15 dias)

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Locais mais importantes que percorri, como combatente, durante o meu serviço militar obrigatório

CD25A

CAPÍTULO 1

DÉCADA DE 60 (1963)

“KAPALAUTSI”



O Reis da Chiúta, insistia: “Sr. José Francisco! O senhor tem que ir; o senhor não vai ter problema nenhum, porque a picada leva-o à minha porta. Quando encontrar uma tabuleta em forma de seta com a inscrição “Kapalautsi” é virar à esquerda e depois vai ter que percorrer somente mais 10 quilómetros”.

Tudo tinha ficado acordado no *Café Dominó*, em Tete.

“Está bem, vou”. Respondeu o meu avô.

No dia apazado todos acordaram cedo lá em casa, mas por ironia a partida foi tardia. Todos encontraram a sua justificação: A avó, porque teve de ir à mercearia. O avô, porque teve de aprontar a bagageira do Volkswagen.

Nós, os dois netos, porque tivemos de ir à bomba da gasolina encher dois jerricãs de combustível de reserva que o avô colocou sobre a bagageira.

Ainda me lembro do ensaio dos piscas, uns apêndices que caíam dos lados.

Um trabalho que deveria ter sido feito de véspera foi adiado para a hora da partida. Na verdade, a partida foi tardia, mas nada mais havia a fazer, porque as débeis justificações estavam encontradas. Só que este atraso, viria a traduzir-se num verdadeiro quebra-cabeças como à frente se verá.

Kapalautsi era uma povoação que se abastecia da cantina do Reis e ficava para os lados da serra que dava o seu nome à circunscrição da Chiúta na qual se inseria Kapalautsi.

Era um sábado e lá fomos para Kapalautsi.

A primeira etapa fazia-se entre Moatize e o Matundo, esta povoação está situada em frente de Tete, na margem esquerda do Zambeze.



Naquele tempo ir de Moatize ao Matundo era ter de percorrer cerca de 18 km sob uma forte trepidação, pois a estrada era feita de pedra com uma espécie de paralelepípedos dispostos de uma forma muito irregular.

Nas cartas geográficas, aquela estrada aparecia como estrada de primeira classe e na verdade era a principal via que ligava a Federação das Rodésias (hoje Zimbabué e Zâmbia) à Niassalândia (hoje Malawi), onde circulavam muitos e enormes camiões transportando contentores de uns países para os outros. Na verdade Moçambique era um território muito sacrificado. Tanto assim, que o governo não se cansava de reclamar de tempos a tempos a comparticipação daquela federação nas obras de beneficiação da referida estrada que começava algures na fronteira em Changara e terminava por alturas de Blantyre junto da fronteira, mas do lado da Niassalândia.

Uma vez chegados ao Matundo nós virávamos à direita e continuávamos para oeste paralelamente ao grande rio Zambeze passando a circular numa

outra via, de terra batida, que nos conduzia ao desconhecido, pois que para todos nós era a primeira vez que nos aventurávamos a viajar para aquelas paragens.

Pelas características, aquela estrada era apenas um pouco melhor do que o tipo de estrada a que vulgarmente se chamava picada.

“Nelito escreve aí os km do carro para nosso controlo. Lá para a frente vamos fazer umas contas para avaliar quantos km nos vai faltar percorrer até à casa do Reis em Kapalautsi”.

“Sim avô!” Respondi eu.

E lá fomos a passo de caracol. O velhote parecia receoso pelo Volkswagen, pois estava com pena de o ter levado a andar por caminhos tão estranhos e pouco cuidados.

Quando merecíamos estar a chegar à casa do Reis, eis que descobrimos pelos quilómetros percorridos que seguíamos num percurso errado.

Quem conhece a província de Tete sabe bem que o percurso que devia ter sido corretamente tomado começava no Matundo depois passava-se ao Mavúzi, a seguir seguia-se pela base do monte Inhacapiriri, pela aldeia de Caunda e finalmente passar-se-ia à Chiúta.

A partir da Chiúta a estrada segue pelo Sabondo, Bene e termina na fronteira com a Zâmbia, sendo Cassacatiza o posto moçambicano da província de Tete situado na sua fronteira com a Zâmbia.

O nosso erro foi que junto ao monte Inhacapiriri deixámos a estrada certa, paralela ao rio Zambeze, e movemo-nos para norte no sentido da Massamba, Cazula, Matenge, Furancungo, portanto a caminho do Planalto da Angónia.

Naqueles tempos (anos 60) não havia telemóveis. Sabemos, não é? A linha telefónica estabelecida ao longo da picada (sabe Deus como!), parecia estar exclusivamente destinada aos postos telefónicos das diversas administrações espalhadas pelo sertão.

Mais tarde, viemos a saber pelo próprio que o nosso atraso começava a preocupar o Reis e que este começava a mover-se de um lado para o outro, pensando que poderíamos ter passado além do cruzamento e que, viríamos a Kapalautsi pelo lado oposto, como viria a acontecer.

O inimigo era somente o estado da picada. Na verdade, os povos nativos eram extraordinários, de uma humildade extrema, pois que, embora com a viatura em movimento, nos cumprimentavam com uma vénia e tiravam o chapéu à nossa passagem [como sabemos, o gesto de levantar ou tirar o chapéu é um ato de respeito para com os superiores]. Depois, lá se ficavam com a nossa ingratidão involuntária, agarrados aos olhos no meio de uma enorme nuvem de poeira e eu, assistia a tudo aquilo com muita pena.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Afinal, tudo parecia evoluir de uma forma absolutamente natural. O carro produzia poeira e a poeira fazia parar o ciclista. Afligimo-nos, mas não havia remédio.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

Naqueles primeiros anos da década de 60 nós, portugueses, podíamos percorrer livremente a província de Tete de lés-a-lés. Ainda não havia qualquer indício da guerra que a FRELIMO iria desencadear mais tarde. O verdadeiro inimigo do viajante eram as pontes de madeira; algumas em muito mau estado, os furos nos pneus, ou as avarias, e também os animais selvagens que muitas vezes chocavam com as viaturas.

O Reis residia na sua cantina em Kapalautsi e era aí que nos devia esperar como combinado. Isto traduzia-se ter que sair da estrada principal Tete - Cassacatiza e entrar numa outra picada, bem pior, e andar 10 km apontados ao rio Zambeze.

Para facilitar a identificação do cruzamento o Reis prometeu pregar uma tabuleta numa árvore a apontar para Kapalautsi.



De noite, por alturas da Massamba numa zona pedregosa e de mata cerrada, o meu avô parou o Volkswagen junto a um jovem moçambicano que se deslocava de bicicleta, sem luz, que parou e respondeu a medo. “A Chiúta, fica muito longe patrão. Não é para aqui. Tem que voltar para trás”.



“Obrigado!” Respondemos todos à uma. Estávamos ansiosos de saber qual o rumo que estávamos a levar.

“Eu não te disse Nazaré (minha avó), era lá atrás. E tu a dizeres-me que eu deveria seguir para a direita, quando eu deveria ter seguido em frente. Não posso acreditar!”

“Avó, estamos perdidos?” Respondeu o meu avô: “Não há que ter medo, temos gasolina e não me venham dizer que têm medo dos coelhos e dos cabritos do mato”.

“Como vamos encontrar nós a tabuleta do Reis pregada a uma árvore com estas luzes a rasar o solo?” Perguntava a minha avó. Respondeu o meu avô: “Eu devia antes perguntar-te, porque viemos tão tarde para este sertão desconhecido, quando afinal eu estava pronto a partir ao meio da manhã”.

Serralheiro-mecânico da Camionagem Automóvel dos Caminhos de Ferro de Moçambique CFM, em Moatize, o meu avô materno tinha ido para África antes de eu ter nascido. Sempre o tomei carinhosamente como uma espécie de aventureiro. Era como o seu pai, o meu bisavô, que também andou nas campanhas de Mouzinho, no sul. E naquela noite estava a confirmar-me isso mesmo. Um aventureiro. Mas a viagem em si estava a tornar-se para nós crianças uma grande seca.



Nesta fotografia encontra-se em 2º plano o neto (eu) entre os avós (citados no texto). Estando de pé a minha tia Conceição e de cócoras o meu primo Lucílio à esquerda

Depois da correção, lá fomos para Kapalautsi. Obviamente que não estão a pensar numa rua com postes de electricidade iluminada de um lado e do outro. Agora não me perguntem como, nem porquê. Lembro-me apenas de estarmos a percorrer o caminho em sentido contrário àquele que o Reis tinha

descrito no Dominó como sendo o acesso natural ao seu povoado. Quando vislumbrámos a luz do petromax do Reis, já tínhamos passado ao largo, bem longe, pela Chiúta e batido à porta de uma enorme palhota onde fomos atendidos não por um moçambicano, mas por um português (imagine-se, um homem branco nos confins do mundo!), que nos ensinou como voltar para trás e ir pela picada de regresso, ao encontro do Reis, que ele tão bem conhecia.

Agora pasmem! A umas escassas de centenas de metros da cantina do Reis, ainda na savana e numa extensa zona plana, fomos surpreendidos por centenas de coelhos e um ou outro antílope que ficavam momentaneamente parados, pela cegueira causada pela presença dos faróis do carro. O meu avô ficou tão feliz que parou e saltou imediatamente para o lado de espingarda em punho e aos tiros.

Quantos coelhos caíram? Imaginem!

No dia seguinte, domingo, que eu tanto desejava passá-lo a brincar e a contemplar aquela extraordinária paisagem das serranias da Chiúta, tive que ficar com a avó a ajudar a preparar o churrasco ao qual se associaram alguns nativos, amigos do Reis.

Uma recepção em beleza, e um domingo inesquecível, apesar daquela pequena contrariedade de ter que ajudar a avó. Céu azul, temperatura amena, ar puro. É assim a região da Chiúta, cujo nome vem da enorme serra que tapava as vistas que se poderia ter do Zambeze a partir da cantina do Reis (construída sobre um monte).

O regresso a Moatize foi bem melhor. O Reis veio conosco até ao cruzamento quase de propósito para mostrar a tabuleta com a inscrição “Kapalautsi”, que na verdade tinha ficado bem visível, em lugar de destaque, pregada num embondeiro, mas que ninguém de nós vira na ida.

CD25A

CAPÍTULO 2

DÉCADA DE 70 (1973)

“ZANGAIA”

Deixem-me agora que vos diga, com alguma tristeza, sublinhe-se: Cerca de 10 anos depois, já na década de 70, voltei a Kapalautsi na qualidade de militar, comandante de um grupo de intervenção (GEP008). Não encontrei Kapalautsi, mas o embondeiro ainda estava lá no cruzamento. Quanto ao local outrora chamado Kapalautsi aparecia na carta militar que eu empunhava com o nome de aldeamento de Zangaia.

O embondeiro estava esplêndido, imóvel, centenário e imponente. São muitos adjetivos, eu sei. Mas perante ele nada pensei, nada verbalizei, ele remeteu-me ao silêncio do respeito.

Os régulos dizem que os embondeiros já nascem velhos e talvez tenham razão. No meio da savana contemplam o mundo com o vagar da experiência, económicos em gestos: não se agitam ao vento e só têm folhas na altura devida. Florescem apenas durante uma noite no ano inteiro, porque têm tempo, têm muito tempo. A sua vida pode chegar aos seis mil anos. De certa forma, são árvores da Criação: nasceram com o mundo, já velhas e sábias. Lá diz o provérbio “a Sabedoria é como o tronco do embondeiro. Uma só pessoa não o consegue abarcar”.

Embondeiro, imbondeiro ou baobá – podem ser chamados de forma diferente em Moçambique, Angola, Senegal (é o símbolo nacional), Madagáscar ou mesmo no Brasil, para onde foram levados pelos escravos. Mas onde estejam, marcam a paisagem e inspiram lendas. Uma dessas histórias conta que se um morto for sepultado dentro de um embondeiro, a sua alma viverá enquanto a planta existir. Outra lenda africana conta que o embondeiro, por ter inveja das outras árvores, foi castigado pelos deuses e posto de cabeça para baixo. Os árabes contam algo parecido, dizem que o “Diabo desenterrou o embondeiro, enfiou os ramos na terra e deixou as raízes no ar”.

Lembrando-me dele, compreendo o porquê destas histórias. O tronco bojudo, os galhos retorcidos que mais parecem raízes, os frutos secos que pendiam enormes, o contraste da árvore com os tons do pôr do sol que evoca um teatro de sombras.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

Este tronco é abençoado, pode armazenar milhares de litros de água, daí resistir a grandes períodos de seca. Pode servir de abrigo, de loja, celeiro e até de sepultura. Numa das narrativas de Mia Couto, o embondeiro – metáfora da resistência contra a força colonizadora – serve de abrigo às personagens fatigadas.

Podia falar das maravilhosas propriedades (medicinais e afrodisíacas) da múcua, o fruto do embondeiro, que é a nova descoberta da medicina ocidental. Haverá mais de 80 investigações em curso para estudar as muitas propriedades desta árvore que habita a paisagem, a história e a mitologia de Moçambique e do continente africano em geral.

Mas a magia desta árvore reside na sua narrativa. Ela sussurra-nos África, aquela dos mercados coloridos e barulhentos, dos panos de cores garridas, das mãos que transportam crianças nas costas. Conta-nos daquela África de sol escaldante e chuvas torrenciais, de terra vermelha e casas de adobe, em perfeita harmonia com a natureza. Ela mostra-nos aqueloutra África com crianças de sorrisos abertos e olhos esperançosos. Quando se passa parece que se evola do vegetal gigante uma aura tranquila e protetora, como se nos visse e nos cedesse um mínimo da sua alma de tempo.



Depois da magia contada sobre o embondeiro, voltamos ao Reis (o tal muzungo de Kapalautsi; o homem da tabuleta). Pois o Reis (que tantas saudades nos deixou pela sua simpatia e espírito empreendedor) tinha abandonado a cantina, porque perdeu uma perna numa mina traiçoeira colocada na picada.

A sua cantina tornou-se o refeitório do meu Grupo de combate. Pela sua localização bem exposta aos ataques do inimigo, um autêntico alvo em cima de um monte, optei por dormir na sua base dentro de uma tenda de campanha quase encostada a uma escola primária (uma grande palhota construída com troncos de árvore bem robustos que até nos poderiam servir de defesa em caso de ataque do inimigo).

A planície dos coelhos acima descrita passou a ser uma pista militar para pequenos aviões e helicópteros que nos traziam munições e mantimentos, além de nos transportarem às bases do inimigo.

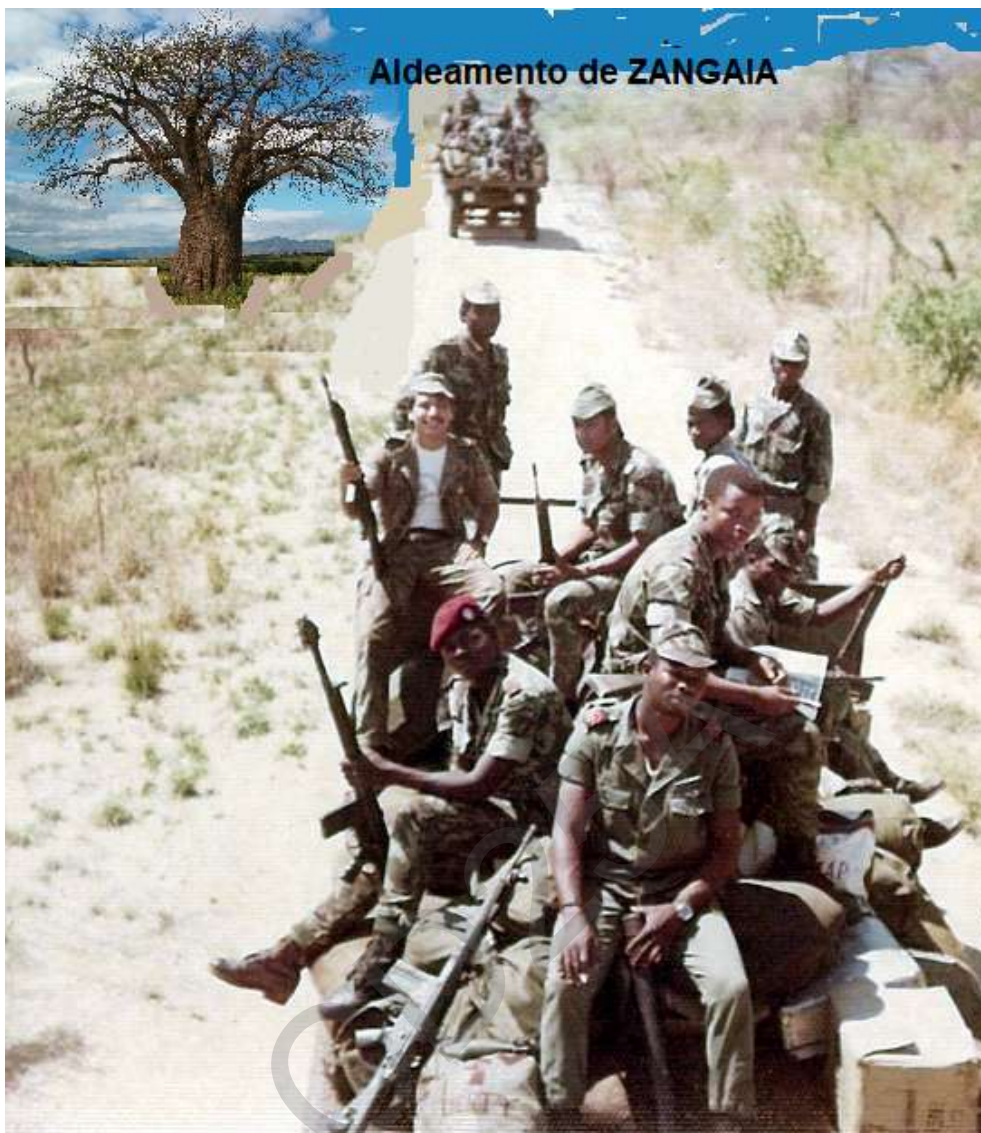
A pista separava-nos. O aldeamento de Zangaia estava de um lado da pista. Por sua vez, o nosso Destacamento, a Escola e a velha cantina do Reis, encontravam-se no lado oposto.

No entanto nunca me esquecerei que no primeiro dia, quando a coluna de viaturas nos transportava àquele local, fiz muita questão que o grupo de picadores fizesse o seu trabalho até dentro do aldeamento. Todavia, foi-me observado que já não valia a pena continuar a picar, pois separávamo-nos apenas um rio quase seco, cujas pedras e areias eram permanentemente pisadas pelos animais domésticos e pela população, que só por si já eram bons motivos para se pensar que não havia minas a partir daquele ponto. Não aceitei e fiz questão de que o grupo de picadores fosse rendido. O novo grupo avançou a picar em direção ao aldeamento e uns passos à frente localizou uma mina anti-carro. Como era normal, procedemos imediatamente à sua neutralização, remoção e destruição. Na verdade, tratava-se de uma mina que tinha por baixo uma bomba das lançadas pelos nossos aviões e que não tinha explodido. Foi a primeira e única vez que tive um contacto direto com minas colocadas nas picadas. Aquela estava destinada a fazer um enorme estrago. Safei-me, graças a Deus. O seu rebentamento foi de uma tamanha violência que se ouviu na sede de um batalhão situado a umas dezenas de quilómetros dali. Pela minha casmurrice mais uns motivos de simpatia e admiração colhi da parte dos meus camaradas de armas. Daquela vez acertei em cheio. Apesar de tudo, Zangaia, como base das nossas operações, deu-nos a oportunidade de desenvolver alguma perícia do ponto de vista militar, sobretudo na forma como eu conduzi o GEP008 e também a confiança que passei a sentir no cumprimento da minha missão. Ao percorrer as serranias que ladeavam o grande Zambeze, não me cansava de o apreciar. As águas que eu via correr naquela zona faziam-me lembrar Cahora Bassa e o futuro risonho que se esperava a partir da água corrente que um dia serviria para produzir energia hidroelétrica. Serranias altas e verdejantes encostadas ao céu azul, ar puro e sol brilhante com temperatura amena. Inesquecível, de facto. Por outro lado, aquela população mantinha uma excelente relação com os nossos militares, mas infelizmente ajudava o inimigo durante a noite no transporte de material de guerra (sem nós darmos por isso), e na colocação de minas como já vimos.

Sobre o transporte do material de guerra eu irei relatar minuciosamente a operação trágica que levou à morte de oito mulheres e que me causou uma enorme comoção na minha alma que ainda me persegue nos dias de hoje.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



CAPÍTULO 3

VASCO DA GAMA

(1498)

O DISCURSO DE BACO, DESCRITO POR CAMÕES N'OS LUSÍADAS



A viagem de Vasco da Gama em torno do Cabo da Boa Esperança em 1498 marcou a entrada portuguesa no comércio, política e cultura da região. Os portugueses conquistaram o controle da Ilha de Moçambique e da cidade portuária de Sofala no início do século XVI.

A área que hoje se integra na República de Moçambique foi reconhecida por Vasco da Gama em 1498 e em 1505 foi anexada pelo Império Português.

Os primeiros contatos dos portugueses no oceano Índico entre 1498 e 1505 foram, no entanto, marcados por conflitos. Os motivos eram tanto religiosos quanto económicos.

N'Os Lusíadas é o discurso de Baco, descrito por Camões, o primeiro lugar do confronto armado entre portugueses e africanos, na rota de Vasco da Gama. A passagem lusitana pela Ilha de Moçambique denuncia a extrema violência e covardia utilizadas pelos invasores europeus contra a indefesa população local. A escravidão assume outro significado com a chegada dos europeus a África. Não mais cativo por dívida ou por guerra, mas o africano era considerado uma “peça”, uma mercadoria. Vários grupos portugueses dominaram com exclusividade o tráfico de escravos nos dois lados do continente africano durante o século XVI. O primeiro contato dos portugueses com os africanos é assinado pelas armas dos “barões assinalados”. Enquanto Vénus zela pelo bem da gente lusitana, Baco entra em desespero, chegando a transformar o seu eterno rosto jovem em um “velho sábio”. O deus da metamorfose incorpora formas humanas na sua missão divina de alertar e preparar os africanos para a chegada dos exploradores.

Assumindo a forma “Dum mouro, em Moçambique conhecido, / Velho sábio, e co Xequê mui valido” (Lus. I, 77), Baco denuncia as verdadeiras intenções do fero lusitano. Muito embora Camões use adjetivos como falso, odioso, ou ainda enganoso ao referir-se ao deus Baco, este também acusa a gente lusitana de falsidade.

Mesmo que movido por razões particulares, Baco surge como uma voz divina a favor do povo conquistado, no caso os africanos. Ciente da determinação do Fado soprando a favor dos argonautas, Baco se torna um africano em seu discurso anticolonialista. Um “velho sábio” discursando contra a “vã cobiça” lusitana, não se manifesta somente na voz de Baco. O Velho do Restelo, cidadão português, referenda as palavras de Baco sobre as verdadeiras intenções dos portugueses, disfarçadas sob a capa do desejo de fama e de glória: “Já que nesta gostosa vaidade / Tanto enlevas a leve fantasia, / Já que à bruta cruêza e feridade / Puseste nome «esforço e valentia»” (Lus. IV, 99, 1-4). Seguindo a rota lusitana, na próxima parada em Mombaça, Baco se transforma em um cristão, com direito a altar, no intuito de atrair o Gama e toda a sua armada para uma cilada fatal. Não fosse a interferência de Vénus, que convoca as “alvas filhas de Nereu / [...] com todos juntamente se partia / Pera estorvar que a armada não chegasse / Aonde pera sempre se acabasse” (Lus. II, 18). Baco novamente não obtém êxito em sua perseguição aos “cristãos sanguinolentos”.

Francisco de Almeida e, a partir de 1509, o seu sucessor Afonso de Albuquerque seguiram a costa do oceano Índico construindo o império comercial do Estado da Índia, baseando-se na “superioridade estratégica das naus, canhões e homens de armas” (PINTO, 2013: 64) e usando a diplomacia para forjar alianças estratégicas com os muitos reinos locais. No ano de 1509, os portugueses derrotaram facilmente a frota muçulmana em Diu, mostrando que vieram para conquistar o monopólio comercial. Em 1510, Afonso de Albuquerque conquistou Goa, melhor lugar

estratégico para dominar o oceano Índico, tornando-se conseqüentemente a capital do Estado da Índia e competindo com Lisboa em tamanho e riqueza. Em 1511 foi a vez de Malaca, lugar geoestrategicamente importante por ser o ponto de encontro dos mercadores vindo da China, da Tailândia, das Filipinas e de Ceilão. Quem dominava Malaca, dominava o comércio vindo do Oceano Pacífico.

Pedro Álvares Cabral foi um fidalgo, comandante militar, navegador e explorador português, creditado como o descobridor do Brasil. Realizou significativa exploração da costa nordeste da América do Sul, reivindicando-a para Portugal. Foi nomeado para chefiar uma expedição à Índia em 1500, seguindo a rota recém-inaugurada por Vasco da Gama, contornando a África. O objetivo deste empreendimento era retornar com especiarias valiosas e estabelecer relações comerciais na Índia — contornando o monopólio sobre o comércio de especiarias, então nas mãos de comerciantes árabes, turcos e italianos. Aí sua frota, de 13 navios, afastou-se bastante da costa africana, talvez intencionalmente, desembarcando no que ele inicialmente achou tratar-se de uma grande ilha à qual deu o nome de Vera Cruz (Verdadeira Cruz) e a que Pêro Vaz de Caminha faz referência.

Fernão de Magalhães foi o navegador português que se notabilizou por ter encabeçado a primeira viagem de circum-navegação ao globo de 1519 até 1522, ao serviço da Coroa de Castela.

Tristão da Cunha (em inglês: Tristan da Cunha) é um arquipélago localizado no sul do Oceano Atlântico. É um dos três constituintes do território ultramarino britânico de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha. O Arquipélago de Tristão da Cunha é o território habitado mais remoto do mundo, sendo que a ilha principal do arquipélago (Ilha de Tristão da Cunha) é rodeada por penhascos. O arquipélago foi descoberto em 1506 pelo navegador português Tristão da Cunha, que deu o seu nome à ilha, mas que não pôde atracar devido aos penhascos de mais de 600 metros de altura. Tristão da Cunha foi mais tarde anglicizado para Tristan da Cunha, nome oficial da ilha em todas as línguas, excetuando-se o português.

Em 1513, os portugueses chegaram à China (Jorge Álvares).

Em 1515, a porção oriental, com capital em Díli, pertenceu a Portugal desde o século XVI, quando os primeiros mercadores e missionários portugueses aportaram à ilha de Timor em 1515, A porção ocidental da ilha de Timor, com capital em Kupang, pertence hoje à República da Indonésia.

Em 1518, Colombo na ilha de Ceilão (Taprobana, atual Sri Lanka) foi conquistado.

Em 1522 e 1525, duas expedições portuguesas realizadas nos mares da Indonésia no primeiro quartel do século XVI teriam atingido o território australiano.

A expedição de Cristóvão de Mendonça a partir de Malaca para o sul em busca das “ilhas de ouro” (1522), mas sobretudo a de Gomes de Sequeira (1525) que supostamente teria atingido a Península de York (território australiano).

Em 1542 chegaram ao Japão.

Em 1557 finalmente, os portugueses obtiveram Macau na China e arredondaram assim seu império oriental.

Na costa oriental africana, a perspectiva do comércio do ouro levou ao fundamento de feitorias em Sena e em Tete rio Zambeze acima (expedição Barreto/Homem 1570-75, Thornton, 2007: 153) e depois em Quelimane e Inhambane.

Ao mesmo tempo, Lourenço Marques explorou a baía que levava o seu nome até 1975. Estabeleceu postos de comércio e criou os “fundamentos para uma colónia permanente de portugueses” (MARQUES, 2012: 226).

Até meados do século XVI, os portugueses tinham se estabelecido ao longo de toda a costa africana, ocidental e oriental, dominavam o oceano Índico e o comércio oriental mediante fortalezas em pontos estratégicos como a Ilha de Moçambique, Sofala, Ilha de Socotorá, Ormuz no Golfo Pérsico, Goa e Cochim na costa ocidental do subcontinente indiano e Malaca na península malaia.

A fase dos grandes descobrimentos encerrou-se em meados do século XVI.

Hoje destacam-se diferenças e igualdades, em Portugal, em Moçambique e em qualquer País, embora cada um com as suas especificidades.

Fomos e seremos sempre diferentes uns dos outros.

Diferenças entre as pessoas, sempre existirão: diferenças educacionais, culturais, de carácter, de inteligência, profissionais, económicas, sociais, religiosas, políticas, etc.

Assim o impõe a natureza humana.

Mas podemos e devemos ser todos iguais: na dignidade, respeito, liberdade, justiça, oportunidades, direitos, deveres, etc.

Todos Diferentes, Mas Todos Iguais!

CAPÍTULO 4

A REVOLTA DO BÁRUÈ (1917)

A revolta de Bárúé (1917) serviu de impulso aos movimentos de resistência contemporâneos em prol da liberdade. E do ponto de vista da soberania, eles anteciparam a sua reconquista e o triunfo do nacionalismo africano.

A presença portuguesa na região do Zambeze, tanto como nas outras áreas, incomodavam os nativos, visto que eles viam os seus direitos alienados pelos portugueses.

Para ultrapassar este mal, vários povos de Barué lutaram para reprimir e expulsar todos os que os exploravam e humilhavam juntamente com os seus cúmplices, conforme dizia o lema de Nongue-Nongue, um dos macombes da revolta de Barué, durante a revolta.

Para isso, o macombe formou e usou três frentes de combate, cada uma com o seu objetivo:

– A 1ª frente liderada por Macossa um dos macombes que juntamente com o N'garu, tivera como missão capturar Sena e destruir as propriedades da Companhia de Moçambique (Manica e Sofala);

– A 2ª frente, liderada por Nongue-Nongue e o seu conselheiro Cuedzani, tivera como missão libertar a região de Mungári – Bárúè na província de Manica;

– E, finalmente a 3ª frente composta por forças Tauara e grupos A-Chicunda, com a missão de erradicar a presença portuguesa no Zumbo – Tete.

A luta não foi fácil, apesar de no início o êxito ser totalmente dos barks, visto que a preparação da guerra passou despercebida aos portugueses devido ao conflito que travavam com os alemães no norte de Moçambique.

Por volta de 1918-1920, os portugueses tomaram o controlo do conflito com honrosas campanhas militares, levadas a cabo por Manuel António de Sousa (Gouveia) e João de Azevedo Coutinho e outros que levaram os macombes a refugiarem-se na Rodésia do Sul (Zimbábwe), onde foram desarmados.

Apesar do triunfo dos portugueses, as revoltas dos barks serviu de impulso ou mesmo de ensaio aos movimentos de resistência contemporâneos em prol da liberdade e, do ponto de vista da soberania, eles anteciparam a sua reconquista e o triunfo do nacionalismo africano concretizados através das independências. Depois de mais de quatro séculos de domínio português, Moçambique tornou-se independente em 25 de junho de 1975, transformando-se na atual República de Moçambique.

Enquanto que a guerrilha já se batia com as tropas portuguesas desde 1961, em Angola, e desde 1963, na Guiné, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) deu início a uma campanha de guerrilha, contra o governo português, tendo sido a última das colónias portuguesas em África a entrar em guerra. Só em setembro de 1964 é que chegámos a vias de facto em Moçambique, tomando-se como referência o ataque da FRELIMO ao Posto Administrativo do Chai, em Cabo Delgado.

A Tanzânia foi o país que sempre apoiou os guerrilheiros moçambicanos e foi, por essa razão, que a linha de fronteira entre os dois países se transformou no primeiro teatro de guerra entre as partes beligerantes.

Como o primeiro campo de treino da FRELIMO se situava em Bagamoyo, cidade costeira da Tanzânia que fica situada a norte de Mocímboa do Rovuma, foi naturalmente devido a esta aproximação que a guerra surgiu em Moçambique pelo distrito de Cabo Delgado, na zona de Mueda. Juntamente com os outros dois conflitos já iniciados em outras colónias portuguesas de África Ocidental Portuguesa (Angola) e da Guiné Portuguesa, este entrave político tornou-se parte da chamada **Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974)**. Todavia, esta Guerra ainda teve mais três designações: **Guerra de Libertação de Moçambique**, **Guerra de África** ou **Guerra do Ultramar Português**.

Sob a ótica militar, o exército português manteve o controle dos centros populacionais, enquanto as forças de guerrilha procuraram espalhar a sua influência em áreas rurais, especialmente aquelas localizadas ao norte e oeste do país. As guerras de descolonização deixaram uma lembrança amarga no espírito de todos nós que as íamos travando.

CAPÍTULO 5

Estava-se no dia 16 de julho de 1972

**O AUTOR entra para a Escola de
Aplicação Militar de Moçambique,
EAMM**

Para receber a RECRUTA e a ESPECIALIDADE



À medida que a guerra ia progredindo em Angola e na Guiné, comecei a notar a presença em Vila Pery (cidade capital do distrito de Vila Pery) de homens garbosamente fardados. Eram eles, administradores, militares, comissários da Mocidade Portuguesa masculina e feminina e até fundadores e organizadores de grupos de Escuteiros, etc, aos quais nos juntávamos (filiaados ou não) sob a batuta das irmãs do Colégio de Nossa Senhora da Conceição que eu frequentava, para estarmos com eles em missas campais a pedir a todos os santos os fins das guerras naqueles dois territórios; melhor dizendo, províncias ultramarinas, pois era assim que se tratavam as colónias portuguesas. Muitas bandeiras, muita juventude e muitas fardas brancas de administradores e garbosos militares do quadro com as respetivas famílias. E tudo aquilo junto como em grande festa. Era até uma forma de se darem a conhecer uns aos outros e passarem a conviver nos cafés e nos recintos desportivos com os residentes.

Digo garbosos com algum desdém, porque via neles uma espécie de aproveitamento e “show-off” pois exibiam ou procuravam exhibir elegância que não tinham ou demonstrar educação, distinção, perfeição de fachada que eu menosprezava. Outras vezes procuravam expressar-se ali com galanteios, subtilezas, cheios de delicadezas para conquistar as simpatias dos locais. E eu, embora adolescente, acompanhava tudo aquilo, dando conta aos meus pais do que via e ouvia. Mas os meus pais não disfarçavam que eu lhes estava falando de coisas que para eles pouco ou nada interessava, porque não estavam nada virados para tais cerimónias.

Os meus pais formavam um casal unido com os seus filhotes e eram pessoas de trabalho e buscavam outras formas de vida longe daqueles que gozavam a sua vida de costas ao alto com o dinheiro que a administração colonial lhes fazia chegar às suas contas bancárias cada vez mais gordas, sem o mínimo de esforço.

Foi a partir desta situação que também me apercebi que a vida em África entre colonos corria a duas, três ou mais velocidades. Porém eu passei a fazer do ensino e dos meus estudos a minha paixão alheando-me da boa vida ou das exibições dos outros colonos, pois comecei a sentir que a guerra já estava encomendada para Moçambique, era tudo uma questão de meses ou mesmo de dias. E assim aconteceu no dia 25 de setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai no então distrito (atualmente província) de Cabo Delgado no norte de Moçambique.

Enquanto a guerra era guardada no segredo dos deuses, eu pouco ou nada informado dediquei-me aos estudos e gozei os momentos que giravam dentro da comunidade académica; buscava amizades entre os colegas; e, quanto às fardas, ignorei-as ou esqueci-me delas. Sem dar conta, tinha involuntariamente mergulhado a minha cabeça na areia como o avestruz e caído num sono profundo, tendo acordado somente em 16 de julho de 1972, no célebre dia em que ingressei com a posição de Cadete na Escola de Aplicação Militar de Moçambique (EAMM), em Boane (Lourenço Marques), para frequentar o Curso de Oficiais Milicianos (COM) e iniciar a Recruta.

Até ali, por incrível que pareça, eu tinha adormecido para as questões da guerra, do racismo, da discriminação, mas mantive-me muito ativo e cultivei outros princípios ou formas de estar na vida, que foram também muito úteis para mim.

Nesse dia 16 de julho, à medida que eu caminhava no interior do Quartel, para me apresentar, dei comigo a pensar na história da cobra e do pirilampo.

Era uma vez uma cobra que começou a perseguir um pirilampo.

Ele...fugia...com medo da feroz predadora, mas a cobra não desistia.

Um dia, já sem forças, o pirilampo parou e disse à cobra:

- Posso fazer três perguntas?

- Podes. Não costumo abrir esse precedente, mas já que te vou comer, podes perguntar.

- Pertences à tua cadeia alimentar?

- Não.

- Fiz-te alguma coisa?

- Não.

- Então porque é que me queres comer?

- PORQUE NÃO SUPORTO VER-TE BRILHAR COM TODA ESSA JUVENTUDE E SOBRETUDO EM LIBERDADE!!!

E foi assim que iniciei a minha vida militar! Naquele dia eu (pirilampo) tinha sido apanhado (em Boane) e perseguido por uma cobra (vida militar) sem mais hipóteses para fugir!

Apesar de tudo, quando passei à porta de armas da EAMM levava comigo o curso técnico de Engenharia (Eletrotecnia e Máquinas) frequentado no I.I.C. da Beira que me garantia a entrada direta no Curso de Oficiais Milicianos, levava também dinheiro suficiente na algibeira pelo tempo que trabalhei nos Serviços Municipalizados de Eletricidade SME da Beira (durante o 4º ano de engenharia, como trabalhador-estudante) e até uma prova documental em como tinha trabalhado nas Linhas Aéreas de Moçambique DETA em Lourenço Marques durante os últimos 9 meses para fazer um estágio e até em como tinha sido funcionário da DETA por três meses que em meu entender ajudava a posicionar-me e a preencher vagas em locais dos mais privilegiados durante o serviço militar (ainda que em tempo de guerra). Mas tendo corrido estupidamente o boato entre nós cadetes que naquele ano os oficiais jovens dos dois primeiros pelotões (eu pertencia ao segundo e no total eram quatro pelotões) iriam parar à especialidade de Atiradores de Infantaria, decidi então, após a recruta, prestar provas e aceitar transferir-me em regime de voluntariado para os Grupos Especiais Para-quedistas, GEP, pelo que obrigatoriamente teria que concluir a Especialidade de Atirador de Infantaria. Assim, para eu poder entrar nos GEP teria, no mínimo, que ter passado pela “recruta” e pela “especialidade de atirador”, que no total duraram cerca de seis meses, e conseqüentemente atingido a posição de Aspirante a Oficial Miliciano.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

O quartel dos GEP estava sediado no Dondo e o curso de paraquedismo militar era frequentado no Centro de Instrução de Grupos Especiais – CIGE (também sediado no Dondo), sendo a “Formação Geral Comum” administrada ali no Dondo somente aos praças.





TIPOS DE ARMAS GENERICAMENTE USADAS PELAS NOSSAS TROPAS (NT):

A G-3 foi a arma individual utilizada durante toda a minha guerra bem como as ALG (Dilagramas) e respetivas munições. Outras armas de apoio:

- Lança Granadas Foguete 8.9 (Bazuca)
- Lança Granadas Foguete 37mm (Lança Roquetes)
- Morteiros 60 e 81mm
- Metralhadoras MG e HK-21
- Granadas Ofensivas e Defensivas
- Helicópteros (Heli-canhões e de Transporte)

CURIOSIDADES:

Primeira mina antipessoal: Foi acionada pela nossa tropa em Cóbue (Niassa)

Primeira mina anticarro: Foi acionada na zona de Sagal-Mueda (Cabo Delgado)

De Set 1964 a Set 1970 foram colocadas 5290 minas pela Frelimo, das quais 1894 foram acionadas.

CD25A

CAPÍTULO 6

De novembro de 1972 a fevereiro de 1973

A força não provém da capacidade física.

Provém de uma vontade indomável:

Mahatma Gandhi

O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons:

Martin Luther King

Muitos querem; poucos tentam; alguns conseguem.

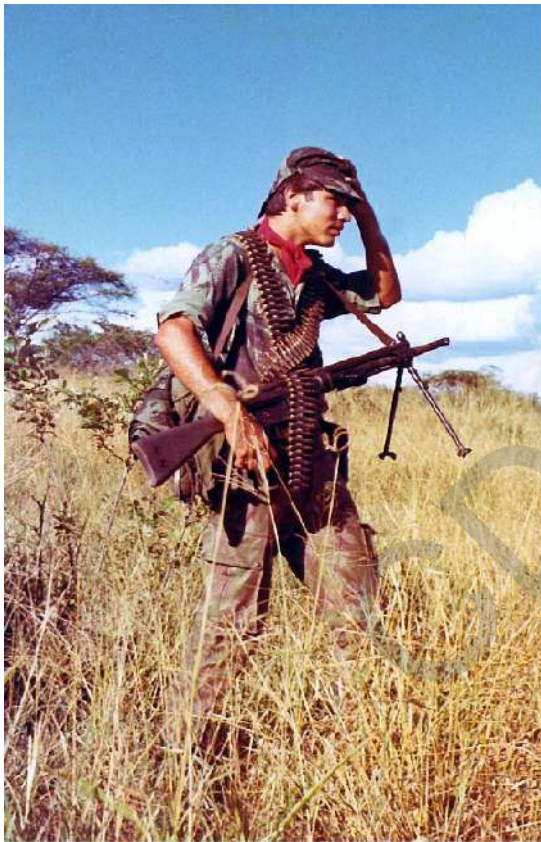
O AUTOR no Centro de Instrução de Grupos Especiais, CIGE

Para receber formação nos Grupos Especiais Para-quedistas, GEP (isto é, para receber Instrução de Combate + formação e o curso de Para-quedismo Militar)

Foi no Dondo que eu tive a formação para o curso de para-quedismo e paralelamente um grande aperfeiçoamento na formação de combate. Desta forma, em **novembro de 1972**, obtive no Centro de Instrução dos Grupos Especiais (CIGE - Dondo), «aptidão em para-quedismo militar», e, uma vez concluída toda a formação nos GEP, fiquei imediatamente pronto a comandar um grupo de combate (de intervenção) em qualquer ponto do território de Moçambique.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Distintivo ou «brevê» metálico, prateado, de qualificação para-quedista GEP que se usava colocado no lado esquerdo do peito



Distintivo que se usava na boina dos GEP



Boina «Vermelha Grená» GEP

UNIFORMES E INSÍGNIAS DOS GEP



ERA UM LONGO CAMINHO ATÉ GANHARMOS A BOINA «VERMELHA GRENÁ»

Todos os militares que se ofereciam para os GEP ficavam imediatamente sob rigorosos cuidados médicos e inspeções periódicas, depois começava a vida difícil. Era um longo caminho até ganharmos a boina «Vermelha Grená». Fazíamos o curso semelhante ao dos Comandos e dos Paraquedistas onde havia muitos chumbos.

O lema era: *Um militar estando psicologicamente bem consigo próprio, consegue desempenhar melhor as suas funções e auxiliar os próprios camaradas a cumpri-las também.* Daqui vem a razão da presença permanente dos instrutores, transmitindo incentivos, quer através de brados, cânticos ou qualquer outra forma de elevar o moral.

A boa forma física que nos procuravam transmitir durante as semanas de instrução, também induzia que psicologicamente o nosso Soldado estivesse preparado. Quantas vezes as pernas pediam repouso, o horizonte limitado ao camarada da frente, os pés pareciam estoirar dentro das botas, tentando não pensar na sede, os ombros doridos e, os peitos encharcados arquejavam em haustos compassados, mas ... "já falta pouco!".

É curioso também que a maior parte deles nunca tinha entrado num avião, e a primeira vez que o faziam era para saltar do mesmo, porque no campo de treinos não havia uma torre de saltos. Posso até dizer que uma vez, um coronel americano adido militar em Lisboa foi visitar os GEP.

Ao mostrarem-lhe o tipo de meios que havia para "fazer" os para-quedistas, um colega de patente superior reparou que ele olhava para todo lado à procura de qualquer coisa. Esse colega disse-lhe, então, que aquilo que ele procurava não ia encontrar, porque não existia. Ele disse-lhe: "Aqui não é preciso, porque nós somos muito desembaraçados". Havia um certo cuidado em escolher as pessoas com uma certa aptidão, com uma certa capacidade e mesmo com uma certa vontade de ser soldado GEP. Depois, tinham ainda uma parte muito dura, que era o curso de combate. Nalgumas provas existia uma viatura, tipo "carro vassoura", para os desistentes, ficavam muito tristes, mas...

Os novos militares faziam o curso de combate integrados nos Grupos de Combate já formados. Terminada esta fase da instrução tinham a Boina «Vermelha Grená» GEP. Os GEP estavam habilitados para fazer missões operacionais em qualquer ponto do teatro de operações, especializados em ações de recuperação, defesa e controlo de populações.

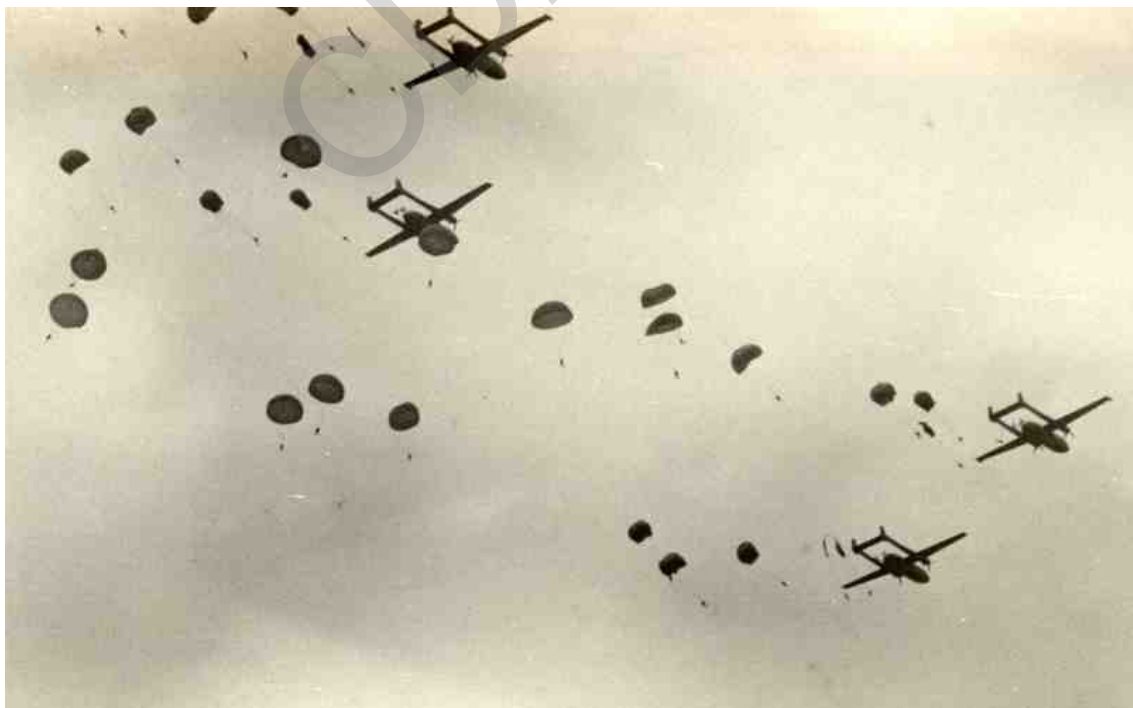
Os seus elementos eram constituídos por naturais de Moçambique, por praças Para-quedistas (depois graduados em Sargentos), oficiais subalternos oriundos também dos Para-quedistas ou Oficiais do Exército.

Durante toda a vigência do seu comando, o General Kaúlza de Arriaga empregou um conceito de ação que se centrava, sinteticamente:

- Na ação psicológica, cujo objetivo era conquistar a confiança das populações;
- Na ação de quadrícula, por forma a assegurar o controlo do território, estabelecendo a prioridade de segurança de acordo com a importância dos alvos;
- E, nas operações de intervenção (incluindo as dos GEP), através das quais eram conduzidas ações de pesquisa, captura e destruição do inimigo, dando prioridade à eliminação de "bases" e "áreas libertadas inimigas". A prossecução desta lógica de atuação operacional pressupunha a existência,

naturalmente, do Comando-chefe, com competências também de âmbito administrativo e logístico, dos comandos das forças terrestres, navais e aéreas da então província de Moçambique. Depois, a partir de novembro de 1970, em simultâneo com os comandos-adjuntos, com a possibilidade de exercer funções operacionais quando superiormente delegadas e dos seguintes comandos subordinados:

- Comandos Territoriais, nos locais onde não se verificava ação inimiga;
- Comandos de Zona e de Setor, onde existia ou pudesse vir a existir ação inimiga;
- Comando Operacional das forças de Intervenção (COFI), ao qual cabia o emprego das forças da reserva do comando-Chefe, atuando em operações independentes;
- Comandos Navais;
- Comandos Aéreos.
- Os meios de intervenção dos mesmos Comandos, de preferência constituídos por forças especiais, incluindo GE, tendo em vista a pesquisa e captura ou destruição sistemáticas do inimigo.
- A reserva, em meios terrestres, do Comando-Chefe, constituída sobretudo por forças especiais, incluindo GEP, transportadas em aviões Noratlas, e por tropas mecanizadas de engenharia, todas destinadas ao reforço dos Comandos subordinadas ou a atuarem independentemente, sob o COFI, em operações de qualquer natureza, designadamente de eliminação prioritária de eventuais “bases” e “áreas libertadas” inimigas.



- A Reserva, em meios aéreos, do Comando-Chefe, forças destinadas ao apoio dos Comandos subordinados de superfície ou a atuarem independentemente.

Foram várias as forças criadas a partir do recrutamento de nativos nos três Teatros de Operações (TO). Desde os Comandos Africanos, as Tropas Especiais (TE), os Grupos Especiais (GE), as Milícias, os Fiéis, os Flechas ou os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP) que apenas existiram em Moçambique. Todas elas adequadas a funções específicas. E, ainda que com a mesma designação podiam ter funções diferentes de acordo com o TO em que eram empregues.

Os GEP eram uma tropa especial cujo, recrutamento era feito a nível de toda a província.

A instrução e o enquadramento dos militares dos GEP, por parte de oficiais e sargentos, essa coube inicialmente quase exclusivamente aos militares para-quedistas do BCP31.

Relativamente à instalação, os GEP tinham o seu quartel no CIGE, quartel da antiga Companhia de Caçadores Especiais do Dondo.

As maiores diferenças entre os GE e os GEP estavam, na forma como era conduzido o recrutamento para uma força e outra. Mas principalmente, na atuação de cada uma. Os Grupos Especiais (GE) eram tropas moçambicanas voluntárias de quadrícula que atuavam nas suas zonas de naturalidade. Por outro lado, os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP) tinham um recrutamento mais alargado a nível de todo o Moçambique e eram tropas especiais de para-quedistas e podiam ter uma atuação semelhante à dos Para-quedistas e dos Comandos. Faziam intervenções de dois ou três meses numa determinada zona. Também ao nível do equipamento, podia verificar-se que os GE tinham equipamento semelhante ao das Subunidades de quadrícula e, os GEP tinham equipamento semelhante ao das subunidades de Intervenção.

Outro tipo de operações levadas a cabo pelos GEP foram as chamadas operações “Mandioca”, nas quais se constituíam pequenas equipas de cinco a sete homens, lideradas por um furriel. Os militares fardavam-se e equipavam-se com material anteriormente capturado à FRELIMO, fazendo passar-se por guerrilheiros. Nestas operações, estas equipas destacadas infiltravam-se nas bases inimigas, desferindo ataques surpresa, aos guerrilheiros que se encontravam no interior das mesmas. Tiveram bons resultados iniciais até o Inimigo se aperceber deste *modus operandi* e adotar novas medidas de segurança.

Por aqui, se verifica um aspeto diferenciador das forças recrutadas em Portugal, mesmo entre as forças especiais, que lhes acrescentava valor. Os GEP, a quem era ministrada uma instrução semelhante à dos Comandos e dos Para-quedistas, apresentavam ainda, para além das evidentes características físicas de um nativo africano, qualidades inatas de adaptação à língua falada no seio das populações subvertidas e ao meio físico, podendo atuar em operações por períodos mais longos que o normal.

Tendo em consideração o número de baixas causadas ao Inimigo (In) durante um determinado período (mortos, feridos e capturados), as populações subtraídas ao controlo do In, entre homens, mulheres e crianças (não considerando as populações, que depois de subtraídas ao controlo do In, capturadas, ou apresentadas integraram as forças portuguesas) chegou-se à conclusão que apesar do seu número ter sido pouco expressivo na totalidade das forças terrestres presentes no Teatro de Operações (TO), os resultados apresentados permitiram uma perspetiva favorável sobre o desempenho dos GEP, quando comparado com o das outras forças de intervenção e o das forças de quadrícula, nomeadamente os GE.

Quanto à instrução, estava organizada em três partes:

A primeira parte era a recruta, que durava cerca de 3 a 4 semanas. Não chumbavam muitos. Servia mais para selecionar os militares por robustez, capacidade de aprendizagem, com alguma dificuldade física que pudesse aparecer, para despistar casos de alguma dependência (álcool ou drogas).

Depois, era o curso de para-queda. O curso de para-queda, similar ao ministrado nos Batalhões de Caçadores Para-quadistas (BCP), era ministrado nos GEP por sargentos e oficiais para-quadistas e era a verdadeira seleção, porque tinha uma dureza física muito grande. O esforço físico exigido era muito grande para levar os militares a um estado de exaustão. De modo a levá-los a: “Eu não aguento mais. Desisto!” ou então, “Eu posso morrer, mas não desisto!”.

Como foi mencionado acima, havia uma particularidade, não havia torre para saltar, portanto, em geral, o primeiro salto era do avião. Era, pois, um curso muito duro, do ponto de vista físico, porque como era compreensível, os GEP tinham muito o estilo dos Para-quadistas de Portugal, que davam grande importância à preparação física. O que realmente interessava era ter militares que não desistissem do curso.

Depois, era a instrução de combate. A recruta era voltada para a instrução individual. E, a instrução de combate era voltada para o combate, para a integração na secção e no grupo de combate. E simultaneamente, faziam-se os saltos. O soldado de Portugal quando chegava a Moçambique estava desenquadrado. Mas com alguns meses de trabalho e com a rusticidade própria, faziam maravilhas com o soldado moçambicano.

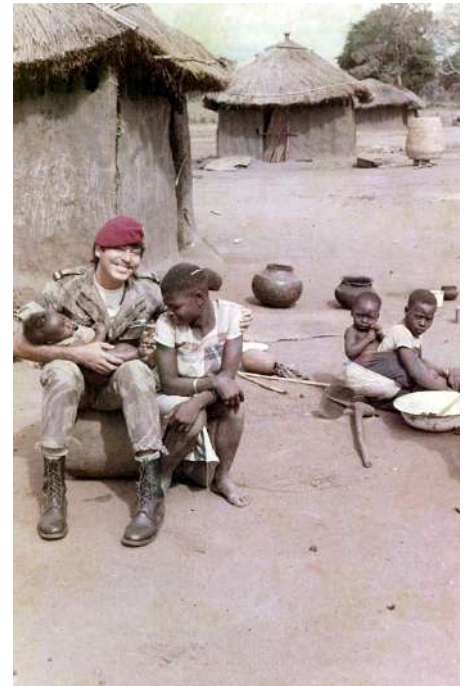
Ainda assim o soldado nativo tinha vantagens. Estava habituado àquela mata, a seguir pistas, conhecia a planta da qual se podia extrair água, conhecia os frutos comestíveis, sabia o dialeto para falar com as populações. Portanto, as principais vantagens do nativo era o conhecimento do terreno e o conhecimento da língua. O soldado português passado alguns meses diminuía essas dificuldades, mas nunca chegava ao ponto deles. O soldado de Portugal ao fim de dois anos podia conhecer bem a sua Zona de Ação (ZA), mas se mudasse ficava novamente desenquadrado. Em Moçambique, cada local tem as suas características próprias e as próprias populações mudam muito de costumes de um lado para o outro. Era uma vantagem muito grande, principalmente na língua, porque o recurso a intérpretes

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

deixa-nos sempre na dúvida. Ressalvo aqui o grande valor do soldado português que não ficava nada atrás do nativo em termos de desembaraço, mas, em termos de adaptação ao meio o nativo tinha vantagens.

O autor (Alf. Mil. GEP MANUEL DA SILVA) foi comandante dos grupos de combate GEP007 (temporariamente, durante o tirocínio) e do GEP008 (permanentemente).



Acabada a formação recebi do meu comandante uma Guia de Marcha para seguir para Mungári (na altura integrado no extremo norte do distrito de Vila Pery, atualmente fazendo parte da província de Manica) a fim de me juntar ao GEP007 e fazer com este Grupo o meu tirocínio (experiência, prática). O GEP007 esteve em MUNGÁRI de **novembro de 1972 a julho de 1973**, mas eu, que terminei antecipadamente o tirocínio, passei em junho de 1973 a comandar o GEP008, ainda em Mungári, e posteriormente juntei todo o Grupo em INHASSALALA. Aqui, estive oficialmente com o meu Grupo **de junho a outubro de 1973**. Posteriormente; isto é, de outubro de 1973 a janeiro de 1974, fui para SABONDO (Zangaia-Chiúta- província de Tete). E, finalmente ainda como GEP fui para VILA PERY e VILA DE MANICA de janeiro a abril de 1974.

Como disse, após a minha formação de GEP no Dondo, fui comandar dois grupos de combate: o GEP007 (temporariamente) e o GEP008. Portanto, o grupo de combate que realmente me foi atribuído foi o GEP008.

Poderá então compreender-se facilmente que estive desde novembro de 1972 a abril de 1974 no mato e sistematicamente em operações.

Sentia-me igual aos meus camaradas nos GEP. O perigo une mais as pessoas.

Éramos mesmo um grupo unido e sentíamos cada vez mais essa união como se fôssemos todos irmãos. O soldado moçambicano era de uma dedicação e de uma lealdade invulgares. Cumpriam intransigentemente as ordens dos comandantes dos GEP e posso dizê-lo aqui por experiência própria, porque cheguei a ter alguns problemas de insubordinação em relação a outros militares que não pertenciam aos GEP.

A princípio os soldados nativos apresentavam algumas limitações como falantes da língua portuguesa e conseqüentemente em termos de aprendizagem, mas mais para o final começaram a aparecer nos GEP militares mais cidadãos que sabiam bem português.

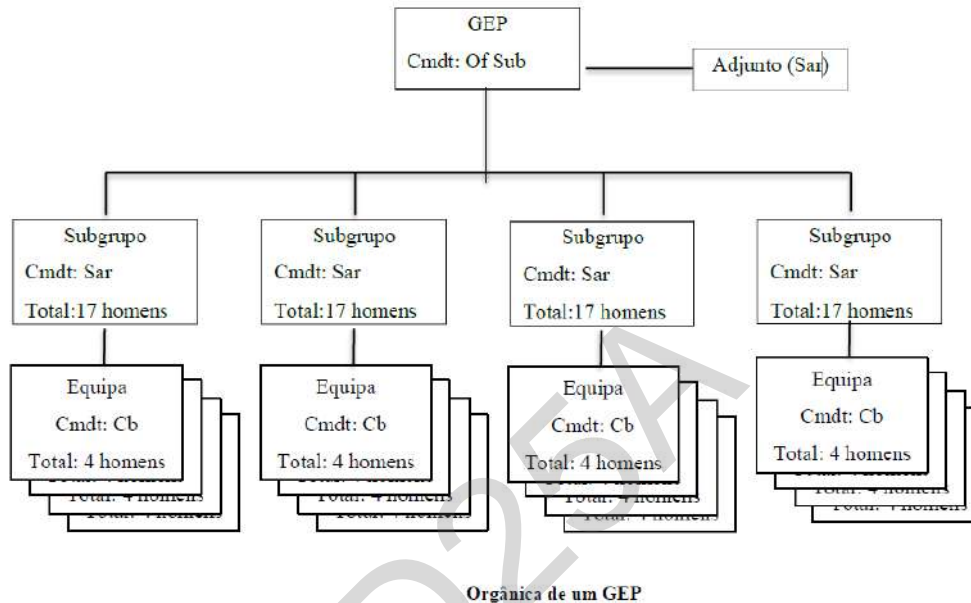
Posso falar-lhe de uma situação curiosa, em que chegado de uma operação, um capitão me disse: “Já viste que és o único branco no meio desta tropa toda”. Eu nem tinha reparado, porque não tinha e não tenho dentro de mim o preconceito da **cor** e nem gostava ou gosto de evidenciar o meu poder embora me tivesse sido atribuído. Isto mostra bem o estado de espírito em que eu estava integrado e que praticava sem preconceitos.

A africanização

Os GEP foram um exemplo de forças oriundas do recrutamento de militares nativos em Moçambique. Surgiram já, numa altura avançada da guerra, em 1971. Existem várias explicações para a origem destes grupos, contudo podemos concluir que esta guerra, que se foi, imprevisivelmente, prolongando no tempo sem um final à vista, teve efeitos na população portuguesa, manifestando sinais de desgaste em relação à mesma, demonstrado principalmente pela crescente dificuldade em recrutar militares da metrópole. A mobilização de todo o processo, desde o recrutamento à formação para as províncias ultramarinas onde estes

grupos seriam empregues, traduzia-se também numa redução de custos afetos ao referido processo. Os GEP constituíam a reserva do comando-chefe, em Moçambique, cuja apologia pelas forças com a capacidade de infiltração em paraquedas fora já demonstrada, em 1956, com a criação das tropas paraquedistas portuguesas, enquanto subsecretário de estado da aeronáutica. Para além disso, os GEP, ao contrário do que aconteceu, por exemplo com os GE que eram recrutados em locais para os quais voltavam finda a instrução, com missões eminentemente vocacionadas para a autodefesa, tinham uma atuação de âmbito territorial. Estas forças foram inicialmente enquadradas e instruídas por oficiais e sargentos dos Batalhões de Caçadores Paraquedistas (BCP 31 e BCP 32). No entanto, à medida que os GEP iam crescendo, foram recebendo militares graduados portugueses de outras unidades do Exército que, tal como os militares graduados dos BCP traziam já experiência de combate, tendo os primeiros apenas de frequentar o curso de paraquedismo militar. O recrutamento de praças para os GEP contou inicialmente com a colaboração de entidades civis, entre os quais se destaca, Orlando Cristina que por dominar os dialetos das várias etnias moçambicanas conseguiu granjear junto das populações a adesão de jovens para integrar estes grupos. A ação psicológica sobre os jovens nativos fazia-se também pela convocação de banjas que com a colaboração das autoridades administrativas eram organizadas por forma a passar a mensagem de que escolher integrar o esforço das Forças Armadas e, em particular, dos GEP seria a opção mais adequada. O recurso a estes métodos de recrutamento verificou-se, porém com o desenvolvimento dos GEP, desnecessário. As melhores condições de vida e o estatuto social de que beneficiavam bem como, o orgulho em ostentar os símbolos diferenciadores dos GEP repercutiam-se no crescente número de voluntários para integrar estes grupos. A formação ministrada seguia os moldes gerais da formação das tropas paraquedistas. Uma fase inicial de instrução básica – a recruta, o curso de paraquedismo militar, e a instrução de combate. A grande particularidade das forças nativas residia precisamente no “soldado” nativo, que reunia características inatas. A capacidade de adaptação ao meio físico e o domínio da língua são os mais frequentemente apontados como vantagens em relação ao “soldado” da metrópole. A lealdade e honestidade, a enorme resistência a situações de adversidade e a capacidade de seguir o rasto da presença dos guerrilheiros são também apontadas como pontos fortes do “soldado” nativo. Uma desvantagem verificada, em relação ao “soldado” da metrópole, no período inicial da criação dos GEP, era a dificuldade na aprendizagem, justificada pela sua origem de áreas subdesenvolvidas de Moçambique. Contudo, mesmo esta tendência foi diminuindo com a adesão de jovens moçambicanos mais “cidadinos”. Para além disso, a estrutura de comando dos GEP fomentou um princípio de motivação nos seus subordinados, graduando os soldados nativos na classe de sargentos e raras vezes na classe de oficiais que, demonstrando qualidades de comando e liderança podiam assumir funções de comando nos GEP. A própria

orgânica premiava um conceito assente numa maior descentralização das funções de comando afastada da tradicional usada nas unidades de infantaria convencionais. Os GEP estavam organizados em grupos de combate com 80 homens (1 oficial, 5 sargentos, 32 cabos e 42 soldados), sendo cada um destes grupos comandado por um oficial subalterno (Alferes). O grupo dividia-se em quatro subgrupos, cada um deles comandado por um sargento (Furriel).



Por vezes, poderia encontrar-se uma organização ligeiramente diferente como acima se vê. Cada GEP (o seu número de GEP formados chegou a 12 GRUPOS ESPECIAIS PARA-QUEDISTAS, com cerca de 1000 homens no total).

Era no interior de cada subgrupo que se verificava a descentralização com quatro cabos comandando cada um deles uma equipa com três soldados. Esta autonomia de que eram dotados evidencia o grau de confiança que lhes era depositado. No que diz respeito às operações dos GEP, não há registo de nenhuma em que tenha sido utilizada a infiltração em paraquedas. Esta qualificação é antes apontada como um importante fator de seleção, acompanhado de uma instrução com vista a conceder rusticidade física aos seus militares. A infiltração em helicóptero era, como fora verificado numa fase anterior da guerra por outras forças, percecionada como mais vantajosa. Na maioria das operações, o armamento e equipamento utilizado era o mesmo de que estavam dotadas as restantes forças de intervenção, à exceção das operações “Mandioca” nas quais pequenas equipas constituídas utilizavam equipamento e armamento idênticos ao dos guerrilheiros da FRELIMO para com facilidade se infiltrarem nas suas bases e ali infligir ataques surpresa.

Estas operações tiveram bons resultados iniciais, foram, contudo, abandonadas à medida que o In se foi apercebendo deste modus operandi, implementando medidas de segurança mais eficazes para contrariar o seu sucesso. Portanto, na grande generalidade dos casos foram empregues em operações de intervenção, tal como, acontecia com as restantes forças de intervenção e em operações de longa duração. Assim, concluímos que para podermos responder à Pergunta de Partida da Investigação: “Qual o papel dos Grupos Especiais Paraquedistas em Moçambique de 1971 a 1974?”, entendemos que a resposta não é única nem simples. Essa resposta assume antes várias dimensões. **Primeiro**, no plano da doutrina e formação, o surgimento dos GEP não acrescenta qualquer novidade. Eram instruídos com base na doutrina já utilizada pelos paraquedistas e comandos portugueses. No entanto, a orgânica destes grupos traz algo de novo: a descentralização das funções de comando dentro de cada grupo, materializada no planeamento e execução. Esta nova orgânica proporcionava maior autonomia aos seus subordinados e maior flexibilidade para constituir unidades com elevada preparação para atuarem em pequenas operações. **Segundo**, no plano da atuação operacional os GEP foram inovadores. As características inatas do soldado nativo permitiam-lhes efetuar operações mais longas, que outras forças de intervenção, como as dos BCP, não desempenhavam. Por outro lado, as operações a coberto em que se podiam facilmente infiltrar nas populações ou mesmo nas bases In. (bases do inimigo). Embora tenhamos tido depoimento da realização de operações conduzidas fora do TN (Território Nacional), a sua ocorrência não é solidamente fundamentada documentalmente. Naturalmente que, a considerar que tenham ocorrido, é compreensível a inexistência de provas cabais dessa ocorrência. Seria ainda mais implausível que, a terem ocorrido pudessem ser levadas a cabo por forças portuguesas. Seriam do ponto de vista ético e jurídico muito difíceis de justificar. **Terceiro**, no plano político e militar conseguiram criar vantagens em simultâneo, para Portugal. A africanização das baixas permitia suavizar a opinião pública relutante em relação aos sacrifícios que a guerra lhes empunha. Além disso, o aumento dos efetivos africanos no esforço militar, permitia aliviar o recrutamento da metrópole em exaustão devido ao desalento dos jovens portugueses em relação a uma guerra de propósitos com que cada vez menos se identificavam. **Quarto**, no plano da manobra portuguesa, que desde o início assumira que a vitória numa guerra como esta apenas se conseguia tendo as populações do nosso lado, a integração dos GEP concedia proveitos benéficos, por um lado, a adesão dos próprios militares permitiam criar um efeito dissuasor sobre o In que os via subtraídos da sua influência, contrariando assim, o sucesso dos esforços da guerrilha. Por outro, um efeito persuasor sobre as populações. Os GEP tiveram bons resultados em operações cujo objetivo era subtrair populações do controlo In. Embora durante todo o período da sua existência, não tenham, em número, representado mais

de 2 %, do total das forças terrestres presentes no TO (Teatro de Operações), os GEP conseguiram bons resultados em relação às restantes forças de intervenção em igual período. Surgiram tarde nesta guerra, em 1971. Tiveram pouco tempo de atividade operacional, mas a parte das operações de intervenção que lhes foi confiada, teve um peso bastante significativo no conjunto total das mesmas, o que pode indicar que a própria elite militar portuguesa reconhecesse nestes grupos maior eficácia em combate. Deste modo, se esta guerra se tivesse prolongado por mais tempo, assistiríamos provavelmente a uma preponderância do emprego de GEP nas operações de intervenção e possivelmente à formação de ainda mais grupos. Esta investigação apresenta limitações, devidas à inexistência de bases documentais sólidas, por outro lado, o tempo limitado da investigação não nos permitiu alargar a amostra de entrevistados por forma a obter mais informação. Esta dificuldade tem maior expressão relativamente ao destino dos militares nativos que participaram nos GEP no pós-25 de abril, no entanto, são apontados vários casos: represálias e perseguição, incluindo mortes provocadas por parte da FRELIMO aos militares moçambicanos que participaram nos GEP; a fuga para Portugal; a fuga para países vizinhos aliados de Portugal e integração nas suas forças armadas; a passagem à disponibilidade e integração noutros setores da sociedade civil em Moçambique, através da aproximação conseguida entre os militares portugueses e a estrutura militar da FRELIMO, contrariando os episódios de violência que ocorreram noutros TO, como na Guiné, ou a integração nas próprias forças militares da FRELIMO; a integração na estrutura da RENAMO; a integração em programas de reeducação promovidos pela FRELIMO com particular incidência nos ex-militares moçambicanos que participaram do esforço militar português, nas forças especiais. Pelo que, esta investigação suscita a realização de investigações futuras no sentido de melhor conhecermos os destinos que estes militares tomaram.

DESERTORES DOS GEP

Através do relato de Zeca Caliate:

[...] Eu, Zeca Caliate, em meados de julho de 1972, na qualidade de comandante da base Central no 4º sector, senti-me na obrigação de escoltar pessoalmente o batalhão de combatentes destinado a abrir a **Frente de Manica e Sofala** tendo-o eu escoltado até ao 7º Destacamento que se situava no distrito de Changara. Esse batalhão, era comandado por Joaquim Mutamanga, também conhecido por (Francisco Ndeu). Na altura o comissário Político daquela Província era Murrebo Nenhum-Fica, e Eduardo da Silva Nihia comissário político do batalhão.

Acompanhei-os até ao rio Luenha onde terminava o meu sector. Despedi-me de Fernando Matavele, do batalhão e do seu pessoal, regressando à minha base Central no 4º sector.



Pelo caminho decidi passar pelo 6º Destacamento que se situava na zona de Chioco junto ao rio Mazoe que era comandado por Damião Phiri. Este movimento coincidiu com uma ofensiva levada a cabo na mesma altura por Grupos Especiais Paraquedistas (GEP's), apoiados pela força aérea, nomeadamente caças-bombardeiros Fiat e helicópteros. Quando cheguei àquele Destacamento, o comandante Phiri não se encontrava presente na base, por ter ido participar numa operação contra o inimigo. No seu regresso com o seu grupo de combatentes, vinham também três soldados dos GEP's que se tinham rendido durante os confrontos com os guerrilheiros. Ordenei ao comandante Damião Phiri, que me fizesse um relatório completo sobre os três GEP's.

1)-*Furriel **Pedro Camara***, natural de Quelimane, Província da Zambézia. Trazia o seguinte equipamento: Além de fardamento completo que trazia vestido e boné na cabeça, empunhava uma arma G-3 fabricada em Portugal e com dois ou três carregadores, duas ou três granadas de mão que não me recordo se eram defensivas ou ofensivas, um morteiro de 60 mm com algumas granadas, mais um cantil de água. Trazia nas costas além de mochila que tinha algumas rações de combate e um rádio de transmissões. Tudo foi registado no relatório.

2)-*Enfermeiro-soldado **Boaventura***, natural de Manica e Sofala, também trazia equipamento idêntico ao que trazia o furriel Pedro Câmara, mas sem morteiro com exceção de uma sacola que continha algum medicamento de 1ºs socorros.

3)-*Soldado **Daniel***, natural da Província de Tete, que trazia também o mesmo equipamento militar com a sua mochila onde trazia alguma ração de combate e sem rádio nem morteiro.

Concluída a revista e feitas interrogações minuciosas no mesmo dia, eu

comandante Zeca Caliate, no fim do dia, falei com os três, dando-lhes as boas vindas. Seguidamente perguntei-lhes se o que eles vinham fazer era simplesmente juntarem-se a nós naquela selva como novos guerrilheiros? Os três foram unânimes respondendo que simpatizavam com a guerrilha e que queriam fazer parte dela como Moçambicanos e desejavam colaborar na libertação do País ao lado da Frelimo contra o exército colonialista Português. Eu, Comandante Caliate, disse-lhes que não era assim tão fácil um soldado que pertenceu ao exército Português, tornar-se um guerrilheiro como nós e disse-lhes mais que tínhamos nas fileiras da guerrilha alguns ex-soldados que citei, como exemplo o Cara Alegre Tembe e outros. Estavam presentes ao interrogatório o Comandante Damião Phiri os seus combatentes e o chefe de Segurança do sector António Neves, que foram testemunhas do ato. Terminada a reunião perguntei se queriam tomar banho no rio Mazoe. Os três responderam positivamente e foram tomar banho. Uma vez regressados, jantámos juntos. Dormimos, e no dia seguinte logo de manhã, partimos para base Central da região, onde ficaram comigo durante uma semana. Preparei então a viagem deles para a base Central da Província de Tete que se localizava no 1º sector, onde se encontrava instalado José Phailane Moiane e seu grupo. Mas antes disso, tinha-os aconselhado a ter cautela, sobretudo ao Pedro Câmara que parecia um fala-barato. Tinha notado nele através do seu falar sem reservas, parecendo-me de um autêntico aventureiro. Deste modo avisei-o de que tivesse cautela, porque para onde se dirigia, poderia encontrar-se com diversas pessoas capazes de interpretar mal as suas expressões. Mas ele garantiu-me dizendo... Comandante Caliate fique tranquilo que irei mostrar aquilo que sei para o bem do nosso país e irei fazer tudo para me tornar um guerrilheiro verdadeiro. Foram as últimas palavras que ouvi da boca do Câmara! Daí para diante, nunca mais o vi.

Passaram umas semanas, soube que Pedro Câmara e seus companheiros, seguiram para Nachingwea e achei bem, pois eles não foram os primeiros, aliás na Frelimo havia política de clemência. O que eu não sabia era que a tal clemência não abrangia todos os combatentes do exército Português. Servia apenas para os nascidos a sul do rio Save. Dois meses mais tarde, chegou-me a triste notícia de que Pedro Camara, tinha sido executado em Cabo Delgado porque foram encontradas na sua barraca (Tenda), uma Mauser com telescópio, morteiro, granadas e outro material bélico que supostamente se destinava a assassinar o Presidente da Frelimo Samora Machel. O mais certo é que alguém da Frelimo foi ao armazém buscar o material que eles traziam quando da sua 1ª apresentação ao Comandante José Moiane que chefiava o 1º sector e para quem tínhamos enviado o material bélico que os 3 GEP's, traziam como prova de confiança. Possivelmente quando seguiram para Nachingwea também enviaram o material que serviu para mais tarde para os acusar.

Quando recebi essa notícia, por curiosidade procurei informar-me melhor e, conclui que foi uma invenção e mais tarde soube que o acusador

foi o tal famoso OSVALDO TAZAMA, natural da Província do Niassa, por ali nascido acidentalmente, pois podia ter nascido em Cabo Delgado ou na Província de Gaza. Esse individuo, eu conhecia-o muito bem e por coincidência estive com ele em Kongwa no primeiro campo militar da Frelimo. Mais tarde encontrei-o em Nachingwea, era muito mentiroso e inclusivamente revistava até as roupas interiores de camaradas do Destacamento Feminino. Alguns Quadros de alto nível como Dinis Moiane e outro, caíram na sua malha e viram suas responsabilidades caírem na desgraça por causa de OSVALDO TAZAMA, que era um dos maus Frelimistas. A seguir, quando Moçambique se tornou independente, alguém me veio dizer que TAZAMA tinha sido designado por Samora para Governador da Província da Zambézia; fique entristecido, pois sabia que ele ia fazer coisas impróprias naquela terra pertencente ao Pedro Câmara. Dito e feito, ouvi muita coisa sobre OSVALDO TAZAMA desde quando chegou a Quelimane!

Os dois companheiros desertores de Pedro Camara, isto é, Boaventura e Daniel, conseguiram escapar, não sei como. De Nachingwea não era fácil fugir. Dali seguiram para o Kenya ou Etiópia e o Daniel atravessou continentes para chegar à Europa e depois parar em Portugal na cidade de Lisboa, já depois do 25 de abril de 1974. Foi encontrado mais tarde enforcado dentro de um quarto onde vivia com uma amante prostituta natural de Addis-Abeba de nome Mabrucki. Alguns meses depois da morte do companheiro ela juntou-se a um individuo de nome Inácio Chonzi, antes de desaparecer. A meu ver a tal mulher foi cúmplice da morte do Daniel, aliás acho que ele Daniel, foi também vítima da mesma cilada que matou Pedro Câmara, tudo foi para despistar algo de muito importante e que ninguém saberá dizer de concreto sobre o paradeiro do terceiro com nome de Boaventura.

Por fim, vejo aqui uma carta datada de agosto de 1972, seu autor é OSVALDO ASSAHEL TAZAMA, onde diz que teria detetado em Nachingwea uma conspiração para assassinar, naquela base, Samora Machel por altura de 25 de setembro do mesmo ano. Os implicados seriam Alfredo Mufumo, Jaime Manhiça e um misto natural da Zambézia, referia-se possivelmente a Pedro Câmara e a todos os desertores. Aos 31/8/1972, segundo consta aqui nesta mesma carta, os três implicados foram escoltados por Cândido Mondlane e Manuel Buchir e foram apresentados ao Ruben Sambe e Stimela entre outros. Depois foram conduzidos à fronteira de Cabo Delgado onde os militantes da Frelimo mafiosa os aguardava e aí foram todos executados por estrangulamento.

Depois de analisar as diversas versões sobre os assassinatos de Pedro Câmara e dos outros dois companheiros, as afirmações de Raimundo Pachinuapa no seu livro e de Sérgio Vieira, além das afirmações de Marcelino dos Santos quanto ao seu encontro com Jorge Jardim etc, tudo indica que são FALSAS todas estas afirmações Frelimistas e não passam de manobras de diversão a procurar justificar o injustificável. Isto para confundir

e enganar a opinião pública Moçambicana. Mas o povo sabe quem são eles, que nunca dizem a verdade; o que dizem uns os outros é tudo ao contrário e nenhum tem razão, porque tudo é uma FALSIDADE. Eles são capazes de comer contigo no mesmo prato como amigos, mas não é isso que sentem no coração. Assim que viram as costas continuam a ser inimigos e falam sempre mal dos outros. Eu conheço-os muito bem, cresci com eles desde 1964 e por isso não acredito naquilo que dizem e aposto que se o Pedro Câmara fosse aquilo que diziam que era um agente infiltrado, não se infiltraria na Frelimo como o fez com os seus companheiros e bem armados. Podiam sim entrar por outras vias não suspeitas e realizarem o que queriam com sucesso, sem que ninguém se apercebesse. Para mim esse cabo-verdiano chamado Marcelino dos Santos mentiu. Sérgio Vieira mentiu. Raimundo Pachinuapa também mentiu. Relacionar o Pedro Câmara com a morte de Amílcar Cabral que foi assassinado na Guiné Conacri, é também difamatório. Eu pessoalmente falei com um amigo de criação do Câmara, ambos estiveram nos Grupos Especiais dos Paraquedistas GEP's no Dondo e eu perguntei-lhe se Pedro Câmara tinha estado na Guiné, ele refutou liminarmente que nunca tinha saído de Moçambique em missões militares.

Embora os Moçambicanos, saibam que Metelela no Niassa e Ruarua em Cabo Delgado, são locais geminados e alimentados por carne humana semeada pela Frelimo durante a sua chamada luta histórica pela Libertação da Pátria, não se admirem se daqui a algum tempo surjam alguns arqueólogos Moçambicanos que saibam escavar bem aquelas locais e descubram várias toneladas de ossadas, não de dinossauros, mas sim de seres humanos por responsabilidade exclusiva da Frente de Liquidação de Moçambique! [...]

Zeca Caliate, General Chingondo um dos sobreviventes da teia do mal Frelimo!

Europa, 03 de agosto de 2015

(Recebido por e-mail)

Vejam: <http://www.macua1.org/blog/caliate.htm>

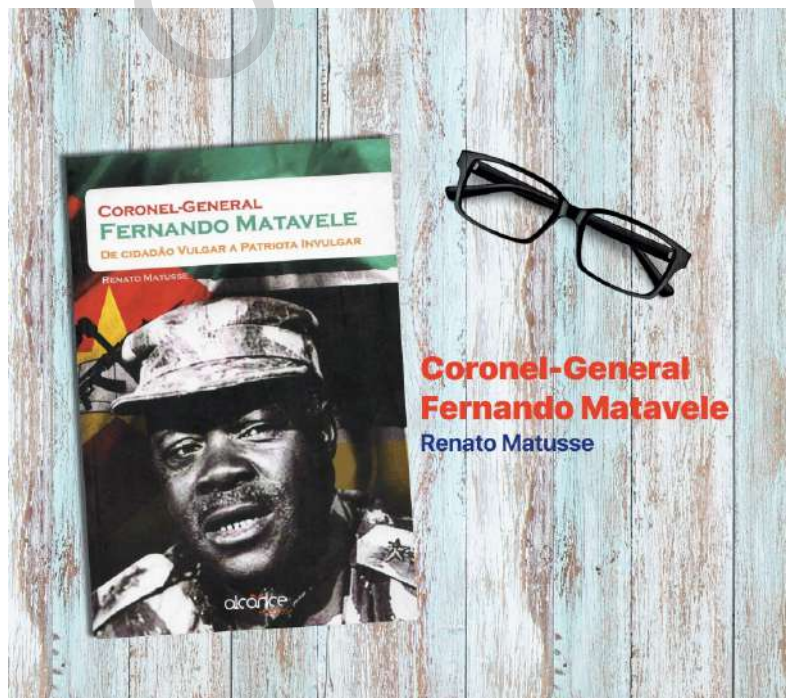
CAPÍTULO 7

O começo da guerra em Manica e Sofala

25 de julho de 1972

(Fernando Matavele – “DEQUE TONGANDE”)

O PRIMEIRO ATAQUE NA REGIÃO DE BÁRUÈ FOI LANÇADO A 25 DE JULHO DE 1972 POR UMA UNIDADE SOB O COMANDO DE DIQUE ou DEQUE TONGANDE (FERNANDO MATAVELE)



Reporta Zeca Caliate:

“[...] tudo isso aconteceu quando eu era Comandante do 4º sector na região sul da Província de Tete, sucedendo a Fernando Matavele, também conhecido por *DEQUE TONGANDE*, porque Matavele havia sido nomeado para 1º secretário da Província de Manica e Sofala.

Por ordem urgente de Samora Machel, Matavele teve que se apresentar em Nachingwea e no seu regresso para o Distrito do Guro em Manica e Sofala, passou no meu sector trazendo consigo um batalhão de combatentes para dar início à guerra naquela frente. Este batalhão, era comandado por Joaquim Mutamanga, também conhecido por *Francisco Ndeu*. Na altura o comissário Político daquela Província era Murrebo Nenhum-fica e Eduardo da Silva Nihia era o comissário político do batalhão.

Na altura, eu, Zeca Caliate, na qualidade de comandante do 4º sector na região sul da Província de Tete, não cruzei braços e senti-me na obrigação de escoltar pessoalmente o batalhão até ao 7º Destacamento que se situava no distrito de Changara. Acompanhei-os até ao rio Luenha onde terminava o meu sector. Despedi-me de Fernando Matavele, do batalhão e seu pessoal, regressando à minha base Central no 4º sector [...].

Renato Matusse debruça-se sobre os feitos do Coronel-General Fernando Matavele (sendo seu nome de guerra: *DEQUE TONGANDE*) pertencente a uma geração de moçambicanos que despertou para o chamamento da pátria e clamava pela sua libertação.

De acordo com Matusse, o Coronel Fernando Matavele, entregou-se com brio, discernimento e sentido de missão e pátria a todas as missões que lhe foram confiadas desde 9 de agosto de 1964 até 16 de julho de 2001, data da sua morte.

Nesta obra, (Matusse, 2017) apresenta breves traços biográficos num modelo que visa estimular e inspirar outros antigos dirigentes da FRELIMO e do Estado Moçambicano ao registo das suas memórias.

Primeiro lança um olhar para a sua juventude e formação, em seguida, a sua trajetória durante a Luta de Libertação Nacional e por fim alguns dados sobre as diferentes missões que lhe foram confiadas após a Independência Nacional. Por seu turno, o Major-General na Reserva, Eduardo da Silva Nihia, que testemunhou a ação combativa e organizativa do Coronel Fernando Matavele na **Frente de Manica e Sofala**, refere-se a esta figura como tendo sido um guerrilheiro tenaz, um comandante sagaz e um quadro da FRELIMO ponderado e conciliador, pai de todos a quem buscavam conselhos e apoios morais. Saliente-se que o primeiro ataque naquela região de Báruè foi lançado a 25 de julho de 1972 por uma unidade sob o comando de Fernando Matavele. Escreveu Renato Matusse que o Coronel-General Fernando Matavele passou de Cidadão Vulgar a Patriota Invulgar e que merece uma homenagem, porque

desde que se juntou à Frelimo até à sua morte cumpriu, com sentido de Pátria e Missão, todas as tarefas que lhe foram confiadas. Mais acrescentou: O CORONEL-GENERAL FERNANDO MATAVELE, É MEMBRO INCONTESTÁVEL DA GERAÇÃO DO 25 DE SETEMBRO (de 1964, data do início da luta armada).

Em 25 de Julho de 1972; isto é, nove dias após o meu ingresso como Miliciano no serviço militar obrigatório, a guerra movida contra os Portugueses pelo movimento guerrilheiro Frente de Libertação de Moçambique FRELIMO (iniciada no Norte em 25 de Setembro de 1964) entrava a atacar em força nos Distritos de Vila Pery e da Beira (atualmente províncias de Manica e de Sofala) pelas terras do Barué sob o comando de Fernando Matavele que já recebia nesse ano de 1972 apoio político e social da Assembleia-Geral da ONU que tinha reconhecido a legitimidade da luta armada pela independência nos territórios sob administração portuguesa e a FRELIMO recebia assim redobrado ânimo pelo que a guerra iria recrudescer.

(Voz da Revolução, nº 11, de julho e agosto de 1972): *Uma vez consolidada a Frente de Tete, foi possível a expansão da luta armada para os Distritos de Vila Pery e da Beira (atualmente províncias de Manica e Sofala). A sua preparação iniciou-se com um levantamento minucioso feito por Eduardo da Silva Nihia, nos primeiros meses de 1972.*



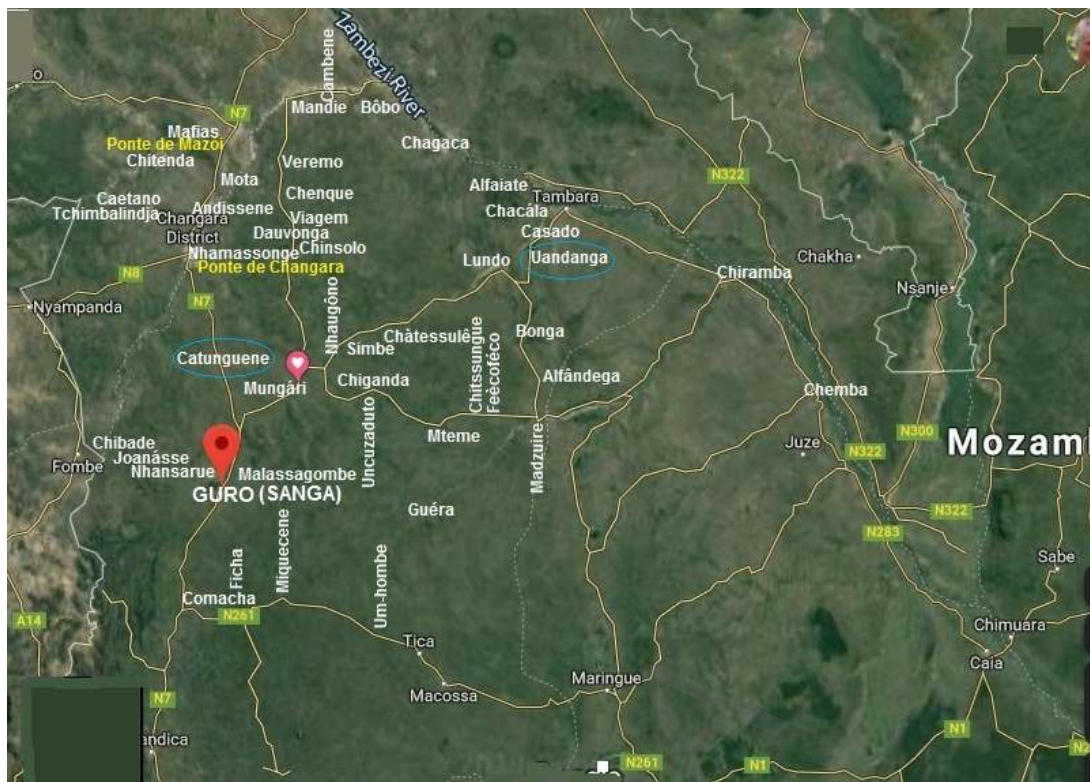
Com base nas informações recolhidas por Nihia, os membros do Departamento de Defesa da província de Tete reuniram-se no 4º Sector, a 29 de maio de 1972, para analisarem os preparativos da extensão da luta armada às províncias de Manica e Sofala.



Participaram, entre outros, Sebastião Marcos Mabote, Rafael Rohomoja, José Moiane [que foi o primeiro governador da província de Manica, após a independência de Moçambique em 1975], Fernando Matavele e Eduardo Nihia. Armas e munições foram metodicamente depositadas em determinados esconderijos, sobretudo próximo do rio Luenha, utilizando o Departamento Feminino. Cento e cinquenta homens foram deslocados para o início dos combates. No mencionado encontro de Tete foi fixado o calendário das operações militares: Preparação imediata e começo de fogo na Província de Manica e Sofala no máximo no mês de julho. Foram escolhidos os responsáveis pela nova Frente: Fernando Matavele, para comandante, Joaquim Mutamanga, como adjunto e chefe de operações e Eduardo Nihia, como adjunto de operações e comissário político.

O posto de coordenação seria em Mungári, chefiado por Fernando Matavele. Um segundo posto situava-se em Dona Ana, hoje caia, uma terceira base em Vila Gouveia, hoje Catandica, comandada por Eduardo Nihia, a quarta em Vila Fontes e a última em Vila Paiva de Andrade, hoje Maringué.

Era necessário escolher o momento para o início dos combates. Matavele, relata, com rigor absoluto: Meia noite certa do dia 24 de julho de 1972. Éramos poucos, incluindo eu, éramos 12. Uma outra força era comandada pelo comandante José Santos Macie. Nós atacámos dois acampamentos no mesmo dia: **Katunguirene e Kadalonga.**



O único que não funcionou foi o de Chemba, comandado por Joaquim Mutamanga, que recuou para Mungári, juntando-se às forças de Matavele. Para alguns dos estrategas militares do Quartel-General em Nampula, o avanço da luta armada para Manica e Sofala seria um erro para a Frente de Libertação, porque esta seria incapaz de assegurar o apoio logístico da extensão da guerra, o que foi manifestamente um erro de análise. Por muitas dificuldades existentes, a guerrilha nunca foi afetada por questões de logística. Como recorda o general Nihia, durante os dois anos na Frente de Manica e Sofala, nunca deixou de jantar e de tomar o pequeno almoço, luxos que não tinha na província do Niassa. A população e mesmo alguns cantineiros portugueses estabelecidos na zona forneciam-lhes comida.

Entre as ações da guerrilha em Manica e Sofala, destaca-se um ataque ao acampamento da SAFRIQUE, empresa que se dedicava à organização de safaris, de Nhamacala, a 1 de julho de 1973, em que o médico pessoal do presidente espanhol Francisco Franco, Dr Angel Garabaizal, foi morto. Sebastião Mabote produziu um relatório sobre esse ataque: O acampamento era composto por 10 casas, que eram dormitórios para turistas. Além disso havia um número de soldados disfarçados à civil que tinham as suas armas debaixo das camas para os turistas não desconfiarem da existência da luta armada naquela zona. Os guerrilheiros deixaram o avião aterrar na pista de Nhamacala, tendo disparado e o avião ficado completamente destruído e incendiado pelo fogo, tendo morrido lá um médico cirurgião pessoal do generalíssimo Franco, de Espanha. Esse ataque, seguido de um outro, a

17 do mesmo mês, desta vez ao acampamento do Chitengo, no Parque Nacional da Gorongosa, como nos relata o general Mabote.

As balas disparadas pelo comandante Cara Alegre continuam gravadas num muro que constitui hoje um marco histórico. Estas incursões tiveram uma enorme repercussão na cidade da Beira. O acampamento de Chitengo era um símbolo. Como escreveu Adelino Serras Pires, caçador-guia, testemunha privilegiada da atividade da guerrilha nesta zona de Moçambique. Estava na hora de bater em retirada.

A estratégia do Departamento de Defesa da Frelimo, comunicada às suas forças, de nunca a luta nas fronteiras com Tete, revelar-se-ia correta, pois obrigou a que as forças portuguesas continuassem estacionadas na província de Tete, assegurando a construção da barragem de Cahora-Bassa, que passou a ser o objetivo crucial do exército português. Na obra Guerra Colonial, de Aniceto Afonso e de Carlos Matos Gomes, os seus autores descrevem esta realidade: Era tão arreigada a consciência dos militares portugueses de que o seu objetivo decisivo consistia em garantir a construção da barragem, apesar de o seu inimigo já os ter obrigado a concentrar à volta dela mais de 50% dos efetivos totais existentes em Moçambique. sem ações espetaculares, a luta de libertação seguia imparável em Manica e Sofala. Num relatório elaborado a 15 de setembro de 1973 sobre os 12 meses passados a partir de junho de 1972 a julho de 1973, manuscrito pelo comandante Francisco Nheyo, enviado a Dar-es-Salam, lê-se: Durante o 1º ano de luta, o inimigo considerou seriamente a situação da guerra em Manica e Sofala - político e militar, pelo que, nestes dois campos, o inimigo tem tido fracassos, embora utilize os seus métodos mais rudes. O mais notável do relatório do comandante Francisco Nheyo é a perspicácia sobre o estado anímico do exército colonial. Escrevia ele: Ao inimigo encontramos o baixo moral de certos soldados em que, muitas vezes, quando são mandados para o mato, desenfiam-se num qualquer lugar esperando que os dias passem e depois regressam ao quartel. O descontentamento dos soldados inimigos inclui não só os soldados africanos, mas também os soldados portugueses. Constatação que levava o comandante a concluir que algo de profundo se passava no exército português, um baixo moral, situação que levava a declarar como objetivo, para o segundo ano da luta de libertação nacional, na província de Manica e Sofala.

A 8 de Fevereiro de 1974 o governador Sousa Teles comentava para o Notícias da Beira: seis ou sete aldeamentos no distrito são atacados em cada noite. e admitiu que havia população controlada pelo inimigo. Era a primeira vez que havia uma admissão pública desta situação.

Generais Kaúlza de Arriaga e Basto Machado

25 julho de 1972 – Abertura da frente de Manica e Sofala

A FRELIMO abre uma nova frente militar – a de Manica e Sofala. O primeiro ataque a Manica e Sofala foi lançado a 25 de julho de 1972 por uma unidade sob o comando de Fernando Matavele.

Nesta frente e nos Distritos da Beira e de Vila Pery, a organização era baseada em “focos”.

“A abertura da nova frente é uma grande derrota para o colonialismo português e o imperialismo. Manica e Sofala é um centro estratégico de desdobramento das tropas colonialistas; a recente transferência da sede do Alto Comando Militar inimigo de Nampula para a Beira demonstra bem a importância militar da província.

[...] Ao desencadearmos a luta em Manica e Sofala, onde se encontra implantada uma fração importante da comunidade portuguesa no nosso país, queremos reafirmar que a nossa luta não é contra ela, que a nossa vitória só pode beneficiar os que vivem do trabalho honesto, os que sofrem da exploração colonial e fascista. O Povo moçambicano, fraternalmente, convida os soldados portugueses, a população portuguesa, a unirem-se ao esforço comum de libertação.” (Voz da Revolução, nº 11, de julho e agosto de 1972)

29 janeiro de 1973 - Kaúlza de Arriaga pede ao governo um alargamento das suas competências em Moçambique, que lhe é recusado.

17 fevereiro de 1973 – Mensagem de Kaúlza de Arriaga para o ministro da Defesa Nacional, sobre os problemas da africanização da guerra.

15 março de 1973 - Proposta de Kaúlza de Arriaga para que, face à situação militar, os distritos de Vila Pery e da Beira passassem a ser considerados como zonas de 100% para efeitos de atribuição da subvenção de campanha às tropas

09 julho de 1973 - Carta de Marcelo Caetano a Kaúlza de Arriaga anunciando-lhe o fim da sua comissão em Moçambique: a carta fatal. A carta de Marcelo Caetano contém uma crítica violenta e clara ao modo como ele exerceu o seu cargo: “Reconheço a vantagem, para si, para Moçambique, para todos nós, em outra pessoa rever os conceitos e as táticas da ação anti subversiva em Moçambique”.

26 julho de 1973 – Substituição de Kaúlza. O General Kaúlza termina funções a **31 de julho de 1973**, sendo substituído pelo **General Basto Machado** no cargo de comandante-chefe de Moçambique. É o reconhecimento do falhanço da operação Nó-Górdio, anunciada por Kaúlza como o torniquete para aniquilar a FRELIMO. Kaúlza passa a liderar o que António de Spínola designa de ‘a revolta dos generais’, em rutura à direita com a política de Caetano.

31 julho de 1973 - Último telegrama de Kaúlza de Arriaga como comandante-chefe em Moçambique.

O telegrama foi dirigido a Sá Viana Rebelo, Ministro da Defesa: “Hoje, 31 de julho de 1973, último dia do meu comando em Moçambique permito-me referir a Vexa o seguinte: Não me considero detentor da verdade nem do dom da infalibilidade, contudo julgo que conceitos estratégicos e técnicos em vigor em Moçambique face à conjuntura atual e face aos meios existentes são os únicos válidos e que alterações profundas de tais conceitos poderão provocar o desmoronamento de Moçambique. Julgo ainda insuficientes quantitativamente e deficientes qualitativamente os meios existentes”.



O General Kaúlza de Arriaga foi o Comandante em Chefe das Forças Armadas em Moçambique entre 1970 e 1973.

Ao deixar o Alto Comando de Moçambique, as Tropas que tinham operado sob as suas ordens dirigiram-lhe uma mensagem que termina assim:

«Talvez por isso - pela maneira de ser Chefe, pelo jeito de entender a alma de que somos almas e o sangue de que somos sangue, possa agora o General Kaúlza de Arriaga contar com um amigo em cada um dos que teve sob o seu Comando. Talvez por isso - mas não só. É que não é impunemente que se é grande, de muito alto.»

Transcrição da parte final da mensagem de despedida que o General Kaúlza de Arriaga dirigiu aos GE e GEP:

«GE e GEP!

Muitos têm os olhos postos em vós.

As próprias Forças Armadas a que pertenceis, as populações, o País e numerosos amigos estrangeiros. Todos estes vos olham na expectativa e com esperança e fé na vossa ação e nos vossos feitos.

E o inimigo fala em vós, de Pequim, de Moscovo, de Dar-es-Salam, de Lusaka, através de constantes emissões radiofónicas ou doutros processos de difusão e propaganda, pela razão única de que vos considera e teme.

GE e GEP tendes já fama a sustentar e dilatar!

Sustentai-a e dilatai-a, pela tenacidade e agressividade no combate contra o inimigo e pelo esforço na ajuda às populações e na justiça e amizade com que as tratais.

Fazei-o para bem de Moçambique e de Portugal, fazei-o como lição ao Mundo.»

CAPÍTULO 8

GURO: Comando Operacional das forças de Intervenção (COFI)

O **Guro** é atualmente um distrito da província de Manica, com sede na vila de Guro também chamada **Sanga** ou **Guro-Sede**. Tem limite, a norte e a oeste com o distrito de Changara da província de Tete, a sudoeste com o distrito de Bárue, a sul e sudeste com o distrito de Macossa, a leste com o distrito de Tambara e a nordeste com o distrito de Moatize da província de Tete.

De acordo com o Censo de 1997, o distrito tem 45 680 habitantes e uma área de 6 920 km², daqui resultando uma densidade populacional de 6,6 h/km².

Divisão Administrativa

O distrito está dividido em quatro postos administrativos (Guro, Mandie, Mungari e Nhamassonge), compostos pelas seguintes localidades:

- Posto Administrativo de Guro:
 - Sanga
 - Bunga
- Posto Administrativo de Mandie:
 - Demaufe
 - Massangano

- Posto Administrativo de Mungari:
 - Bamba-Chitondo
 - Chivuli
 - Mungari
- Posto Administrativo de Nhamassonge:
 - Nhacaduzuduzu
 - Tanda



No GURO situava-se o Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), ao qual cabia o emprego das forças da reserva do comando-Chefe, atuando em operações independentes.



Foi no Mungári, em cujo Destacamento GEP estacionei e passei a receber as instruções do Capitão Fernandes/Tenente Serra para preparar as minhas intervenções, que por sua vez reportavam ao COFI no Guro.

O Destacamento GEP do Mungári estava, assim, diretamente dependente do COFI-Comando Operacional de Forças de Intervenção, sediado no Guro e comandado pelo Coronel Morgado, que eu havia conhecido quando por lá tinha passado na semana anterior, depois da célebre emboscada, no cruzamento da Macossa (adiante descrita).

A lógica de atuação operacional que estava em prática muito antes e durante os anos da minha atividade militar pressupunha a existência natural do Comandante-chefe, que punha em prática a prossecução dessa lógica, com competências dos comandos das forças terrestres, navais e aéreas e também de âmbito de administrativo e logístico, da província.



A partir de novembro de 1970, em simultâneo com os comandos-adjuntos, com a possibilidade de exercer funções operacionais quando superiormente delegadas e dos seguintes comandos subordinados:

- Comandos Territoriais, nos locais onde não se verificava ação inimiga;
- Comandos de Zona e de Setor, onde existia ou pudesse vir a existir ação inimiga;
- Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), ao qual cabia o emprego das forças da reserva do comando-Chefe, atuando em operações independentes;
- Comandos Navais;
- Comandos Aéreos.

Para atuações mais específicas foram ainda criados comandos subordinados especiais:

- Comando Operacional da Defesa de Cabora-Bassa (CODCB), destinado à defesa das infraestruturas da barragem de Cabora-Bassa;

- Comando das Cargas Críticas (CCC), responsável pela segurança do transporte, de material crítico, por via férrea, desde o porto da Beira ao local da sua utilização.

Noutros locais onde se manifestava elevada importância, como foi o caso do distrito de Tete, foram criados comandos subordinados, exercido pelo governo civil do distrito em questão, onde se estabeleceu um Comando de Zona de Operações. Para isso, o TO de Moçambique dispunha dos seguintes meios:

- O mecanismo de ação e operações psicológicas.

- Os meios de mentalização geral, de cooperação com as Autoridades Cíveis ou relativos a tarefas próprias, incluindo engenharia militar de comunicações e construções, todos tendo em vista a promoção das populações.

- Os meios de quadrícula dos Comandos de Zona ou Setor de Operações, em regra constituídos por forças militares normais, milícias e populações em autodefesa, tendo em vista o controlo geral do território e a segurança específica prioritária de alvos de grande importância.

- Os meios de quadrícula dos Comandos Navais, tendo em vista o controlo geral das águas lacustres e marítimas territoriais e a segurança específica prioritária de alvos de grande importância.

- Os meios de intervenção dos mesmos Comandos, de preferência constituídos por forças especiais, incluindo GE, tendo em vista a pesquisa e captura ou destruição sistemáticas do inimigo.

- A reserva, em meios terrestres, do Comando-Chefe, constituída sobretudo por forças especiais, incluindo GEP, transportadas em aviões Noratlas, e por tropas mecanizadas de engenharia, todas destinadas ao reforço dos Comandos subordinados ou a atuarem independentemente, sob o COFI, em operações de qualquer natureza, designadamente de eliminação prioritária de eventuais “bases” e “áreas libertadas” inimigas.

- A Reserva, em meios aéreos, do Comando-Chefe, forças destinadas ao apoio dos Comandos subordinados de superfície ou a atuarem independentemente.” (Arriaga, 1987).

Interessa, ainda aqui referir, no que concerne à estrutura da componente terrestre, que esta se organizava em vários níveis hierarquizados, competindo-lhe funções próprias:

A Região Militar (RM) que, em tempo de paz tinha atribuições no âmbito do recrutamento, mobilização, instrução, informações, logística e justiça. Em matéria de contrassubversão, cabiam-lhe as funções administrativo-logísticas, a ação de informação e contrainformação em benefício do escalão Comando-Chefe, e ainda, de acordo com orientação do Comando-Chefe, a atribuição de operações específicas ou autónomas.

A Zona de Operações (ZO), entra no âmbito do escalão da manobra militar e, como tal, cabiam-lhe, o planeamento e condução das operações de acordo com as diretivas emanadas pelo Comando-Chefe, bem como diligenciar e coordenar o esforço de pesquisa dos escalões subordinados na aquisição de informações. Chegou a ser criada uma ZO no norte do território, a (ZIN), da qual não se obtiveram os resultados desejados. Mais tarde, foi criada a Zona Operacional de Tete (ZOT) e as zonas de equivalente escalão das forças aérea e terrestres.

O Setor Operacional (SO) tratava-se do escalão operacional de execução. Dispunha de um comando de Agrupamento, exercido por um Brigadeiro ou um Coronel tirocinado e, com um Estado-Maior (EM), comandado por um tenente-Coronel. Em matéria de logística, o SO apenas orientava os escalões subordinados, os subsectores – que estavam atribuídos a unidades de escalão batalhão – de acordo com as suas necessidades.

CD25A

CD25A

CAPÍTULO 9

Estava-se em fevereiro de 1973

**Foi com este “herói” que eu
parti do Dondo com destino ao
Mungári, no distrito do Guro da
atual província de Manica**

O furriel Marques era português e um homem alto, robusto, bem-humorado, mas pouco disciplinado. Ostentava orgulhosamente uma farda preta e uma boina amarela de GE.

Para nós “GEP” o furriel Marques era como um herói, porque se metia à estrada a fim de apoiar as tropas especiais no teatro de operações (TO). Todas as semanas enfrentava situações de perigo iminente. Porém, a sua conduta de desenfreado no Dondo levava os mais graduados a tratá-lo por “o Marques maluco” pela forma espontânea e atrevida como abandonava o quartel, após regressar do mato.

Foi com este “herói” que eu parti do Dondo com destino ao Mungári, no distrito do Guro da actual província de Manica. Percurso de cerca de 450 km, longo sem dúvida, pois teria de atravessar 6 distritos, 2 na actual província de Sofala (Dondo e Nhamatanda a ex-Vila Machado a 100 km da costa do Índico) e 4 na actual província de Manica (Chimoio, Manica, Catandica a ex-Vila Gouveia e Guro).

Entre o Dondo e Vila Gouveia as nossas duas viaturas circularam livremente. Porém, em Vila Gouveia as viaturas deveriam integrar uma coluna militar; coluna esta que depois do Guro ainda seguia em frente até à cidade de Tete.

A nossa partida do Dondo ocorreu no princípio da noite. Entre o Dondo e Nhamatanda percorremos sem problemas a estrada que se desenvolve numa zona de planície – é a baixa do Rio Pungué, mas a partir de Nhamatanda começa um serpenteado ascendente. É a escalada para o planalto de Manica onde por sinal se situa o ponto mais alto de Moçambique, o Monte Binga com 2436 m de altitude.

Partimos do Dondo ao anoitecer, mas quando passámos junto do Monte Xiluvo era já noite avançada. O Monte Xiluvo sobressaía numa zona de floresta (hoje totalmente dizimada) e nele se situava uma enorme antena parabólica dos correios.

O silêncio dos companheiros dentro da viatura e o aspeto da floresta, a escuridão da noite, o roncar do motor da “berliet” e o cheiro da minha roupa nova - o camuflado (que poucas vezes o havia vestido) – faziam-me arrepiar.



Militar moçambicano ostentando uniforme de GE

O outrora, eu, mais criança, havia circulado com a maior das felicidades naquela estrada ora em busca da praia beirense ora em busca das costas de Sofala, ou mesmo no percurso inverso a caminho do lar, em Vila Pery, quando eu deixava a Beira, a cidade que me recebeu durante quatro anos como estudante.

A floresta e a sua aproximação com o Parque Nacional da Gorongosa despertavam em mim outras lembranças tais como os macacos e as impalas a cruzarem a estrada. Para mim o Xiluvo ainda era o natural prolongamento do paraíso dos animais selvagens – a Gorongosa.

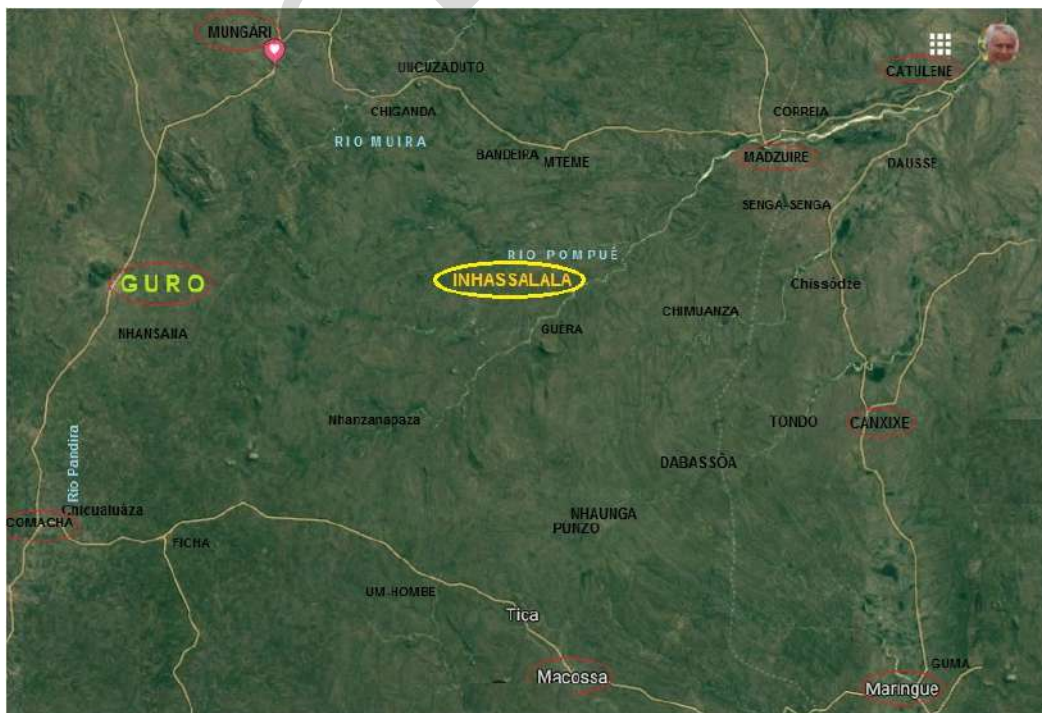
KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Cidade de Vila Pery (actual Cidade de Chimoio)

Quando se chegava a Vila Pery (Chimoio), considerava-se que já tinha sido percorrido metade do caminho que separa o Dondo de Vila Gouveia (a atual Catandica).



Passava da meia noite quando transpusemos a porta de armas do Quartel de Vila Pery e ali imobilizámos as duas “berliet” em ponto altaneiro do quartel a escassos cem metros da linha férrea Beira – Machipanda.

O modo como ficou orientada não enganava, porque ficou pronta a retomar a viagem como de facto aconteceu quando eram seis horas da manhã.

Como bom cidadão e orgulhoso de ainda ser um residente de Vila Pery desde os primórdios dos anos 60 e também por lá se encontrarem a viver e a trabalhar os meus pais, foi bom poder voltar ao lar e dormir umas horas no seio da família.

CD25A

CAPÍTULO 10

Vila Gouveia, hoje Catandica

Vila Gouveia e o Guro foram nos primórdios da nossa presença secular em Moçambique domínios de um prazeiro originário de Goa (Manuel António de Sousa, o Gouveia). Como se sabe os prazeiros cobravam impostos em espécies (ouro e marfim) e casavam normalmente com as mulheres locais mais bonitas. O prazo só podia ser dado em herança à filha mais velha, sob condição de esta se casar com um português nascido em Portugal. Quando em 1832 Portugal suprimiu o sistema de prazos, teve que ceder nos privilégios aos senhores e adiar a decisão final até 1890; Catandica ou Vila Gouveia (como eu me habituei a chamar) era a sede da circunscrição do Bárue. Era uma vila encantadora situada no sopé de uma cadeia montanhosa que servia de fronteira entre Moçambique e a Rodésia (atual Zimbabwe). Em Vila Gouveia eu recordei-me das minhas viagens entre Vila Pery e Moatize e também de alguns passeios na vila e nos seus arredores junto à Serra Choa, nomeadamente:



- **A queda do Nhangangare** (do lado de Moçambique) e a reserva do Inyanga (do lado do Zimbábue);
- **O caminho para a Serra Choa**, o posto administrativo localizado na montanha, próximo de uma represa a quem chamavam piscina. Uma piscina completamente cercada por canas da Índia (ou bambús). Era um local apazível.
- **O Sr. Rino e os herdeiros de Vally Ossman**. O Sr. Rino era o dono dum dos melhores hotéis e o Vally Ossman tinha sido o dono de uma fábrica de óleo de amendoim. O Clube Desportivo de Vila Gouveia possuía uma placa em memória deste bem-feitor.
- **A pista de avionetas**, que cheguei a utilizar numa viagem que realizei de Tete para Vila Pery quando passei à situação de disponibilidade em 01 de novembro de 1974.

Quando chegámos a Vila Gouveia, fomos tomar o pequeno-almoço ao restaurante do hotel do Sr. Rino.

Lá dentro, não disse, mas pensei, “mas que grande confusão”: Muitos militares, muitas refeições, muito tabaco e também muito barulho.

O Sr. Rino não sorria.

Excetuando os cabelos brancos, aquele homem parecia não acusar a sua idade avançada. Para ele não havia postos, eram todos militares, por isso atendia todos de igual modo. Com a posição de alferes, eu ansiava ser servido não pela posição, mas para me libertar rapidamente do pernicioso fumo do tabaco.

Quando ele olhou para mim fixou-me com o seu olhar e sorriu, pois, ainda se lembrava de mim, uma criança, que por ali havia passado várias vezes no autocarro que ligava Vila Pery a Moatize e vice-versa. Ainda nos lembrámos e rimos da minha avó ter um dia falado de um local, à entrada da Vila, onde um leão encontrara a morte, devido a ter sido atropelado por uma viatura pesada da Camionagem Automóvel dos Caminhos de Ferro, em movimento, que transportava passageiros e que por sinal era conduzida pelo meu tio Rosa.

Qual a sua poção, Sr. Rino? Perguntei.

Respondeu-me: *“É o meu trabalho diário, meu caro, desde as 5 da manhã às 11 da noite”*.

“Mas que bela poção!” Retorqui.

“Então e você, vai apanhar a coluna para o Guro?” Respondi: *“Só podia!”*

“Oh Alferes tenha cuidado, olhe que isto anda ruim!”

“Obrigado pelo aviso”, e acenei-lhe na despedida.

A coluna militar para o Guro e Tete estava quase formada e começava precisamente em frente da cantina de um asiático situada à saída da Vila.



Após eu ter chegado à minha “berliet” o furriel Marques que ali se mantivera o tempo todo, apontou-me o lugar que estava reservado ao seu alferes – a mim. Dentro da cabine, pois claro. Esta era a forma correta de cumprir e fazer cumprir o RDM - Regulamento de Disciplina Militar.

A dado momento, antes da partida surgiu um outro militar e o meu lugar foi dividido entre mim e um outro alferes (médico) que tomou o seu lugar entre mim e o motorista. Ele, o furriel Marques, tomou posição na caixa de carga da viatura. Preferia eu que ele continuasse a meu lado como orientador, pois que para mim era a primeira vez que circulava em zona de combate.

O nosso furriel Marques tinha conseguido sobreviver uns dias antes a um raro ataque à queima roupa com roquete entre Vandúzi e Vila Gouveia, a poucos Km depois de ter passado a ponte do Púngué, uma zona que o comando militar sediado em Chimoio ainda considerava livre e controlada. Ele era por isso alguém que me inspirava confiança pela sua experiência de combate, tendo até durante a nossa viagem aconselhado várias hipóteses de reação ao inimigo em caso de ataque.

À hora marcada a coluna formada com cerca de uma centena de veículos militares e civis iniciou a sua marcha em direção ao Guro.

Para quem não sabe, uma coluna era normalmente organizada com duas viaturas de combate à frente e outras duas à retaguarda. E dentro da coluna tomavam lugar alternadamente viaturas civis e viaturas militares. Portanto a proteção de pessoas e bens, civis e militares, estava por princípio entregue ao grupo de combate que viajava e se distribuía à frente e atrás pelas 4 viaturas referidas.

No meu caso, alferes miliciano GEP recém-formado, deslocava-me do Dondo para o Guro e imediatamente depois para Mungári mais como passageiro do que como combatente, pois iria juntar-me primeiro ao grupo GEP007 e depois iria comandar o GEP008, cujo comandante tinha-se ausentado para Portugal por motivo de doença.

Interrogava-me então sobre a minha segurança. Dependia ela de mim ou somente desses colegas ou de mim e deles simultaneamente? Por incrível que pareça eu nunca tinha pensado neste assunto e estava de facto com muitas dúvidas numa altura em que já deveria estar bem esclarecido. As explicações do furriel Marques de como eu me deveria comportar foram tantas que mais uma já me fazia corar. Eu era daqueles que acreditava plenamente no sucesso e não admitia que alguma vez viesse a cair numa emboscada. Portanto, resisti e não pedi mais esclarecimentos, seria fraquejar demais.

A temperatura estava baixa em Vila Gouveia, porque era um dos locais mais frios da região centro na época seca.

Os militares estavam maioritariamente vestidos de camuflados com os bonés encaixados na cabeça e abas sobre as orelhas!

PRIMEIRA EMBOSCADA

(perto de Comacha, na EN7 junto ao cruzamento para a Macossa)

” Participei com grande ânimo na reação à primeira emboscada montada pelo INIMIGO”



Manuel da Silva - Alferes Miliciano, GEP

A coluna progredia a média velocidade cerca de 40 km/h e tudo parecia estar a decorrer da melhor forma. Estávamo-nos a aproximar do cruzamento da Macossa (Comacha), uma zona onde o inimigo estava mais ativo. Não me envergonho de vos contar que o meu coração batia cada vez mais. Ensaivava em pensamento o salto para o alcatrão com a viatura em movimento, porque olhando a mata suspeitava dela e adivinhava os perigos que escondia. Eis que subitamente ouço uma forte rajada de metralhadora logo seguida de enormes rebentamentos. Parecia que a minha cabeça estoirava com tanto estrondo. O meu raciocínio paralisou por uns momentos. Por um lapso de tempo não sei o que se passou. De repente dou conta que estava refugiado debaixo da viatura atrás de uma das rodas. Os primeiros minutos foram dramáticos quase rebentava com os meus próprios batimentos cardíacos. Embora em pleno dia, parecia que tinha mergulhado na escuridão. A minha ligação com o mundo ressurgiu através dos gritos do Marques: **“Filhos da puta, óh turras duma figa, venham cá seus cobardes”**.

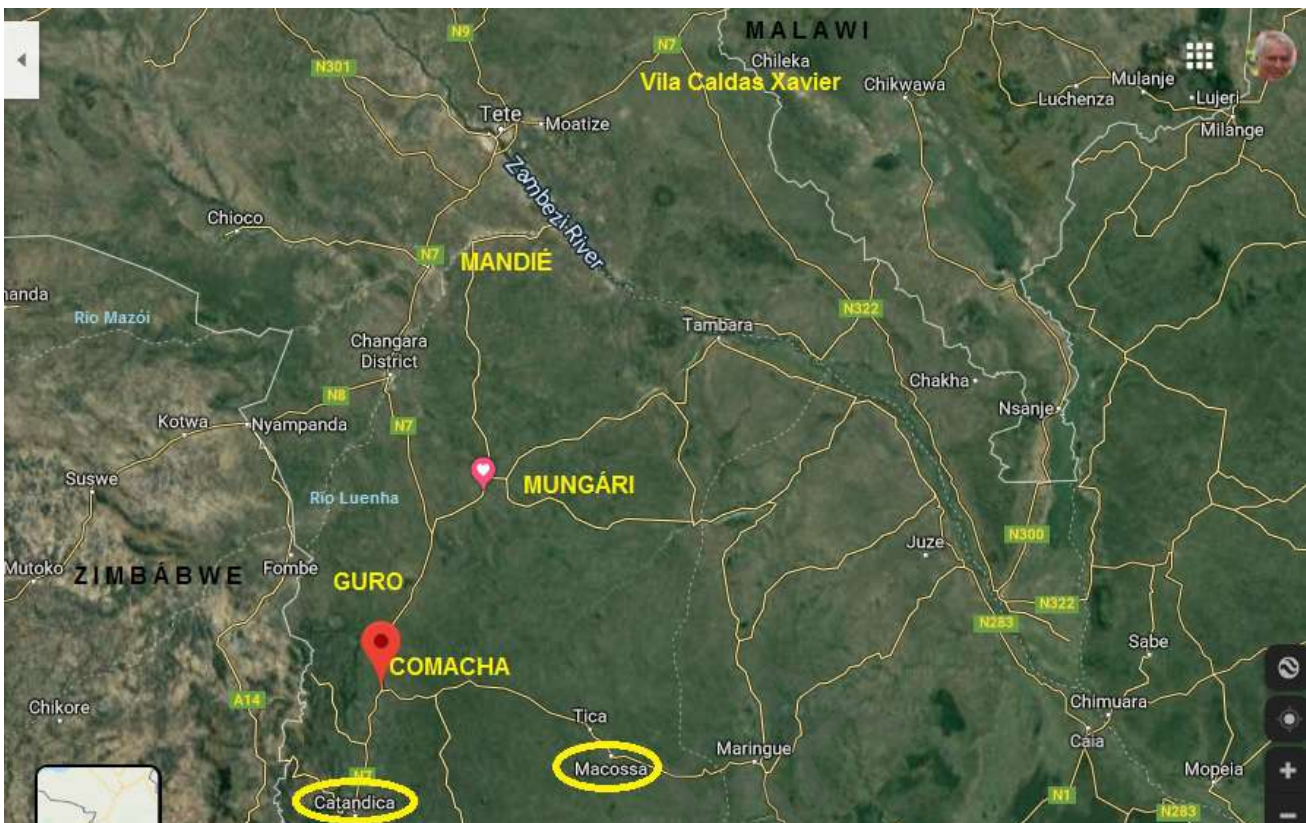
Recuperado e verdadeiramente consciente que tínhamos caído numa emboscada, coloquei-me em posição de tiro atrás da roda, mas eu não falava, muito menos gritar. Depois, a rastejar, cheguei à beira da estrada, num ponto onde me sentia simultaneamente bem protegido e bem colocado para disparar pois havia ali à minha frente um enorme monte de térmitas (também chamado morro de muchém).



Por sua vez o alferes-médico, que viajava entre mim e o condutor, desarmado por opção, continuava dentro do carro, mas com a cabeça junto aos pedais e corpo pendente do assento. O condutor saiu pela porta e fazia tiro a tiro no lado oposto ao meu.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Rajadas e mais rajadas, tiro e mais tiro, morteirada e mais morteirada. O inimigo parecia estar a errar na pontaria, mas teimava em não parar com o fogo. Os militares do grupo de proteção/perseguição encarregados da segurança da coluna, também eles retemperados nas suas forças, procuravam o inimigo e agiam em sua perseguição chegando mesmo à orla da mata que ficava a mais de 200 metros.

Era necessário mais, pensei eu, mas atuar em segurança também era preciso. Eis que me lembro dos meus dilagramas. Ora a rastejar, ora de pé e a correr aos ziguezagues, lá fui buscar os meus dilagramas que estavam arrumados na caixa de carga da viatura [dilagramas são tubos que prendem as granadas defensivas e que se encaixavam na ponta da G3 de onde saem pela força da explosão de uma bala própria para os dilagramas]. Também não me esqueci de levar comigo granadas defensivas para arremessar à mão, se a tanto fosse obrigado. Disparei 3 dilagramas com a minha G3 seguidos e apontados de forma a poderem cair e explodir longe em locais distintos, dentro da mata, de onde vinham as rajadas do inimigo. Rebentaram os dilagramas e curiosamente pararam as rajadas. “Boa!” Disse eu.

“Meu alferes você é um valentão!” Exclamou o Marques. “Fui valentão, fui...na verdade foste tu quem os puseste em fuga devido à tua má língua e pouca vergonha em chamares-lhes nomes tão feios”. Continuando, exclamei: “Marques, não te iludas com a minha valentia. O que interessa é estarmos aqui ainda vivos”.

Estava animadíssimo a gracejar com o Marques e outros militares que, entretanto, se aproximaram quando, e qual não foi o meu espanto, o comandante do grupo de

proteção/perseguição, também alferes, regressado da orla da mata, vem ter comigo com os do seu grupo e observa-me: “Oh colega, você não sabia que não devia fazer fogo?”

“Quem, eu? Mas aqui quem é que não fez fogo?”

“Eu sei!” Observou ele.

Perguntei-lhe: “Então, o colega não achou por bem que eles tivessem **dado à sola!**”

“Tudo correu bem, **mas você quebrou a disciplina de combate dos dois grupos que tinham por missão a proteção desta coluna**”. “Então, fui eu que quebrei o quê?!” Esta é demais! (pensei).

Entretanto, os civis aperceberam-se da minha ação e estavam bastante contentes por eu ter contribuído para a fuga do inimigo e, por isso, estavam a aproximar-se para me saudar e conhecer.

O colega refilão, afasta-se rapidamente e manda todos para as viaturas.

Feridos não havia. Porém, alguns queixavam-se dos cotovelos e dos joelhos. No meu caso, rasguei apenas o meu camuflado numa das pernas. Foi tudo muito rápido, como se impunha, que nem eu me lembro como rasguei as calças.

Apercebi-me depois que o inimigo afinal tinha atingido um camião-cisterna de transporte de combustível integrado na nossa coluna, mas como estava perfurado acima do meio isso garantia que meia carga desse combustível chegaria ao seu destino.

Este foi o meu batismo de fogo. Nessa noite ainda chegámos ao destacamento de Mungári.



MONTE CALINGA-MUCI ou KANÍNGAMUNSI



Viajando na EN7 no sentido de Tete para o Chimoio. Como se vê na fotografia, o Monte KANÍNGAMUNSI e a picada de acesso a Mungári ficam ao nosso lado esquerdo

Voltando à observação do colega refilão: “Tudo correu bem, mas você quebrou a disciplina de combate dos dois grupos que tinham por missão a proteção desta coluna”

Ainda hoje me interrogo sobre a minha falha: Se o resultado final foi BOM, que satisfiz a maioria, como teria eu quebrado a Disciplina de Combate?

De facto, a disciplina é a obediência ao conjunto de regras e normas que são estabelecidas por determinado grupo. Também se pode referir ao cumprimento de responsabilidades específicas de cada pessoa.

Do ponto de vista social, a disciplina ainda representa a boa conduta do indivíduo, ou seja, a característica da pessoa que cumpre as ordens existentes na sociedade.

Neste aspeto, o oposto de disciplina é a indisciplina, quando há a falta de ordem, regra, comportamento ou de respeito pelos regulamentos.

Posto isto, cada grupo social apresenta o seu conjunto de normas e regras de conduta, que variam de acordo com os seus preceitos. O significado de manter a disciplina no trabalho ou a disciplina na igreja, por exemplo, são diferentes, visto que para cada parte as regras e comportamentos costumam variar, de acordo com aquilo que estas consideram de maior importância.

Manter a disciplina ainda pode estar relacionado com o ato de ser constante, ou seja, de se dedicar ao cumprimento de determinada tarefa para o alcance de um objetivo final, por exemplo. Aliás, ter disciplina no trabalho é fundamental para o bom desempenho de qualquer profissional.

Depois desta análise, chego à conclusão que fui indisciplinado porque não recebi ordens desse Grupo de Combate. Tomei uma atitude pessoal arriscada da qual me saí muito bem, tendo ganho até confiança em mim, mas todos nós devemos acatar a disciplina e em caso de dúvida, teremos que interrogar o superior sobre o nosso papel na Equipa ou no Grupo.

**Entre o ver e as palavras entrepõe-se o vivido.
Mas o ver tem um tempo que só pode ser o presente.
As palavras, essas, escravas do vivido, nascem sempre de um depois.**

Júlio Pomar

CD25A

CAPÍTULO 11

João Fróis, in "Notebook" Mungári, Moçambique 1972/73



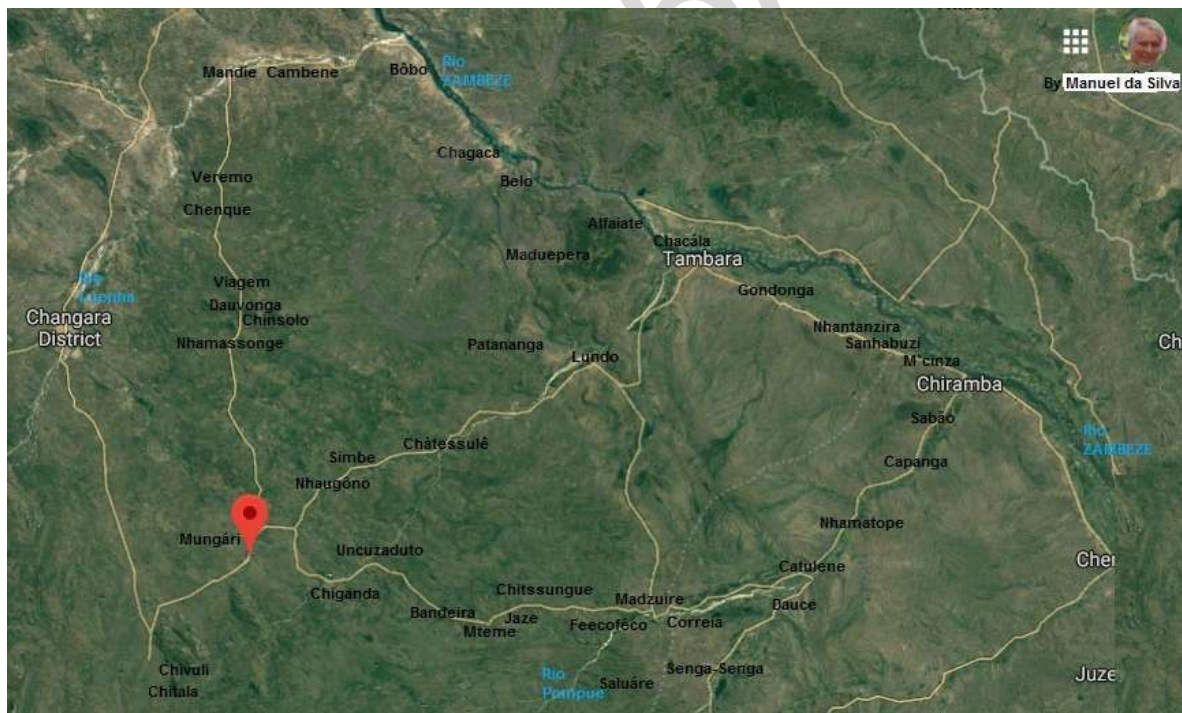
Mungári: da paz à guerra, quase sem dar por isso

Já montei o posto de rádio, nos anexos da cantina do "Serras Pires & filhos". Ocupo, sozinho, uma divisão confortável, com os caixotes dos rádios e das antenas a servir de mesa, sob uma janela com vistas largas. Oficiais e sargentos, secretaria e depósito de

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

géneros fica tudo instalado nos anexos da cantina do Félix. O resto ficou perto da casa do administrador. Na cantina do Sr. Correia e esposa, que controlam totalmente as trocas comerciais, estão instalados os cinco agentes da PIDE/DGS. A situação começa a ficar tensa.



Os PIDES/DGS querem fazer limpezas nos aldeamentos e requisitam segurança à tropa. Argumentam que é preciso alguma "ação psicológica", mas não convence ninguém. Eu lá continuo no meu canto. Um dia, um dos alferes entra no posto de rádio e fica furo com as

fotografias da guerra do Vietnam que tenho coladas nas paredes. Caguei. A cerveja em garrafas de litro, a chamada bazuca, tem uma saída colossal. Os cantineiros Félix e Correia vão-se enchendo, mas para nós desde que haja cerveja, está nice.



Na zona só há um poço a fornecer água. O que cria vários conflitos. Roda soruma (marijuana) por todo o lado e a guerra ainda não chegou. Em noite com pouco luar, a malta empoleira-se nos sacos de milho no armazém agrícola para ver filmes porno. Os cabritos e as galinhas são ao preço da chuva e todos os dias é tipo "La Grande Buffet". Só falta a professora. A situação é meia anárquica, e acaba diariamente numa festa. É uma sucessão quase diária de copos /ressaca/copos. Prevejo que não vai durar muito tempo, pois há qualquer coisa no ar! Uma noite fui dar uma volta e ouvi ruídos estranhos. Vinham duma casa anexa à administração. Por uma janela vi que os PIDES tinham um velho amarrado e deitado de barriga para baixo. Batiam-lhe nas costas e nas solas dos pés, com um chicote.

Depois de o homem ter desmaiado, puseram-no na rua e passaram por cima dele várias vezes com o jeep. Pouco depois, foram deitá-lo ao rio Luenha. Conteí o caso a uns colegas e disseram-me que era hábito fazerem isto. Há muita gente a passar-se da cabeça. A poucos quilómetros de Mungári, a Companhia tem dois destacamentos, um em Mabziguiro e outro em Chinsoro. No Chinsoro vive um alentejano barrigudo, de bigodes retorcidos. É o chefe de posto. Um dia, perdido de grosso (bêbado), perdeu as estribeiras e matou um velho do aldeamento com um tiro de pistola. Em Mabziguiro aconteceu outra situação macabra. Os PIDES, que regressavam de uma cena de copos, reuniram os homens do aldeamento. Armados em comandos, mataram três a tiro

e deixaram-nos no meio do mato para "serem comidos pelos leões e hienas"! Comuniquei à chefia da companhia, mas a resposta foi rápida: "isso são operações civis que não nos dizem respeito". Com tantas ou tão poucas, a guerra rebentou a sério! Ontem estivemos a beber até de madrugada. O Couto foi dormir mais cedo pois tinha de sair cedo para a picada. Não o vimos mais. Às nove da manhã, uma chamada via rádio diz-me que o Unimog do Couto "foi pelos ares. Uma mina desfez o gajo"!



Como há falta de água em Mungári, temos de ir encher bidões de 200 litros ao Guro ou à Changara, no rio Luenha, quase diariamente. Por vezes levamos também um enorme reservatório de borracha na parte de trás da Berliet. Era passeio agradável. Agora deixou de ter qualquer piada. As minas e os tiroteios na estrada são coisa séria. Há poucos dias, íamos a alta velocidade a caminho do rio, numa estrada alcatroada, quando sofremos uma emboscada. Face ao tiroteio, saltamos de qualquer maneira das viaturas para o alcatrão. Muitos ficaram feridos pois bateram com os cornos no alcatrão duro! Dois ou três dias depois, rebenta outra emboscada. Sofremos um morto e um ferido, por ter saltado para cima de uma mina antipessoal. No meio do tiroteio cruzado, alguém matou uma gazela. Acabamos num alto pitéu a celebrar a vida. No meio de tudo isto, acabo por conhecer o "Zé Quarenta" e o Cordeiro. São furriéis, um dos GEP e outro dos GE, ambos viciados em "speed"! O Cordeiro acabou por desaparecer sem deixar rasto. O "Zé Quarenta" aguentou-se um pouco mais, mas acabou por ser transferido para a Beira. Como prenda, deixou-me uns "lipos" e umas "metas". Regularmente, os soldados dos GEP abastecem-nos de soruma, que trazem do mato em enormes bornais. Nós pagamos com cerveja ou alguns trocos. Frequentemente vou ao aldeamento jantar caril de rato do mato. Até não é mau, desde que afogado em

muita bebida. Dá para conversar, pois há sempre caras novas e fumam-se muitos charros. Sinceramente, estou farto disto. Hei-de explicar-vos porquê...

João Fróis, in "Notebook" Mungári, Moçambique 1972/73"

OBRIGADO JOÃO FRÓIS PELA TUA DESCRIÇÃO IRREPREENSÍVEL!
Este agradecimento parte do ex-Alf. Milº. GEP – Manuel da Silva

CD25A

CD25A

CAPÍTULO 12

Estive em Mungári desde fevereiro de 1973 a junho de 1973

A PÁTRIA
HONRAI



MUNGÁRI

QUE A PÁTRIA
VOS
CONTEMPLA

(MUNGÁRI-1)

Eram seus nomes *Pacate Comunda* e *Pingai Combói...*



Deambulava eu, uma certa manhã, pelas ruas apinhadas da linda **"Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, Não Há Outra Mais Leal"** (atual Região Administrativa Especial de Macau da R.P. da China) quando fui assaltado subitamente por um pensamento que me transpôs a Mungári, na altura um Posto Administrativo pertencente ao Distrito de Bárue, em Moçambique. Todavia, Mungári é atualmente ainda um Posto Administrativo, mas pertence agora ao Distrito de Guro e situa-se na Província de Manica, na zona que liga as Províncias de Tete e de Manica - uma espécie de pescoço de cavalo, conhecido pelo nome de "Istmo de Tete", segundo a terminologia militar.



Durante a guerra movida contra a FRELIMO, e para quem tiver paciência para me ler, deixo aqui um relato que desejo partilhar.

Devido às suas características o istmo de Tete não era somente uma referência importante para nós e para o inimigo, mas essencialmente porque desde julho de 1972 funcionava como um autêntico corredor que permitia o avanço em grande escala das guerrilhas para sul.

Porém, em jeito de introdução vou revelar-vos como passei a simpatizar com este nome «Mungári».

Na minha juventude (nos anos 60's), eu com cerca de 13 anos, os meus irmãos e alguns companheiros costumávamos ir jogar à bola no campo de futebol pelado da nossa linda cidade de Vila Pery, no famoso Campo Municipal do Chimoio (atualmente designado por Campo de Concelho Municipal do Chimoio) onde treinava e jogava a equipa do Sport Clube de Vila Pery, campo este que ficava próximo da Exposição Feira de Chimoio e da minha casa.



Da esquerda para a direita:
O autor (ainda menino), mãe Alice, pai José, no meio destes o meu irmão Adelino e o meu irmão Zeca



Nessa altura era frequente deparar-me com dois trabalhadores cuja ocupação passava pela campinagem (termo que em Moçambique é tomado como o trabalho de cortar relva ou capim com uma enxada) e alguns trabalhos menores de beneficiação do campo. Eram seus nomes **Pacate Comunda** e **Pingai Combói**. Por sinal trabalhavam sob as ordens do meu pai, um funcionário da Câmara. Humildes e sempre sorridentes, apesar do desconforto causado pelas enxadas que empunhavam sob calor intenso. São estas as imagens que ainda retenho deles.

A sua simpatia despertou em mim alguma curiosidade e o meu pai deu-nos a seguinte explicação a mim e aos meus dois irmãos: “Eles eram presos que gozavam de uma pequenina liberdade, porque se obrigavam a apresentar no fim de cada dia na prisão local, depois de uma jornada de trabalho fora das grades. E era ali no campo, onde poderiam então sentir-se mais à vontade porque não eram tão vigiados como o seriam dentro das quarto paredes, na prisão”.

Sabendo nós, miúdos, da sua condição de prisioneiros, passámos a dar-lhe alguma assistência em termos de pequenas ofertas em dinheiro que eles gastavam principalmente na compra de pão e cigarros.

Referiram-nos eles que eram ambos do Mungári (Báruè) e eram descendentes do Makombe e que tinham sido presos a mando do administrador do posto por não pagarem os seus impostos. Mais, que o dinheiro que antes haviam realizado na campanha do algodão mal tinha dado para pagar o dote “lobolo” pelo seu casamento e para a compra de uma bicicleta.

Pensando que poderiam ir empregar-se na Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) a fim de ganharem o dinheiro com que esperavam pagar os seus impostos ao estado, foram subitamente presos por sipaios quando para lá caminhavam, que os acusaram então de estarem a fugir do país (Moçambique) para se alistarem na guerrilha. Quando ouvi pronunciar a região do Bárué e que eram descendentes do Makombe, ocorreu-me imediatamente a chamada **REVOLTA DE BÁRUÉ**. Um tema que me levou a procurar na altura em livros e colher informações através dos nossos empregados domésticos. Foi uma revolta que era invocada, cada vez que queriam demonstrar o orgulho e a heroicidade do povo Barke e duma maneira geral dos moçambicanos perante o invasor que éramos nós, os portugueses.

No Istmo de Tete (a norte da província de Manica) em clima permanente de guerra

Vivia-se então no chamado Istmo de Tete (portanto no norte da província de Manica) um clima permanente de guerra e na minha situação de militar, obrigatoriamente recrutado, nada mais me restava do que simplesmente pôr em prática toda a eficiência de combate para matar e não morrer.

Como nos havia dito o meu pai, estes dois prisioneiros estavam já havia 4 anos na prisão em Vila Pery e ansiavam muito regressar ao seu Mungári, que

descreviam com muita emoção como sendo o centro do seu mundo, porque realmente para eles o Mungári podia ter sido tomado como uma espécie de oásis de liberdade no meio do sertão e por sinal donde em tempos irradiavam vários caminhos.

E hoje, pensando melhor sobre aqueles dois prisioneiros sou levado a pensar que poderiam ter sido eles também sacrificados antes e durante as suas prisões e que provavelmente no seu íntimo estaria a repetir-se as mesmas causas que levaram os seus antepassados a lutar contra os portugueses. Quando me disseram que eram descendentes de Makombe, passei a tomá-los com mais consideração e até com alguma admiração.

Todavia o Mungári, veio ainda à minha memória, porque era citado pela minha avó como sendo outrora um local do interior onde havia muitos guerreiros imbuídos do espírito leão que usavam flechas e azagaias contra os portugueses. E justificava-nos ela que o traçado da Estrada Nacional 7 entre o Guro e a Changara, a caminho de Tete, tinha sido desviado para que o seu percurso relegasse Mungári lá para o interior do sertão, por castigo e talvez até desprezo ao povo guerreiro, não sendo por isso jamais o famoso ponto de chegada e partida de outrora. Era também esta a razão que tendo eu ido várias vezes passar as férias com os meus avós a Moatize-Tete nunca havia passado em Mungári, pois que afinal se usava o traçado mais curto pela Estrada Nacional 7 entre Vila Pery e Tete (cerca de 400 km), e distante cerca de 35km do Mungári.

Durante o meu tempo de Cadete na EAMM – Escola de Aplicação Militar de Moçambique em Boane, por alturas de Outubro de 1972, o mesmo nome “Mungári” surgiu-me na voz de um capitão (capitão Mendonça dos Grupos Especiais Para-quedistas GEP) que considerava o aquartelamento de Mungári como sendo o 2º mais importante entre todos os aquartelamentos dos GEP, depois do Centro de Instrução dos Grupos Especiais CIGE sito no Dondo a cerca de três dezenas de quilómetros da cidade da Beira (capital da província de Sofala).



Portanto, por tudo o que descrevi até aqui, é agora fácil de compreender a razão por que passei desde então a sentir uma ligação afetiva a Mungári. E agora que sabeis da minha afeição àquela terra, digo-vos que, como militar (Alferes Miliciano), e com vontade ou sem ela, acabei por ir parar ao aquartelamento GEP do Mungári, nos inícios do ano de 1973.

Porém, esta minha simpatia ficou despedaçada quando me deparei à minha chegada com dois pobres desgraçados que gemiam dentro dum curral a um canto do Destacamento, com os seus corpos cheios de chagas donde exalava um cheiro horrendo!

Lembro-me ainda que à minha chegada ao Mungári, também reparei num punhado de militares recrutados em Moçambique, Atiradores de Infantaria (de boina castanha), instalados nos armazéns de duas das três cantinas, e que estavam ali estacionados aparentemente para assegurar o fornecimento de água às populações e fazer a proteção dos cantineiros e dos administrativos.

Reconheci nesse punhado um ou dois naturais da Beira onde se incluía o João Fróis autor do BLOCO DE NOTAS (BLOG) onde se gabava da soruma (marijuana) que ele e alguns dos outros seus camaradas consumiam livremente naquelas paragens. Todavia, nesse depoimento ele também nos deixou o seu testemunho sobre as atividades da PIDE/DGS e dos administradores naquelas paragens. Tanto quanto me apercebi, o João retirou-se dias depois com os restantes elementos do seu destacamento por causa da guerra que já estava a tomar proporções que só os GEP poderiam enfrentar.

Continuando com a descrição sobre os dois pobres desgraçados que gemiam dentro dum curral a um canto do aquartelamento, obviamente, ninguém me disse quem os maltratou, mas ocorreu-me imediatamente que tinham sido interrogados e espancados pela PIDE/DGS, como era habitual. Controlei-me! Quis Deus que eu não os voltasse a ver jamais, porque retirei-me cheio de vergonha para rezar sendo a minha reação bastante notada no aquartelamento, incluindo pelos militares do grupo GEP007 que daí em diante passaram a acompanhar-me durante o meu tirocínio. No dia seguinte de manhã chegou-me a triste notícia: “...que eles tinham sido enterrados junto a um embondeiro que se avistava do aquartelamento e as suas covas tinham sido abertas pelas suas próprias mãos”. Aí houve mão criminosa de colega ou colegas militares que eu nunca cheguei a saber de quem tinha sido, mas com uma certeza fiquei desde então: da forma como as suas enormes feridas estavam infetadas eles não teriam tido forças suficientes para retirar a terra e abrir as covas onde ficassem condignamente enterrados. Provavelmente os seus corpos foram facilmente puxados e comidos pelas hienas que por ali abundavam.

Fevereiro de 1973: Estava em Mungári e a FRELIMO evoluía rapidamente para o Corredor-da-Beira

Mungári era uma povoação tipicamente luso-africana formada pelo posto administrativo (símbolo do poder), três cantinas de um asiático e de dois

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

portugueses que por sinal se foram retirando à medida que os perigos também iam aumentando - uma debandada que começou ainda antes de nós ali chegarmos. O aglomerado estritamente africano possuía dezenas de palhotas espalhadas pelas redondezas.



Como militar (Alferes Miliciano GEP) fui parar ao aquartelamento GEP do Mungári, em princípios de 1973, para ir combater a FRELIMO ou Frente de Libertação de Moçambique, um movimento nacionalista oficialmente fundado em 25 de junho de 1962, com o objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português

Havia decorrido uma semana e eu já me encontrava adaptado ao Destacamento GEP do Mungári e às condições que oferecia. Nesta semana, já tinha sido apresentado ao Administrador da Circunscrição de Mungári e a mais um ou dois europeus que deduzi serem da PIDE/DGS. Já tinha visitado as duas cantinas: uma do Sr. Correia e esposa que alojava cinco elementos da PIDE/DGS e outra do Sr. Félix. Havia ainda uma terceira cantina dos "Serras Pires & Filhos", mas esta estava fechada e as duas primeiras uns dias depois, inesperadamente, também fecharam. A guerra tinha rebentado a sério após a nossa chegada!

Nesses poucos dias constatei que Mungári tinha um posto administrativo risonho e sua gente parecia dormir toda ela à torreira do sol. Só via bulir nas casas da administração civil e nas duas indispensáveis e sórdidas lojas. A povoação era bordada de catos e de onde em onde um ou outro arranjo de buganvílias (uma planta que eu passei a apreciar pois toco-lhe sempre como prova de amor em qualquer parte do mundo onde a localize e já a localizei em muitos países, incluindo Portugal).

A minha simpatia por esta terra já vinha dos meus tempos de criança devido a amizade com os dois presos que conheci em Vila Pery.

Tendo eu assistido pessoalmente ao funcionamento das cantinas de Mungári, aquilo “era fartar vilanagem!”

Certo dia, entro na cantina do Félix, para comprar sabão. Enquanto dou uma olhadela ao redor, chega junto do balcão uma residente com o filhinho às costas, melancólica, passiva, lenta, e depõe no chão ao lado do balcão uma cangarra (um tipo de cesto feito de ramos entrelaçados e atados formando uma rede) com três galinhas lá dentro, que trazia para vender.



Assisto ao interesse manifestado pelo cantineiro e à conseqüente compra das galinhas. O cantineiro, que faz rapidamente contas de cabeça, guarda a cangarra com as três galinhas e entrega à senhora dois escudos e cinquenta centavos. Esta aceita, como aceitaria trinta ou cinquenta escudos. O Félix é que sabe! Mas a senhora não quer dinheiro; prefere pano para uma capulana. E com os dois escudos e cinquenta centavos na mão pede pano branco. Mas o comprimento de pano que desejava pôr à sua volta (era aparentemente uns 2.00m) custava quarenta escudos. A senhora teria então que devolver o dinheiro que recebeu pelas galinhas e dar mais trinta e sete escudos e cinquenta centavos. Reage bem, e procura então em esconderijos nos seus panos sórdidos, mais dinheiro. Entretanto eu, que seguia os movimentos e as atitudes vejo o pau que com duas medidas daria cerca de 1.60m. Resolvi então intervir e disse alto e bom som: isto aqui pelo Mungári “é fartar vilanagem!”. Apanhado de surpresa, e talvez de vergonha, o cantineiro entrega de graça o pano branco que a senhora provou em volta do corpo, saindo satisfatoriamente pois não lhe foi pedido para acrescentar mais dinheiro além do preço da venda das galinhas.

Vivia-se por aquelas paragens na era do egoísmo e do primarismo. Tantos e tantos de nós, militares, se dedicava a enobrecer a raça humana e, de repente, assisto a que ali naquele Mungári tudo andava para trás. Em tempo de guerra os novos barões haviam descoberto o filão de como entreter a malta sugando-lhes o sangue e a vida, deliciavam-se com nobres frases de “a tropa não faz nada”. Julgavam-se ao abrigo da justiça e das regras que só servem para os outros.

Arbitrariamente, eu cometi, sem repugnância nem rebates de consciência, o pecado de me meter num assunto que não me dizia respeito, mas concorri aparentemente para um negócio mais justo entre o cantineiro e a sua cliente. **Não foi por acaso que eu fiz do Mungári o belo povoado do meu imaginário!**

CD25A

(MUNGÁRI-2)

**TINHAM PASSADO SOMENTE SETE DIAS APÓS A
MINHA CHEGADA A MUNGÁRI ...
ACERCARAM-SE DE MIM PARA ME
“CONVIDAREM” A IR COMPRAR UM VITELo**



Tinham passado sete dias após a minha chegada a Mungári e o pessoal do Destacamento, nomeadamente o Capitão Fernandes e o Tenente Serra acercaram-se de mim para me “convidarem” a ir comprar um vitelo, pois o Destacamento estava com falta de carne (disseram-me que havia dinheiro, mas não havia onde comprar os alimentos, a menos que fosse para bem longe dali a Mandiè ou a Massangano). Embora bastante surpreendido com tal “convite” que me obrigava a viajar dentro da mata por tantos km de picada e através de uma zona altamente frequentada pelo inimigo (In), eu lá lhes ia acenando afirmativamente com a cabeça, mas ao mesmo tempo puxava pela memória para descobrir como seriam aqueles lugares e lembrava-me muito bem que tinha sido em Mandiè que tinham matado o administrador Campos de Carvalho, pai do meu grande amigo Álvaro e meu ex-colega do Colégio de Vila Pery; e sobre Massangano já tinha lido e lembrava-me que era um local histórico associado a expedições militares contra o Makombe para a submissão da região, de 1807 a 1888 (durante 81 anos!).

O nosso Tenente então para me pôr à vontade ou talvez não, observa-me “se não quiseres ir, vai lá o nosso Furriel Amaral” (um ex-cabo do BCP31) que durante a nossa conversa resolveu vir ao nosso encontro de calções, em tronco nu, de chinelos e um facalhão, para me ser apresentado e talvez para me dar a saber diretamente que era ele quem iria esfolar o animal.

Obviamente, fiquei com uma grande vontade de dar um valente murro em alguém, mas disse-lhes em voz alta: “Sim, vou a Mandiè comprar o vitelo! Porque não?!”.

No dia seguinte de manhã eu e mais oito militares partimos num Unimog com 500\$00 para comprar o vitelo.



Os militares que foram comigo (do GEP007) iam armados como mandavam as regras e estavam a fazer a segunda viagem àquele local, porque conheceram a picada da primeira vez que tinham ido com o referido Furriel Amaral.



Eu não queria acreditar na minha coragem, pois que saí de Mungári sem medo algum e assumia-me cada vez mais confiante, porque acima de tudo desejava mostrar àqueles três “gajos” que eu não era um palerma qualquer, pois que ao contrário deles eu já estava habituado havia muitos anos a andar no mato e conhecia também alguns dos muitos perigos que escondia. Assim, à medida que avançava na picada, mais me sentia tranquilizado, porque a picada estava quase fechada com os ramos da vegetação verdejante e rasteira que crescia nos flancos.

A minha tranquilidade devia-se a eu me ter apercebido que o movimento de viaturas que assegurava a manutenção daquela picada já tinha parado. Para nossa orientação, havia um carreiro que se mantinha a meio da picada afundado pelos pés de caminantes e sem vegetação que era uma referência para o condutor do Unimog. E lá fomos nós em frente...

Antes de chegar à administração (aparentemente abandonada) de Mandiè os meus militares informaram-me que tinha sido ali que tinham comprado o vitelo anterior e que seria de bom tom lá voltarmos para negociar o segundo vitelo. O dono pedira-me 500\$00 (mais do que da primeira vez) e eu nem pensei duas vezes. No entanto os militares exclamaram imediatamente que eu poderia ter discutido o preço ao que eu respondi: "Acham que é caro? Perguntem vocês e oiçam o que o dono nos vai responder!" Obviamente respondeu que não podia vender mais barato, porque aquele vitelo era maior e era *irmão* do anterior.

Fingi então que poderíamos encontrar outro mais barato lá para a frente e eles anuíram, foi o que eu mais desejava, porque me deu a sorte de ir a Massangano, porque eu desejava encontrar o local onde se fez tanta guerra para impor a ocupação colonial.



Faço aqui notar que de Mandiè a Massangano a picada tinha que ser percorrida ao longo da margem direita do Rio Luenha, um afluente do grande Zambeze. E acrescento agora, que essa picada correspondia teoricamente ao lado de um triangulo equilátero, cujo vértice oposto a este lado já se encontrava dentro da província de Tete. Nesse hipotético triangulo tinha decorrido uns meses antes - em 16 de dezembro de 1972 - o tristemente célebre massacre de Wiriamo.

Não tenho dúvidas que a minha viagem (com ida e regresso no mesmo dia) sem qualquer perigo ou ameaça tem uma explicação: A ação de vender vitelos naquela zona decorria de manifesta vontade da FRELIMO, pois esse dinheiro seria utilizado para comprar alimentos igualmente importantes para o seu dia-a-dia. Foi uma viagem totalmente consentida.

No regresso fomos comprar o vitelo ao vendedor a quem eu já tinha aceitado pagar 500\$00.



O “Fortim de Dona Amélia de Massangano” ou “Fortaleza de Massangano” localiza-se na província de Manica, no Distrito de Guro, Posto Administrativo de Mandie, na localidade de Massangano, no interior de Moçambique.

Entre as expedições e ações militares portuguesas do século XIX, importantes para a consolidação da ocupação da África Oriental, a mais longa foi a chamada "Campanha da Zambézia". Causada pelas frequentes revoltas dos BONGAS - nome por que eram conhecidos os descendentes da Família Cruz que, oriunda da Índia ou de Macau, viera há muitos anos fixar-se na região da Zambézia -, que, habitando em casas fortificadas e mantendo as suas próprias forças de segurança, faziam guerra aos povos vizinhos e ao governo de Portugal, a referida campanha só terminou, em 1898, com a ocupação da aringa de Maganja da Costa, sendo ainda de realçar a ocupação da aringa de Massangano, em 1888, sob a direção de Augusto de Castilho, que muito contribuiu para o enfraquecimento das forças dos BONGAS na Zambézia. O **“Fortim de Dona Amélia de Massangano”** foi erguido por tropas do Exército Português na margem direita do rio Zambeze, próximo à confluência com o rio Luenha, na serra de Bencampembzue (Bacampembuzuè ou Inhampembuzuè).

A sua construção está ligada a seis expedições militares para a submissão da região, de 1807 a 1888, que culminaram com a vitória das armas portuguesas a 29 de novembro de 1888. Em outubro do ano seguinte (1889) o governador de Tete propôs que se erguesse ali uma fortaleza de pedra e cal. Em 1891 João de Azevedo Coutinho, de passagem na região, registou que “(...) a obra em começo, era grandiosa de mais e perfeitamente deslocada para aquelas paragens”. Originalmente denominado como "Princesa Dona Amélia", a partir de 1892, quando foi reconstruído, recebeu o novo nome, em homenagem à esposa do rei D. Carlos (1889-1908), Dna. Amélia de Orleães. O fortim foi inaugurado em 1894.

Forte de Massangano 1891/1895

A região de Massangano servia de caminho dos Nguni (grupo étnico pertencente ao tronco Bantu, oriundo da região setentrional de grandes lagos, que se dedicava à pastorícia e criação de gado bovino, e por isso, andavam em busca de boas pastagens), na sua passagem para a zona norte do rio Zambeze. Nestas caminhadas, eles saqueavam os bens das populações. Os portugueses ocuparam completamente a região de Massangano, construíram a sua fortaleza e iniciaram o processo de recrutamento de homens e mulheres para a construção de estrada que ligava a Província de Tete à de Manica.

Esta fortificação constituiu-se em um recinto murado de planta retangular, com três baluartes de planta circular (tambores) nos lados menores: um sobre a porta de armas e os demais sobre a gola. Em seu interior existem as ruínas de edificações da Casa do Comandante e do Quartel da Tropa, que foram ocupadas pelos rebeldes Bonga e Chatara.

Como já escrevi acima, a sua construção está ligada a seis expedições militares para a submissão da região, de 1807 a 1888, que culminaram com a vitória das armas portuguesas a 29 de Novembro de 1888. O fortim foi inaugurado em 1894. Nessa altura, o Makombe residia em Nhatunze, uma região do actual Distrito de Báruè. Foi nesta região onde reuniu os seus homens e decidiu lutar contra os portugueses. Com o eclodir da revolta de Báruè em 1917, o Makombe Nongwe-Nongwe conseguiu libertar a parte ocupada pelos portugueses, particularmente Massangano onde havia a fortaleza e nela se instalou.



Fortaleza de Massangano - Vista exterior (esquerda) e interior (direita)

Em Massangano é visível o estado avançado de degradação das principais componentes que dão vida à muralha. Associado ao facto, estão as causas naturais, a falta de manutenção e a retirada de pedras da estrutura para fins de construção.



Pontos de destruição da Fortaleza de Massangano

Em 1917, aquando da revolta de Báruè, os Makombe saquearam e expulsaram os portugueses. No entanto, por volta de 1918-1920, depois de os portugueses ganharem uma nova dinâmica de contra-ataque, o Makombe Nongwe-Nongwe foi obrigado a abandonar, tendo-se refugiado na Rodésia do Sul, atual Zimbabwe.

CD25A

(MUNGÁRI-3)

HAVIA DECORRIDO POUCO MAIS DE UMA SEMANA QUANDO OIÇO DIZER DO COMANDANTE DO DESTACAMENTO:

“Vamos preparar-nos para avançar no terreno numa perspetiva ofensiva e defensiva e num raio de cerca de 40 km com centro no Mungári”

A FRELIMO acreditava que a grande densidade de população nos distritos de Vila Pery e da Beira (hoje províncias de Manica e de Sofala, respetivamente) facilitaria a sua expansão subversiva. A minha responsabilidade (com cerca de 23 anos) foi a de comandar o grupo de combate – o GEP008 - com cerca de 80 militares (embora durante o tirocínio em Mungári tivesse comandado o GEP007), era basicamente destinada a atuar independentemente, em operações de qualquer natureza, designadamente de eliminação prioritária de eventuais “bases” e “áreas libertadas” inimigas; que era afinal a missão para a qual eu tinha sido recrutado, instruído e preparado, havia cerca de 8 meses. Neste período, já tinha frequentado e passado nos cursos de recruta, especialidade e de para-quedismo militar. Paralela e estrategicamente a FRELIMO continuava a fustigar o exército português no Norte e no Centro de Moçambique. O seu objetivo principal era ganhar pelo desgaste das nossas tropas (NT). Por isso, como resposta, transferiu o núcleo da guerrilha do Norte de Moçambique para o Distrito de Tete (hoje Província de Tete), vale do Zambeze, Istmo de Tete, Distritos de Vila Pery e da Beira (hoje Províncias de Manica e Sofala), tendo aparentemente como alvo estratégico dificultar também a construção da barragem de Cahora-Bassa, progredindo para sul rapidamente e em força para o Corredor-da-Beira (denominação dada à faixa de desenvolvimento com uma distância dentro de Moçambique de 317 km entre o Porto da Beira e a fronteira de Machipanda), que em termos ferroviários liga Moçambique, Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e a República da África do Sul.



**CORREDOR DA BEIRA
(faixa em vermelho da BEIRA À MACHIPANDA)**



Pelo meu lado, não desejava a morte, nem a minha nem a deles (In). Cada combate era sempre uma questão pessoal onde não se prescindia do melhor desempenho para se sair ileso. Por outro lado, as saudades, os amores e as ansiedades, nessa puberdade interrompida, tornou-nos mais sensíveis à vida e ao diálogo, que nos afetaria na forma de encarar o confronto militar, muitas vezes imbuídos de valores viris, querendo passar da vida limitada da paz às situações-limite da guerra. Para a maioria de nós combatentes embora recrutados em Moçambique (onde nos habituámos a ouvir falar sistematicamente da guerra desde 1964) a experiência militar significava basicamente o seguinte:

- o primeiro contacto com compatriotas de outras regiões e até de Portugal; a concretização do espírito aventureiro dos vinte anos;
- o despertar para o amor pátrio na instituição das Forças Armadas;
- o primeiro contacto, e geralmente único, com as armas e a morte violenta;
- o forte sentido de pertença a um grupo – o de combate;
- o conhecimento e aceitação do moçambicano de igual para igual, como irmão;
- o sentido de posse do poder último, do poder de matar ou de poupar vidas (muito presente em nós militares das tropas especiais).

Passsei então a receber instruções do Capitão Fernandes/Tenente Serra (que por sua vez reportavam ao COFI no Guro) para preparar a minha primeira saída para o mato (uma operação planeada por mim) os quais me informaram

que já estavam também em operação os dois camaradas que me acompanharam desde o primeiro

CD25A

dia em Boane: Alferes GEP Lucas e Alferes GEP Manuel Sousa Teles (filho do Governador da Beira), ambos da Beira, que tinham ficado aquartelados no Guro. Por outro lado, o Alferes GEP Luís Torres também companheiro desde a primeira hora, da Beira, estava num outro Destacamento fora do Guro e de Mungári que eu arrisco mencionar Catunguirene, sem precisão, claro. A este propósito, vim a saber poucos meses depois que o Luís Torres tinha desertado para a Suécia.

Portanto, o destacamento GEP do Mungári estava directamente dependente do COFI-Comando Operacional de Forças de Intervenção, sediado no Guro e comandado pelo Coronel Morgado, que eu conheci quando por lá tinha passado na semana anterior.

De qualquer modo, decorria o mês de fevereiro de 1973 e os guerrilheiros da FRELIMO já haviam montado uma emboscada na estrada EN7 que me conduziu ao Mungári, algures próximo do Cruzamento para a Macossa; situado a uns 100 km a Sul do Mungári, querendo isto dizer que Mungári já estava plenamente dentro da zona 100%, de guerra.

Ordens são Ordens!

A ofensiva que veio do Comandante do Destacamento visava ir com o meu grupo de combate para o interior do sertão procurando as zonas ocupadas pelos guerrilheiros da FRELIMO (nesta frente, a organização da FRELIMO era baseada em “focos”) e populações enquadradas pelos guerrilheiros, zonas estas que eu não conhecia, mas que iria procurar identificar nas cartas militares a partir das informações que nos iam chegando a partir da PIDE-DGS, uma organização de má memória que tomou conta e deu destino a milhares de corpos de desgraçados que muitas vezes eram interrogados sem saber por que tinham ali chegado desconhecendo até as acusações que lhe tinham sido imputadas.

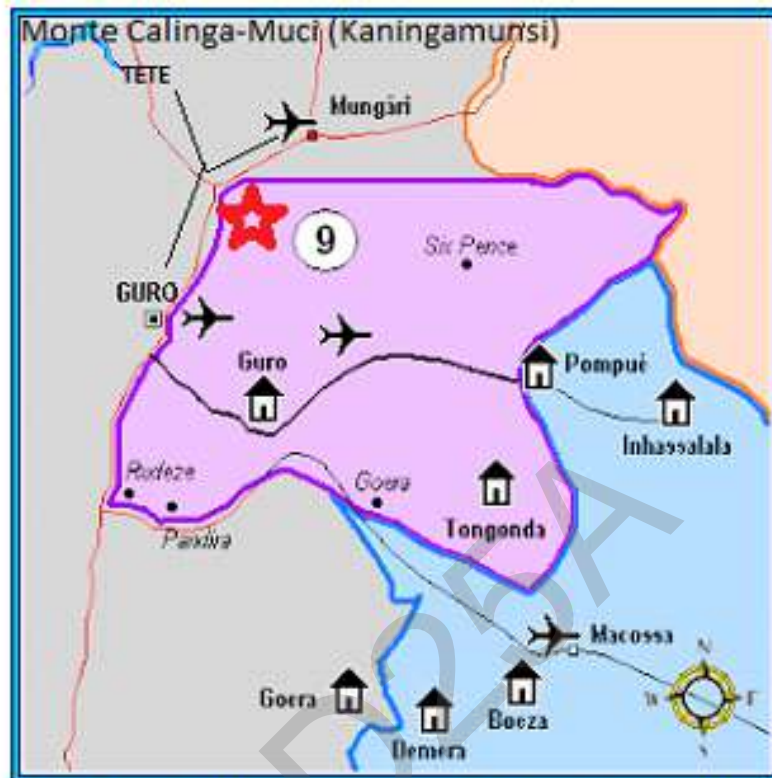
A minha primeira operação propriamente dita

MONTE CALINGA-MUCI ou KANÍNGAMUNSI

Face à situação decorrente do avanço da FRELIMO, na organização da minha primeira operação tive em alta consideração que deveria tomar a sério que poderia intercetar um grupo inimigo (IN) fosse para onde fosse independentemente da progressão que eu iria tomar no terreno.

A maior probabilidade de o IN nos atacar durante o dia seria ao longo da estrada que a tropa percorria normalmente entre o Mungári e o Guro e vice-versa.

Comuniquei ao Comandante do nosso Destacamento que iria descrever uma semicircunferência imaginária cujo diâmetro ligava o MUNGÁRI ao MONTE CALINGA-MUCI (ao longo da picada),



MONTE CALINGA-MUCI (assinalado com uma estrela)

fazendo na ida a progressão ao longo do diâmetro e no regresso a progressão pelo semi-arco, sendo meu objetivo afastar qualquer ação do IN de aproximação à picada que ligava ao Mungári sabendo-se que o MONTE CALINGA-MUCI fica situado à beira da estrada Chimoio-Catandica-Guro-Changara-Tete. Por sua vez o cruzamento (em forma de um Y) onde tem origem a picada para Mungári situa-se no troço de estrada EN7 compreendido entre o Guro e a Changara.



O autor a ajudar a distribuir a ração de combate



O autor em plena operação

Logo que o meu plano foi aceite, tratei de levar a carta militar ao Grupo de Combate - o GEP007 (85 elementos), com a finalidade de dar a conhecer o plano e fazer as recomendações apropriadas.

A saída ficou programada para as 5:00 horas da manhã do dia seguinte e como se impunha, tomei a cargo outras responsabilidades, tais como:

- Ajudei a distribuir a ração de combate para dois dias de operação com mais uma de reserva;
- Verifiquei a bolsa do enfermeiro e fiz-lhe perguntas para melhor me certificar do seu conteúdo e do que ele iria fazer em caso de necessidade;
- Verifiquei o sistema de comunicações (radio Racal e respectivos intercomunicadores) e à guarda de quem estavam;
- Certifiquei-me também sobre o estado das G3 e das munições e ainda se os dilagramas estavam devidamente desencaixados e se as respetivas munições eram apropriadas para os lançar;
- Lembrei que não poderiam usar nem lenços nem as boinas grená durante a operação e que depois do jantar dessa noite deveriam recolher mais cedo, pois que no dia seguinte teriam que estar prontos para sair às 5:00 horas da manhã (em ponto) e que não estavam autorizados a sair do destacamento sem ser comigo, tão pouco de falar ou escrever para a família, muito menos para outras pessoas ou namoradas.

Depois da minha palestra, e quando me preparava para desejar uma boa noite e ir até à minha tenda de campanha, fui subitamente surpreendido por vários soldados que me pediram licença para falar:



Disseram-me, então, à sua maneira, o seguinte: «Nosso alferes, não podemos subir ao MONTE CALINGA-MUCI, porque há um chefe espiritual ou médium chamado Kabudo Kagoro portador dos espíritos Mhondoro (espíritos de leão) que veio residir nesta região de Mungári, o qual servia de intermediário entre Makombe e os espíritos, que previa e comunicava a Makombe sobre as ameaças ou sobre a aproximação de uma calamidade, uma epidemia, uma agressão inimiga, etc., Kabudo Kagoro tinha o poder sobre todos os diferentes tipos de mhondoro da região; e, assim como a etnia local acreditou na sua proteção sobre os antepassados durante a Revolta do Báruè, as gerações atuais ainda acreditam que o Kabudo Kagoro os salvem das maldades que estão sendo causadas pela guerra. Os participantes das cerimónias devem observar determinadas regras e a não observância destas pode resultar em algumas sanções dos espíritos, e como rezam as lendas, podem aparecer cobras venenosas ou mesmo abelhas para atacar os violadores dessas regras».

Fiquei surpreendido, mas mantive-me inflexível e perguntei: “*Que mais?*” Responderam-me: “*elefantes, búfalos, hienas e facoceros e ainda galinhas do mato, entre outros*”.



Mamba



Cuspideira



Surukuku



Elefante e cria



Macaco-cão



leão



Búfalos



Hiena (Kizumba)



Facoceros (javalis)



Galinha do mato

Naquela altura contava eu 13 anos da minha presença em África e por isso eu havia já experimentado e estudado o suficiente para compreender o aviso dos militares dada a sua cultura que é comum aos povos africanos.

De facto, o mundo invisível representa um conjunto de forças que escrevem a cada momento uma influência sobre a vida das pessoas ocupantes do mundo visível. Além de se exporem ao público, durante a cerimónia também analisam a ligação entre os espíritos dos antepassados e o mundo visível não só no distrito de Bárue, como também em alguns casos particulares do continente africano.

Pessoalmente, já tinha ouvido falar dos portadores do espírito Mhondoro que serviam de intermediários entre Makombe e o chefe espiritual ou médium chamado Kabudo Kagoro.

O legado dos *makombe* nas lutas de resistências contra a ocupação portuguesa na zona do Bárue (situado a norte da província de Manica) é uma herança cultural de identidade do povo Barke. Este legado é notório visto que toda a comunidade de Bárue reclama as suas origens aos *makombe*. Sendo Moçambique atualmente um país soberano, a realização da cerimónia de veneração dos espíritos à luz das comemorações da Revolta do Bárue é uma prova da valorização da personalidade dos *makombe*.

Hoje, as instituições de pesquisa só complementam essa valorização pelos registos de modo que os conhecimentos orais que residem nas pessoas idosas possam ter uma conservação para o conhecimento das gerações vindouras.

Perante as guerras, os africanos sempre recorreram aos espíritos para deles receber orientações e inspiração.

As comemorações da Revolta do Bárue contra a penetração portuguesa sempre foram acompanhadas de uma veneração que procurava invocar os espíritos makombe para abençoar o quotidiano dos barkses. Como militar que fui e pelo que estudei sobre este tópico posso garantir que o papel dos makombe mereceram no passado muito sacrifício das nossas forças (durante as campanhas do Bárue) com vista à submissão do povo barke e atualmente tem merecido um reconhecimento especial das estruturas tradicionais e governamentais moçambicanas. Assim, a 28 de março de cada ano, em Catandica (ex-Vila Gouveia) capital do distrito de Bárue, comemora-se o aniversário da Revolta do Bárue ocorrida em 1917.

Em todas estas comemorações, a veneração aos espíritos makombe tem merecido grande destaque.

Em suas lutas contra o domínio português, as sociedades africanas recorreram a diferentes médiuns espíritas para pedir proteção e inspiração. Cultos secretos, oráculos, deuses e deusas, feitiços, disfarces, santuários, divindades, talismãs e amuletos desempenharam todos eles um grande papel na luta de libertação e revoltas inspiradas em todo o continente. Estes meios, em muitos casos, fizeram com que os africanos se sentissem invencíveis e poderosos perante os instrumentos de morte usados pelo 'homem branco' - a arma, que tinha sido utilizada para subjugar o homem negro. A revolta Maji Maji na colónia alemã de Tanganyika (agora Tanzânia) e o Chimurenga durante a guerra de libertação na Rodésia (actual Zimbabwe) são exemplos típicos deste uso de médiuns espirituais para enfrentar o colonizador.

Contextualizando os barkses, os espíritos dos mortos (localmente designado por midzimu) desempenham um papel importante no contexto religioso.

Aos midzimu devem-se, em determinados momentos, dar oferendas através de rituais para que eles não venham causar mal entre os seus descendentes.

A insatisfação desses midzimu é uma das explicações mais frequentes para as doenças que assolam as comunidades.

Para acautelar as maldades que os midzimu podem provocar aos barkses, vários ritos e rituais têm sido realizados para garantir a proteção espiritual dos descendentes de makombe. A realização de ritos de nascimento, casamento, morte e até de chuva é notável em todas as partes do território dos makombe.

começou a nossa progressão

Às 5:00 horas da manhã começou a progressão do GEP007 em formação de "coluna por um" a embrenhar-se cada vez mais na mata, obviamente conduzido por mim que me orientava no meio da savana com uma bússola e uma carta militar, mas continuamente a partir da minha sombra que me indicava o Este e ou

Oeste, à medida que avançávamos no meio do capim e entre as árvores. Passaram cinco horas e a operação estava a decorrer tranquilamente, pois nos permitiu observar unicamente determinadas espécies de animais selvagens.

Fiz sinal para nos sentarmos no chão a fim de descansarmos e os militares de acordo com a rotina adquirida na recruta fizeram então um enorme círculo com os pés virados para fora, sob um enorme arvoredado ao lado de um ribeiro que infelizmente estava seco. Mesmo estando seco, alguns dos meus homens desceram às suas areias e escavaram profundamente cerca de seis buracos, em busca de água. De facto, encontraram um líquido castanho, mas que mesmo assim nos serviu para acabar de encher os cantis. O sabor da água era de fezes e urina dos animais selvagens, mas tendo nós adicionado comprimidos próprios para matar as bactérias, pelo menos bebíamos a contragosto, para combater a sede e evitar a desidratação dos nossos corpos. Porém, deixem que vos conte: um dos soldados que ainda possuía no seu cantil um resto de água trazida do Mungári ofereceu-mo, mas coitado dele tinha os lábios em carne viva (chaga) o que me repugnou. Todavia, para não recusar a sua oferta levei às alturas o cantil dele e dei-lhe inclinação suficiente para deixar correr aquele resto de água para a minha boca. Desde então não toco na boca das garrafas de água ou de qualquer outro líquido. Deixo cair o fio de líquido para dentro da minha boca, tal como o fiz daquela vez. Quem me conhece interroga-me: *“És capaz de beber assim? Não te cai líquido para fora da boca?”*. Ao que eu respondo: *“NÃO. Comecei a treinar em 1973!”*.

Mais 5 horas de progressão e arrumámo-nos sossegadamente para comer a ração de combate e dormir. Eu estendi o meu impermeável entre duas lombas de terra que eu tomei como pequenos montes de cultivo da bata-doce ou mandioca, e ali me enrolei na manta não propriamente pelo frio, mas para me livrar dos mosquitos.

Ao romper da manhã reparei que nessas lombas havia bacias velhas com buracos, muito antigas, enterradas, o que deu para eu me aperceber imediatamente que tinha dormido entre duas campas de um cemitério local. Não me assustei e até grajei com os militares que me rodearam durante a noite. Eles não caíram no terreno do cemitério, porque o círculo que havia sido formado por eles ficou bastante largo e caiu fora da zona das lombas e sob o arvoredado bem dentro de capim.

Este local assim escolhido, tinha a vantagem de nos deixar afastados da picada numa zona da savana relativamente fechada que nos protegia do inimigo e até dos macacos-cão (babuínos) que por norma gritavam e chamavam a atenção de outros animais da selva não se calando depois de nos terem detetado.

Durante a noite e até de madrugada chegou até nós, vindo de bem longe o rugido dos leões e o choro das hienas. No dia seguinte, a operação não nos revelava nada de especial e eu não gostava de voltar ao destacamento com as mãos vazias. Foi por esta razão que eu contactei o tenente Serra no destacamento via rádio para eu me justificar e pedir autorização para continuar o patrulhamento (operação) no terceiro dia consecutivo, dispondo já da 3ª ração que havíamos trazido (com o rótulo de reserva) somente para a utilizarmos no caso da operação avançasse por mais um dia, como realmente aconteceu.

Com efeito, no terceiro dia de operação e quando já progredíamos para o Destacamento olhei para trás para os meus militares e apontei-lhes em jeito de brincadeira o MONTE CALINGA-MUCI. Todos sorriram, e foi um momento e uma forma até de nos descomprimirmos.

Dando mais uns passos em frente ouvi uma rajada lá atrás e vi os militares atirarem-se todos imediatamente ao chão e a rastejar continuavam a disparar. Pelo ruído dos disparos, concluí logo que os tiros eram somente das nossas armas.

Lembrei-me então do chefe espiritual ou médium chamado Kabudo Kagoro portador do espírito Mhondoro que pelos vistos residia por ali.

Nós caminhávamos em “coluna por um” e eu era o terceiro a contar da frente, logo que identifiquei que os tiros eram somente das nossas G3, rastejei e gritei para pararem de fazer fogo. Depressa me chegou aos ouvidos que tinha havia serpentes por perto dos militares que abriram fogo.

Procurei então saber se havia vítimas da mordedura das cobras venenosas e junto do cabo enfermeiro buscava a disponibilidade de unidades sanitárias para a desintoxicação, se fosse caso disso, porque eu sabia que as “mambas” são as principais razões que estão por detrás da morte certa das pessoas vítimas destes répteis. Na verdade, nada de grave anotei, exceto o cuspe de cobra que um militar ostentava numa das pernas da calça, sem consequências, dado que o cuspe expelido pela cobra cuspideira não lhe atingiu os olhos.

De qualquer modo os macacos e as rajadas das nossas G3 deram sérios motivos de sermos intercetados e atacados pelo inimigo, o que também não aconteceu. Preparei-me então para o cenário de haver uma emboscada no decurso da nossa progressão no regresso ao destacamento, não excluindo a hipótese de em simultâneo haver cordões de tropeçar que nos levaria a acionar minas antipessoais no caminho. Nesta base, fiz imediatamente questão de o nosso Grupo se internar ainda mais na savana e procurar o regresso por zonas altamente arborizadas com pedregulhos e de mais difícil acesso, para podermos livrar-nos das minas antipessoais e ao mesmo tempo podermos também surpreender o inimigo.

Ao fim da tarde chegámos ao Destacamento de Mungári e entrámos pelo lado oposto àquele por onde tínhamos saído.

E agora pasmem: um dos militares retirou do saco de campanha uma cobra cuspeira quase cortada a meio pelos disparos. Eu próprio fiquei pasmado! A cobra mereceu honras de troféu e foi guardada pelo referido militar num frasco de álcool.

E mais pasmado fiquei quando certo dia, fora da tropa, e mostrando as minhas fotografias à família a minha mãe observou-me que numa daquelas fotos que eu lhe mostrava havia perto de mim uma grande cobra, da qual me livre por sorte! Respondi-lhe em tom de brincadeira que não assisti à cerimónia dum chefe espiritual ou médium chamado Kabudo Kagoro portador do espírito mhondoro (espíritos de leão) que residia na região de Mungári. E, assim, não tendo assistido às cerimónias fui tomado como o inimigo que o agredia, ficando desde logo sujeito às sanções que fizeram aparecer cobras venenosas junto de alguns militares e de mim em particular.

CD25A

(MUNGÁRI-4)

MALDITOS CÃES

(Reparem num pormenor do texto seguinte: «Encontrava-se sentado junto a uma fogueira um ceguinho que era o único homem que se podia ver. Tentei falar com ele, mas estava aterrorizado. Deixei-o em paz. Tive pena!»)

Pelo meu lado e do meu grupo de combate foram muitas as operações com muitos sofrimentos e sempre com perigos para as próprias vidas, mas a operação mais significativa para mim, naquela zona de Mungári, decorreu em agosto de 1973 quando fui chamado a realizar uma operação com alguma envergadura em que o objetivo mais importante era atacar um “foco”; isto é, uma base da FRELIMO onde estaria acolhida uma população de 100 pessoas enquadradas por 16 guerrilheiros armados, havendo algures na base bastante material de guerra escondido.

Para a referida operação, duas viaturas em marcha lenta (com 43 militares) saíram de Mungári em direção ao Lundo (rio Zambeze) no Norte, em velocidade reduzida e com os faróis desligados para assegurar a surpresa necessária.

Ao guia (guerrilheiro capturado) cabia a responsabilidade de nos conduzir à base tendo sido chamado e levado à minha presença para nos dar informações mais detalhadas numa povoação situada naquele percurso, mais propriamente no destacamento militar de MTEME a uns 20 km de Mungári, pois era este o local de sua origem e a partir do qual poderia melhor orientar-se e orientar-nos.



O interrogatório foi muito moroso pois os guias (neste caso pai e filho) fingiam ou tinham mesmo lapsos de memória e os locais mencionados por eles pareciam estar noutra planeta, sempre de mui difícil identificação na carta militar, apesar da elevada excelência destas que estavam muito bem elaboradas.

A custo eu (alferes) e o furriel Amaral, conseguimos reunir informação para a operação que deveria desenrolar-se pela noite e madrugada fora, a partir dali.

Agora imaginem quem me aparece cerca das 11:00 horas da noite? O nosso Capitão Luís Fernandes.

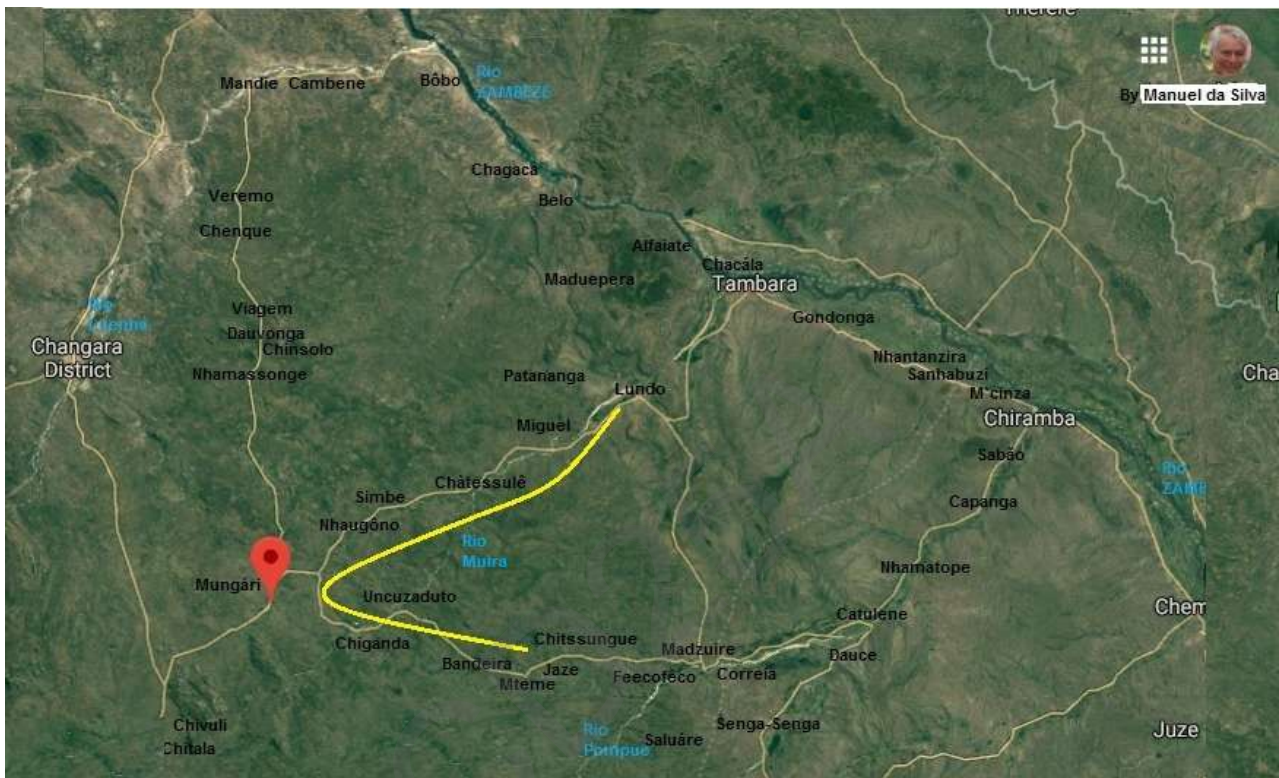


Tenente Serra; Capitão Fernandes e Alféres Manuel da Silva

O meu amigo e capitão GEP Fernandes veio do Mungári numa viatura com um condutor ao lado e foi até à MTEME (o local onde me encontrava já a preparar a operação), porque surpresa das surpresas, ele disse-me que *queria ser o primeiro a dar-me um abraço*, pois eu fazia anos no dia seguinte. Não se limitou a dar o abraço, veio juntar-se à minha operação, porque segundo me revelou ele, mais tarde, *foi para atender a um pedido pessoal do General Kaúlza de Arriaga (com quem comunicava e dizia ter uma boa relação de amizade)*.

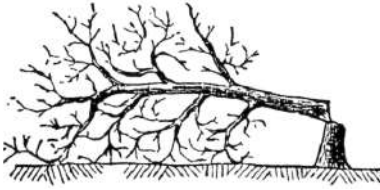
O pessoal na tropa tinha destas coisas: Amizade, solidariedade, espírito de sacrifício e negligência (porque não?). Isto só prova que o nosso treinamento era feito com muita eficácia e espírito de grupo, mas era inimaginável ter uma viatura na picada a percorrer 20 km com duas criaturas (o capitão e o seu condutor), que nem balas levavam suficientes para 1 minuto de disparo automático (rajada). Por estas e por outras, muitos militares morreram e engrossaram a lista dos *heróis do ultramar*. Hoje eu apelido essa atitude como uma atitude típica de loucos! Mas também admito que ele viesse a MTEME bastante entusiasmado, pelos motivos apontados.

As duas viaturas que transportaram de Mungári, a mim, e cerca de metade do meu grupo de combate o GEP008 (43 homens), recomeçaram a progressão a partir da MTEME como planeado ainda antes da meia-noite; com as luzes desligadas e a uma velocidade muitíssimo reduzida acompanhados dos dois Guias (pai e filho).



De acordo com a carta militar, as duas viaturas saíram de MTEME e passaram nas antigas aldeias (cujas populações passaram para o controlo do In ou foram retiradas e recolhidas em aldeamentos criados de raiz pelo governo português para subtrair essas populações do controlo da FRELIMO); ou seja, saíram de MTEME e passaram ou deveriam passar por BANDEIRA, UNCUZADUTO, CHIGANDA, NHAUGÔNO, SIMBE, CHÁTESSULÊ, MIGUEL e finalmente LUNDO (sempre ao longo do rio Muira, um afluente do rio Zambeze). Essas aldeias tinham sido abandonadas conforme as informações obtidas dos nossos Guias.

Azar o nosso, a partir de SIMBE a picada estava traçada de abatizes (árvores cortadas e atravessadas na picada). A existência dos abatizes foi por nós interpretada como tendo sido uma não-revelação e, por conseguinte, uma ocultação dos Guias.



As viaturas não mais progrediram, tiveram que regressar a MTEME e consequentemente nós, militares, fomos deixados a caminhar a pé ao lado da picada.

Era já manhã, e os galos cantavam; o sol rompia no horizonte e como era agosto o tempo apresentava-se bastante fresco. Deparámo-nos então com umas palhotas donde soltava fumo branco próprio de quem ali estava e queria aquecer-se ou a cozinhar.

Não tínhamos essas palhotas na lista das revelações e isso foi considerado como tendo sido a segunda ocultação dos Guias. E os malditos cães (sempre os cães!) deram com a presença da nossa tropa.



Contornámos depois a pequena povoação (MIGUEL) e preparámo-nos para o pior e o pior era um ataque eminente, pois a nossa tropa com toda a certeza já tinha sido detetada pelo inimigo.

Avançamos no terreno, subindo um pequeno morro, até que encontramos no alto um local, aparentemente seguro, para descansarmos e montar a nossa segurança. Um cabo montava e apontava a sua HK-21 e outro cabo apontava o morteiro 60mm, consideradas as armas mais pesadas ainda assim possíveis de serem transportadas por um só homem.

À medida que o dia ia abrindo, e com o auxílio do Guia pai (de pouca confiança), também começamos a ver ao longe um outro local que era constituído por algumas palhotas aparentemente abandonadas e cercadas de vegetação pouco densa, o que era ou poderia ter sido uma base desativada e que o Guia pai nos revelara ser a única que conhecia.



Manuel da Silva - Alferes Miliciano, GEP

Havia, contudo, uma floresta bem densa que se situava à frente e a mais de cem metros de distância.

Resolvemos então avançar para as palhotas aparentemente abandonadas e nada confortáveis, devido à quantidade de bicharada que as infestavam. Como é meu hábito dar pontapés em tudo o que não me interessa, repeti ali a cena e dei também um pontapé num pote de barro que possuía lá dentro uma espécie de mel e mais qualquer coisa onde estava mergulhado um rabo de boi. Claro o pote partiu-se e o líquido derramou-se e fui criticado pelos meus militares com observações do tipo: “que tinha feito mal”, pois que “estava lá o xipoco (diabo)”, etc., etc. Tratava-se realmente de utensílios e poções usadas nas cerimónias de feitiçaria, cerimónias estas normalmente acompanhadas de danças tradicionais em que os dançarinos aparecem mascarados.

Nota: Uma poção (do latim *potio*) é um remédio medicinal ao qual geralmente se atribui propriedades mágicas (feitiçaria, etc)



Ao sairmos das palhotas surgiu-nos um ataque da Frelimo e o local onde nos encontrávamos passou a ser varrido por rajadas de metralhadora AK-47.

Pior que isso estávamos a ser empurrados para a zona da floresta mais densa atrás referida, que ficava num baixio (junto ao Rio Muira).

Obviamente disparávamos para o local de onde vinha o ataque. Quando chegámos à zona de floresta os disparos do inimigo começaram a amainar, até que se calaram. Esta floresta escondia na verdade um “foco” a verdadeira base que tinha sido abandonada momentos antes e à pressa.

Com o capitão Luís Fernandes ao meu lado, mandei de imediato reunir os nossos militares do GEP008 a fim de avançarmos e fazermos um levantamento do espólio da base (número de palhotas, o que continham, etc).

Reparem neste pormenor. Encontrava-se sentado junto a uma fogueira um ceguinho que era o único homem que se podia ver. Tentei falar com ele, mas estava a tremer de medo. Deixei-o em paz. Tive pena!

Na fogueira à sua frente estava um macaco a assar, pronto a ser servido.

Momentaneamente perdi o controlo da situação pois os nossos soldados passaram a uma rapina que eu próprio não esperava.

Éramos 43 e tive a sensação que metade conseguira juntar bicicletas, roupas, panelas, galinhas, enfim, indescritível! Inclusive também comeram o macaco!

Mas o inimigo foi reforçar-se e voltou à base, agora ocupada pela nossa tropa.

Passado pouco tempo, surge-nos uma barragem de fogo do inimigo, de tal modo forte que nos impediu a progressão.

Dentro da base não havia capim e estávamos ali expostos ao fogo do inimigo, embora resguardados pelos troncos das árvores. As balas eram tantas que no embate com o solo vermelho da base levantam tanta poeira, que associada

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

aos raios solares intensos por entre os ramos das árvores nos dificultavam enormemente a visão.

Seriam cerca das dez horas da manhã. A barragem de tiros do inimigo era tão intensa que dei ordens para disparar só com alvos à vista, para não gastar munições que, mais tarde, nos poderiam ser preciosas.

Ali estivemos debaixo de fogo contínuo, que não deixava avançar um centímetro que fosse.

E para estupefação minha, a quantidade de fogo continuava a aumentar, a um potencial que nunca imaginei e que ameaçava a cercar todo o Grupo.

Apercebi-me do perigo que a situação representava e, cerca das onze horas, pedi apoio aéreo para a situação, porque tivemos a noção que estávamos no coração da base e já cercados.



Lá continuamos no local, sem poder avançar fosse para onde fosse, mas as ordens para gastar o menos possível as munições foram cumpridas.

Continuando a aguardar o apoio aéreo solicitado, chegaram helicópteros que do solo passaram a ser conduzidos por nós e conseqüentemente passaram a metralhar com os seus canhões o local onde o inimigo fazia a barragem de tiros contra nós.

Naturalmente o inimigo foi obrigado a parar e pôs-se em fuga.



Pensámos, por uns momentos, na forma de fazer uma retirada bem-sucedida, e declinei a perseguição ao inimigo, pois estávamos exaustos e com enorme déficit de munições. Todavia era absolutamente necessário descobrir quanto antes o local ou os locais onde estavam guardadas as armas do inimigo dentro da base.

Foi fácil de encontrar, pois aquele era um abrigo redondo subterrâneo com uma grande boca tapada com uma tampa igualmente redonda feita de ramos entrelaçados e capim.

Rapidamente retiramos as armas e os equipamentos, as munições, e os livros vermelhos com as doutrinas comunistas de Mao Tze Dong.

Retirámos da base logo a seguir a passo apressado pelo lado oposto ao da zona de ataque do inimigo e os nossos soldados em vez das bicicletas passaram a transportar o espólio da base para os helicópteros que nos aguardavam à distância.

Mais tarde li numa revista militar que o meu grupo GEP008 tinha atacado uma base na região do Mungári e recolhido armamento diverso do inimigo (IN), com êxito total, pois ninguém morreu ou saiu ferido.



CAPÍTULO 13

A PÁTRIA
HONRAI



INHASSALALA

QUE A PÁTRIA
VOS
CONTEMPLA

(INHASSALALA-1)

**Estive em Inhassalala desde junho
de 1973 a outubro de 1973**

**Antes da minha chegada a Inhassalala, tinha sido
morto um furriel do GEP006**

De Mungári passei para Inhassalala (um antigo acampamento de caça da Safrique). A viagem foi longa numa berliet e muito arriscada. Passei por Madzuire, Catulene, Senga-Senga e chegámos finalmente a Inhassalala (situada a Norte de Macossa).

KAPALAUTSI

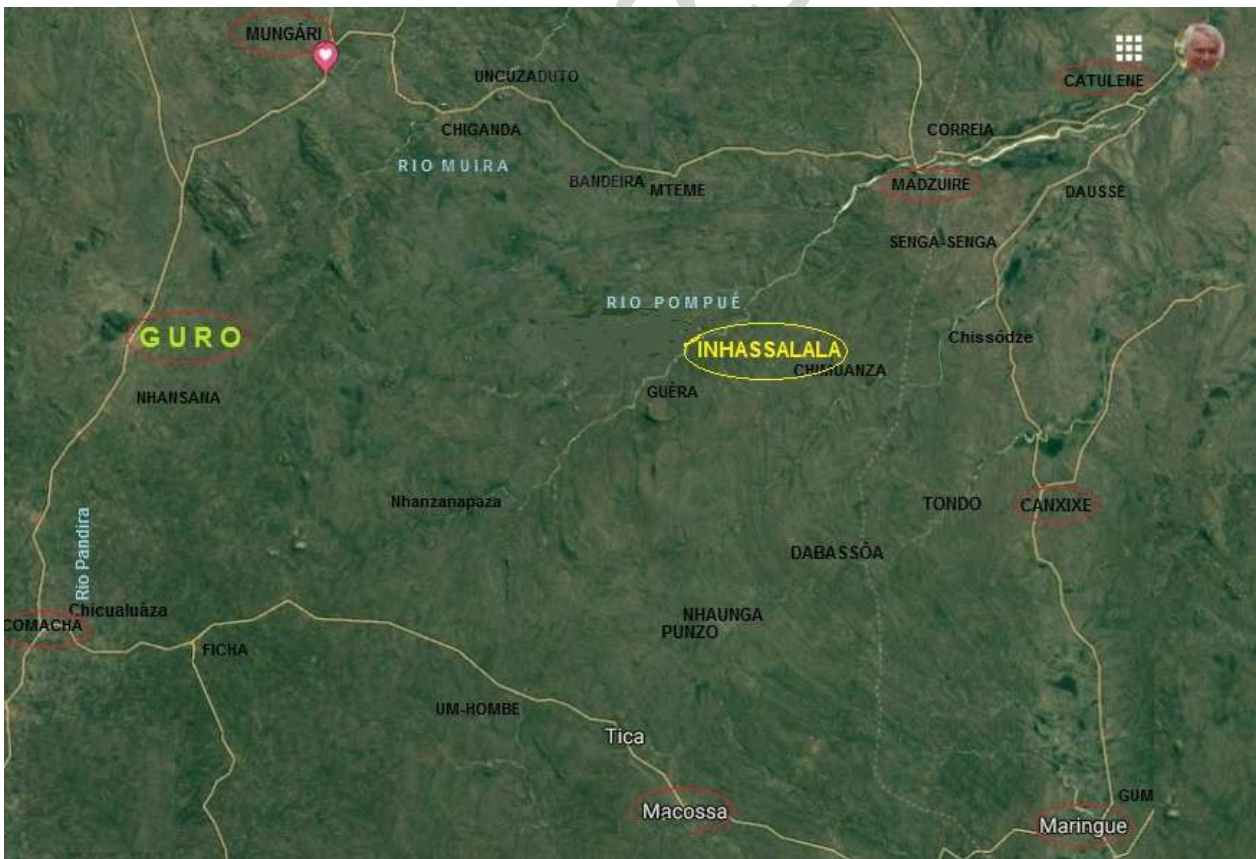
Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Em Inhassalala

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique





Antes da minha chegada a Inhassalala, tinha sido morto um furriel do GEP006 de nome Pinho com um tiro de kalashnikov (AK27) que lhe deixou um furinho imediatamente abaixo do labio inferior, mas um grande rombo na sua nuca. Tanto quanto me apercebi, a missão dos GEP006 (onde o Furriel Pinho se integrava) esteve especialmente orientada para ações de recuperação, defesa e controlo das populações que estavam dispersas pela savana tendo o referido Furriel a missão de recuperar a população do controlo da FRELIMO trazendo-a e concentrando-a no aldeamento de Inhassalala a fim de ser assistida e controlada pelo GEP006. Foi durante esta atividade que partiu a emboscada montada pela FRELIMO e que deu na morte do Furriel Pinho.

Infelizmente tomei conhecimento da morte sinistra deste camarada quando cheguei ao Centro de Instrução de Grupos Especiais CIGE no Dondo logo após a minha chegada para ali fazer a formação com vista a tirar o Curso de Para-quedismo Militar.

Agora pasme-se! O caixão do Furriel Pinho estava sobreposto a umas trinta urnas que formavam uma pilha, coberta com lonas.

Como essa pilha estava mesmo ao lado do caminho que ligava a Parada do Centro de Instrução à Messe de Oficiais, ao passarmos ao lado, vinha às nossas narinas o cheiro a podre típico dos corpos em decomposição. Horrível!

Os caixões encontravam-se ali, como que esquecidos, aguardando o transporte para enviar os corpos às respetivas famílias e com o calor intenso e a humidade que se fazia sentir no quotidiano um ou outro caixão teria rebentado devido ao inchaço dos corpos.

Deixei de ir à messe, porque em certos dias o cheiro era insuportável, pelo que passei a ir ao exterior tomar as refeições.

Quando saí do Dondo, os caixões ainda lá ficaram!

Aquele que nunca viu a tristeza, nunca reconhecerá a alegria!

É muito difícil fazer o nosso coraçãozinho entender que os momentos de tristeza não são o fim do mundo e que eles são necessários para que possamos crescer e, além de tudo, dar mais valor aos momentos felizes. É normal ficar triste! O que não pode acontecer é que, em vez de enxergar mais coisas boas, nos deixemos afundar no abismo da tristeza e façamos morada por lá. A vida é muito melhor quando sabemos aproveitar as oportunidades de ser feliz, mesmo quando elas são ínfimas.

CD25A

(INHASSALALA-2)

Deus desviou de mim as balas do inimigo (In) que traçaram o vidro do para-brisas da Bérliet.

Essa rajada deixou dezenas de buraquinhos no vidro e o condutor (sentado a conduzir ao meu lado esquerdo) foi o desgraçado que ficou com uns seis buracos, pois que ficou com a clavícula e a omoplata despedaçadas com o braço respetivo sem ação e além disso ficou com o carregador da arma destruído e o buraco de encaixe dos carregadores da G3 furado e amolgado que impedia de voltarmos a encaixar outros carregadores. Eu, que me sentava no meio, entre o condutor 1º Cabo Cassamo de origem indiana e o Furriel Silva, saímos os dois porta fora ilesos, saltando em segurança com rotação na queda como se estivéssemos a aterrar de para-quedas.

ESTÚPIDA NEGLIGÊNCIA A MINHA!

Numa operação de reconhecimento e consolidação da recolha de populações, dois sub-grupos da minha tropa tomaram lugar numa Bérliet (sendo eu o comandante), tendo como imediato o Furriel Silva. Eu, por norma andava com a G3 e por norma um dilagrama (dotado de uma granada defensiva) com a sua munição especial introduzida na câmara em primeiro lugar e munições normais de calibre 7.62 mm para combate por meio de rajada ou tiro a tiro. Também levava uma granada ofensiva pendurada na lapela do camuflado.

O Furriel Silva, por norma gostava de levar consigo além das vulgares granadas também gostava de levar um morteiro de 60mm debaixo do braço. O homem estava naquele dia endiabrado, parecia querer fazer guerra. Inhassalala estava localizada a norte de Macossa, e esta localidade por sua vez fica situada a norte da Gorongosa. Era realmente uma zona perigosa – estávamos percorrendo a ex-Coutada 13 da Safrique - onde o encontro com os animais selvagens e o inimigo podia ocorrer a qualquer momento. Tínhamos saído de manhã muito cedo com os faróis ligados.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

As primeiras vítimas foram duas hienas, que teimavam não sair de um dos rodados da picada e o nosso motorista ia cansado de conduzir a pequena velocidade atrás delas, então acelerou e passou por cima das duas.



A bérliet baloiçou tanto que despertou os mais dorminhocos que seguiam na caixa atrás de nós que vínhamos ao lado do condutor na cabine da berliet. Mas o abate de animais selvagens não terminou. Logo a seguir deparámo-nos com uma manada de búfalos que se atravessou em frente da bérliet.



O nosso Furriel Silva, não hesitou, salta para o chão com a bérliet ainda em andamento e pede-me a minha G3. Andou para o lado uns 30 passos e fixou um búfalo. Primeiro disparou tiro a tiro, mas vendo que os animais passaram a fugir em grande correria cometeu a infantilidade de mudar para rajada. De qualquer modo não houve búfalos abatidos ali (eventualmente iriam morrer mais tarde devido a perdas de sangue ou febres), mas cerca de um km à frente matou um kudo que os soldados puxaram para a bérliet. O sangue escorria pela caixa de carga da bérliet e eu como comandante daquela tropa “*indisciplinada*” só pedia a Deus que não fôssemos emboscados, pois os guerrilheiros certamente dariam conta da nossa presença na sua zona, devido a tanto tiro.

Passamos da Coutada 13 para a estrada que liga Macossa ao Guro e a Vila Gouveia (Catandica), porque além de ter encontrado tempo suficiente para ir ao Guro abastecer-nos de mantimentos, já que estávamos enjoadas de comer tanta carne de caça. Assim, como havíamos planeado, o objetivo cabal daquela operação (de reconhecimento e consolidação da recolha de populações) seria cumprido no regresso a Inhassalala através de outra coutada (30 a 40 km) que ligava o Guro diretamente a Inhassalala.

Tinham decorridos cerca de oito meses e esperava voltar a passar no cruzamento onde eu tinha apanhado a primeira emboscada (Comacha ou Cruzamento para a Macossa), quando viajei para o Mungári.

Logo que a bérliet passou a circular na estrada de terra batida a caminho de Comacha, o condutor aumentou a velocidade e aproximámo-nos numa zona cujo capim ardia no lado direito da estrada. Quando íamos a começar a descrever uma grande curva tive imediatamente um pressentimento de vir a cair numa emboscada e por conseguinte ficar na mira e debaixo de um grande poder de fogo do inimigo. Concentrei-me e preparei-me imediatamente para saltar da bérliet para o chão, pois viajava entre o condutor e o Furriel Silva (um cabo paraquedista que foi graduado em Furriel nos GEP).

Na minha ótica a curva não podia ter sido melhor escolhida, porque reunia ótimas condições para que fosse ali montada uma emboscada.

Logo que saiu a primeira rajada do inimigo que passou junto da minha cabeça e atingiu a clavícula e a omoplata do condutor 1º Cabo Cassamo, de origem indiana, o qual ficou imediatamente sem força no braço esquerdo tendo por esta razão deixado a bérliet desgovernada. O Furriel Silva e eu saímos pelo lado direito porta fora ambos ilesos. Ele abriu a porta e saiu e eu logo atrás atirei-me de arma em punho saltando em segurança com rotação na queda como se estivesse a aterrar de para-quedas. Imediatamente vi a minha G3 bater fortemente no solo e soltar-se das minhas mãos que até me pareceu uma mola a voar pelos ares. Não hesitei e rastejei com toda a velocidade para fora da picada passando sobre a lomba a fim de me esconder atrás dessa lomba e das árvores onde, por azar o meu, ainda havia paus e capim a arder. Queimei-me no sobrolho esquerdo.

Um número não determinado de guerrilheiros continuava a disparar incessantemente com suas armas AK27 (Kalashnikov) despachando rajadas sobre a bérliet, onde viajavam os cerca de 40 militares. O condutor além de ferido também ficou com o carregador da arma destruído e o buraco de encaixe dos carregadores na G3 ficou furado e amolgado que o impedia de voltar a encaixar outros carregadores.

Obviamente o Cassamo não podia manusear a arma, pois largou o volante e caiu no chão do lado esquerdo a sangrar muito e a chorar alto devido à gravidade dos ferimentos. A bérliet desgovernada saiu fora da estrada uns 100m e trepou uma árvore de pequeno porte, mas quando descaiu ficou parada sobre os pés de dois soldados.

O Furriel Silva apercebeu-se que a minha G3 estava atrás da bérliet mas bem longe e fora do seu alcance, tal como do meu. Eu e a G3 estávamos bem mais ao alcance do inimigo que não parava de disparar e de aproximar-se, embora a resposta dos nossos militares também estava a ser eficiente.

Então o nosso Furriel com o seu morteiro 60mm apontou quase na vertical obrigando a que o rebentamento se processasse para os lados do local onde se encontrava a minha G3, facto este que levou o inimigo a dispersar.

Um dos nossos feridos que vinha na caixa de carga da bérliet apanhou um tiro muito curioso que lhe furou as nádegas e raspou-lhe o ânus.

Pedi o apoio aéreo e os feridos (incluindo eu) foram transportados para o Hospital de Tete, onde fizeram as cirurgias que havia a fazer. No meu caso, a minha cirurgia foi feita ao nível do sobrolho com transplante de cabelo retirado da parte detrás da minha cabeça.

A bérliet seguiu depois, conduzida pelo Furriel, com os soldados ilesos para um aquartelamento de engenharia que ficava uns bons km à frente quase junto ao cruzamento de Macossa, que ao verem tanto sangue recuaram momentaneamente pois pensaram que havia mortos, mas acabaram por fazer uma festa quando souberam que o kudo ficaria para eles (esta oferta foi-me contada mais tarde com alguma galhofa à mistura). Infelizmente os outros colegas feridos ficaram mais tempo hospitalizados. Quando eu saí do Hospital de Tete, fui de avião para o Sabondo. Acresce que após aquela emboscada o meu grupo GEP008 reuniu-se (éramos cerca de 86 homens) e cumprindo instruções do Comandante do Batalhão GEP sediado no Dondo seguiu imediatamente para o Sabondo (no interior do distrito de Tete, atualmente província de Tete) tendo chegado àquele destino ainda antes de mim.

Esta emboscada teria sido evitada se houvesse da minha parte mais responsabilidade, que eu literalmente não assumi (foi uma grande negligência da minha parte). Este erro ainda me persegue e podia ter-me custado a própria vida. Por isso ainda me faz pensar.

Tudo que acontece na nossa vida tem um propósito definido.

Nada acontece por simples ação do acaso.

Pelo sim ou pelo não, o que aconteceu teve um motivo, e um motivo suficiente para que eu entenda (não que eu tenha que me conformar com isso ou aceitar) que era assim que teria que ser.

As nossas ações mudam o rumo do nosso destino e do destino de outras pessoas. Pode ser que aconteça um dia você deixar de ir a determinado lugar e ficar em casa vendo TV.

Vamos supor que esteja desanimado, não queira sair. Então sua noite será basicamente o jornal das sete, a novela das oito (na qual você se emociona e vibra com os personagens fictícios que finalmente conseguem um final feliz), o seriado das nove, um jantar simples feito pela sua mãe querida, um banho morno, cama e travesseiros.

Mas, se naquele momento, sua amiga (que não tinha absolutamente nada para fazer) resolve te ligar para te chamar para um sorvete e você aceita o convite, se arruma, sai de casa, pode ser que naquela sorveteria você conheça uma pessoa, que “por acaso” (ironicamente) vai ser o futuro pai dos seus filhos (ou mãe), vai casar com você e te fazer muito feliz. Ou talvez comece a chover mesmo antes de chegar à sorveteria, sua moto atole, seu salto quebre, você leve um baita tombo e perca o dinheiro que tinha nos bolsos e chegue a conclusão de que a sua novela e a comidinha da mamãe de todos os dias seria a melhor opção.

O que fazer? Arriscar. Viver já é arriscar, sabia?

Cada dia que passa e você continua vivo, com saúde, bem, já é uma dádiva de Deus. Se você tem todas as partes do seu corpo, uma mente sadia, uma casa para morar e uma família, por menor que seja, isso já é motivo suficiente para agradecer, e muito. Enquanto nós reclamamos de coisas tão banais, milhares de pessoas sonham em ter pelo menos um pouco do que nós ganhamos de presente da vida.

Eu cheguei a várias conclusões com os tombos que tomei na minha vida. Aprendi coisas que jamais aprenderia se não tivesse levado esses tombos. Que jamais aprenderia se na minha vida não houvesse erros, problemas, se fosse tudo perfeito como eu (em vão) sempre quis que fosse.

Sabe porquê? Porque nós só paramos pra pensar quando tudo está errado. Quando algo nos incomoda. Fora isso é tudo festa, o aqui e agora, e que se dane amanhã! Mas quando as coisas saem fora do que nós planejamos, nós somos obrigados a repensar nossos atos e entender por que as coisas aconteceram como aconteceram. Com essa atitude nós reparamos os erros cometidos, percebemos o que não deve

mais acontecer e em como nós vamos agir diferente daí pra frente, para que, da próxima vez, esses erros sejam menores e mais reversíveis. O que não vale é ficar reclamando o que já passou. Tirando o que houver de bom na situação, e se não houver nada, pelo menos a lição de vida, e depois, borracha na história, ou pelo menos arquivo na história. Ficar remoendo o que não deu certo é perda de tempo. Ninguém que quer ser feliz age de tal maneira. Pois a vida é um dia após o outro, experiências de sucesso, experiências frustradas, erros, acertos, derrotas e vitórias. Ninguém é feliz durante todos os dias do ano, mas nós podemos decidir o que seremos durante boa parte deles. Se a vida contribui pra isso? Muito! Em certas situações realmente não tem como ficar contente. Mas na parte que te cabe, aí sim, tem como ser feliz por decisão própria. Aceitando que a vida de ninguém é perfeita, e que é totalmente normal que coisas ruins aconteçam, elas acontecem com todos nós. Entendendo o que isso trouxe de aprendizagem e amadurecimento pra você. Encare a vida como uma eterna experiência! Faça acontecer o que depende de você, mas não se cobre pelo que está fora do seu alcance.

Seja feliz por você mesmo, independente de qualquer coisa ou pessoa que esteja à sua volta.

(independência!)

E nunca faça uma coisa para se arrepender depois. Quando tiver de tomar uma decisão, pense no amanhã, no que vai te fazer bem ou mal. Na dúvida, opte pelo correto, pelo coerente, pelo justo. O que é certo? Você sabe o que é certo, tenha certeza. As respostas para as suas perguntas estão nada mais que dentro de você mesmo. Lembre-se, você é o seu melhor amigo e conselheiro. acredite! Tudo sempre vai dar certo no fim, te garanto. O que é mal passa, pode durar um tempo, mas passa.

Mas ser feliz... Isso é a longo prazo.

[Karen Barbosa Ferreira](#)

CAPÍTULO 14

A PÁTRIA
HONRAI



SABONDO

QUE A PÁTRIA
VOS
CONTEMPLA

**Estive em Sabondo desde outubro
de 1973 a janeiro de 1974**

(SABONDO-1)

**A Zâmbia decidiu apoiar a guerrilha e ajudar os
guerrilheiros a penetrar em Moçambique através da sua fronteira na
província de Tete**



Vista aérea de Sabondo, foto do Alf.Mil.GEP008 Manuel da Silva

SABONDO, outubro de 1973

À esquerda podemos ver a estrada que ligava Tete à fronteira zambiana (Cassacatiza); a avioneta está apontada à Serra da Chiúta e a Tete estando a preparar a aterragem na pista de terra batida que mal se vê ao lado dos barracões de cor branca (Quartel de Sabondo); a partir do quartel para o nosso lado direito vê-se o enorme aldeamento de Sabondo.

INTRODUÇÃO: Após a minha cirurgia no Hospital de Tete, na sequência da emboscada que enfrentei na zona de Inhassalala e que me feriu na estrada da Macossa, entre Tica e Comacha, fui de avião para me encontrar com o meu grupo de combate (GEP008) em Sabondo.

Moçambique foi a última das colónias portuguesas em África a entrar em guerra. Enquanto que a guerrilha já se batia com as tropas portuguesas desde 1961, em Angola, e desde 1963, na Guiné, só em setembro de 1964 é que *chegámos a vias de facto* em Moçambique, tomando-se como referência o ataque da FRELIMO ao Posto Administrativo do Chai, em Cabo Delgado.

A Tanzânia foi o país que sempre apoiou os guerrilheiros moçambicanos e foi, por essa razão, que a linha de fronteira entre os dois países se transformou no primeiro teatro de guerra entre as partes beligerantes.

Como o primeiro campo de treino da FRELIMO se situava em Bagamoyo, cidade costeira da Tanzânia, foi naturalmente devido a esta aproximação que a guerra surgiu em Moçambique pelo distrito de Cabo Delgado. A partir daí o número de guerrilheiros foi aumentando, as suas armas cada vez mais sofisticadas e a guerra entrou num crescendo cada vez maior em Cabo Delgado e no Niassa.

Com o início da construção da barragem de Cahora-Bassa a luta armada de libertação nacional deslocou-se para a região de Tete e abrandou no Niassa, porque enquanto que o vizinho Malawi se manteve fora do conflito, a Zâmbia decidiu apoiar a guerrilha e ajudar os guerrilheiros a penetrar em Moçambique através da sua fronteira na província de Tete.

Esta mudança de estratégia fez com que a concentração das nossas tropas aumentasse rapidamente naquela zona tentando cortar o caminho aos guerrilheiros e nessa contingência a Frelimo desdobrou-se e criou uma segunda rota de penetração que da Tanzânia descia para sul através de Tete e da Zambézia até atingir os distritos de Vila Pery e da Beira (hoje províncias de Manica e de Sofala).

Assim, foi possível à FRELIMO chegar rapidamente ao CORREDOR-DA-BEIRA e deste modo atingir o CORAÇÃO DE MOÇAMBIQUE onde causou acontecimentos não contingentes (não contingente, é um acontecimento que, não só ocorreu, como não poderia deixar de ter ocorrido).

A guerra durou 10 anos, de 1964 a 1974, que conduziram ao golpe de estado em Portugal (25 de Abril de 1974) e conseqüentemente à descolonização e independência de Moçambique em 25 de junho de 1975.



(SABONDO-2)

O Guia Fugiu

Nasceu para mim um novo dia, desta vez no Sabondo. Ainda estou vivo, graças a Deus! Mais um dia na tropa. Gosto desta hora da madrugada em que a luz vence as trevas. Na província de Tete que eu conheço desde tenra idade, o sol chega rápido, fulminante e ardente. Aguardo sentado numa cadeira feita a partir de uma barrica de vinho, pois que dentro de instantes o Quartel de Sabondo ficará totalmente resgatado da escuridão da noite.

O sol acaba de nascer, mas a movimentação de pessoal e viaturas faz-me crer que é rotina. Vou deixando correr o tempo sentado na barrica ao lado da entrada para a messe de oficiais que é uma estrutura fortificada, totalmente subterrânea, construída para resistir aos projéteis do IN. É o primeiro bunker que vejo na minha vida. Formidável!

Tendo visto tal bunker fiquei impaciente (como um cão com pulgas) e este nervoso miudinho não é normal em mim. A messe dos oficiais é uma estrutura fortificada, totalmente subterrânea, mas existem mais abrigos subterrâneos dentro daquele retângulo cercado com arame farpado. As bocas dos abrigos apontam para a saída das casernas. Aqui cheira-me a ataques frequentes do inimigo. Que mais me irá acontecer? Continuo nervoso! Será que estou a adivinhar a minha primeira operação a partir do Sabondo? Será que este novo dia promete ação? Não deve ser para mim, porque ontem não me comunicaram nada. Hoje gostaria de ter uma folgazinha dentro do arame farpado para continuar bem-disposto.

Poderia ter ficado a dormir! Mas, naquele sítio, numa zona de guerra e na tropa, cama durante o dia é só para estropiados e o senhor Major do Quadro Permanente (Major QP) ficaria mal impressionado comigo como comandante de uma tropa especial – o GEP008 - acabada de chegar ao Sabondo.

A manhã vai a meio e a sede vai apertando e eu já bebi meio cantil de água. É motivo para eu repensar na geografia e confirmar que estamos na zona tórrida de África. Portanto, é preciso beber muita água para não desidratar.

Estava eu imbuído na leitura da geografia de Moçambique no preciso momento em que passa mesmo junto a mim o Major QP que anuncia que me vai chamar dali a instantes.

“Olá, ele vai-me chamar!” (uma exclamação que fica comigo). A província de Tete regista forte presença da Frelimo a jusante de Cahora Bassa, no vale do rio Capoche, um afluente da margem esquerda do grande Zambeze e local de passagem dos guerrilheiros da Frelimo para a margem direita com destino a sul da província de Tete (Istmo de Tete) e aos distritos de Vila Pery e da Beira.

Sabe-se da existência de diversos “focos” a que chamávamos vulgarmente bases da FRELIMO. Numa das cartas militares (daquelas que tinha recebido discretamente no dia anterior da mão do Major), reparei que se encontrava referenciada uma base por

descobrir e atacar. Se for descoberta, poderá até ser atacada por necessidade com efetivos consideráveis, como por exemplo o meu Grupo apoiado nos nossos Fiats e Allouettes.

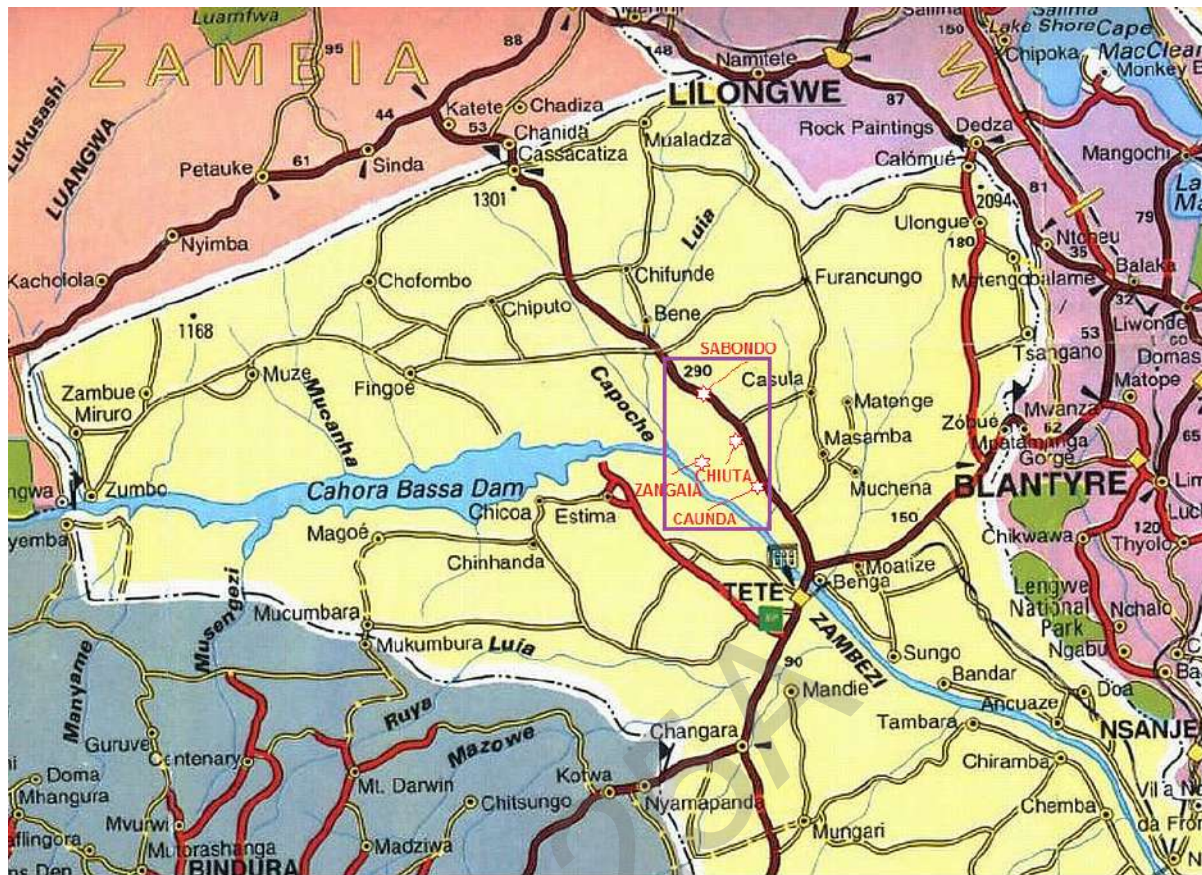
Do local onde me encontrava sentado (pipa de vinho), posso ver o amplo barracão onde funciona o Posto de Comando. Daqui vejo o que se vai passando lá dentro: Além do Major QP, há um português à civil presumo que seja um dos tais que estão afetos à PIDE/DGS, e um terceiro indivíduo africano. Os dois europeus estão a apontar e como é hábito o Sr. Major deve estar a espetar pinos de várias cores no plástico transparente que forra o mapa cartográfico. Fazem-no sob o olhar atento do africano associado a troca de impressões entre os três.

O Major veste camuflado novo em folha. Esta evidência compatibiliza-se com a guerra limpa, “pasteurizada”, que ele trava ali dentro, motivo para depois se gabar em Portugal que “fez a guerra de África”.

Apressado, um estafeta entra no barracão. Deve levar mensagem importante. Isso vai obrigar, certamente, o Major e o PIDE/DGS a espetar mais pinos sobre o mapa.



Em latitude, Moçambique tem por limites aproximados os paralelos 10° S e 27° S, situando-se, pois, maioritariamente, na Zona Tórrida. Apenas uma pequena porção do seu território, onde está localizada a capital, fica para sul do Trópico de Capricórnio (23° 26' 14,440" de latitude sul), ou seja, na Zona Temperada do Sul. Em plena África Austral, frente ao oceano Índico, que aqui toma o nome de Canal de Moçambique, o país tem uma forma longilínea, mais larga a norte mas acentuadamente estreita a sul (a «cauda de Moçambique»). No que toca à longitude, os seus limites são os meridianos 30° E e 41° E. No terço setentrional, a província de Tete forma uma grande protuberância com orientação de SE para NW, intrometida entre o Malawi, a Zâmbia e o Zimbabué.



Pouco depois, o estafeta está de novo cá fora. Parece desorientado, à procura de rumo. Aborda um soldado, este vira-se para a messe, aponta o dedo na minha direção. O estafeta corre, chega junto de mim afogueado: «Alferes Manuel da Silva? Apresente-se, por favor, no Posto de Comando».

Com tal correria até fico surpreendido. Vou lá então saber o que se passa. No interior do barracão, tenho a oportunidade de confirmar que o major parecia estar atarefado. Coitado! Lá andava ele às voltas com os pinos. Inicia-se um curto briefing e depressa recebo ordem para ir rapidamente atacar uma base, levando o meu grupo de combate e com ele devia fazer um golpe de mão! Reconheci que a base por atacar era mesmo aquela que se encontrava assinalada numa das cartas militares que tinha recebido no dia anterior da mão do Major.

Na tropa, ordens são ordens. Calei-me.

Antes da partida, encaro o grupo GEP008 sob meu comando. Trata-se de gente que eu conheço bem, combatentes experientes, merecem-me confiança. Eles estarão talvez a pensar o mesmo de mim.

Mas é indisfarçável a desorientação recíproca ou falta de proximidade num local onde acabámos de chegar para pôr em prática novas ações. São militares de dois subgrupos do meu Grupo e somos quarenta ao todo. A nós junta-se um GUIA (afinal era o tal africano que assistia ao espetar dos pinos). A este ordeno que seja amarrado pela cintura com uma corda à cintura de um dos meus militares com o posto de cabo. Ensino-o a fazer-nos o clássico sinal de “inimigo à vista”. O Guia parece ser colaborante e, por conseguinte, desejo também que seja um ótimo pisteiro. Não há tempo a perder. Entram

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

cerca de 20 em cada helicóptero Puma. A nossa segurança está garantida por um Heli-canhão



Em menos de vinte minutos estamos já a sobrevoar o vale do rio Capoche. Vejo agora, no fim da planície, uma impressionante escarpa, direita como uma parede. Em voo cada vez mais baixo, é para lá que os Puma rumam. Depois, como se fossem ascensores, sobem na vertical as encostas aprumadas do maciço, largam-nos e iniciam a descida pelo mesmo trajeto. A primeira avaliação do terreno deixa-me inseguro, fomos largados, num alto, com o abismo mesmo atrás das nossas costas. É neste estado de espírito que me preparo para o golpe de mão. Como não há recuo, resta-nos seguir em frente e fazer a aproximação à base, sem erros.





Torna-se vital não quebrar a surpresa, desencadear o assalto de forma rápida, fulminante. E sair o mais depressa possível desta perigosa situação.

Sob elevada temperatura, damos início à caminhada. Estamos no início da tarde. O GUIA vai à frente. Desconfiado, olha em todas as direções. Descalço e no seu jeito de andar dá-nos a ilusão de quase não pisar o solo. Eu sigo atrás dele e do cabo que o leva preso com uma trela. Quero-o sempre por perto para me aproveitar da sua eficácia a “ler” o terreno e a mostrar-nos a base (se ela existir!).

Ao fim de alguns minutos, em zona inclinada do maciço avistamos uma espécie de riacho seco. Decido aproveitar este trajeto. É mais rápido e resguardado. Caminhamos agora pela areia ressequida, rente à vegetação da margem. De repente, o GUIA pára. Fica imóvel, fazendo o sinal que eu lhe ensinara de “inimigo à vista” e o pessoal militar do grupo de combate recolhe-se. De repente o GUIA dá um puxão na corda e lança-se numa correria. A minha rajada picota a areia, persegue-o. Ele como que tropeça, talvez atingido, desaparece entre a vegetação da margem. Lá se foi o GUIA e a surpresa!

A minha preocupação aumenta. Onde se terá ele metido? Será que se tenha juntado aos seus antigos camaradas e estejam já preparados para nos abater? Estarei na mira?

Na areia do rio não é fácil seguir o rasto do fugitivo. A vegetação é muito densa, mas rapidamente descobrimos umas gotas de sangue entre as folhas de um arbusto rasteiro. Pouco depois, pelos rastos deixados o meu grupo assegura que o homem tinha procurado a proteção de um embondeiro, a árvore mais emblemática da província de Tete.



É preciso agir depressa, e ele regressou seguramente à base do inimigo. Sigo para a frente de granada na mão. E se ele ou eles se quiser(em) entregar? Assiste-lhe(s) esse direito e eu garanto que lhe(s) pouparei(mos) a vida.

Um golpe de mão compara-se a uma trovoadas: A granada ofensiva rebenta com um tremendo estrondo e parece-se como um relâmpago e logo o ribombar “da tempestade” que vem das rajadas das metralhadoras (nossas e deles). Neste caso, a comparação não colhe de todo. A base estava avisada. Aguardava a tempestade. Só há rajadas do nosso lado. Estamos sem recuo. À nossa retaguarda temos o abismo. Ao menor descuido haverá drama em queda livre.

No CIGEP-Centro de Instrução de Grupos Especiais Para-quedistas, no Dondo, experimentados GEP ensinaram-me que, em certas situações, melhor do que decidir muito bem é decidir rápido. Assim, avançámos em meia-lua. Dou ordem para não se poupar munições. O nosso caudal de fogo deve iludir. Somos quarenta, mas temos de parecer dezenas sobre dezenas. Já se divisa a base propriamente dita. Com os dedos da minha mão dou o sinal: um, dois... três! O crepitar frenético das G3 serve de propulsão ao mortífero jogo de dispara-avança, dispara-avança, até ao objetivo. A base é tomada rapidamente, a resistência foi nula. Ainda sob o efeito da adrenalina, integro-me no grupo de assalto encarregado de inspecionar esta base. A vitória permite-me verificar a grandeza da base e hoje posso dizê-lo: *Estivemos num santuário da Frelimo*. Porém, em pleno reconhecimento somos surpreendidos com rajadas. Um de nós avistou um guerrilheiro (e não o GUIA fugitivo) que aparentemente para desaparecer mais depressa atira com a sua arma para o lado onde estava um tufo de plantas rasteiras. É uma AK-47, ou AK como é oficialmente conhecida também conhecida como Kalashnikov, uma arma de assalto de calibre 7,62x39mm criada em 1947 por Mikhail Kalashnikov e produzida na União Soviética, que é recolhida por nós e, desta forma, salvar a honra do convento, pois que a fuga do Guia deixou-me bastante desconfortável e sem face para enfrentar o Major.



Certificámo-nos depois que o guerrilheiro que deixou a arma tinha sido atingido numa perna e no calcanhar. Ainda quente, conseguiu correr até meia encosta. Deveria ser imediatamente assistido, mas não há tempo.

Os seus camaradas deviam ter aproveitado a nossa demora (devido ao incidente com o guerrilheiro) para pôr a salvo o essencial: munições, armamento pesado, medicamentos, material cirúrgico, documentos. De facto, só apanhámos sobras: uma mina artesanal, detonadores, duas granadas antitanque, panfletos de propaganda, um rocket dos nossos aviões, provável reforço para uma mina anticarro, no futuro.

Quadro confrangedor, os idosos, mães com filhos pequenos. Nenhuma destas pessoas está ferida, o que espanta. Em rigoroso silêncio, mostram um medo de morte.

Agora, uma menina desfaz-se em pranto. Eu tinha uma bisnaga de leite da minha ração e mostro-a à menina. Os olhos da criança acendem-se de espanto.

Deve ser a primeira vez que ela vê um europeu (um muzungo, na língua nativa). Sempre a olhar-me, lambe o leite que depositei nos seus lábios. Inocente, tem o seu problema resolvido.

As palhotas, disfarçadas sob a copa das árvores, foram feitas com muita perícia, são um hino ao artesanato. Sem um prego, um tijolo, um vidro, construíram abrigos enxutos e funcionais. E até graciosos.

Com archotes nas mãos os meus militares chegam fogo às palhotas, e assim se destrói mais um “foco” do In. Chegou o momento de retirar. Temos de nos despachar, fugir dali rapidamente, porque as nossas munições podem não chegar e então seremos apanhados à mão. Até àquele momento continuamos a dispensar o apoio aéreo dos heli-canhões. Mas os guerrilheiros, mal tenham o material a salvo, virão ajustar contas connosco, com toda a certeza. É o habitual!

Retirámos. O pequeno comboio humano, formado pela população, acompanha-nos. Queremos chegar a lugar apropriado, fazer “um alto”, montar a segurança e, via rádio, dar a nossa posição a Sabondo, para os helis nos virem recolher.

O transporte do grupo de combate e de toda esta gente vai obrigar a ponte aérea. Para um helicóptero, não é muita a distância daqui ao Sabondo, onde, hoje de manhã estava eu sentado tranquilamente. Mesmo assim o tempo é escasso. E ainda há o problema do fugitivo se juntar a seu grupo e nos poder atrasar a marcha.

Sou um dos quatro transportadores do ferido. Quero aquilatar do esforço que terei de exigir aos soldados. O processo é o habitual: uma manta atada a dois paus, e eis a maca. O fardo é alentado. A vegetação, fechada, dificulta o transporte. Levo já a minha mão direita em ferida.

Os outros três carregadores mostram também sinais de cansaço. E nem um quilómetro ainda percorremos. Sei que não vou aguentar mais, arreio, dou ordem para parar.

Decido entrar em contacto com o Sabondo para informar o Comando sobre a nossa situação. Pouco depois, uma contrariedade de vulto: não é possível estabelecer a ligação rádio. Será que temos o nosso *Racal TR-28* avariado?



Figura 6 - Emissor-Receptor Racal TR-28.

O grupo de combate dá sinais de impaciência, a inquietação sobe a todo o instante. É um perigo mantermo-nos parados nas imediações da base. Devo ter cometido algum erro para nos encontrarmos nestes apuros. Mas não consigo perceber qual. Procuo manter-me sereno, não é fácil. Isto está a ir de mal a pior. Sem saber o que fazer, reavalio as várias hipóteses de saída. E o tempo vai passando.

Um furriel vem ter comigo: «Então como é?!» Mostra-se agastado. E tem razão. Olha-me nos olhos com severidade. Está a tentar intimidar-me. De facto, ele parece não me conhecer. Cederia mais facilmente perante um fraco.

Roído de dores continua, de certeza, o guerrilheiro. Mas não deixa escapar o mais pequeno lamento. Começo a admirar este homem. Espapaçado sobre a manta ensanguentada, não tira os olhos de mim. Sabe que o problema é ele próprio. Deve estar a pensar que não será poupado, que não viverá muito mais. Os nossos olhares cruzam-se e ele brinda-me com uma expressão de ironia, a roçar o desprezo.

Encontrei uma saída para a crise. Não a vou dar já a conhecer. Quero que o anúncio da decisão não surja quase imediatamente a seguir ao encontro que o furriel teve comigo.

O grupo, cada vez mais impaciente, espera ordens. Aquilo que tenho para dizer vai ter efeito de bomba. Encaro os homens com falsa tranquilidade. Não posso dar-lhes o mais leve vislumbre do que me vai dentro. No tom natural de quem acerta uma ida ao cinema, digo-lhes: «Vou ficar aqui, com esta gente e com o ferido. Se alguém mais quiser ficar...». Este meu anúncio é pateta e patético. Uma enormidade, disso tenho consciência. Sei que estes homens experientes na guerra, também pensam assim.

Mas outra alternativa não vejo. De um momento para o outro, tudo se altera, pelo menos para mim. Aproveito a momentânea descompressão, conwenço-os a não ficarmos todos. Metade (militares e civis) deve ir embora. E isso acaba por acontecer.

A tarde vai adiantada. O grupo que partiu só deverá chegar ao quartel ao romper do dia. O nosso, o que permanece próximo da base assaltada, tenta, repetidamente, comunicar com o Sabondo. Quero informar da situação.

A propósito: não trouxemos ração de combate e a água no cantil também está na reserva. De acordo com o planeado, faríamos o golpe de mão, regressaríamos para o almoço. Na movimentação de pinos sobre o mapa, o major de operações não podia prever estes desenvolvimentos.

As comunicações continuam a negar-se. Só nos resta desistir, pôr de lado a ideia de darmos notícias. Imagino a ansiedade a crescer, hora a hora, no Sabondo. Quando a noite for adiantada e de nós não houver sinal, a preocupação aumentará.

As primeiras sombras já aí andam. Reunimos a população. De lado, fica um cabo e o guerrilheiro ferido. A toda a volta, em círculo, o que resta do grupo de combate. Somos poucos para tão grande perímetro. O que trarão as trevas? Acampar junto da base é violar princípios básicos de segurança. Este pensamento não me sai da cabeça.

Antes do cair definitivo da noite, era necessário efetuar os últimos preparativos. O cabo avisa a população para se manter em silêncio. De volta, traz-me um aviso: “há que sermos altamente vigilantes”. Como? Pergunto eu. Ele explica: «sejamos vigilantes com a população capturada, porque há ali alguns elementos que se lhes der para fugir, correm tanto ou mais que os bichos do mato!». Vamos então ser altamente vigilantes. Observei eu.

A escuridão torna-se total. Para agravar mais, fomos surpreendidos por uma chuvada torrencial e uma forte trovoada com relâmpagos e raios a serpentear e a cair em todas as direções. Ocorreu-me e logo mandei os soldados colocar as armas debaixo do corpo, porque como metal de que eram feitas poderiam atrair as descargas atmosféricas que nos podiam matar, com a agravante de estarmos recolhidos sob árvores no cimo das montanhas. Apesar de tudo, esta gente porta-se bem, mas vai ser impossível impedir o choro das crianças, a tosse. Havia pelo menos um bebé a tossir. Por isso, penso: os guerrilheiros não terão dificuldade em detetar-nos. Quando isso acontecer, a noite ficará subitamente iluminada por poderosos very-lights, e sobre nós cairá uma chuva torrencial de balas e granadas. Será o fim. O que pensará sobre isto a nossa população? Perguntei ao nosso cabo, quando a chuva amainou. Respondeu-me: «É suficientemente inteligente, antes vivia na base pressionada pelo inimigo e atemorizada, agora sabem que connosco já estão livres». Mas acrescentou que «quanto ao inimigo ele iria aparecer, não iria tardar muito tempo».

Esta explicação do nosso cabo deixou-me de boca aberta. O rapaz estava convencido, pois eu não!

Estou sem relógio. Pelo meu cálculo, devemos estar entre as duas e as três da madrugada. A criança deixou de tossir e permanece calma e de olhos fechados.

Eu deteto ruídos e penso imediatamente: «O inimigo está a vir...». Fico eriçado, com medo. Preciso de avisar os meus homens que ficam à minha direita e à minha esquerda. Entretanto, um longo assobio modelado chega até nós, desobriga-me dos avisos.

Estou de mãos enclavinadas na G3. Mas quem lá vem passa ao largo. Talvez população tresmalhada à procura de familiares.

A madrugada vai correndo e os sustos repetem-se. Desta vez, o caso parece mais sério. Daqui a pouco será a hora ideal para um ataque. Sinto-me cansado, desmoralizado. Posso estar perto do fim. Ouço o som de um ramo a quebrar. Devem estar a instalar-se. Ao alvorecer atacarão.

Esta espera desespera-me. O frio agora é intenso. Costuma ser sempre assim, na ponta final da madrugada. A baixa temperatura faz-me esfregar as mãos e esta ação até me ajuda a distrair. Continuo à espera de um ataque, mas também já ponho a hipótese de ele não ocorrer. Oíço subitamente o canto dos pássaros mais madrugadores. Bom sinal! Se a guerrilha estivesse instalada, o dia nasceria mudo. Cada instante que passa convence-me que o perigo está a diminuir.

A luz do dia anima-me. Levanto-me. A G3 parece de chumbo. Caminho à volta até à orla da mata. Vou seguro, confiante de que os soldados que seguiram para o quartel deram conta do recado. Lá em baixo, numa praia fluvial do Capoché, um bando róseo de flamingos aproveita os primeiros raios de sol. Os hélics devem estar a chegar. É a brisa a trazer-me a notícia. Os nossos camaradas chegaram a Sabondo e deram as nossas coordenadas.



emissor-receptor em VHF AVP-1

Aí estão eles (os helicópteros), exclamei baixinho para os companheiros do lado. Na primeira leva tem de embarcar o ferido!



Helicóptero "Puma"



Alouette III

Aí vamos nós ... de regresso, são e salvos, graças a Deus! (pensei e agradei)
A população capturada ficou recolhida no Aldeamento de Sabondo e o ferido da FRELIMO foi tratado e apresentado ao Major, que perante o meu espanto o

reencaminhou para a PIDE/DGS a fim de ser interrogado e ... não digo mais nada, para não errar. É triste!

Eu não podia fazer mais nada em prol da defesa daquele homem a quem eu havia zelado pelo melhor tratamento possível dos ferimentos e prometido liberdade total no Sabondo. Nunca me ocorreu a hipótese de ele poder ser entregue à PIDE/DGS. Se eu pudesse voltar atrás e ao Dondo, tenho a certeza que seria bem tratado e depois aconselhado a juntar-se aos GEP para ajudar nas nossas ações psicológicas, junto das populações. Quanto a mal, nunca seria pior! Agora entregá-lo à PIDE/DGS, valha-me Deus!

Por outro lado, no meu Relatório de Ação havia proposto um louvor ao Cabo que foi iludido pelo GUIA (que tinha fugido) o qual lhe havia *pedido para alongar a corda a fim de poder urinar, e que devido à fuga que se seguiu o nosso Cabo correndo atrás, ficou bastante lesionado nas pedras e rasgado o camuflado* (escrevi desta maneira para justificar o louvor que estava propondo), ao que o Major QP me respondeu: “Oh nosso alferes Manuel da Silva, pelo amor de Deus, tire-me isso da sua ideia e corte essa proposta no seu relatório, se não ainda vai arranjar lenha para se queimar e vai ter um Processo Disciplinar devido a ter deixado fugir o GUIA e, conseqüentemente até poderá ser preso”.

CD25A

(SABONDO-3)

**Zangaia-Chiúta, 11 de
novembro
de 1973**

**Um frente a frente inesperado, durante a
noite, que deu em matança.
Incrível! Nunca visto e nunca antes reportado!**

*As lágrimas já não resolvem diante da dor que
sinto...
As lágrimas já parecem não ter efeito diante de
tudo que aconteceu...*

O comandante de Batalhão do Sabondo recolocou o meu grupo de combate (GEP008) em Zangaia.

Como escrevi no início deste livro, haviam passados 10 anos desde a minha primeira ida àquele local quando ainda criança ali me dirigi na década de 60 (1963), com os meus avós maternos, a casa do Reis da Chiúta.

Estamos em 1973, e agora volto aqui na qualidade de militar, comandante de um grupo de combate (o GEP008) e a minha primeira grande surpresa foi o facto de não ter encontrado Kapalautsi. Aquele local aparecia agora na carta militar com o nome de aldeamento de Zangaia.

Esta mudança de nome eventualmente tem a ver com a recolha das populações outrora dispersas pelo mato e agora concentradas num único local (aldeamento) tendo ficado com o nome oficial de Zangaia, talvez um nome mais consistente com o número e a origem dos populares trazidos para aquele local pelas autoridades portuguesas.

Por outro lado, o Reis tinha abandonado a sua cantina, porque se ausentou depois de ter perdido uma perna numa mina traiçoeira colocada na picada, pelo inimigo.

O edifício da sua cantina tornou-se o refeitório do meu Grupo. Pela cor branca e sua localização no cimo de um monte ficava muito exposta aos ataques do inimigo, era um autêntico alvo em cima daquele monte, optei então por passar a dormir na base do monte (mais próximo do aldeamento e junto à sua escola), dentro de uma tenda de campanha.

A planície dos coelhos dos anos 60 tinha-se tornado numa pista militar para pequenos aviões e helicópteros que transportavam os militares ou traziam correio e mantimentos. Essa pista ficava entre o aldeamento e a escola.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



A viagem de Sabondo para Zangaia foi efetuada em bérliets e à chegada estava colocada num ribeiro seco e no rodado direito da picada uma bomba de avião debaixo de uma mina anticarro que foi detetada depois de eu mandar trocar o grupo de picadores que me queriam convencer que estávamos próximos do aldeamento e que já não se justificava picar mais. Todavia, após a troca, o novo grupo de picadores detetou logo as duas bombas sobrepostas atrás referidas que nós fizemos explodir através de comando a distância e assim nos livrámos de ficar todos defeitos, sobretudo os que iam como eu na bérliet que seguia em primeiro lugar.

Os primeiros dias foram para nos adaptarmos ao local e reconhecermos a região num raio de 10 km. Zangaia (ou Kapalautsi) ficava na circunscrição da Chiúta, portanto na margem esquerda do Zambeze, embora afastado deste grande rio cerca de 15 km, no seu ponto mais próximo.

Após esse reconhecimento e obedecendo às instruções do Comando em Sabondo passei a esboçar o plano das nossas intervenções e todas elas visavam procurar na margem esquerda do Zambeze possíveis pontos usados pela FRELIMO que faziam o atravessamento do rio com recurso a canoas. A nordeste, o limite da nossa intervenção era o Rio Capoché, um grande afluente do Zambeze que desagua num ponto onde o Zambeze se estreita descrevendo aí uma espécie de cotovelo. Este ponto ficava alguns km a jusante do local onde se iria proceder à construção da futura barragem de Cahora-Bassa, que por sinal nunca visitei.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

O Comando de Operações de Sabondo, solicitou-me uma intervenção de 3 dias (nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 1973), devidamente cuidada a partir do Capoché, com progressão orientada a sudeste colada ao Rio Zambeze ao longo da sua margem esquerda.





Como escrevi acima, o objetivo era neutralizar a travessia do Zambeze pelos guerrilheiros da FRELIMO, pois que sabíamos que eles procuravam a toda a pressa passar muito material de guerra e mantimentos para os distritos de Vila Pery e da Beira (hoje províncias de Manica e Sofala), porque queriam fazer chegar tudo isso ao Corredor-da-Beira antes do fim do ano de 1973.

Entretanto, fomos informados que na margem direita do Capoché junto ao Zambeze decorria a construção de raiz do aldeamento do Nhaluiro havendo muita tropa de outros aquartelamentos envolvida na recolha da população que habitava na zona da futura albufeira de Cahora-Bassa.

No dia 10 de novembro de manhã, fomos então transportados por dois helicópteros Puma, que nos deixaram junto ao Capoché numa zona rasa situada no cume de um monte com largas vistas para o grande Zambeze.

Éramos ao todo uns 40 militares. Começámos a descer a vertente do monte e aproximámo-nos do Rio Zambeze. Lá fomos caminhando rio abaixo e deparávamo-nos com carreiros, muitíssimos carreiros, quer transversais de aproximação; quer paralelos ao rio, mas não avistámos nem guerrilheiros nem canoas (exceto uma que estava fora da água a qual destruimos e afundámos).

Ao fim do primeiro dia de operação, fiz questão de conduzir os meus camaradas militares para o cimo de outro monte a fim de pernoitarmos numa zona segura.

O rio Zambeze naquela região é ladeado de altas montanhas com declives intensos que só gente muito experimentada poderia arriscar caminhar sem resvalar para as águas profundas e com enorme torrente. Portanto, a minha ideia de nos afastarmos para o topo doutro monte tinha em conta a segurança de todos nós no caso de sermos atacados durante a noite.

A noite do dia 10 de novembro tornou-se numa escuridão total. Deitei-me de bruços, porque, entretanto, ocorreu uma forte chuvada acompanhada de uma grande trovoadas com muitas faíscas que serpenteavam e iluminavam intermitentemente os céus.



Com os relâmpagos era-me permitido ver a disposição dos meus camaradas. Sabendo dos riscos de vida a que estávamos sujeitos em tão curto espaço de tempo, pensava por exemplo, que não devíamos estar ali, debaixo das árvores, mas estávamos de facto e parecia não haver outra solução. Tinha aprendido também que quando se está numa piscina ou rio, deve-se sair da água por causa da corrente elétrica produzida pela descarga atmosférica. A trovoada não abrandava e chovia cada vez mais, torrencialmente. Continuava de braços sobre a minha capa (também chamada de impermeável), pus a G3 (com munições de calibre 7,62 mm), granadas, munições de lado, tudo relativamente afastado do meu corpo e abri no topo e nos lados da capa vários regos para desviar as águas das chuvas e assim fazer escorrer a água em redor da capa sem me molhar mais.

E o frio que eu sentia?! Pois, desviei as águas, mas o meu corpo ia arrefecendo e eu tremia de frio. Obviamente, algo semelhante se passava com o meu grupo. Lembrei-me então que tinha alcançado o limite das minhas capacidades e, foi quando me voltei para Deus, porque entrei em grande sofrimento. A dado momento quase perdi o controle sobre mim mesmo, porque a chuva não dava tréguas e tornou-se tão cerrada que eu deixei de poder vigiar fosse quem fosse. Estávamos todos num grande estado de ansiedade e cada um procurava salvar-se daquela tempestade e das suas consequências. Porém, no dia 11 de novembro tive duas enormes surpresas. Por um lado, o dia surgiu com céu azul e um sol radiante. A segunda surpresa: Quando eu e o meu grupo caminhávamos sobre a serra surge-nos ao nosso lado esquerdo um vale profundo de diâmetro enorme e redondo entre as montanhas (que parecia mais a cratera de um vulcão extinto) com um estupendo campo de milho que enchia de forma regular todo o vale e onde se podia ver uma palhota ao fundo junto à mata.

Dado que toda a população já tinha sido recolhida para os aldeamentos, era de supor que aquela palhota estava fora de controlo e poderia resguardar agricultores e ou guerrilheiros afetos à FRELIMO.

Como normalmente fazíamos, apontámos as armas à palhota e eu tive tempo para introduzir um dilagrama enfiado no cano da G3 e dei inclinação suficiente para atingir a palhota que em linha recta ficaria a uns 2 km. Porém, como se tratava de um vale enorme o tiro foi-me facilitado porque calculei a curvatura com tempo, peso e medida e o resultado foi fatal. Saíram do interior da palhota duas pessoas (presumo que tivessem sido duas mulheres) a correr que caíram no exterior com a explosão da granada defensiva (feita de fitas de estilhaços e altamente mortífera) arremessada pelo meu diagrama e como consequência essas pessoas não mais se levantaram.

Como estudante que fui e militar que era, tinha-me debruçado com entusiasmo sobre Balística que é a ciência que estuda o movimento dos projéteis, especialmente das armas de fogo, seu comportamento no interior destas e também no seu exterior, bem como a trajetória, impacto, explosão, etc., utilizando-se técnicas próprias e conhecimentos de física e química.

Não fizemos mais nenhum tiro e não arrisquei descer ao “vulcão”, porque descer àquele vale para reconhecer os corpos e o que havia dentro da palhota, seria repor a mesma situação que tínhamos encontrado e a cena poderia repetir-se, mas ao contrário, desta vez com vantagem para o inimigo.



Descemos à margem esquerda ribeirinha do Zambeze e dei pelo fim do dia de sol radiante pois que o mesmo já estava a dar lugar a uma noite escura, todavia com uma lua muito brilhante. Os meus militares tossiam muito devido ao frio e às chuvadas da noite. O resultado que nos aguardava, como é óbvio, seria o de sermos localizados facilmente. Então, joguei com o meu bom senso e ordenei que interrompêssemos a operação (portanto estávamos no dia 11 de novembro de 1973 à noite) e rumássemos a pé, pela noite fora, até ao nosso destacamento em Zangaia.

... detetei a curta distância um archote a arder que iluminava o caminho para um grupo de pessoas que caminhava ao nosso encontro ...

O trilho que pretendíamos seguir estava perfeitamente localizável na carta militar e dava garantias de irmos do Zambeze diretamente a Zangaia, onde devíamos chegar no dia seguinte (umas horas em antecipação ao término da programada intervenção) depois de uma longa caminhada.

Naquela noite eu vinha mesmo à frente (era o primeiro da coluna) e detetei a curta distância um archote a arder que iluminava o caminho a um grupo de pessoas que caminhava ao nosso encontro, o que proporcionaria um frente a frente inesperado.



Mal tive tempo de saltar e correr para o meu lado direito e proteger-me atrás de uma enorme rocha, podendo dali enxergar o grupo que se vinha aproximando. Porém, os meus militares que caminhavam atrás de mim em coluna por um, retiraram-se precisamente para o lado oposto ao meu. Na prática, fiquei na linha de fogo do meu próprio grupo de combate, mas a rocha resguardava-me bem resguardado e quando o tal grupo de mulheres que trazia à cabeça uma espécie de pequenos paus alongados amarrados à volta e caminhava guiado por outras duas mulheres armadas se encontrava a uns 15m de distância, eu gritei: “parem”. Não pararam e algumas correram ora em frente continuando no mesmo trilho que já vinham seguindo pensando talvez que estaríamos todos concentrados no local donde partira a minha ordem; ora fugindo do carreiro para o lado oposto àquele em que me encontrava. Resultado: umas e outras correram para a zona de morte, pois que ao passarem mesmo defronte dos meus 40 militares que estavam no chão em posição de atirar a matar, foram *fuziladas*. Obviamente, tão perto e com tanto poder de fogo não foram poupadas.

Tombaram todas, eram oito mulheres e lá ficaram caídas no chão e por enterrar, pois não era hábito da tropa fazê-lo. Ainda hoje oiço os gemidos e o sangue a jorrar dos seus corpos ao ritmo do batimento dos seus corações como se o sangue estivesse a ser bombeado para o exterior para correr pelo carreiro.

Foi com o auxílio de isqueiros que localizámos e contámos as oito mulheres. Nós tomámos estas mulheres como sendo guerrilheiras ou simplesmente mulheres civis que apoiavam a FRELIMO e deduzimos que deixavam as bases ou os aldeamentos durante a noite para transportar o material de guerra que guardavam dentro dos paus alongados ou cultivavam para assegurar a alimentação dos guerrilheiros que nós combatíamos.

Se vinham do aldeamento então era como se estivessem a praticar um jogo duplo. A guerrilha é assim!

Com tantos sacrifícios, os moçambicanos acabariam por conquistar a sua independência e nós portugueses daríamos por mal empregue a guerra que travávamos contra eles por amor à nossa Pátria.

Depois de ver aquele cenário das mulheres espalhadas, mortas ou a gemer e sangrando, o meu primeiro pensamento foi direto para a minha mãe, que me lançou num mundo onde eu só via guerra e inocentes a morrer. O segundo foi para todas as pessoas que andavam a tentar fingir a morte; ou procuravam sobreviver como eu.

Abandonei as buscas, não quis saber quem eram aquelas mulheres e afastei-me de pesquisar o que carregavam. Pus-me a caminho imediatamente e chamei os meus camaradas que anuíram.

No caminho eu contemplava a lua que já estava alta no céu e brilhava tanto como eu nunca tinha visto brilhar antes, e só se ouvia o crocitar das corujas e o uivo ou rugido de animais ferozes à distância.

O silêncio da noite cobria a savana e eu continuava a pensar em tanto sacrifício nas muitas mulheres que não dormiam para lutar e conquistar a sua independência. De facto, para mim, a humanidade ainda tinha e tem muito a aprender no que diz respeito ao verdadeiro significado de se ser humano e independente, mas não tenho dúvidas que se todos trabalharmos para isso e tivermos muita fé, o Mundo conseguirá andar para a frente e será um lugar de paz e amor e não feito de ódio e destruição. Porém, aquele dia 11 de novembro de 1973 tinha sido pesado demais para mim e lá fui caminhando cansado por ter observado tanta dor, pois não consegui pensar em mais nada, apenas no que me esperava após a minha chegada à tenda. Dormir, foi o que fiz.

Quando acordei, a dor e o terror voltaram ao meu pensamento e lamentavelmente sofria pelos corpos espalhados e deixados na savana. Por norma fechei-me e evito conversar com alguém sobre esta operação sinistra.



CD25A

CAPÍTULO 15

A PÁTRIA
HONRAI



QUE A PÁTRIA
VOS
CONTEMPLA

VILA DE MANICA e VILA PERY

De janeiro de 1974 a março de 1974

(VILA PERY/VILA DE MANICA-1)

**“OS ACONTECIMENTOS DE
VILA PERY”**

Estive em Vila Pery/Vila de Manica desde
janeiro de 1974 a fevereiro de 1974

«Esta foi a minha última etapa como GEP - por bem dos meus pecados»

No dia 31 julho de 1973 o General Kaúlza de Arriaga foi substituído pelo General Basto Machado no cargo de comandante-chefe de Moçambique.

Globalmente o novo Comandante-Chefe General Basto Machado, tencionava exercer a interdição de fronteiras, reduzir a implantação da subversão, aniquilando o inimigo e destruindo os seus meios de subsistência, impedir a sua expansão a Sul, garantir a segurança dos trabalhos de engenharia em curso e apoiar o reordenamento das populações. Especificamente, quanto a Cabo Delgado, procurava proteger a operação "Fronteira" e garantir a segurança de Mueda, Mocimboa da Praia e de Porto Amélia. Em Tete e a Sul dos rios Luenha e Zambeze, considerava prioritário garantir a segurança da construção da linha de transporte de energia de Cahora-Bassa, bem como a segurança do transporte das cargas críticas para a barragem. Todavia, no mês seguinte ao da sua tomada de posse (a partir do mês de agosto de 1973) o novo Comandante-Chefe passou a sofrer grandes pressões devido aos avanços da FRELIMO para sul, deixando os portugueses construir Cahora Bassa no que consistia uma mudança da sua estratégia.

Devido aos ataques sucessivos da FRELIMO na zona de Vila Pery (Chimoio), no Centro do território de Moçambique, a população de Vila Pery manifestava já grande preocupação com o agravamento da situação e acusava as forças armadas de passividade.

Há duas datas que ditam a gravidade da situação perante a qual o exército passa a ser insultado pela população: 01 janeiro e 14 janeiro de 1974.

01 janeiro de 1974 – Na noite de 31 de dezembro para 1 de janeiro guerrilheiros da FRELIMO atacaram o comboio-correio da linha Beira-Rodésia, próximo de Garuso e fizeram-no descarrilar, tendo simultaneamente flagelado com tiros de armas automáticas. Descarrilaram cinco vagões e a via ficou destruída ao longo de 300 metros. Às cinco da manhã o comboio de mercadorias de Machipanda-Gondola foi também atacado com armas automáticas. Duas viaturas Chaimite foram emboscadas na estrada Beira-Machipanda, a oito quilómetros de Manica.

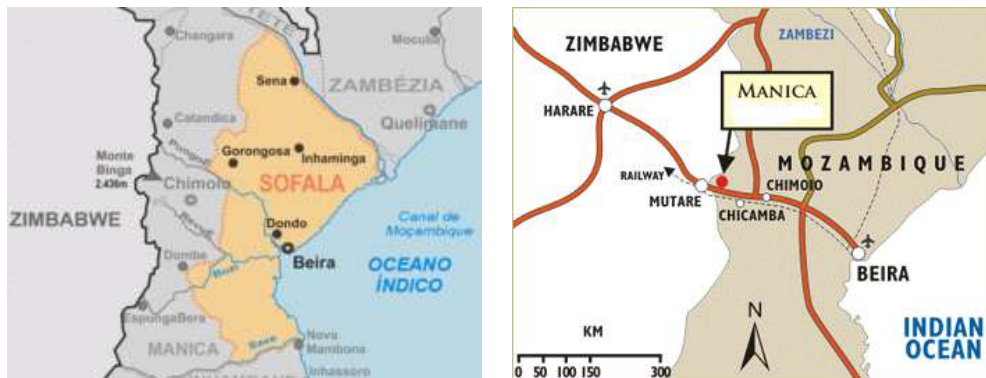
14 janeiro de 1974 – Na noite do dia 14 de janeiro de 1974 ocorreu um ataque a uma fazenda, tendo sido morta Maria José da Silva Dias, perpetrado pela FRELIMO. A fazenda «Águas Frescas» estava situada no concelho de Manica, a cerca de 17 quilómetros da cidade, e foi atacada por um grupo de oito a dez elementos armados, cerca das 20h30. Maria José, mulher do proprietário, foi morta e um filho menor ficou ferido.

As manifestações na Beira de 17, 18 e 19 de janeiro, dando continuidade às já havidas em Vila Pery nos dias 15 e 16, chegaram a atingir um grau de violência bastante elevado. Através das

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

manifestações as Forças Armadas portuguesas foram acusadas pela população civil branca de inépcia e incapacidade de estancar o avanço da guerrilha, incluindo agressões físicas de oficiais do Exército e pelo menos o apedrejamento da messe de oficiais do Exército, no Macúti, com a destruição de vidraças e de janelas.



Perante os ataques da FRELIMO em janeiro de 1974 na zona de Vila Pery o meu grupo GEP008, foi urgentemente deslocado da região de Tete (SABONDO/Zangaia-Chiúta) onde me encontrava a operar e chamado ao comandante do BGEP-Batalhão dos Grupos Especiais Paraquedistas, no Dondo, passando Vila Pery/Vila de Manica a ser o destino seguinte do meu grupo, talvez pela razão óbvia de eu conhecer muito bem aquelas paragens; melhor dizendo, praticamente todo o distrito de Vila Pery.

(VILA PERY/VILA DE MANICA-2)

O livro de Spínola “Portugal e o Futuro”

Aquando do meu encontro no Dondo com o Coronel JOSÉ DA SILVA PINTO FERREIRA, ele revelou-me que possuía já algumas referências a meu respeito, nomeadamente a de que eu crescera em Vila Pery (por quem, não sei!) e informou-me que eu ia ser destacado para operações especiais de intervenção na quadrícula à responsabilidade do comandante de batalhão de Vila Pery o qual lhe pedira que tais operações deveriam ser realizadas no mais curto espaço de tempo possível.

Reunimo-nos os três numa sala: Eu, Alferes Miliciano de Infantaria MANUEL DA SILVA, Comandante do GEP008, o Coronel de Infantaria JOSÉ DA SILVA PINTO FERREIRA Comandante do Centro de Instrução de Grupos Especiais (CIGE=GE+GEP) e o Major Paraquedista MANUEL ANTÓNIO CASMARRINHO LOPES MORAIS Comandante do BATALHÃO DE GEP (BGE).

Nesta sala com plásticos transparentes que forravam os mapas cartográficos estivemos frente a frente pela primeira vez. Lá dentro dei conta que os pinos de várias cores assinalavam nos mapas os locais onde estavam todos os Grupos GE e GEP. Fiquei impressionado pela amabilidade com que me tratou, mas para mim ele não era mais do que um Coronel do Quadro Permanente (QP) que procurava como muitos outros “fazer a guerra de África” vestido com camuflado bem cuidado que se compatibilizava com a guerra limpa, “pasteurizada”, que ele procurava travar dentro do Quartel do Dondo, um centro de treinos composto de muitos pavilhões construídos com coberturas arredondadas de amianto produzidas na “Lusalite”, motivo para depois se gabar em Portugal que “tinha feito a guerra de África”. Pediu-me então o Coronel PINTO FERREIRA um bom desempenho, mas sobretudo “resultados” por forma a impedir a progressão da FRELIMO para Sul e alertou-me: **Cuidado com a população de Vila Pery que até ali ainda não tinha tido qualquer noção da guerra a qual lhe estava agora a entrar pelo quintal adentro e embora passando a saber que a guerra já existia, também nunca tinha experimentado viver no meio dela.**

Naquela altura, nós “oficiais milicianos” começávamos a ter consciência de que éramos tantos ou mais do que os “oficiais QP” e íamos sonhando que a única solução para acabar com a máfia dos oficiais do QP, era causar um golpe de estado uma vez que nós milicianos tínhamos os meios para desmontar a estrutura que fazia dos oficiais QP militares especiais com o direito de dormir serenamente em bons quartos, dando aos milicianos a tarefa de lutarem contra o Inimigo (FRELIMO). Por outro lado, nos dias finais da minha recruta em Boane uma forma de aliciamento que o capitão GEP Mendonça usou (dirigida a nós milicianos) era a de que por norma um grupo GEP ia dois meses para operações em “full time” e o terceiro mês era passado no Dondo com possibilidade de ir à praia na Beira. Todavia, comigo não se estava a passar nada disso. Para mim o Dondo servira até àquele momento para eu ficar 2 ou 3 dias e voltar ao mato em continuação das sucessivas intervenções.

Entretanto o Sr. Coronel Pinto Ferreira aproveitando ainda a minha presença (ou talvez não) convocou um grupo de oficiais (e a mim particularmente, pois tinha que partir rapidamente para Vila Pery) e levou-nos a uma mesa onde estava o livro de Spínola – Portugal e o Futuro – que já tinha sido publicitado, lido e até comentado à porta fechada pelos outros oficiais.



Dando-me o livro, o Sr. Coronel Pinto Ferreira mandou-me ler alguns extratos e apontou-me uma folha A4 com duas colunas no topo das quais estava escrito CONCORDO e NÃO CONCORDO pedindo-nos a todos a nossa assinatura numa das duas colunas.

Obviamente uma das colunas colhia as assinaturas dos oficiais que se comprometiam “pela aceitação do livro” e a outra as assinaturas pela “não-aceitação do livro”. Pessoalmente assinei na coluna CONCORDO que traduzia a minha aceitação do livro de Spínola “Portugal e o Futuro”.

Como se sabe, o livro de Spínola “Portugal e o Futuro” admitia uma autonomia progressiva, uma regionalização das estruturas, adequada representatividade, integração económica e, essencialmente, «reconhecimento franco do direito dos povos à autodeterminação», por via de referendo.

Depois das assinaturas, o Coronel Pinto Ferreira explicou-nos que como representante do MFA na Beira tinha-se comprometido fazer essa pergunta no CIGE aos oficiais.

Depois da leitura do livro, eu, GEP, passei a admitir que poderia um dia fazer parte de um exército da futura Região Autónoma de Moçambique e que para isso era preciso planear imediatamente a conciliação com o Inimigo. Era preciso ARTICULAR, COMPATIBILIZAR e CONCERTAR.

Ao tomar conhecimento da existência de um movimento (MFA) era já meio caminho andado para alcançar a paz em Moçambique. Por isso, saí do Quartel do Dondo muito bem impressionado com o Coronel Pinto Ferreira, mas sobretudo com o movimento que se tinha criado em torno do livro de Spínola, que ele passava a representar na Beira.

(VILA PERY/VILA DE MANICA-3)

As operações do GEP008 no distrito de Vila Pery



Parte do GEP008 deixando-se fotografar na estrada que ligava Vila Pery ao Sussundenga. E sta fotografia foi captada à saída de Vila Pery pelos meios de comunicação social que se juntaram ao GEP008 para seguir "in loco" e depois divulgar através do *Notícias da Beira* todo o trabalho dos militares no terreno

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Empenhamento do Alf. Mil. Manuel da Silva, um quadro português residente em Moçambique no comando de uma unidade GEP (em Moçambique)



KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



O meu grupo de combate (GEP008) seguiu para Vila Pery na segunda semana de janeiro de 1974.

A cidade de Vila Pery (hoje cidade de Chimoio) fica situada numa zona planáltica na atual província de Manica a cerca de 170km do Dondo e a cerca de 200km da cidade da Beira, no Centro de Moçambique.

Tendo eu crescido e acompanhado a evolução da guerra em Moçambique, fui ouvindo ao longo dos anos muitas queixas da população sobre os militares (mais graduados) do QP a quem chamavam “Chicos”; ou que «tinham metido o chico» quando se queriam referir ao fato de terem seguido a carreira militar.

As queixas eram feitas ao extremo nestes termos:

É só perguntar aos antigos militares que foram recrutados pelo menos a partir de 1960 em todos os ramos das forças militares. Até nas rações de combate se notavam as diferenças à medida que os anos passavam. Por que é que pensam, que a guerra colonial está a durar tantos anos? Porque razão que todos os graduados, do general ao sargento se voluntariavam para “comissões de serviço”?

Acham que é para defender a pátria e as colónias do “terrorismo”?

(VILA PERY/VILA DE MANICA-4)

As intervenções atípicas do GEP008 (1)

Operação além-Púnguè junto à zona que delimita a Gorongosa

Como mandava o Regulamento de Disciplina Militar (RDM) eu apresentei-me ao oficial de dia no Quartel de Vila Pery, um Alferes Miliciano – de nome Virgílio - que por sinal até tinha feito a recruta comigo em Boane.

Tendo-me reconhecido exclamou em tom de brincadeira: **Então Manel, és tu que vens dar cabo da guerra?** Respondi eu: *Ao contrário meu caro, a guerra é que vai dar cabo de nós!* E continuei: *Vai dizer ao meu irmão que cheguei e vou ficar aqui até a guerra acabar. Teu irmão? Quem é ele?* Respondi: José da Silva, conheces? **O quê, o Furriel José da Silva? O dos Cães de Guerra?** Sim! Esse mesmo. Vês como és esperto!

Por indicação do referido oficial de dia, desloquei-me com o meu Grupo para um recanto do Quartel e aí ordenei que montassem as barracas de campanha. Enquanto o meu grupo montava as barracas a noite aproximava-se e o meu irmão aproximou-se para nos saudar. Claro, adorei vê-lo pois já tinham passados muitos meses sem nos vermos.

Nenhum oficial do Quadro Permanente (QP) me surgiu; contudo, recebi o recado do oficial de dia (um miliciano) **para que no dia seguinte pelas 09:00 horas eu estivesse à porta da Messe dos Oficiais**, uma caserna que estava em frente e se podia ver do local das nossas barracas.

Lembrei-me então do nosso grande cómico Raul Solnado: **Aqui, tal como no Dondo, a Guerra fechava durante a noite.**

Apesar da azáfama daquela população de Vila Pery e dos guerrilheiros que haviam contornado a cidade a caminho da Beira, os senhores militares continuavam de veraneio. Na Beira viviam no Hotel D. Carlos, ali no Chimoio possivelmente viviam nalgum condomínio privado, fechado! Não sei! Mas a

PIDE/DGS sabia-o com rigor onde eles pernoitavam, pois que já vinha tomando as suas notas sobre a quem atribuir as culpas do descalabro militar, disso eu não tinha dúvidas. Na ótica da PIDE/DGS com certeza que não era devido ao resultado da execução de uma má política externa e colonial do Governo central.

Conforme as instruções recebidas lá fui às 09:00 horas da manhã esperar (não sabia quem) junto da Messe dos Oficiais. Estava daquela forma implementado um horário de funcionário público, porque em rigor eram 09:00 horas e chegava num Jeep o Comandante do Quartel (salvo erro, um major de nome Casanova). Logo a seguir, noutro jeep, juntava-se a nós um Capitão também do Quadro Permanente de nome Assunção. Muito calmo e lado a lado com o Capitão, mandou-me entrar e levou-me a um mapa enorme de Moçambique pendurado numa parede da messe e mostrou-me o local duma suposta base da FRELIMO que pelo que me dissera tinha sido revelada por um guerrilheiro que se entregou trazendo consigo informação de que existia uma base além Rio Pungué numa faixa situada entre o Rio e o Parque Nacional da Gorongosa, já dentro da província de Sofala, uma zona que em linha reta distava uns 40 km da cidade de Vila Pery (Chimoio).



Falou-me de uma avioneta militar que me levaria naquela tarde fazer um reconhecimento à referida zona e que no dia seguinte haveria helicópteros para transportar cerca de 40 homens, dois subgrupos do meu Grupo.



Também me disse que depois desta operação e em dia a determinar estava previsto ir metade do meu grupo para Vila de Manica. Isto iria traduzir-se em que:

- Dois Sub-grupos (cerca de 40 militares) ficariam em Vila Pery; e
- Os outros dois Sub-grupos (também de 40 militares) deveria seguir para Vila de Manica e apresentar-se lá para efetuar operações sob as ordens do comando local.

Tudo pronto e devidamente bem organizado, naquela mesma tarde da segunda semana de janeiro de 1974 veio um jeep (cujo condutor era um cabo de nome Gabriel Zuculo) para me recolher no Quartel de Vila Pery e levar-me ao Aero Clube de Chimoio onde tomei a avioneta militar que me levou a reconhecer a área onde teria lugar a intervenção do dia seguinte.



Quanto ao nosso cabo condutor Gabriel Zuculo, viria a encontrá-lo uns anos mais tarde na vida civil sendo meu aluno e simultaneamente meu Diretor na Escola Joaquim Marra de Chimoio (ex-Colégio de Nossa Senhora da Conceição de Vila Pery, onde estudei). Hoje, sou levado a crer que o cabo Gabriel era seguramente era um informador da FRELIMO, tendo-se tornado o homem da confiança para exercer o cargo de Diretor na Escola Joaquim Marra. As voltas que o mundo dá?! O piloto, um militar português muito cómico, empenhou-se a voar a alta altitude e a mostrar-me o que eu não via, a base da FRELIMO. Afinal toda aquela encenação parecia não passar de um autêntico show off (exibicionismo). Queixei-me e procurei saber onde seria o meu grupo largado no dia seguinte. O nosso piloto respondeu-me então que os helicópteros teriam informação mais precisa, pois que o guerrilheiro que se tinha entregado iria também nos helicópteros (GUIA) e ajudaria a revelar exatamente o local.



No dia seguinte de manhã cedo, vieram os helicópteros ao quartel de Vila Pery para nos transportar e largar na dita “base da Frelimo” que eu não descortinei do avião. Quanto ao GUIA, não havia. Ainda perguntei a um dos pilotos por ele. Disse-me a sorrir: Porquê? Queres acompanhá-lo no seu funeral?

A ausência do GUIA e o desconhecimento do local da base levou a que os meus militares reagissem muito mal, já de si muito cansados devido a não lhe terem reconhecido a necessidade de descanso no Dondo pelo novo comandante Coronel PINTO FERREIRA, que não se inteirou que o GEP008 andava há mais de um ano no mato, permanentemente em operações. Permitam-me que abra aqui um parenteses para melhor me explicar:

Por norma um grupo GEP deveria ir dois meses para operações em "full time" e ao terceiro mês voltaria ao Dondo para descansar, mas esta escala não era rígida e no meu caso - oficial miliciano com o posto de Alferes - também não se verificou. Porém, para os oficiais do quadro permanente (QP) que se assumiam comandantes da tropa especial sediada no Dondo proporcionava-se uma autêntica vida de funcionário público, dir-se-ia mesmo, uma vida de luxo.

Ocorreu-me então que a PIDE/DGS o teria matado, depois de chegar á conclusão que o mesmo não tinha informado o suficiente ou não tinha dado informações credíveis.

Apesar da suspeita (que mais tarde viria a confirmar-se, infelizmente) partiram comigo dois subgrupos nos helicópteros que passados uns 20min nos largaram numa clareira no meio da floresta. Não fizemos tiros e também não fomos recebidos com tiros. Foi uma largada pacífica



Emissor-receptor em VHF AVP-1.

Perguntei por intermédio de Walkie Talkie (um intercomunicador que usávamos para comunicar entre nós ou com os meios aéreos) dirigindo-me ao piloto do helicóptero perguntei para onde deveria progredir. O nosso piloto com recurso à carta militar revelou-me as coordenadas que eu confirmei serem as mesmas que me foram reveladas pelo major.

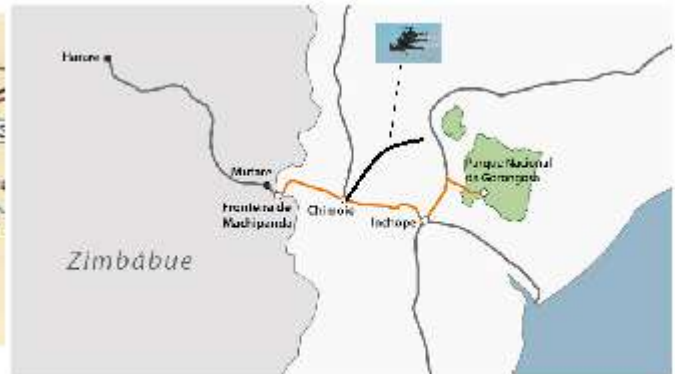
O dia ia avançando e a base não tinha aparecido no local apontado. De tempos a tempos o major de Vila Pery perguntava-me via rádio se tinha encontrado a base. Obviamente dizia a verdade (NÃO!) e aconselhava-me outras coordenadas na zona para onde eu ia imediatamente.

Por quatro vezes segui as alterações e apenas vi uns tetos em palha (capim) no meio da ramagem das árvores, mas uma palha muito velha e ressequida, que tinha servido de guarda-sol; eventualmente essas palhas também poderiam ter servido para camuflar os guerrilheiros durante meia dúzia de dias. Mas esse "foco" ou refúgio, se refúgio eu lhe possa chamar, já deveria ter sido abandonado há muito tempo (talvez meses).

Exaustos, parámos para descansar enquanto os nossos olhos mergulhavam na enorme quantidade de animais selvagens existentes a noroeste do Parque Nacional da Gorongosa (nas proximidades do vau M'devo – Chideu, na margem esquerda do Púngue) que por ali abundava e se alimentava pacificamente.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Ao cair da noite vieram os helicópteros e regressámos ao quartel de Vila Pery mui tranquilos e com as mãos vazias.

Ocorreu-me desde logo o que há muito se falava no seio da população civil portuguesa à qual eu pertenci até ir para a tropa: **Que os militares do quadro permanente (QP, Chicos) estavam ali de veraneio.**

E a PIDE/DGS anuía.

Por outro lado, os "Chicos" queixavam-se dos Colonos e diziam que estes começaram tardiamente a sentir que a guerrilha lhe começava a aparecer "no quintal" e tendo despertado para a sua responsabilidade e assustados começavam a fazer exigências aos militares milicianos e a pressionar-nos a cometer barbaridades, pois que queriam resultados palpáveis.

Os Colonos desesperavam, os Senhores Militares do Quadro (QP) estavam de veraneio e tinham colocado as responsabilidades dos resultados das intervenções nos ombros dos Milicianos; assim, e perante este cenário haveria certamente alguém que desejava encontrar o bode expiatório.

Como se sabe em sentido figurado, um "bode expiatório" é alguém que é escolhido arbitrariamente para levar (sozinho) a culpa de uma calamidade, crime ou qualquer evento negativo (embora não o tenha cometido). A busca do bode expiatório é um ato irracional de determinar que uma pessoa ou um grupo de pessoas, ou até mesmo algo, seja responsável de um ou mais problemas sem a constatação real dos fatos.

A PIDE/DGS vinha acompanhado tudo e foi ela e a população que viriam a identificar o bode expiatório.

Entretanto o meu Comandante (Pinto Ferreira) contactou-me via rádio a partir do Dondo, perguntando-me pelos resultados. Dizendo-lhe eu que não havia, por mais que me explicasse parecia não perceber. Que martírio, o meu!

(VILA PERY/VILA DE MANICA-4)

As intervenções atípicas do GEP008 (2)

De Vila de Manica ao Garuso

Na noite do dia 14 de janeiro de 1974 o meu Comandante (Pinto Ferreira) contactou-me via rádio a partir do Dondo, para me dizer que eu deveria ir imediatamente para Vila de Manica, pois tinha ocorrido um ataque a uma fazenda, tendo sido morta uma mulher. Mandei desmontar as barracas de dois subgrupos (40 homens) e cheguei a Vila de Manica no dia seguinte, em 15 de janeiro de 1974 de manhã. Logo que cheguei ao Quartel de Vila de Manica o oficial de dia deu-me pormenores do ataque, mas acrescentou que ninguém garantia que tinha sido perpetrado pela FRELIMO.

A fazenda «Águas Frescas» estava situada no concelho de Vila de Manica, a cerca de 17km da cidade, e foi atacada por um grupo de oito a dez elementos armados, cerca das 20h30. Maria José da Silva Dias, mulher do proprietário, foi morta e um filho menor ficou ferido.

Após o ataque deslocaram-se imediatamente ao local elementos da Companhia de Caçadores de Manica, da PSP e da PIDE/DGS. E, nesta base, o comando de Vila de Manica, alertou-me para que eu deveria evitar a zona da fazenda «Águas Frescas», pois que no local já se encontrava muita gente.

Em contacto com o seu capitão disse-me o oficial de dia que levasse os meus 40 homens ao longo da linha de Caminho de Ferro desde Vila de Manica até ao Garuso, porque na noite de 31 de dezembro de 1973 para 01 de janeiro de 1974 os guerrilheiros da FRELIMO tinham atacado o comboio-correio da linha Beira-Rodésia, que fizeram descarrilar. Tendo simultaneamente flagelado com tiros de armas automáticas. Descarrilaram cinco vagões e a via ficou destruída ao longo de 300 metros.



Às cinco da manhã do mesmo dia 1 de janeiro de 1974 o comboio de mercadorias de Machipanda-Gondola foi também atacado com armas automáticas. Duas viaturas Chaimite foram emboscadas na estrada Beira-Machipanda, a oito quilómetros de Vila de Manica.

Entre Vila de Manica e Garuso são cerca de 40km que nós caminhámos em dois dias pensando no risco e levando em conta todos os cuidados de segurança, pois que apesar de estarmos a operar numa região densamente povoada, nada na garantia que não iríamos ser emboscados pelos guerrilheiros da FRELIMO.

Era uma zona densamente povoada e ao passar por tanta população com centenas de palhotas ficou-me a dúvida de que lado estariam, se da FRELIMO, se do lado da Tropa.



Pousada do Garuso



SERRA DO GARUSO

Tínhamos dormido na base da serra e bastante longe da Pousada do Garuso e ao terceiro dia começamos a subir a Serra do Garuso a pé, em coluna por um.



A Serra e a Pousada eram pontos meus conhecidos de longa data, porque os meus pais nos levavam aos fins de semana nadar em piscinas que havia nos dois locais. Porém, à medida que ia subindo a Serra eu ia ficando cada vez mais pasmado com tantas aldeias que haviam construído em meia dúzia de anos.

Para me inteirar até que ponto estaria aquela população a proteger a FRELIMO recorri a uma “operação mandioca”. De notar que nós os GEP ficámos célebres na guerra colonial pela imensa coragem demonstrada na realização de operações especialmente arrojadas, tais como as operações “mandioca”. Nestas operações eram empregues tropas exclusivamente africanas, sem uniforme, com armas iguais às utilizadas pelo inimigo (Kalashnikov (AK-47)), e com uma alimentação à base de mandioca. Ao cruzarem-se com guerrilheiros da FRELIMO a sua aparência fazia supor tratarem-se de camaradas, mas não eram. Eram tropas de elite com a formação de grupos especiais paraquedistas (GEP) e com uma intensa experiência de combate. Portanto, neste terceiro dia (17 de janeiro de 1974), pedi dentro do meu grupo (GEP008) meia dúzia de voluntários exclusivamente africanos, com roupa civil, e armas iguais às utilizadas pelo inimigo, e com uma alimentação à base de

farinha de milho que iam pedindo às populações contactadas á medida que caminhavam para o interior da serra. Para os tranquilizar disse-lhes que ficaríamos à sua espera até regressarem e se fosse necessário ficaríamos mais um dia.

Os restantes elementos do grupo (entre eles, eu próprio) ficámos escondidos num enorme buraco coberto de vegetação com 3 seguranças de vigia. O rádio ficou comigo que me levava a comunicar com Manica ou com o *Coronel Pinto Ferreira*.

Ainda não tinha chegado a noite já a nossa operação mandioca me dava resultados; os nossas mandiocas (GEP, falsos guerrilheiros da FRELIMO), traziam informação detalhada sobre o movimento do nosso Grupo desde Vila Pery, através de Vila de Manica, Garuso, com todos os detalhes, inclusivamente que tínhamos subido a Serra do Garuso. No regresso, nós, Tropa Portuguesa, perguntávamos pelos guerrilheiros da FRELIMO e a resposta foi sempre a mesma: *“Não vimos!”*

Exclamei então para com os meus botões: Valha-me Deus, não sei com quem me meto!

O Coronel Pinto Ferreira entrando em contacto comigo pergunta-me onde me encontrava, disse-lhe que estava na Serra do Garuso.

Na Serra do Garuso? Então você não foi à Fazenda onde mataram a mulher?

Não, meu Coronel! O comando de Manica mandou-me para aqui e já passaram 3 dias.

Você ainda não sabe?

(1) Que essa morte causou grande perturbação entre os Colonos da região, que ameaçaram a deixar as suas propriedades.

(2) O comércio em Manica fechou e levantou-se entre a população europeia uma vaga de contestação contra os militares portugueses, acusados de não os protegerem.

(3) Esta contestação alastrou de Vila Pery à Beira, onde se registaram manifestações contra os militares.

(4) Hoje, 17 de janeiro de 1974 a população branca da zona centro de Moçambique, em especial na cidade da Beira, manifestou-se contra as Forças Armadas e os Militares, com confrontos físicos e alguns feridos.

“Pois não sabia, meu Coronel!” Respondi-lhe eu.

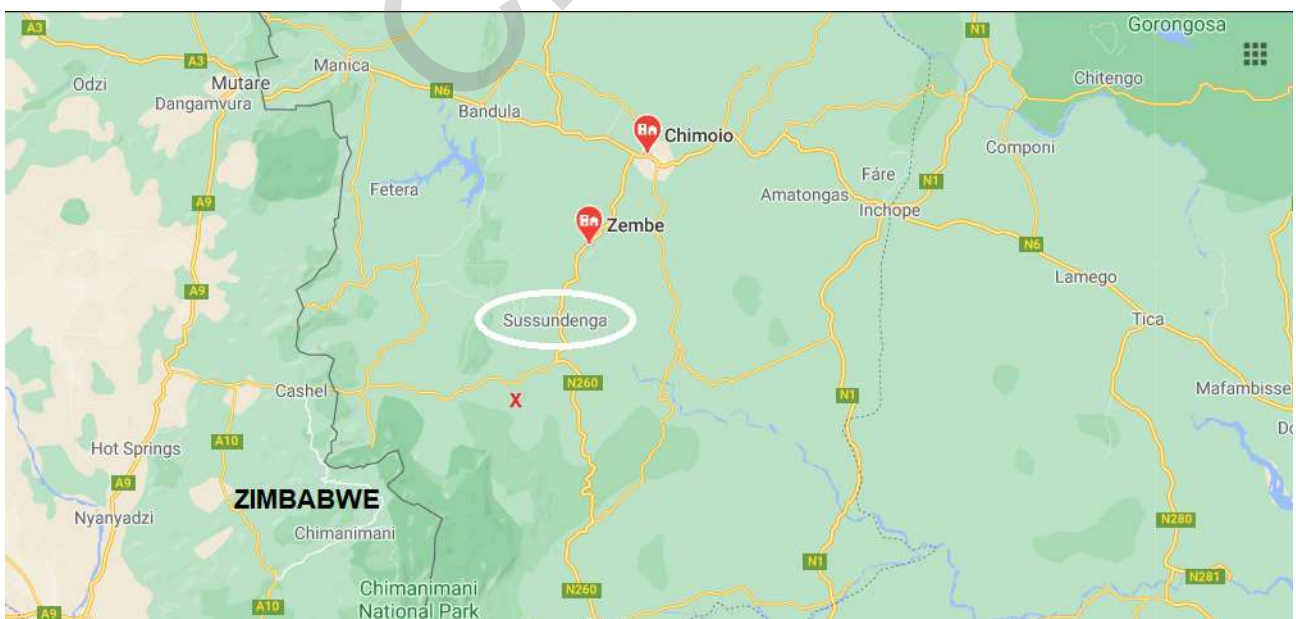
(VILA PERY/VILA DE MANICA-5)

As intervenções atípicas do GEP008 (3)

Atiraram ao pé de um civil que tinha entrado na "zona de morte" da nossa emboscada

Entretanto os outros 2 subgrupos do meu grupo GEP008 que ficaram em Vila Pery, obedeciam diretamente ao nosso Furriel GEP Moita e este dependia diretamente do Comandante de Vila Pery.

Obedecendo ao planeamento do novo Comandante-Chefe General Basto Machado que considerava prioritário garantir a segurança da construção da linha de transporte de energia de Cahora-Bassa para a Subestação Apollo na África do Sul, bem como a segurança do transporte das cargas críticas da Beira para a barragem de Cahora Bassa, o meu grupo foi instruído pelo comando de Vila Pery a dirigir-se para o Sussundenga para intercetar grupos inimigos que procurassem obstar à montagem das torres para as linhas que no futuro iriam fazer o transporte de energia elétrica.



Infelizmente foi dele que recebi as primeiras notícias más. Estando a emboscada montada pelos dois subgrupos ao lado da picada que serviria ao transporte de materiais surgiu um aldeão que entrara na chamada zona de morte da emboscada. Os meus militares sob o comando desse furriel atiraram aos pés desse civil que tinha sido confundido com um guerrilheiro e como sofreu ferimento relevante num dos pés, foi pedida a sua evacuação e por curiosidade surgiu dos ares não o helicóptero militar como seria de esperar, mas um helicóptero civil que rumou ao Hospital de Vila Pery.



Palácio do Governo do Distrito de Vila Pery

A evacuação e a cirurgia foram acompanhadas pelo popular Governador de Vila Pery, Dr. Rogério Canha e Sá que gozava de muita simpatia no seio da população de Vila Pery e até se acreditava que poderia ficar no seu posto durante muitos anos.



Dr. Rogério Canha e Sá

Em 1973 aceitou ser Governador do Distrito de Vila Pery, funções que exerceu durante a soberania portuguesa e ainda durante o período do [Governo de Transição](#) (de 7 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975). Foi o último Governador Português da "Província de Vila Pery".

O território da atual província de Manica era outrora parte integrante da concessão da Companhia de Moçambique, estabelecida em 1891. Com a reversão do território para a administração colonial direta portuguesa em 1942 foi constituído o "Distrito da Beira", que passou a ser denominado "Distrito de Manica e Sofala" em 1947. Em 5 de Agosto de 1970 este distrito foi dividido em "Distrito de Vila Pery" e "Distrito da Beira".

O primeiro governador do Distrito de Vila Pery foi o Dr. Eduardo Oliveira. Ao Dr. Rogério Canha e Sá cabe o mérito de em 1969 ter iniciado e dirigido o Gabinete de Urbanização e Habitação da Região de Lourenço Marques (GUHARLM). Tendo-se reformado em 1972, adquiriu então, com as suas economias e algum financiamento, uma propriedade encostada ao apeadeiro do Tembe que ficava

perto da pequena povoação e apeadeiro de Chimoio (hoje Matsinhe). Em 1973 aceitou ser Governador do Distrito de Vila Pery, funções que exerceu durante a soberania portuguesa e ainda durante o período do Governo de Transição (de 7 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975), período este em que o “Distrito de Vila Pery” passou a designar-se “Província de Vila Pery”. Tendo o Dr. Rogério Canha e Sá terminado a sua missão governativa em 25 de junho de 1975 (data da independência de Moçambique), passou a ser o último Governador Português da “Província de Vila Pery”. Após a independência de Moçambique, a “Província de Vila Pery” passou a ser designada por “Província de Manica”.

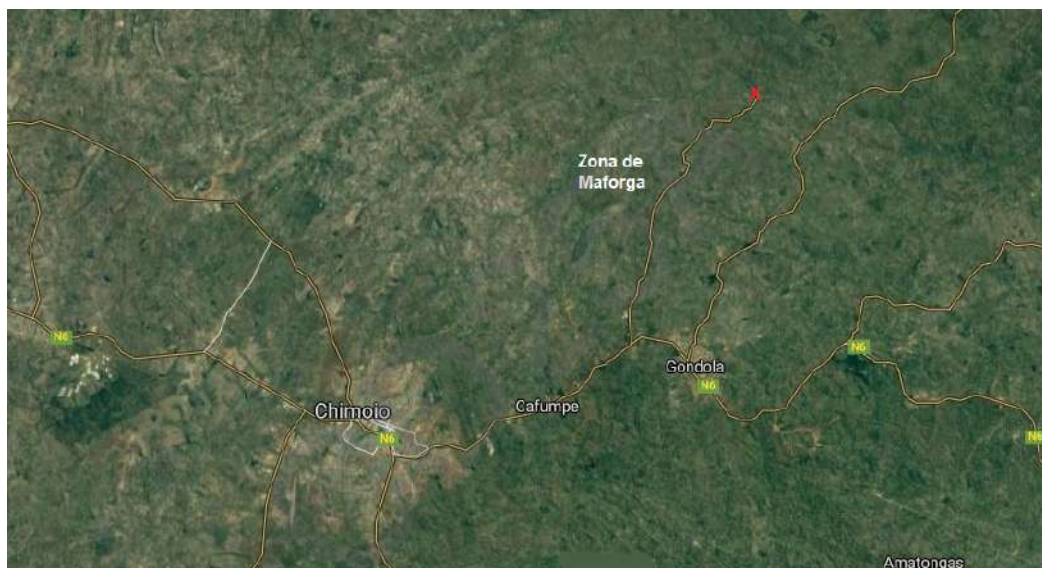
O Dr. Rogério Canha e Sá não se ficou pelo acompanhamento do indivíduo acidentado, pois que entrou em contacto com o meu comandante, o Coronel Pinto Ferreira e fez-lhe queixa do comportamento do meu Grupo. Como é óbvio, este entrou imediatamente em contacto comigo e não me poupou. Foi mais um ameaço do que um simples raspanete

CD25A

(VILA PERY/VILA DE MANICA-6)

As intervenções atípicas do GEP008 (4)

Deixaram o corpo caído no terreno e ao sol



Na zona de Maiforga (Gondola) os mesmos dois subgrupos mataram um GUIA que ensaiou uma fuga depois de ter denunciado o seu propósito através de um comportamento estranho que preparou os nossos militares para aquele desfecho. Acresce que desta vez as autoridades administrativas locais fizeram queixa ao Governador de que a Tropa tinha deixado o corpo caído no terreno e ao sol à vista de todos. O Governador de Vila Pery voltou a contactar o Coronel Pinto Ferreira para se queixar. Mas desta vez havia o agravante do corpo ter sido deixado para trás, que não agradou a ninguém, nem tão pouco ao comandante do GEP008 (a mim, claro!). O Governador mandou enterrar o corpo e o cadáver do GUIA foi enterrado pelos meus militares com muita dificuldade, pois o cadáver rapidamente se ia decompondo e exalava já um cheiro horrível a carne podre.

(VILA PERY/VILA DE MANICA-7)

As intervenções atípicas do GEP008 (5)

O GEP008 na Rua da Amargura

(Numa noite abandonou o quartel e meteu-se num bar fardado para beber e confrontar outros clientes)



Como não há duas sem três, o nosso Furriel Moita “bastante furioso” deixou a sua tenda no Quartel de Vila Pery, numa noite, e meteu-se num bar

fardado para beber e juntar-se aos civis, onde viria a confrontar-se com alguns clientes. Na gíria popular dir-se-ia que *ele colocou gasolina no fogo*. Assim, revoltado e nada humilde com a reação dos civis foi imediatamente ao Quartel para empunhar a sua G3 que levou para o clube noturno, denominado “O Fim do Mundo”, atual “SIXNINE”.



Nessa noite fui eu acordado em Vila de Manica e alertado pelo Coronel Pinto Ferreira, que me descreveu as três ações da responsabilidade do Sr. Furriel Moita; ações estas que arrastaria o comandante do GEP008 (o autor) para um processo disciplinar. O Dr. Rogério Canha e Sá, foi quem se queixou (com razão) da atuação do Furriel.

(VILA PERY/VILA DE MANICA-8)

O RESULTADO das 5 intervenções atípicas do GEP008

Processo Disciplinar

O nosso Coronel Pinto Ferreira mandou-me suspender as intervenções do GEP008 no distrito de Vila Pery (atualmente província de Manica) e regressar ao Dondo para averiguações. Assim, após o regresso ao Dondo vi-me a responder a um Processo Disciplinar conduzido pelo capitão Picão de Abreu, a mando do Coronel Pinto Ferreira, pelos atos cometidos pelo meu grupo.

Marcos 6:4:

Jesus lhes afirmou: Somente em sua própria terra, junto aos seus parentes e em sua própria casa, é que um profeta não é devidamente honrado.

Como consequência, apanhei 5 dias de prisão propostos pelo Coronel Pinto Ferreira que o General Basto Machado, no cargo de Comandante-Chefe da Região Militar de Moçambique, elevou para 10 dias de prisão disciplinar agravada. De acordo com o Regulamento de Disciplina Militar (RDM) esta punição aplicada a mim (um oficial) obrigava-me a cumpri-la totalmente em estabelecimento prisional próprio para oficiais e a mudar-me de Unidade.

Como não havia outra Unidade GEP a não ser o CIGEP no Dondo, perdi em plena parada, à frente de todos os militares devidamente formados e alinhados que estavam naquele dia no CIGEP, e de forma altamente vergonhosa:

- (1) O distintivo ou «brevê» metálico, prateado, de qualificação para-quedista GEP que se usava colocado no lado esquerdo do peito;
- (2) O distintivo usado na boina dos GEP;
- (3) A boina «vermelho-grenat» GEP.

Em substituição foi-me posta na minha cabeça a boina castanha (que simbolizava a anulação do curso GEP e o regresso ao Exército normal e à especialidade de Atirador de Infantaria), mas não me retiraram os galões de Alferes.



Distintivo ou «brevê» metálico, prateado, de qualificação para-quedista GEP usava-se colocado no lado esquerdo do peito



Distintivo usado na boina dos GEP



Boina «vermelho-grenat» GEP

A dado momento até pensei que iam despir-me. Haveria alguma necessidade de me fazerem aquilo?

Os homens não são criaturas gentis e amáveis

Segundo Freud, os homens não são criaturas gentis e amáveis, e sim dotados de uma poderosa cota de agressividade. Disso resultam as mais diversas maneiras de exploração entre os seres humanos, das quais destacamos entre outras, a pura humilhação.

A humilhação pode destruir a autoestima

A humilhação pode destruir a autoestima e, portanto, acabar tornando inviável a construção do respeito entre as pessoas, consequências igualmente prejudiciais tanto ao desenvolvimento dos adolescentes quanto aos relacionamentos interpessoais e sociais. Acarreta, na maior parte das vezes, uma dor que “mata aos poucos”. O sentimento de humilhação refere-se ao fato de ser e sentir-se inferiorizado, rebaixado por alguém ou um grupo de pessoas, sem que se aceite necessariamente a “má imagem” que esses querem impor. Dessa maneira, os conceitos de humilhação, vergonha e honra estão intimamente relacionados.

A necessidade da defesa da honra

A honra é definida como um “princípio ético que leva alguém a ter uma conduta proba, virtuosa, corajosa e que lhe permite gozar de bom conceito junto à sociedade e, também, o sentimento da própria dignidade”

A presença da necessidade da defesa da honra pode ser ilustrada no seguinte caso relatado por Freud em que um oficial de um campo de oficiais prisioneiros de guerra, foi insultado por um de seus companheiros. Por causa da humilhação sofrida, ele quis que o oficial fosse transferido para outro campo. Entretanto, por meio de diversos conselhos de colegas, ele decidiu, contrariando seu desejo interior, “abandonar seu plano e procurar imediatamente reparar sua honra, embora isso estivesse fadado a trazer múltiplas consequências desagradáveis”. Logo depois desse episódio, o oficial insultado deveria fazer a chamada dos oficiais e deixou de ler o nome de seu agressor, que teve que permanecer no campo até que o erro fosse esclarecido.

Trespasaram a minha mente três sentimentos

- (1) Os homens não são criaturas gentis e amáveis;
- (2) A humilhação pode destruir a autoestima;
- (3) A necessidade da defesa da honra.

Então desabafei em voz baixa: **GRANDES CRETINOS! Lançaram-me às feras na savana.**

Por sua vez o Sr Ferreira e o Sr. Picão teriam pensado: Estamos safos! Agora já podemos transmitir ao Besta Machado que o “mau da fita” foi encontrado e vai ser enviado para uma cela em Nampula!

Por outro lado, também me sentia feliz! Apenas os camaradas do meu grupo levei no coração e assumi a responsabilidade plena das asneiras cometidas por eles.

Se eles andavam à procura do “bode expiatório”, como tudo indicava, eu seria a escolha adequada, pois que eu era um oficial miliciano, comandante dum grupo de combate. Quanto a mim, aqueles senhores deveriam ter antes procurado primeiro entre eles próprios “o verdadeiro bode expiatório”, um grandalhão, que não tivesse saído nunca do curral (vulgo, quartel).

CD25A

(VILA PERY/VILA DE MANICA-6)

OS FARMEIROS DE VILA PERY levantaram-se contra a tropa em geral

O burburinho continuava entre os farmeiros de Vila Pery que se levantaram contra a tropa em geral, porque os resultados não os convenciam.

A Frelimo, iniciara as suas atividades nos distritos do Norte – Cabo Delgado e Niassa – progredindo depois também para Tete (sem, no entanto, passar pelo distrito da Zambézia). Dizia a este propósito o Coronel Pinto Ferreira (QP) comandante do CIGE a um jornalista:

[...].

... Está a ver o mapa de Moçambique, lá em cima, *aquela cabeça de cavalo [provincia de Tete]*, na margem esquerda do Zambeze ... O meu batalhão [do Fingoé] tinha toda aquela zona, quase do tamanho do Alentejo e [eram] trezentos homens. A Frelimo passava por ali, cá para baixo. Eu, praticamente, não tive ataques aos meus estacionados. Eu tinha era minas anticarro e antipessoal. [...].

Mas o que eles (FRELIMO) faziam eram a passagem e mais nada.

[...]

Portanto, aquilo era uma zona de passagem. Onde é que eles iam? Iam para o Sul [Distritos de Manica e Sofala]



A famosa operação “Nó Górdio” de Kaulza de Arriaga parecia ter sido um enorme êxito, porque serviu de tampão e parou a progressão da FRELIMO para sul através da Zambézia, mas desiluiu porque a FRELIMO desviou todo o seu exército para operar na província de Tete, fintando o governo português, fazendo crer que era para impedir a construção do grande empreendimento de Cahora Bassa. Em grande parte esse desvio de meios tinha duas finalidades:

- (1) atrasar a construção de Cahora Bassa (mas não a impedindo) e, por outra;
- (2) infiltrar guerrilheiros e material de guerra no coração de Moçambique e desencadear ações que levassem os portugueses ali estabelecidos a entrar em pânico e a não mais acreditar nas suas forças armadas, como viria a acontecer.

Esta mudança de estratégia surpreendeu o próprio General Kaúlza de Arriaga, que desesperadamente começou a fazer exigências difíceis de concretizar e desta forma, contrariamente ao que ele próprio desejava, lançou o pânico nas populações civis e militares.

Assim, tendo mudado de estratégia, a FRELIMO sonhava e ansiava que Cahora Bassa, essa enorme infraestrutura, fosse concluída pois um dia mais tarde iria contribuir para a riqueza de um Moçambique independente, como de facto aconteceu e acontece.

Os rodesianos, tal como os sul-africanos, estavam cada vez mais preocupados com a situação em Moçambique. A primeira operação de lançamento de para-quedistas rodesianos fora da Rodésia teve lugar no dia 19 de janeiro de 1973, com a autorização dos responsáveis portugueses.

Em 1973 a FRELIMO passou o ano a fazer pequenas aparições no norte dos distritos de Vila Pery e Beira, sendo a ação de Vila Pery, já em 1974, a mais próxima do Corredor-da-Beira, faixa de desenvolvimento entre a Beira e a Machipanda - vila moçambicana que fazia fronteira com a Rodésia do Sul (hoje Zimbabué), embora já tivessem surgido outras ações em áreas rurais perto do Parque da Gorongosa, mas sem vítimas.

É de referir que a população civil portuguesa, nas zonas aonde ainda não se manifestara a guerrilha, tinha uma atitude de indiferença em relação à guerra em Moçambique e uma relação de distanciamento (por vezes mesmo de “segregação”) relativamente aos militares portugueses, particularmente do Quadro Permanente (QP) pois que os mais graduados faziam vida com os civis e entravam mesmo na competição em determinados empregos.

Ao encomendarem arcas e outros artigos tipicamente moçambicanos e orientais sujeitavam-se a que os indianos e chineses, se aproveitassem dos proventos financeiros, desde o seu peso no comércio local e territorial até à atividade da construção civil e indústrias afins, passando pelos frequentíssimos “jeitos” de cambiar moeda local em moeda portuguesa.

A gente de Vila Pery comentava: «A guerra está à porta, mataram a mulher de um fazendeiro e qualquer dia somos nós. Qualquer dia é a minha mulher. E os meus filhos também. Então, mas como é isto? Afinal há guerra! E cai-nos em cima.». «Aqueles tipos [TROPA] não fazem nada e os terroristas [FRELIMO] caem-nos em cima.». Na Beira criou-se mesmo um clima de terror.

Assim, sentindo que a guerrilha lhes começava a aparecer “no quintal” os colonos despertaram para a sua existência, assustaram-se e indignaram-se contra os militares que julgavam estar ali de veraneio.

Tendo chegado ao Corredor-da-Beira, a FRELIMO afetou toda as operações de logística, porque é preciso dizer-se que a Beira, por ser a porta de entrada em Moçambique para quem vinha de Portugal por via aérea e também por ter um porto marítimo ao qual estavam ligadas duas das suas vias férreas: a que ligava a Beira à Rodésia do Sul (Zimbabwe), Rodésia do Norte (Zâmbia), etc e a que ligava a Beira a Moatize, perto da cidade de Tete, e ao Malawi. Sendo esta de penetração numa das principais zonas de guerra, tinha vários quartéis de relativa pequena dimensão que tinham uma função de retaguarda importante no apoio às unidades do mato e a todos os militares de passagem.

Ao contrário do que se possa supor, os envolvidos nos confrontos que tiveram lugar nos primeiros dias do início de 1974, em Vila Pery e na Beira onde se gritara “Fora as Forças Armadas” e se apedrejara os respetivos quartéis. não pertenciam à Frelimo e estavam longe de se enquadrar no perfil daqueles que então se definiam como terroristas. Quem se confrontou e se insultou em Vila Pery e na Beira em janeiro de 1974 foram sim os militares portugueses e grande parte da população branca destas cidades moçambicanas.

O que espoletara essa situação que os militares do QP entenderam como um “enxovalho” e que politicamente era explosiva fora o assassinio pela Frelimo de Maria José da Silva Dias, mulher de um fazendeiro de Vila de Manica, próxima de Vila Pery.

Até então poupados pelas atividades da Frelimo, os comerciantes e fazendeiros de Vila Pery e da Beira compareceram em peso no funeral da vítima e, em sinal de luto pelo sucedido na Fazenda Águas Frescas, fecharam os seus estabelecimentos. Durante três dias manifestaram-se. Acusaram as Forças Armadas de não os defender e de terem interesses materiais na degradação da segurança, pois assim aquela região seria declarada zona de risco. Reivindicaram armas e meios para organizarem a sua autodefesa e vandalizaram na Beira a luxuosa messe, para eles símbolo da displicência dos militares.

A 21 de Janeiro de 1974, chegam dois telegramas à Comissão de Lisboa do MFA, provenientes de Moçambique. Aí pode ler-se: “Começam a concretizar-se nossos receios criação bode expiatório”. Os membros do MFA em Moçambique deixam clara a convicção de que as Forças Armadas serão esse bode expiatório e insinuam a conivência das forças policiais, como a PSP e a PIDE/DGS, nessa campanha de “enxovalho” dos militares. Consideram que em Vila Pery se corre o risco de vir a acontecer um “recontro entre população civil Europeia e o Exército”. Por fim, concluem: “Prestígio FA muito afetado, enxovalho ameaça irreversibilidade.”

O Hotel D. Carlos na praia do Macúti (cidade da Beira), tinha sido convertido em Messe de Oficiais

A messe de oficiais do Exército (antigo Hotel D. Carlos), situada no Macúti em frente da praia do Estoril, era para os oficiais de passagem também um local de descanso. Embora os militares do quadro permanente dissessem que não era um local de férias, como a população civil poderia julgar, mas aí residiam as esposas de muitos oficiais, uns verdadeiros funcionários públicos, que se refugiavam nos quartéis lá mais para o interior.

O luxuoso Hotel D. Carlos, situava-se na área mais turística da cidade da Beira (a praia do Macúti) e esteve permanentemente reservado aos rodesianos nos anos 60, agora, nos anos 70 era a Messe dos senhores militares, oficiais QP. Eu, recordo-me bem que os oficiais do QP do CIGE frequentavam esse hotel e alguns até dormiam lá, faziam dele a sua casa.

Por exemplo, foi ali que se alojou por um longo período, o representante do MFA na cidade da Beira. Esses oficiais de topo eram transportados em jeeps da tropa por condutores militares obviamente. A sua entrada no Quartel no Dondo fazia-se rigorosamente pelas 09:00 horas e a sua saída igualmente rigorosa, era às 17:30 horas com direito aos toques e à apresentação de armas. *E assim se ía fazendo a guerra de África!*



A messe de oficiais do Exército (antigo Hotel D. Carlos), situado em frente da praia do Estoril (Macúti), na cidade da Beira

Vão para o mato, malandros!!!

Mas a “boa vida” iria chegar ao fim de uma forma muito vexatória para os oficiais do QP.

Os últimos tempos de guerra caracterizaram-se pelo avanço da FRELIMO para Sul através do Istmo de Tete, registando-se ações na zona de Vila Pery (atual cidade de Chimoio e capital da província de Manica) e conseqüentemente com muita agitação das populações de origem europeia.



O general Kaúlza de Arriaga disponibilizava-se para continuar o comando, mas impunha condições que o Governo de Lisboa não aceitou.

Terminada a sua comissão em Agosto de 1973, foi substituído pelo general Basto Machado. A situação continuaria a deteriorar-se até aos designados "acontecimentos de Vila Pery e da Beira", em Janeiro de 1974, quando as populações brancas de Vila Pery e da Beira se manifestaram contra a incapacidade das forças portuguesas de sustentar a situação, já esgotada de efetivos e sem possibilidade do reforço dos meios de combate.

Em finais de janeiro de 1974, algo de estranho se passou! O que fizeram os europeus da Beira? Uma manifestação de protesto contra a «incapacidade» do Exército de deter a guerrilha. Para tal, combinaram o encerramento de todos os estabelecimentos comerciais da cidade seguido de um imenso buzirão pelas suas principais artérias.

Acontece que a Messe de Oficiais (perdão, o Hotel D. Carlos) situava-se em frente ao mar, junto à estrada que segue para o Aeroporto da Beira e para o Dondo.

O Hotel, tinha no piso térreo um amplo salão com uma grande janela com amplas vistas para a estrada e para o mar. Nesse salão funcionava um bar, sendo visível do exterior. No pico da época balnear, em vez de irem nadar, as centenas, se não milhares, de manifestantes ao verificarem que os oficiais e respetivas famílias consumiam livremente bebidas e usufruíam do seu espaço de lazer, imediatamente se concentraram à frente da Messe e, em alta voz, exigiam que aquele «estabelecimento» - o bar - fosse encerrado em respeito para com os civis e para que houvesse solidariedade para com o que estava acontecendo na cidade. Em boa verdade, tratava-se de um pretexto justificativo da manifestação que ruidosamente vociferava contra o Exército. Aos poucos, o edifício da Messe foi sendo cercado por europeus que impediam a entrada ou saída de quem o quisesse fazer. Obedecendo a ordens que não se sabe de onde partiam, de vez em quando, ouvia-se o slogan, gritado até à exaustão: «Vão para o mato malandros!!!».

A polícia de segurança pública de recrutamento local - que usava farda de caqui - ao contrário de dispersar a manifestação montava-lhe segurança em círculo exterior. O «cerco» manteve-se por mais de vinte e quatro horas. Pôs-lhe cobro a companhia de Polícia Militar que para tal recebeu ordem direta do Comando Territorial do Centro (CTC).

«Vão para o mato malandros!!!» gritavam os europeus da Beira. Porquê? Vou então explicar o motivo de tão inesperado afã.

Face á progressão galopante da FRELIMO nos distritos de Vila Pery e da Beira, constava já que a este movimento de libertação pretendia iniciar um cerco ao porto de mar e à cidade da Beira. A estratégia era simples: gerar a instabilidade na rota abastecedora dos materiais destinados à gigantesca barragem de Cahora-Bassa, dificultando ao máximo a circulação automóvel e ferroviária entre a Beira (segunda cidade de Moçambique), Tete e a fronteira com a Rodésia. Perante esta estratégia, tinha então chegado a hora de levar o «corredor da Beira» a sofrer os efeitos da guerrilha.

Quando a FRELIMO abriu a frente de Tete, por volta do final do ano de 1968, dando início às ações de propaganda e guerrilha, não desenvolveu com grande intensidade atividade terrorista; atuava sobre as colunas militares ou logísticas, mas não praticou o terror com base em ataques indiscriminados sobre populações indefesas, fossem europeias ou africanas, isoladas ou em conjunto.

A FRELIMO sabia, perfeitamente, que este era o caminho adequado para ser aceite!

Como já escrevi aqui, a 30km da cidade da Beira - mais exatamente na vila do Dondo tinham aquartelamento os “célebres” GE (Grupos Especiais) e os GEP (Grupos Especiais Paraquedistas). Quem eram e o que faziam? Tratava-se de uma milícia moçambicana, enquadrada por militares portugueses que os treinavam, e que atuavam como tropa de reforço em operações especiais, não estando, por conseguinte, ligadas à quadrícula normal das forças do Exército.

Constituíam um misto entre as companhias de caçadores especiais, as companhias de comandos e as companhias de para-quedistas, com a diferença de serem operacionalmente comandadas por graduados moçambicanos apoiados na experiência de militares portugueses.

Dizia-se que era uma milícia fortemente inspirada nas teses de Ian Smith (independência unilateral para brancos) e, de certeza, o embrião das futuras Forças Armadas moçambicanas (de um Moçambique independente, governado por Brancos e por um ou outro Negro, bem escolhido, para justificar a mestiçagem!), que não desagradava de todo aos colonos.

Em 14 de janeiro de 1974 à noite, a FRELIMO tinha desencadeado um ataque à fazenda «Águas Frescas», próximo de Vila de Manica, tendo sido morta Maria José da Silva Dias e um filho menor que não morreu, mas ficou ferido. A fazenda «Águas Frescas» estava situada no concelho de Manica, a cerca de 17 quilómetros desta cidade, e falava-se que tinha sido atacada por um grupo de oito a dez guerrilheiros da FRELIMO, cerca das 20h30.

Correu, no entanto, o boato que este modo de agir não fazia parte dos cânones de atuação dos guerrilheiros da FRELIMO; parecia algo próximo de uma vingança ou mero banditismo.

Mas tal interpretação fugia por completo ao entendimento da população branca de Vila Pery e, mais ainda, dos europeus residentes na cidade da Beira.

A própria geografia de Moçambique justificava o alheamento: tudo se passava a muitas centenas de quilómetros de distância; mesmo Tete ficava a várias centenas de quilómetros da Beira. Acresce, às justificações aduzidas, a censura que sofriam os órgãos de comunicação social, proibindo referências de qualquer tipo à guerra que se desenrolava no Norte e no Istmo de Tete.

Colocados de chofre perante o que julgavam tratar-se de uma ação de guerrilheiros, os europeus da cidade da Beira, aparentemente sem qualquer tipo de organização prévia, iniciaram uma atitude de protesto, de começo, visando chamar a atenção das autoridades administrativas e, depois uma contestação contra o Exército.

Agora, que estamos a caminho do meio século dos acontecimentos, cabe a colocação de algumas perguntas e respetivas respostas, embora umas e outras não passem de meras hipóteses que, se calhar, o tempo ou a falta de vontade nunca permitirão esclarecer.

1. Quem assassinou a esposa e feriu o filho do fazendeiro de Manica?
2. Quem, realmente, esteve por trás da manifestação dos europeus em Vila Pery e na cidade da Beira?
3. Quem beneficiava com as manifestações? E com o descrédito do Exército?
4. Quem preparava o quê?

Constou-se que a infeliz senhora, quase pela certa, não foi vítima da FRELIMO, todavia não se descartou a possibilidade de a sua morte ter sido consequência de um ato de banditismo ou, mais maquiavelicamente, uma escolha fria e calculada da PIDE/DGS com vista a obter dividendos políticos.

A decisão da greve e da manifestação da população branca de Vila Pery e da Beira contra o Exército não foi espontânea. Alguém a orquestrou. Alguém que tinha na mira exclusivamente atacar o Exército, deixando incólume a Força Aérea, cuja Messe de Oficiais e Sargentos estava precisamente situada no centro da cidade e não no Hotel D. Carlos. Contra essa ninguém se manifestou! Porquê?

Não tenho a verdade escondida para a revelar aqui e agora, contudo, juntando alguns dados, talvez seja possível perceber alguns motivos. Em primeiro lugar, a Força Aérea não era facilmente substituível por qualquer outra tropa; depois, era dos para-quadristas que saía grande número de graduados para treinar os GE e os GEP. Tudo leva a concluir, como mera hipótese histórica, que existia uma conjugação de interesses: de um lado, estava o engenheiro Jorge Jardim, (e o seu Notícias da Beira) desejando credibilizar-se como figura preponderante de uma possível e desejável independência de Moçambique - e não devemos esquecer que, na data da ocorrência destes acontecimentos já tinham havido encontros entre ele e representantes da FRELIMO com vista a descortinar uma solução ajustada que pusesse fim ao conflito armado; por outro, face à situação militar quase insustentável em que se encontrava a Guiné naquela altura e ao avanço da guerrilha no “Corredor-da-Beira”, convinha à PIDE/DGS encontrar o «bode expiatório» que salvaguardasse politicamente o regime ... ou seja, a culpa do descalabro militar não era o resultado da execução de uma má política externa e colonial do Governo central, mas da incapacidade e incompetência do Exército, pois tinha-se plena consciência de que a falta de meios aéreos capazes não resultava da incompetência do pessoal daquele ramo das Forças Armadas, mas do isolamento internacional a que o Governo conduzia Portugal. Deste modo, a Força Aérea devia ser poupada ao vexame público, conduzindo-a ao papel de ramo mais conservador.

Da dedução hipotética anterior, saíram as respostas à pergunta que eu havia formulado. Passados tantos anos sobre os acontecimentos resta aos investigadores históricos «pegarem» em algumas das «pontas» e, na imensidão dos documentos, e encontrar as respostas certas, se as houver!

Estes factos ocorridos em janeiro de 1974 em Vila Pery e na Beira tiveram uma importância não absoluta, mas inegavelmente muito importante na criação das condições psicológicas que levaram os capitães a pôr em marcha o golpe que vinham equacionando. A 21 de Janeiro de 1974, chegam dois telegramas à Comissão de Lisboa do MFA, provenientes de Moçambique. Aí pode ler-se: “Começam a concretizar-se nossos receios criação bode expiatório”. Os membros do MFA em Moçambique deixam clara a convicção de que as Forças Armadas serão esse bode expiatório e insinuam a convivência das forças policiais, como a PSP e a PIDE/DGS, nessa campanha de “enxovalho” dos militares. Consideram que em Vila Pery se corre o risco de vir a acontecer um “recontro entre população civil Europeia e o Exército”. Por fim, concluem: “Prestígio FA muito afetado, enxovalho ameaça irreversibilidade.” O que espoletara essa situação que os militares entenderam como um “enxovalho” e que politicamente era explosiva fora o assassinio pela Frelimo de Maria José da Silva Dias, mulher de um fazendeiro de Vila Manica, próxima de Vila Pery.

Até então poupados pelas atividades da Frelimo, os comerciantes e fazendeiros de Vila Pery e da Beira compareceram em peso no funeral da vítima e, em sinal de luto pelo sucedido na Fazenda Águas Frescas, fecharam os seus estabelecimentos durante três dias.

Acabada a comissão na Guiné, em setembro de 1973, e promovido a major, Otelo Saraiva de Carvalho (nascido em Moçambique) passa a ter uma grande ligação com os outros membros do Movimento dos Capitães em Lisboa, enquanto ingressa na Academia Militar como professor adjunto de Tática de Artilharia, a 15 de novembro de 1973. Participa num sem-número de reuniões, que acontecem em sua casa, ou nas casas de Vasco Lourenço, Diniz de Almeida, Hugo dos Santos, Mariz Fernandes, Vítor Alves, Luís Macedo e Pinto Soares. A 1 de dezembro de 1973, há um plenário mascarado de confraternização em Óbidos, e é criado o MOFA (Movimento de Oficiais das Forças Armadas, cujo nome mudaria para MFA alguns dias antes do 25 de Abril por sugestão de Spínola). Otelo é um dos militares pertencentes à direção.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Otelo_Saraiva_de_Carvalho

Escreveu Otelo: “Mesmo assim, nessa altura o Movimento ainda tinha como principal objetivo garantir o prestígio das Forças Armadas. A situação agudizou-se com os incidentes em Vila Pery em Moçambique, a 14 de janeiro de 1974, em que o exército foi insultado pela população, o que levou a muita comoção tanto no exército como nos meios de comunicação estrangeiros” ...Otelo tomou a seu cargo desenhar o plano militar de operações que deu origem ao golpe militar de 25 de Abril, sendo, portanto, o estratega indiscutível da Revolução de 25 de Abril de 1974.

CAPÍTULO 16

(10 DIAS DE PRISÃO EM NAMPULA)

Depois de Vila Pery e do Dondo, eu fui transferido para Nampula a fim de cumprir os 10 dias de prisão. no *Hotel Portugal*, único local com características apropriadas para internamento de militares com o meu posto de alferes e depois dos dez dias ficaria a aguardar na Unidade de Adidos anexa ao Quartel General em Nampula um transporte aéreo para outra Unidade do mato, no distrito de Tete (castigo era *castigo!*).

Durante esses 10 dias em que estive em cativeiro num quarto que mais parecia uma cela, cuja porta era aberta do exterior por um empregado do hotel que vinha com uma bandeja para me dar as três refeições do dia através de uma portinhola feita na parede, tive tempo suficiente para refletir sobre o passado e pensar no presente e mesmo no futuro.

AS MINHAS REFLEXÕES NA CELA DO HOTEL PORTUGAL, EM NAMPULA



Nampula, onde se encontrava o Quartel General



Hotel Portugal em Nampula

1. Já estávamos longe do triunfalismo das «belas campanhas coloniais»

Passou a ser minha convicção que nós portugueses naquela altura (de 1972 a 1974) já estávamos longe do triunfalismo das «belas campanhas coloniais» à Mouzinho de Albuquerque, Alves Roçadas, Manuel António de Sousa (Gouveia), João de Azevedo Coutinho e outros grandes ou pequenos heróis de há três ou quatro gerações.

Devido às centenas de milhares de portugueses letrados que foram mobilizados e faziam a guerra para a defesa do império, e devido também à diversidade das suas experiências e ao traumatismo que se estava gerando, a grande maioria já odiava ou passava a odiá-la e considerava-a inútil e mesmo contrária aos seus projetos e até desumana, mesmo que tivéssemos a sensação de ir arriscar a nossa vida por interesses políticos e económicos com que afinal até nem nos identificávamos.

Não havia, nem nunca haveria, heróis nas guerras que estávamos a enfrentar. Apenas vítimas de ambos os lados, pese embora a propaganda e as histórias de carácter nacionalista.

De qualquer forma, na guerra de 1961 a 1974, uma guerra esfarelada e sempre recomeçada, sem batalhas decisivas, sem oficiais triunfantes, sem desafio patriótico, não há quem consiga citar um único nome sonante de entre a monotonia dos milhares de oficiais esgotados no mato ou prudentemente refugiados num qualquer gabinete com ar condicionado. Leia-se antes: deste modo, não havia quem conseguisse citar um único nome sonante de entre a monotonia dos milhares de sargentos e oficiais do quadro permanente QP prudentemente refugiados num qualquer gabinete com ar condicionado sempre prontinhos para espetar pinos de várias cores no plástico transparente que forrava os mapas cartográficos, vestindo camuflado novo em folha. Esta evidência compatibilizava-se com a guerra limpa, “pasteurizada”, que eles travavam dentro dos gabinetes ou nos bunkers, motivo para depois se gabarem em Portugal que “tinham feito a guerra de África”.

2. Nó Górdio

O *nó górdio* provém de uma lenda que envolve o rei da Frígia (Ásia Menor) e Alexandre, o Grande. É comumente usada como metáfora de um problema insolúvel (desatando um nó impossível) resolvido facilmente por ardil astuto ou por “pensar fora da caixa”.

Conta-se que o rei da Frígia (Ásia Menor) morreu sem deixar herdeiro e que, ao ser consultado, o Oráculo anunciou que o sucessor chegaria à cidade num carro de bois. A profecia foi cumprida por um camponês, de nome Górdio, que foi coroado. Para não esquecer de seu passado humilde ele colocou a carroça, com a qual ganhou a coroa, no templo de Zeus. E a amarrou com um enorme nó a uma coluna. O nó era, na prática, impossível de desatar e por isso ficou famoso.

Górdio reinou por muito tempo e quando morreu, seu filho Midas assumiu o trono. Midas expandiu o império, mas não deixou herdeiros. O Oráculo foi ouvido novamente e declarou que quem desatasse o nó de Górdio dominaria todo o mundo.

Quinhentos anos se passaram sem ninguém conseguir realizar esse feito, até que em 334 a.C. Alexandre, o Grande, ouviu essa lenda ao passar pela Frígia. Intrigado com a questão, foi até ao templo de Zeus observar o feito de Górdio.

Após muito analisar, desembainhou sua espada e cortou o nó.

Lenda ou não o fato é que Alexandre se tornou senhor de toda a Ásia Menor poucos anos depois.

É daí também que deriva a expressão "cortar o nó górdio", que significa resolver um problema complexo de maneira simples e eficaz.

3. A "Operação Nó Górdio" e Kaúlza de Arriaga

Tudo começou no planalto dos macondes em Cabo Delgado, e pelo condicionalismo da sua localização, a guerrilha instalou-se no chamado 'Núcleo Central' do planalto e atingiu um poder tal que duas companhias de comandos não conseguiam entrar no seu interior, com uma estrutura de apoio extremamente desenvolvida. Todo o conjunto era protegido por densa implantação sistemática de minas antipessoal e anticarro, ao longo das estradas que o circundavam e que da costa e do interior se dirigiam para Mueda, ao ponto de, em conversa de caserna, se chamar àquela área o 'estado de Minas Gerais'!

A situação chegou a um nível extremamente preocupante, pois estavam assim criadas as condições para surgir o que em subversão se designava por 'área libertada' e, sobre ela se permitir toda a especulação política! E, por conseguinte, a base sólida para o lançamento da subversão para sul.

O problema ficou resolvido por atividade montada a dimensão conveniente, com o que terminou o poder da Frelimo naquela área.

Onde não entravam, como se disse, duas companhias de comandos, ficaram as nossas forças a atuar a nível de grupo de combate.

Sobre esta atividade, Samora Machel o presidente da Frelimo, disse: *se a nossa ação naquela área tivesse continuado por mais algum tempo e com igual intensidade, ter-se-iam visto obrigados a "acabar com a guerra"...*

Quanto à consideração que muitas vezes é feita de que a atividade respeitante à "Operação Nó Górdio" teria tido, como consequência, o "espalhar" a subversão para outras áreas, só pode ser afirmado como brincadeira. Não se está a falar de "enxames de abelhas".

O "espalhar" foi sim uma fuga total de tudo o que era da Frelimo no planalto, área do Núcleo Central, para a Tanzânia com destino à província de Tete através da Zâmbia. A intensificação da subversão no distrito de Tete, que se verificava já então, deveu-se a ter a Frelimo elevado aparentemente a seu objetivo nº 1 em Moçambique que era o impedimento da construção da barragem de Cahora-Bassa.

Não, não houve um "espalhar" de subversão. A FRELIMO considerou a operação de Kaúlza de Arriaga designada por "Nó Górdio" uma verdadeira academia militar para as forças de libertação, sob o comando de Samora Moisés Machel.

A "Operação Nó Górdio", foi uma atividade de elevada conceção estratégica e eficiente execução tática, com resultados extremamente positivos que fizeram dela uma verdadeira academia militar para as forças de libertação que furaram o cerco e se expandiram para o Centro e Sul de Moçambique, levando a guerra às portas da cidade da Beira.

O **General Kaúlza de Arriaga**, foi o último cabo de guerra do Ultramar e fundador da Força Aérea e dos Para-quedistas. Nascido no Porto, a 18 de janeiro de 1915; faleceu às 19h30 no Hospital Militar, na Estrela, em Lisboa no dia 2 de fevereiro de 2004, aos 89 anos

Depois dos acordos de Lusaka, o Dondo foi fechado pelo Coronel Serra Pinto (militar do quadro permanente e meu companheiro na formação GEP). Foi ele quem assinou a última Ordem de Serviço dos GEP.

Como curiosidade, Portugal perdeu em dois anos de participação na 1.^a Guerra Mundial **7908 homens**, apenas menos **382 homens** do que aqueles que Portugal perdeu em treze anos de guerra colonial.

4. Os fatores que mais concorreram para a minha punição

Os fatores que do meu ponto de vista mais concorreram para a minha punição foram os seguintes:

- (1) Na noite do dia 14 de janeiro de 1974 o meu Comandante (Coronel José da Silva Pinto Ferreira) contactou-me via rádio a partir do Dondo, para me dizer que eu deveria seguir imediatamente de Vila Pery para Vila de Manica, pois tinha ocorrido um ataque a uma fazenda, tendo sido morta uma mulher. Consequentemente, mandei desmontar as tendas de dois subgrupos (40 homens) e cheguei a Vila de Manica no dia seguinte, em 15 de janeiro de 1974 de manhã.

Logo que cheguei ao Quartel de Vila de Manica o oficial de dia deu-me pormenores desse ataque, mas acrescentou que ninguém garantia que tinha sido perpetrado pela FRELIMO.

A fazenda «Águas Frescas» estava situada no concelho de Manica, a cerca de 17 km da cidade, e foi atacada por um grupo de oito a dez elementos armados, cerca das 20h30. A mulher do proprietário, a senhora Maria José da Silva Dias, foi morta e um filho menor ficou ferido.

Após o ataque deslocaram-se imediatamente ao local elementos da Companhia de Caçadores de Manica, da PSP e da PIDE/DGS. E, nesta base, o comando de Vila de Manica, recomendou-me que eu deveria evitar a zona da fazenda «Águas Frescas», pois que no local já se encontravam muitos elementos da Tropa, da PSP e da PIDE/DGS.

NOTA: Houve logo aqui uma contrariedade pois o Coronel Pinto Ferreira pediu-me pessoalmente que eu me empenhasse na busca e captura dos guerrilheiros que tinham assassinado a mulher do fazendeiro. Na ótica dele, e na minha também, eu deveria ter seguido em perseguição desse grupo, mas fui desviado para o Garuso e esta alteração ele nunca a percebeu, nem eu.

- (2) Numa emboscada montada no Sussundenga sob a responsabilidade do Furriel Moita (que me substituíra em Vila Pery e comandava também 2 subgrupos do GEP008), mais propriamente no caminho que servia à construção das torres elétricas que suportavam os cabos que ligavam Cahora Bassa em Corrente Contínua em Alta Tensão (CCAT) a 1000 kV à subestação Apollo em Midrand, África do Sul, os nossos militares, sob o comando deste Furriel, montaram uma emboscada durante a noite e por infelicidade atingiram e feriram o pé de um popular que tinha entrado na chamada "zona de morte" da nossa emboscada e foi confundido com um guerrilheiro. *Como sofreu ferimento relevante, foi evacuado por um helicóptero civil para o Hospital de Vila Pery, sob intervenção e a mando do Governador de Vila Pery, Dr. Canha e Sá, que fez imediatamente queixa do meu Grupo ao Coronel Pinto Ferreira, ainda antes do Furriel me dar conhecimento.*
- (3) Durante outra operação; esta, na região de Maforga (Gondola) os mesmos 2 subgrupos mataram um Guia que tinha revelado comportamento estranho. O Governador de Vila Pery voltou a contactar o Coronel Pinto Ferreira para se queixar das nossas tropas. *Desta vez porque não tinha ficado satisfeito devido sobretudo a terem deixado o corpo do suposto guia caído no terreno e ao sol (como sempre tínhamos feito noutras zonas de guerra), facto que irritou o Governador Dr. Canha e Sá, tendo mandado enterrar o cadáver pelos mesmos militares que o mataram os quais cumpriram imediatamente sem condições e sob um cheiro horrível, a carne podre, conforme me reportaram depois.*
- (4) Como não há duas sem três, o Furriel Moita, irritado e descontrolado com tudo o que se vinha passando à sua volta nomeadamente as queixas do Governador, resolveu numa noite exceder-se no divertimento saindo da sua tenda montada no Quartel de Vila Pery, onde metade das tropas do GEP008 se encontrava alojada num bivaque ("aquartelamento" feito de tendas de campanha). e *meteu-se a beber em jeito de provocação num clube noturno - "o Fim do Mundo", atualmente designado por "SIXNINE" - não muito longe do Quartel.* Agravou mais pelo facto de estar fardado e à medida que bebia gabava-se do trabalho da tropa por ele comandada provocando os clientes, concorrendo desse modo para a confrontação com todos os civis ali presentes, que o rodearam.

Não satisfeito e totalmente fora de si voltou ao Quartel *para empunhar a sua arma G3 que levou para o clube noturno. Uma G3 no “Fim do Mundo”, um militar bêbado a ameaçar disparar, fez com que todos os civis abandonassem o clube noturno a toda a pressa. Nessa noite fui eu acordado em Manica e alertado pelo Coronel Pinto Ferreira, que me descreveu as três ações da responsabilidade do Sr. furriel Moita; que lhe foram transmitidas pelo Governador Dr. Canha e Sá, ações que eu desconhecia, pois que me encontrava em Vila de Manica.* O furriel Moita levou assim mais umas achas para a fogueira de Vila Pery que há muito já vinha ardendo. O burburinho acentuou-se de tal maneira entre os farmeiros de Vila Pery que se levantaram contra a tropa em geral, pois que o comportamento e os nossos resultados já não os convenciam.

5. Interpretação à luz do Regulamento de Disciplina Militar (RDM)

Em jeito de resumo, posso então dizer que à luz do Regulamento de Disciplina Militar (RDM) a minha punição ficou a dever-se ao facto de eu não ter sido firme na exigência do cumprimento das ordens, regulamentos e outras determinações, ainda que para tanto tivesse que empregar quaisquer meios extraordinários não considerados castigos, mas que fossem indispensáveis para compelir os inferiores (neste caso o Furriel Moita) à obediência devida, devendo neste último caso participar o facto imediatamente ao meu comandante o Coronel Pinto Ferreira, antes de o Governador Vila Pery, Dr. Canha e Sá, o ter feito.

6. Deus livrou-me dos GEP. Continuei a depositar o meu destino nas Suas mãos.

Apesar da Punição, não tive e não tenho ódio, não guardei mágoa, porque, naquele momento o assunto foi por mim entregue à avaliação da Nossa Senhora de Fátima e confiei nela. Ela já tinha pedido a Deus para me livrar dos GEP e continuei a depositar o meu destino nas Suas mãos. Depois de terminar o serviço militar constatei que se tivesse continuado nos GEP, o resultado poderia ter sido um ou mais destes que passo a citar:

(1) São apontados represálias e perseguições, incluindo mortes provocadas por parte da FRELIMO aos militares moçambicanos que participaram nos GEP;

(2) A fuga para Portugal; a fuga para países vizinhos aliados de Portugal e integração nas suas forças armadas;

(3) A passagem à disponibilidade e integração noutros sectores da sociedade civil em Moçambique, através da aproximação conseguida entre os militares portugueses e a estrutura militar da FRELIMO, contrariando os episódios de violência que ocorreram noutros TO, como na Guiné,

- (4) Ou a integração nas próprias forças militares da FRELIMO;
- (5) A integração na estrutura da RENAMO;
- (6) A integração em programas de reeducação promovidos pela FRELIMO com particular incidência nos ex-militares moçambicanos que participaram do esforço militar português, nas forças especiais.

Assim, tendo deixado de ser GEP, deixei de ser odiado pela FRELIMO e após a independência de Moçambique (25 de junho de 1975) fui tomado como um oficial do Exército com a Especialidade de Atirador de Infantaria; portanto um militar da tropa normal de quadrícula cuja mobilização compulsiva tinha sido da responsabilidade plena do governo português, logo não tinha que responder pelos atos praticados pelos GEP (uma tropa especial de milicianos, mas voluntários).

Por isso mantive-me a trabalhar e não fui perseguido como aqueles infelizes que pertenceram e estiveram nos GEP até ao último dia.

Na fase pós-25 de abril e com a saída das Forças Armadas (FFAA) portuguesas dos territórios ultramarinos, desconhecemos o destino dos militares nativos dos GEP. Por exemplo, desconhecemos:

- Quantos militares fugiram do território moçambicano para não serem integrados em programas de reeducação promovidos pela FRELIMO com particular incidência os ex-militares moçambicanos que participaram do esforço militar português nas forças especiais. Esta fuga deu-se maioritariamente para os países vizinhos com quem Portugal mantinha boas relações;

- Quantos integraram os setores da sociedade civil. A passagem à disponibilidade e integração nos setores da sociedade civil em Moçambique, ficou a dever-se à aproximação conseguida entre os militares portugueses e a estrutura militar da FRELIMO. Esta integração contraria os episódios de violência que ocorreram noutros Teatro de Operações (TO), como na Guiné.

- Quantos se integraram na estrutura da RENAMO, pois foram apontados vários casos e denunciadas represálias e perseguições, incluindo mortes provocadas por parte da FRELIMO.

- Quantos militares nativos dos GEP pura e simplesmente não foram alvo de represálias por parte da FRELIMO.

- Quantos fugiram para Portugal. Pois, sabe-se que há militares nativos dos GEP que residem ou residiram em Portugal.

De qualquer modo, melhor seria estudar e realizar investigações futuras no sentido de melhor conhecermos os destinos que os militares GEP tomaram.

7. Bode expiatório

Voltando ao "bode expiatório", como se sabe em sentido figurado, um "bode expiatório" é alguém que é escolhido arbitrariamente para levar (sozinho) a culpa de uma calamidade, crime ou qualquer evento negativo (embora não o tenha cometido).

A busca do bode expiatório é um ato irracional de determinar que uma pessoa ou um grupo de pessoas, ou até mesmo algo, seja responsável de um ou mais problemas, sem a constatação real e suficiente dos factos.

Portanto, para mim, o meu grupo ou GEP008 poderia já estar a ser tomado na "natureza selvagem" de Vila Pery (passe o termo) como o "bode expiatório" e quer o Governador de Vila Pery, quer o Coronel Pinto Ferreira, mas sobretudo este último, como representante do MFA na Beira, procurou lavar as suas mãozinhas como Pilatos, demonstrando que, com a minha punição de 5 dias entretanto submetida ao Comandante-Chefe General Basto Machado e por este agravada para 10 dias de prisão disciplinar (agravada), eles estariam a apartar o animal do rebanho (o animal era eu, obviamente) e o objetivo era minimizar a campanha de "enxovalho" dos militares.

8. Show Off (Exibicionismo)

E aquela história sobre o Guia que nos foi prometido para ir connosco nos helicópteros à primeira operação além Pungué a partir de Vila Pery? Um Guia que me disseram ter sido barbaramente assassinado pela PIDE, por não ajudar a definir corretamente o local da "base". Mandaram os helicópteros com o meu Grupo nitidamente à procura dos gambozinos. Os estrategas militares incluindo o Comandante-Chefe não sabia ainda que o inimigo já tinha deixado de se abrigar em "bases", mas que desde a famosa operação Nó-Górdio utilizava apenas "focos" que eram uns ténues abrigos que lhe permitia ficar pouco tempo para permitir muito mais mobilidade e mais velocidade no avanço para sul. Uma palhaçada (show-off) para fazer ver a inglês (à população de Vila Pery que não era parva, pois que sabia muito bem como os senhores militares do QP passavam a vida). Era por estas e por outras que diziam, alto e bom som: "Em Moçambique existem três guerras: uma guerra contra a FRELIMO; uma segunda guerra entre o Exército e a PIDE/DGS; e uma terceira guerra entre o Exército, a PIDE/DGS e o Governo Central". Uma descoordenação total, com cada um a defender a sua dama!

9. Porque teriam sido criados os GEP?

(1) A resposta é simples. Teve a ver com a limitação dos efetivos do Exército; isto é, Portugal começou a ter limitações de recrutamento de

soldados para suportar o seu Exército, porque no início da Guerra Portugal tinha uma população de cerca de 9 milhões de habitantes. Ora, segundo os manuais militares, o recrutamento para o Exército só pode ir até 10 por cento da população o que, no caso de Portugal, seriam cerca de 900 mil de soldados. Só que para Portugal, que travava a Guerra simultaneamente na Guiné Bissau, em Angola e em Moçambique teria que distribuir os 900 mil soldados nessas três províncias ultramarinas e, Moçambique, teria não mais do que 300 mil soldados. Com este número, Portugal não seria capaz de suportar 10 anos de guerra, que foi o tempo que durou a Guerra do Ultramar.

Dadas estas limitações, o general Kaúlza de Arriaga começou a recrutar na província ultramarina de Moçambique onde era Comandante-Chefe. Foi desta necessidade que surgiram os GE e os GEP. Um dos problemas é que com toda a certeza esses soldados não podiam oferecer tanta confiança como os naturais de Portugal.

(2) Outro fator é que a população portuguesa não “aplaudia” a Guerra, ou seja, havia, em Portugal, um sentimento generalizado de repúdio pela Guerra e vários círculos de opinião aconselhavam o fim do conflito armado.

(3) O último fator estava no relacionamento e na frustração dos próprios oficiais do QP que contestavam e até sabotavam silenciosamente a Guerra. Este aspeto, é de uma importância extrema uma vez que culminou com o desânimo de alguns deles.

Em abril de 1974 o Exército Português era já composto por mais efetivos recrutados localmente que os oriundos da então Metrópole. Bastava decidir recrutar mais uns milhares que os “voluntários” apareciam.

10. Vão para o mato, malandros!!! A “boa vida” iria chegar ao fim de uma forma muito vexatória para os oficiais do QP

Como eu tenho vindo a escrever, os comerciantes e fazendeiros de Vila Pery e os comerciantes da Beira, compareceram em peso no funeral da vítima e, em sinal de luto pelo sucedido na Fazenda Águas Frescas, fecharam os seus estabelecimentos. Durante três dias se manifestaram nas ruas e em frente das sedes do governo distritais (agora, provinciais). Acusaram as Forças Armadas de não os defender e de terem interesses materiais na degradação da segurança, pois assim aquela região seria declarada zona de risco. Reivindicaram armas e meios para organizarem a sua autodefesa e vandalizaram na Beira a luxuosa messe, para eles símbolo da displicência dos militares.

Ao contrário do que se possa supor, os envolvidos nos confrontos que tiveram lugar nos primeiros dias do início de 1974, em Vila Pery e na Beira onde se gritara “Fora as Forças Armadas” e se apedrejara os respetivos quartéis. não pertenciam à Frelimo e estavam longe de se enquadrar no

perfil daqueles que então se definiam como terroristas. Quem se confrontou e se insultou em Vila Pery e na Beira em janeiro de 1974 foram sim os Militares Portugueses e grande parte da População Europeia destas cidades moçambicanas. O que espoletara essa situação que os Militares entenderam como um “enxovalho” e que politicamente era explosiva fora o assassinio pela Frelimo de Maria José da Silva Dias, mulher de um fazendeiro de Vila Manica, próxima de Vila Pery. Estes factos ocorridos em janeiro de 1974, em Vila Pery e na Beira, tiveram uma importância não absoluta, mas inegavelmente muito importante na criação das condições psicológicas que levaram os capitães a pôr em marcha o golpe (25 de Abril) que já vinham equacionando. A este propósito é interessante ler e refletir-se sobre o extrato duma das entrevistas do Coronel José da Silva Pinto Ferreira comandante do CIGE no Dondo (Beira), e posteriormente general e comandante geral da GNR em Portugal:



Eu posso falar do papel do MFA na Beira, porque foi o que eu conheci. E, nessa altura, andávamos de tal maneira afogueados com o que se passava lá, que nem tínhamos tempo para nos preocuparmos com aquilo que se estava a passar nas outras comissões coordenadoras, a não ser quando surgiam notícias escritas e que eram transmitidas.

Ali na Beira, a confusão foi muito grande desde, por exemplo, o jornal principal, o Notícias da Beira, que pertencia ao eng. Jardim, com uma determinada linha que se estava a ver qual era, até aos problemas do porto e do Caminho-de-Ferro da Beira. Havia greves por tudo e por nada, todos os dias (os enfermeiros faziam greve, os médicos faziam greve, os homens do porto faziam greve, os pilotos aviadores faziam greve, os maquinistas faziam greve...). Tudo aquilo com um aspeto muito desorganizado, muito desorientado. A população civil, inclusivamente, fazia manifestações à porta do Governo. Foi lá o general Costa Gomes e fizeram uma manifestação quando ele estava no Palácio do Governo, era uma situação muito confusa.

E nós do MFA andávamos atrás daquela guerra, daquela guerra local, tentando resolver aqueles problemas todos. Lembro-me de que, a certa altura, o Caminho-de-Ferro da Beira (CFB) estava parado, porque os fogueiros das máquinas do comboio se recusavam a meter carvão nas máquinas. Os fogueiros do Caminho-de-Ferro da Beira eram obrigatoriamente brancos, não podiam ser pretos. Os maquinistas não guiavam as máquinas se os fogueiros fossem pretos – isto já antes do 25 de Abril e depois continuou. Se não havia carvão nas máquinas, o Caminho-de-Ferro parava.

E o caminho-de-ferro era fundamental. No porto da Beira, por exemplo, aquelas simples empilhadoras que funcionavam nos portos, só podiam ser manipuladas por brancos. Quando os brancos fugiram, desapareceram, foram-se embora com problemas, o porto da Beira praticamente parou. Aquilo não funcionava porque só os brancos é que trabalhavam com aquilo e os pretos não faziam ideia de como trabalhava. É um bocadinho difícil, nós aqui, compreendermos isso, porque é muito diferente...

A 21 de Janeiro de 1974, chegaram dois telegramas à Comissão de Lisboa do MFA, provenientes de Moçambique. Aí pode ler-se: “Começam a concretizar-se nossos receios criação bode expiatório”. Os membros do MFA em Moçambique deixam clara a convicção de que as Forças Armadas serão esse bode expiatório e insinuam a conivência das forças policiais, como a PSP e a PIDE/DGS, nessa campanha de “enxovalho” dos militares. Consideram que em Vila Pery se corre o risco de vir a acontecer um “recontro entre população civil Europeia e o Exército”. Por fim, concluem: “Prestígio FA muito afectado, enxovalho ameaça irreversibilidade.”

11. Golpe de Estado à vista

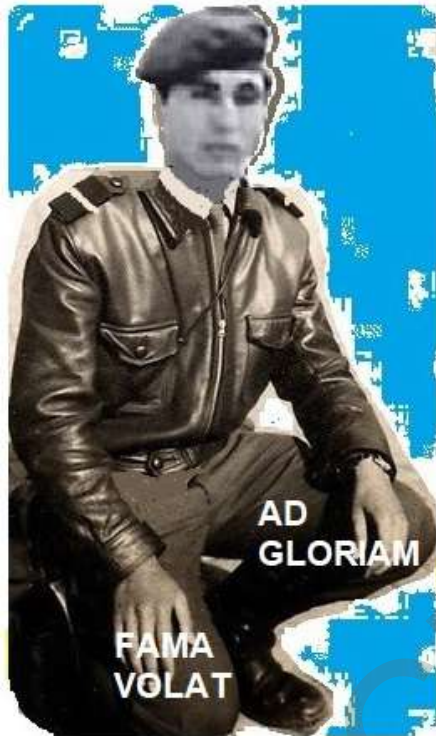
É triste admitir, mas uma vez ultrapassado o Corredor-da-Beira a vitória da FRELIMO sobre Portugal na luta de libertação estava em vias de ser conseguida. Assim, com o assustador avanço da Frelimo de Cabo Delgado para Manica e Sofala, via Tete, Portugal estremeceu e os militares precipitaram-se e conduziram as hostes a um golpe de Estado a 25 de Abril de 1974 para salvar a honra do convento.

CD25A

CAPÍTULO 21

3ª Companhia/BCaç. 15 – Sabondo

(Devido a Punição)



NO
SABONDO
PELA 2ª VEZ

De março de 1974 a 01 novembro de 1974

NOTA:

ATÉ 1973: C Caç de Milange;

DEPOIS DE AGOSTO/1973: 3ª Companhia/BCaç. 15 - Sabondo

(No SABONDO pela 2ª vez) – 1

**A MINHA TRANSFERÊNCIA do CIGE(GEP008) / DONDO,
para a 3ª Companhia do B. Caç 15 / SABONDO, TETE**

“Pela Glória, a Fama Voa”





AD GLORIAM “Pela Glória “:

Trabalhar *ad gloriam*; isto é, sem proveito material, só para conquistar glórias ou honrarias.

FAMA VOLAT "A Fama Voa":

Fama volat é uma locução latina que significa "a fama voa", uma expressão de Virgílio para indicar a celeridade com que as notícias se propalam.

Por alturas de fevereiro do ano de 1974 passei a servir Portugal na Província Ultramarina de Moçambique, em SABONDO, integrado na 3ª. Companhia do Batalhão de Caçadores 15 «AD GLORIAM FAMA VOLAT»

O SABONDO, na província de Tete, recebeu a primeira Unidade Militar, a nível de Companhia, em novembro de 1969, a CCAÇ de MILANGE a qual, mais tarde, viria a receber a designação de 3ª/BCAÇ 15. Esta força manteve-se no SABONDO até final do conflito armado

O Sabondo foi abandonado depois do acordo com a FRELIMO no dia 03 de outubro de 1974.

Com as profundas e permanentes remodelações no dispositivo da ZOT, foi suprimido o Subsector HTB, sendo a sua área absorvida pelos Subsectores HFR e HCS, este, posteriormente designado por HSB com o comando no SABONDO. Foi por esta razão que o BCAÇ 3875 até então na CASULA, se transferiu em novembro de 1970, para o SABONDO, onde permaneceu até final da Comissão.

Depois da minha chegada à cidade de Tete fui imediatamente transferido para o Sabondo (onde afinal já tinha estado como GEP) e passei a fazer operações de Quadrícula como Alferes Miliciano do Exército com a especialidade de Atirador de Infantaria sob a alçada direta do Comandante do BCAÇ 3875 que acumulava a de Comandante do Sector HSB, sediado no Sabondo.

A diferença das operações de Quadrícula em relação às operações Independentes é que aquelas só dependiam dos Comandos de Zona e de Sector, onde existia ou pudesse existir ação inimiga; as operações Independentes eram efetuadas sob o Comando Operacional das forças de Intervenção (COFI), ao qual cabia o emprego das forças especiais GEP, transportadas em aviões Noratlas ou helicópteros, destinadas a atuarem independentemente, sob o COFI, em operações de qualquer natureza, designadamente de eliminação prioritária de eventuais “bases” e “áreas libertadas” inimigas

Em regra, uma companhia de caçadores em quadrícula dificilmente podia libertar diariamente mais do que um grupo de combate (trinta homens) para operações, não dispondo de meios suficientes para conduzir eficazmente a luta contra forças de guerrilha com alguma envergadura, nomeadamente quando era necessário realizar golpes de mão a bases da guerrilha a grandes distâncias dos aquartelamentos. Foi por isso, e desde o início da guerra, considerado necessário utilizar outro conjunto de unidades para levar a efeito ações ofensivas, libertas do ónus de garantir a segurança do sector e capazes de obter êxito. Surgiram, assim, as forças de intervenção. Estas forças constituíam uma reserva à ordem do comandante a quem eram atribuídas e, em teoria, teria sido conveniente que cada unidade de quadrícula dispusesse de uma unidade deste tipo, uma companhia por batalhão, e um pelotão por companhia. Contudo, por motivos que têm a ver com deficiências na instrução, no enquadramento, no comando e na mentalização, tal nunca foi possível, tendo sido a solução encontrada pelas tropas portuguesas a de atribuir esta função quase exclusivamente a forças especiais GEP, comandos, para-quedistas e fuzileiros, que constituíam reserva do comandante-chefe. Este, ou lhes atribuíam diretamente uma missão ou criavam comandos específicos para o fazer, ou ainda as afetavam a dado comando de quadrícula durante certo tempo.

O COFI (Comando Operacional das Forças de Intervenção), criado em Moçambique em 1970, e que exerceu o controlo operacional das forças para a Operação Nó Górdio e, posteriormente, para a Zona de Tete na defesa de Cahora-Bassa, é caso típico do comando de forças de intervenção. Estas forças foram, de início, empregues unidade a unidade, companhia a companhia, mas, com o evoluir da guerra, passaram a ser utilizadas em escalões mais elevados - batalhões de para-quedistas e de comandos - chegando a constituir-se grandes unidades com dois ou mais batalhões para conquistar determinado objetivo: Operação Tridente, Operação Nó Górdio, Operação Ametista Real, recebendo o apoio de artilharia, aviação ou de meios navais.

Parte significativa dos efetivos das unidades de quadrícula, no mínimo um quarto, era empregue em funções de segurança da sua base, e outra parte realizava tarefas de apoio que garantiam a sobrevivência, reabastecimentos, transportes e manutenção, pelo que restava um efetivo diminuto disponível para manter o contacto com as populações ou para ações de combate.

Assim, pela diferença entre um e o outro tipo de operações, obviamente que me senti muito mais descomprimido em Sabondo e levei o resto da minha vida militar de uma forma despreocupada, apesar de saber, que estávamos no interior e expostos continuamente à ação do inimigo quer pelas emboscadas, flagelações de aldeamentos, mas sobretudo pelas minas nas picadas.

Os Comandantes de Zona ou de Sector eram normalmente oficiais do quadro permanente QP que “não levantavam o rabo do bunker (abrigo subterrâneo)”. Viviam permanentemente debaixo da terra, por vezes com as esposas, bem protegidos com medo de serem surpreendidos com os ataques da FRELIMO, a quem chamavam “FRELOS”. Os oficiais milicianos (como eu) desciam ao bunker apenas para o planeamento das nossas atividades enquanto tomávamos as refeições com eles.



Abrigo subterrâneo

Porém, a guerra continuava e eu, no Sabondo acabei por voltar às tarefas normais como nos tempos em que servia nos GEP com a diferença de que

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

a nova forma de efetuar a operação era normalmente com saída e regresso a pé dentro de uma zona específica chamada QUADRÍCULA (com uns 30kmx30km) submetida ao Quartel de Sabondo.



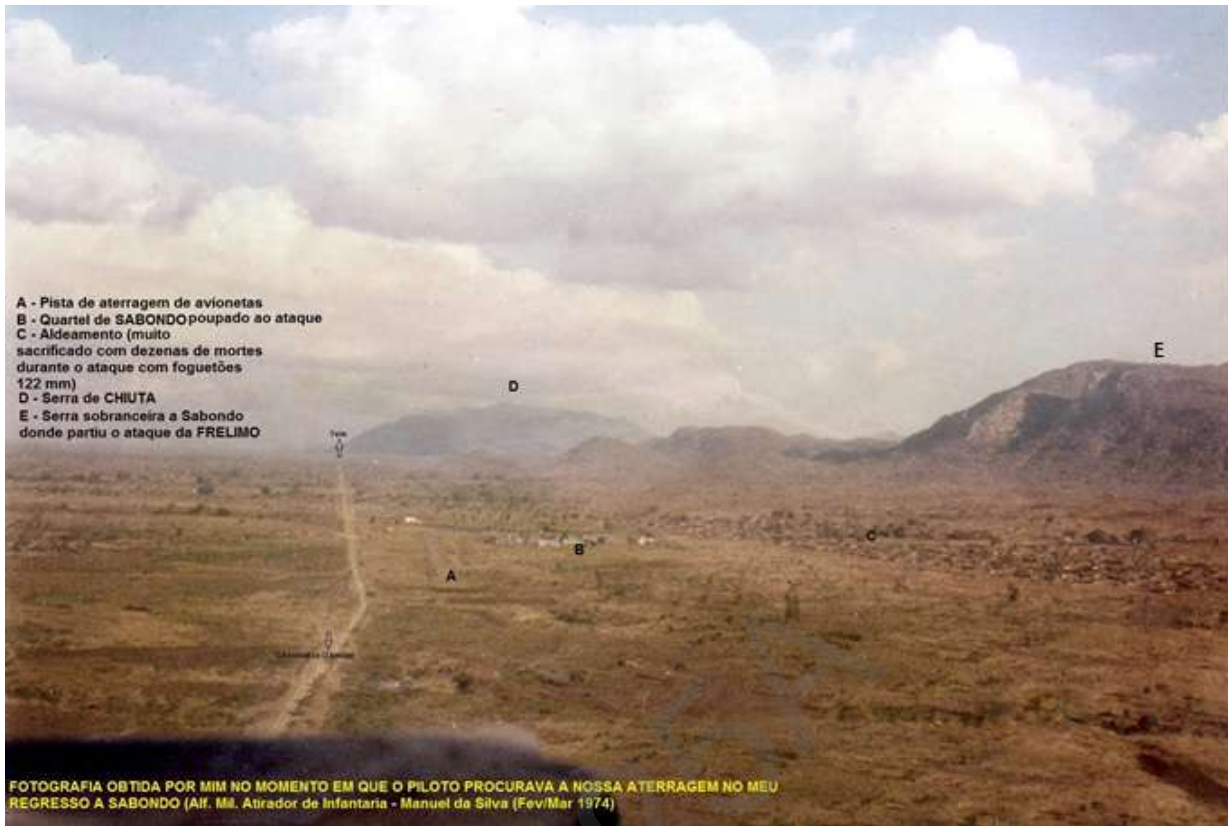
Porém, uns dez dias após a minha chegada, o comandante do batalhão transferiu-me para o aldeamento de Caunda onde havia um destacamento com pouco mais de 20 militares (era um pelotão da 3ª. Companhia - companhia residente - do BCaç 15) que passei a comandar. Dependíamos do Comando do Sector de Sabondo e as nossas operações eram planeadas por ele.

Acredite no inacreditável. Sonhe o impossível ...

Tony Fernandes -Group CEO at AirAsia

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Se você não pode mudar seu destino,



então mude sua atitude!

Ali vivi como militar desde os princípios de fevereiro de 1974 até 01 de novembro de 1974 (data de regresso à minha vida civil), e por incrível que pareça voltei à atividade operacional com muita frequência, e passei a duvidar da boa fé do comando que indubitavelmente teria na mente que eu tinha sido ali colocado com o carimbo de um oficial miliciano castigado, cabendo-me aceitar todas as ordens que dele viessem. Pelo meu lado, eu ia cumprindo sem hesitar, mas sempre sonhando que um dia me libertaria daquela vida arriscada que me tinha sido imposta pelos militares do quadro permanente QP; pois que, afinal, o meu tempo de tropa estava limitado, e eu até era Engenheiro na vida civil e não um Atirador de Infantaria do QP; e embora um Atirador de Infantaria Miliciano também esta especialidade não fora da minha própria escolha. Por isso eu rezava e pedia a Deus por intermédio da Virgem de Fátima, sempre confiante que um dia seria atendido. Para o efeito também deveria mudar a minha atitude aproveitando as oportunidades que me iam surgindo, e que vou explicar seguidamente:

- (1) Antes dos “Acontecimentos de Vila Pery” e da minha punição, eu alimentava a minha consciência de que a atuação contra subversiva partia da premissa de que este tipo de guerra não se ganha pela ação

militar, mas perde-se pela inação militar. O objetivo primário das Forças Armadas (FA) era o garante da liberdade de ação política, governativa e administrativa. Os militares vinham de Portugal e estavam em Moçambique para manter a ordem e permitir que as populações, europeias e africanas, trabalhassem tranquilamente.

Era essencial o controlo do território com esta finalidade, mas também a proteção de pessoas e instituições, procurando conter a subversão armada até ao seu isolamento, destruição e mesmo dissuasão de entrada na fase de Estado Revolucionário. Assim, todas as ações militares deviam ser conduzidas, conjuntamente, pelas autoridades militares e civis, pois, onde quer que o controlo administrativo tivesse sido perdido, a imposição da soberania com as Forças Armadas, devia ser oportuna.

- (2) O livro do General Spínola – Portugal e o Futuro - já tinha sido publicitado pelo Coronel José da Silva Pinto Ferreira (enquanto representante do MFA na Beira) e comentado à porta fechada entre nós oficiais, no Dondo, ainda antes da sua publicação e venda ao público, vindo na altura o Coronel pedir-nos a nossa assinatura numa das duas colunas designadas: uma “pela aceitação do livro” e a outra pela “não-aceitação do livro”. Eu assinei na coluna “pela aceitação do livro” porque convenci-me que Portugal deveria procurar assegurar a manutenção dos seus vínculos com o ultramar através de uma federação criada com referendos de autodeterminação. Por outro lado, esta liberdade de expressão entre nós e com o próprio comandante Coronel Pinto Ferreira, dentro do Quartel do Dondo, impulsionou-me a planear imediatamente a conciliação com o Inimigo (IN).
- (3) Fevereiro de 1974: Publicação e venda ao público do livro de António de Spínola “Portugal e o Futuro”. Após ter abandonado o governo da Guiné, Spínola publica "Portugal e o Futuro", livro onde defende que Portugal deveria procurar assegurar a manutenção dos seus vínculos com o ultramar através de uma federação emanada de referendos de autodeterminação, já que o conflito em curso não tinha uma solução militar.
- (4) Entre 1972 e 1974, a FRELIMO adotou uma estratégia de ataque contra as comunidades dos colonos; a linha de caminho-de-ferro Beira-Tete foi atacada e, em 1974, provocaram o descarrilamento de um comboio na linha da Beira-Umtali. Ainda em 1973, a FRELIMO começou a minar as cidades e as aldeias numa tentativa de desacreditar a confiança dos

civis nas forças portuguesas. "Aldeamentos: água para todos" era uma mensagem vista habitualmente nas áreas rurais, e um meio dos

portugueses realojarem a população local, por forma a isolar a FRELIMO das suas bases civis. No entanto, nem todos os habitantes aderiram de boa vontade aos realojamentos (alguns de forma forçada), pois não acreditavam na segurança prometida pelos portugueses; alguns chegaram mesmo a fugir desses aldeamentos, e outros nem sequer chegaram a ocupá-los. Este programa de realojamento fazia parte da estratégia "psicológica" de Kaúlza de Arriaga que incluía, também, a construção de uma vila "modelo" em Nangade, junto da fronteira com a Tanzânia, com todas as infraestruturas de um centro urbano desenvolvido. O objetivo era atrair a população e criar uma barreira defensiva contra a FRELIMO. Este projeto foi aprovado pelo governo da metrópole, e os materiais para a sua construção enviados para Moçambique; no entanto, a distância e as dificuldades encontradas no terreno, acabaram por deitar por terra o projeto.

- (5) Não esqueçamos que a política de Mondlane era de misericórdia para com os colonos civis portugueses. Esta política foi abandonada, em 1973, pelo novo chefe, Samora Machel. Eu acompanhei esta mudança que levou a emoções de "Pânico, desmoralização, abandono e sensação de futilidade - entre os europeus em Moçambique" e consequentemente ao surgimento de protestos dos colonos portugueses contra o governo de Lisboa, um sinal indicador da impopularidade do conflito. Ainda mais impopular se tornou com as notícias do massacre de Wiriyamu, e com os renovados ataques da FRELIMO em 1973 e 1974.
- (6) Além disso, nós militares e população moçambicana em geral sentíamos que "Em Moçambique já existiam três guerras: uma primeira guerra **contra a FRELIMO**; uma segunda guerra **entre o Exército e a PIDE/DGS** e uma terceira guerra **entre o Exército, a PIDE/DGS e o Governo Central**".
- (7) A manobra da FRELIMO mudou de ataques maciços a Cahora-Bassa para a politização da população. Esta alteração tática permitiu-lhe um rápido alastrar, apanhando os portugueses desprevenidos. Este agravamento da situação em Moçambique contribuiu para a minha desacreditação total da ação das Nossas Tropas no terreno.

(No SABONDO pela 2ª vez) – 2

OPERAÇÃO COM MILITARES ORIUNDOS DOS AÇORES

“Eh pá houve uma revolução em Portugal, um golpe de estado, acabou a guerra ...”

A minha companhia – a 3ª. Companhia do Batalhão de Caçadores No. 15 - com militares nativos de Moçambique, designava-se por Companhia Residente e encontrava-se, como revelei atrás, na dependência do comandante do B.Caç. 3875 para efeitos disciplinares e operacionais, onde me encaixaram com o posto de Alferes Miliciano Atirador de Infantaria, comandante de um dos seus pelotões.

Apesar dos meus 20 meses de tropa, a minha antiguidade não foi respeitada, porque o Comandante dessa Companhia era um furriel graduado em alferes (da metrópole) com cerca de 12 meses de tropa, o qual foi mantido no comando da 3ª Companhia do B.Caç 15, que era uma companhia de quadrícula e que dispunha de um efetivo mínimo, unicamente suficiente para manter o contacto com as populações e para ações de combate.

Por alturas de abril de 1974 embarcou em Lisboa com destino à Beira, um punhado de militares oriundos dos Açores integrados no BCaç 4813/74, tendo como comandante o Tenente Coronel de Infantaria João Fernandes Ressurreição, para substituir a Companhia de Comando e Serviço, CCS de um seu congénere, precisamente a CCS do BCaç. 3875.

Esse punhado de militares açorianos após o desembarque partiu imediatamente da Beira em coluna militar de viaturas pesadas para o distrito de Tete, com passagem por Dondo, Vila Pery, Vila Gouveia, Guro, Changara, Rio Mazoe, cidade de Tete, Matundo, etc tendo chegado a SABONDO cerca de dois dias depois do seu desembarque. A missão deles, seria idêntica à da CCS do BCaç. 3875 com quem trocaram para que esta pudesse regressar a Portugal. Por ser uma CCS como a anterior (havia a necessidade de haver uma companhia residente (a minha) para preencher o lugar da(s) companhia(s) de combate, porque um batalhão em princípio deveria possuir uma CCS e três companhias operacionais. Não era o caso do BCaç 4813/74 o que já nos fazia crer na grande dificuldade que havia em recrutar efetivos em Portugal. Essa CCS iria fazer de tudo um pouco, nomeadamente organizar e escoltar as colunas de viaturas ligeiras e pesadas pertencentes ao nosso

estacionamento de Sabondo e de outras colunas que por ali transitavam, para garantir uma segurança mais eficaz durante as deslocações de outras tropas.

Trabalhávamos em conjunto e somando todos os militares era possível formar grupos para a organização das colunas, ações de quadrícula e serviços específicos dentro do Quartel como por exemplo de prevenção.

Este tipo de unidades estabelecidas no interior do sertão também garantiam a segurança às colunas de camiões com condutores civis (onde por vezes se encontrava o meu tio António Cordeiro Rosa condutor dos CFM em Moatize) transportando por vezes cargas críticas, sendo necessário somar o apoio dos Grupos Especiais Para-quedistas (GEP) - como tinha acontecido antes com o meu GEP008 - e até com a Força Aérea, consoante o grau de segurança a estabelecer.

Até 1971 (dizia o meu tio) as colunas tinham sido sujeitas a muitas emboscadas do inimigo, cujos ataques provocaram vários feridos, uns mais graves do que outros e muitos mortos.

No distrito de Tete, quando se atingiu o mês de agosto de 1973, a FRELIMO tinha conseguido saltar para a margem direita do Zambeze, superando um obstáculo natural formidável, avançou para sul e entrou no distrito de Vila Pery (na actual província de Manica). E no início de 1974 encontrava-se em Vila Pery, no Corredor-da-Beira.



Portanto, na província de Tete a partir de 1973 o maior inimigo passou a ser as minas, já que as ações armadas envolvendo efetivos rumavam aos distritos de Vila Pery e da Beira (atuais províncias de Manica e Sofala).



Continuando a falar do referido grupo de militares açorianos eu garanto que o seu triste sentimento era o de terem embarcado à meia-noite de Lisboa, cidade fresca, luminosa, familiar, no “Boeing” da Força Aérea, no terminal militar de Figo Maduro, e ao meio-dia aterraram no aeroporto da Beira, cidade quente, húmida, estranha. Mais tristes ainda por terem seguido imediatamente para o SABONDO em coluna, tendo chegado ali, 2 dias depois, sem terem a mínima oportunidade de se adaptarem. Uma violência atroz!

Um dia após a sua chegada, tinha eu acabado de reunir com um Major do Quadro Permanente QP e mandante das operações que tinha acabado de me dar suas instruções para a operação que se iria realizar no dia seguinte com saída de manhã muito cedo, a pé, do Sabondo e com destino ao Rio Zambeze a sul.

Deixando a sala de planeamento (onde estavam mapas cartográficas forradas a plástico transparente, as bússolas, um quadro de parede, muitos pinos de diferentes cores e giz), o Major QP, veio comigo até à parada e subitamente vira-se para o grupo de militares açorianos que entretanto se havia juntado ao seu acompanhante - um tenente-coronel - que vindo de Lisboa se encontravam agora todos no Sabondo a tentar conhecer os cantos à sua nova casa (o Quartel do Sabondo, claro!), muito branquinhos e faces rosadas, nitidamente vestindo as peles de quem não tinha jamais conhecido um sol tão intenso como aquele que os castigava naquele momento na província de Tete onde as temperaturas rondavam em média os 40°, com o tempo bem seco.

Aparentemente em tom de brincadeira o Major vira-se para o punhado de militares recém-chegados incluindo o seu tenente-coronel e pergunta-lhes: “Quais são de todos vós os que querem sair para uma operação amanhã de madrugada com o nosso alferes Manuel da Silva? Curiosamente levantaram as mãos uns cinco ou seis, mas o nosso Major exclamou: “Quero apenas três!” e lá ficaram três com os braços no ar. Pensei então para comigo: Inacreditável! Ainda ontem estavam em Lisboa e hoje já aceitam ir com este calor pelo meio do capim à procura do inimigo! Entretanto o Major aceitou o gesto voluntarioso e exclamou: “Muito bem rapazes...é assim mesmo! Agora entendam-se aí com o vosso tenente-coronel e com o nosso alferes Manuel da Silva”. Achei graça quando um dos açorianos apontou para outro colega dizendo-lhe para se chegar ao Alferes (a mim), pois que não tinha sido ele a oferecer-se, mas sim o referido colega.

Essa atitude valeu-lhe um grande alarido de acusações por parte do grupo. Todavia, eu guardei para mim e lamentei a atitude do Major por estar a brincar daquela maneira com os militares recém-chegados como se nós milicianos (incluindo eu) fôssemos todos “carne para canhão”.

No dia seguinte a partir das 4:00 horas da manhã lá nos encontramos na parada do Quartel, conforme o combinado.

Depois de formar todos os militares que constituíam o grupo de combate para a operação, e usando o mesmo equipamento que eu normalmente usava, certifiquei-me que estavam todos os que constavam da minha lista incluindo os três açorianos que se aprontaram para seguir connosco.

Em ambiente descontraído dei as boas-vindas a todos, pois que para mim também era a primeira vez que fazia parte do grupo composto por aqueles militares, em Sabondo. Perguntei a cada um qual era o seu papel no grupo e todos responderam razoavelmente, pois que se tratava de militares experimentados tal como eu, apenas os açorianos se retraíram.

Com bastante cuidado, fiz-lhe notar que o papel deles era de integrar o grupo, mas exigia-se-lhe apenas que fizessem fogo com alvos à vista, e os mais experientes diziam-me entretanto alto e bom som: “Meu alferes, olhe que o chéca é pior que turra”.



Queriam eles dizer que os soldados mais novos matavam mais depressa o colega do lado do que os próprios terroristas, atendendo à sua inexperiência.

Atrasei-me bastante na saída, mas mesmo assim, eram umas 6.00 horas da manhã quando saímos do Quartel, atravessando o aldeamento de Sabondo (anexo ao Quartel) em direção ao Zambeze.

Claro, progredíamos a pé em coluna por um, distanciados uns dos outros para alongar o cordão militar e distanciarmo-nos ao máximo limite e silenciosamente, para fazermos crer ao inimigo que éramos muitos e caminhávamos atentos ao menor ruído como mandavam as nossas regras contraguerrilha.

Eu ia em terceiro lugar na cabeça da coluna. Contudo, por volta das 09:00 horas oiço alguém a pedir para parar, alegando que havia um militar caído. Fui atrás e chamei o enfermeiro que cuidou do militar que acabamos de ajudar a estender no solo, e todos cedemos um pouco da nossa água para o confortar momentaneamente, pois que estava muito aflito e a chorar que mais parecia uma criança – era um dos açorianos! Os outros dois passaram a chorar e a rogar pragas amaldiçoando quem lhe tinha dado aquele destino a ponto de ninguém mais os calar.

Apercebi-me então que se tinha acercado deles ataques de pânico.

Como sabemos, um ataque de pânico é um episódio súbito e intenso de medo que

desencadeia um conjunto de reações físicas que podem simular um enfarte ou gerar uma sensação de morte iminente. Apesar de poderem ser muito assustadores, os ataques de pânico ocorrem na ausência de perigo real e até sem causa aparente.

Como tinha aprendido na minha instrução, na maioria dos casos, os ataques de pânico manifestam-se em períodos de maior stress e variam muito na sua apresentação. Os sintomas de um ataque de pânico habitualmente atingem o seu máximo após 10 minutos e, no final, ocorre uma sensação de grande fadiga. Os sintomas mais comuns são a sensação de um perigo iminente, medo de perder o controlo ou de morrer, aumento da frequência cardíaca, transpiração, tremores, respiração acelerada e difícil, calafrios, afrontamentos, náuseas, dores abdominais ou torácicas, cefaleias, tonturas, sensação de desmaio, dificuldade em engolir.

Para evitar o receio de novos ataques, e de modo a evitar que criasse neles pânicos mais graves e até patológicos; portanto, evitar que se repetissem levando os pacientes a evitar situações que pudessem ocorrer, como por exemplo, recusar saírem do Quartel (agorafobia) porque, para um paciente naquelas circunstâncias, nenhum lugar parece seguro.

Tendo bem presente as possíveis consequências, decidi pela sua saída do grupo de combate com o direito de regressarem ao Quartel acompanhados de outros três militares para tratamento e descanso absoluto durante uns tempos.

Na minha ótica, as causas dos ataques estavam à vista e tiveram a ver com a presença de stress intenso, o temperamento individual e as alterações no seu modo de vida entre a cidade de Lisboa e o capim altíssimo da savana com temperaturas elevadíssimas naquela região do Sabondo, além da exposição permanente a possíveis ataques do inimigo.

Ao mandá-los de volta ao Quartel dispensando três soldados dos mais experientes, fiquei com o meu grupo reduzido a 15 elementos, para levar a cabo a operação.

Comuniquei via rádio com o Major responsável por aquela situação, que por sua vez mandou outro grupo a partir do Quartel ao encontro dos seis que eu tinha mandado de volta, enquanto eu prosseguia em direção ao Zambeze, conforme o planeado.



Até ao Zambeze a operação decorreu como o previsto. A nossa dificuldade estava apenas no cansaço, pois aquela zona é extremamente montanhosa, mas sabíamos que utilizando os trilhos do inimigo seria mais fácil, pois caminhando através deles evitava-se que andássemos a corta-mato e por terrenos inclinados e inacessíveis.

Os trilhos apontavam todos ao Zambeze e aos nossos olhos denunciavam que eram utilizados várias vezes ao dia por dois ou três guerrilheiros que garantiam a segurança a um número indeterminado de civis (mulheres na sua maioria) que deixavam os aldeamentos (à guarda de milícias pagas pelo governo português) para transportar material de guerra que a FRELIMO levava primeiro a cruzar o Zambeze para depois o encaminhar para os distritos de Vila Pery e da Beira (hoje, províncias de Manica e Sofala), onde se sabia que estava centrado todo o esforço de guerra nomeadamente assalto e assassinio de colonos portugueses que até 1974 julgavam que a guerra era só pelo Norte e que nunca lhes iria bater à porta. Um jogo duplo das populações dos aldeamentos que eu já conhecia e que por isso me levava a evitar massacres desnecessários.

Do segundo para o terceiro dia jantámos a última ração de combate e dormimos numa zona ligeiramente inclinada junto ao ponto onde o Capoché desagua no Rio Zambeze, sob árvores de porte médio muito verdejantes de onde se enchegava o grande Zambeze e se ouvia o barulho das suas águas que deslizavam a grande velocidade sobre rochas alongadas expostas que imprimiam velocidade e ruído às águas, num espetáculo, com tamanha sonoridade, nunca vistos e ouvidos.

Durante a madrugada ouvimos ruídos de muitas granadas de morteiro a estoirar umas a seguir às outras a uma distância razoável que os meus militares identificaram facilmente como sendo um ataque a Chiúta. Imediatamente nos aprontámos para seguir em direção à Chiúta pois o ataque era dirigido seguramente contra a população do aldeamento protegida na altura por um corpo de milícias (porque não havia militares na Chiúta). Ataques deste tipo levava a que a FRELIMO matasse ou aprisionasse parte dessa população, levando-a à força para fuzilar ou para reforçarem os seus próprios efetivos, retirando-a assim do controle da administração portuguesa.

Pela consulta à carta militar, que eu religiosamente guardava dentro de um saco de plástico, a Chiúta ficaria a uns 35km do local onde me encontrava. Imediatamente nos pusemos no encalce do inimigo, cujo ataque tinha levado a minha gente a acordar mais cedo, e fiz questão de contactar o meu comandante em Sabondo a fim de lhe dar conta do ataque e da nossa progressão para aquele local. O Major respondeu-me e confirmou que se tratava da Chiúta e que os aviões Fiat iriam dar início a um bombardeamento, pedindo para tomarmos as devidas precauções e que perseguíssemos o inimigo.

Fomos em coluna por um a toda a pressa e chegámos às imediações do aldeamento cerca das 14:00 horas, tendo os nossos helicópteros ALOUETTE III-HELI CANHÃO da FAP (e não aviões Fiat conforme o

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Major tinha mencionado) bombardeado toda a manhã, sem dó nem piedade, as colunas inimigas que se dispersaram a toda a velocidade.

De tal modo se dispersaram que eu e o meu grupo de combate ficámos mui surpreendidos com um número infinito de rastos de sangue sobre o capim, uma prova da existência de muitos feridos ou mesmo mortos, mas que foram arrastados pelos seus colegas a fim de esconderem especialmente o número de mortes causadas pela força aérea e pelas milícias.



Depois de percorrer o extenso vale por onde se escapuliu o inimigo, subimos á serra onde se resguardava o corpo de milícias da Chiúta que acabara de resistir com pleno êxito e que se mantinha ativo para poder responder prontamente a qualquer novo ataque do inimigo já que a tarde ia caindo e a noite aproximava-se.

Encontrei naquela milícia o exemplo típico da milícia que desempenhava perfeitamente o papel para que foi criada; um grupo eficaz que eu reportei ao meu comando em Sabondo com toda a justiça, pois que não sofreu qualquer baixa e continuava firme no seu posto a tratar da segurança das suas gentes que vivia em redor na encosta da Serra da Chiúta.



Ficámos muito felizes, mas sem menosprezar a heroicidade das milícias e da população em geral da Chiúta, não podemos esquecer o papel da nossa força aérea e especial dos bombardeamentos efetuados através dos Heli-canhões que não sacrificaram um único milícia ou elemento da população que viviam sob o nosso controle. Em contrapartida os Heli-canhões feriram de morte vários elementos do grupo atacante que o meus militares testemunharam e eu reportei.

Assim, pela nossa análise às poças e rastos de sangue teriam morrido imediatamente uns seis, mas estariam feridos ou mutilados (com morte anunciada) uns dez.

Depois do levantamento em número de mortos e feridos presumíveis e de termos apanhado alguns despojos deixados para trás incluindo munições, seguimos em coluna por um de regresso em passo acelerado ao Quartel do Sabondo (que ficava uns 15km da Chiúta).

Chegámos ao pôr-do-sol à porta de armas e fomos surpreendidos com gritos dos nossos colegas que em grande alarido iam abraçando cada um de nós à medida que íamos transpondo a porta de armas e formávamos para descarregar as mochilas com as mantas e sobras das rações, as armas e as munições.

“Eh pá houve uma revolução em Portugal, um golpe de estado, acabou a guerra ... acreditem, não estamos a brincar ...”

De facto, não acreditei de imediato ... e perante tanto júbilo juntámo-nos às celebrações. Tratava-se do golpe militar do 25 de Abril!

Daqui conclui que, por coincidência ou não, o ataque ao aldeamento da Chiúta tinha em conta apanhar as milícias distraídas com as notícias do 25 de Abril (de 1974).

Por outro lado, os nossos três açorianos, que embarcaram em vésperas de 25 de Abril, poderiam até ter consigo algum sentimento de que tinham vindo para Moçambique, mas jamais para lutar.

Afinal a guerra prolongou-se por mais alguns meses, de tal maneira que uns dias depois fomos vítimas de um ataque ao Quartel com foguetões 122 mm.

Conforme acordado com a FRELIMO em Jul74, o Quartel de Sabondo, foi abandonado pela 3ª BCaç 15/BCaç 4813/74, em 03/10/1974, sendo negociador o Tenente Coronel de Infantaria João Fernandes Ressurreição.

NOTA: Coluna por um é a formação de uma tropa, em que os elementos (frações, homens ou viaturas) são colocados um atrás do outro, seguidamente, guardando entre si a distância regulamentar. Conforme o número dessas colunas, quando justapostas, têm -se formações em colunas por 2, por 3, etc.

CD25A

(No SABONDO pela 2ª vez) – 3

A guerra intensificava-se cada vez mais, pois a FRELIMO sentia que a vitória já não lhe escapava

A solução política, essa desconhecida, viria mais tarde, mas naquele momento (em abril/maio de 1974) ainda lutávamos duro, a guerra intensificava-se cada vez mais, pois a FRELIMO sentia que a vitória já não lhe escapava e então acelerava no terreno em força para encurtar a data da vitória final.

Cabo Delgado, no Norte de Moçambique: Ações frequentes a norte do rio Messalo, ataque concentrado sobre Nangade, grande esforço de politização da FRELIMO na zona da estrada Montepuez-Porto Amélia e rio Lúrio com amplos resultados de subversão das autoridades tradicionais tornando a situação preocupante. Ataque da FRELIMO ao aeródromo de Mueda: Os guerrilheiros realizaram um primeiro ataque com foguetões de 122 mm e morteiros de 82 mm a partir do fundo da pista de Mueda, seguido de um segundo ataque. Estes ataques foram levados a cabo com grande precisão de fogo, tendo caído granadas junto ao hangar, às armas antiaéreas e ao paiol onde se encontravam as bombas de 500 libras e as de napalm para serem colocadas nos aviões. Também atingiram os bidões de combustível que arderam. Ataque ao aldeamento de Biaque (norte de Porto Amélia) com morteiros e bazuca causando cinco feridos graves e sete ligeiros

Niassa: Foi utilizado pela primeira vez um foguetão de 122mm, contra o aquartelamento do Lunho (Niassa Ocidental) em 5 de abril de 1974. Em consequência desta ação as forças portuguesas retiraram do aquartelamento de Miandica. Existe a ameaça de incremento de ações armadas e de sabotagem no Sul, oriundas da base Catur.

Tete: Notícias confirmadas de grande concentração de guerrilheiros bem armados na fronteira da Zâmbia com a missão de realizar um ataque espetacular.

Concentração de guerrilheiros e de ações na estrada Moatize-Zobué, caminho-de-ferro, arredores de Tete, Sabondo-Chiuta e Viúva Henriques.

A guerra em Moçambique era, infelizmente, uma realidade. E uma realidade que perturbava, cada vez mais, as populações. Iniciada em 1964 no distrito de Cabo Delgado, estendeu-se, ao longo daqueles dolorosos dez anos, por cinco distritos e afetava grande parte das populações neles residentes; mobilizava milhares de homens, implicava o dispêndio de somas muito importantes, tendo no seu passivo milhares de vítimas.

Depois de enumerar os fatores da paz e da guerra: Não havia dúvidas que tudo aquilo obrigava a colocar a solução do conflito mais na ação política do que na força das armas.

A solução política, essa desconhecida, viria mais tarde, mas naquele momento (em abril/maio de 1974) ainda lutávamos duro, a guerra intensificava-se cada vez mais, pois a FRELIMO sentia que a vitória já não lhe escapava e então acelerava no terreno em força para encurtar a data da vitória final. Vejamos os relatos oficiais das autoridades portuguesas **somente durante o mês de abril de 1974 até ao dia 24:**

01 de abril de 1974 - Em três ações no concelho do Chimoio e de Vila Pery, os guerrilheiros da FRELIMO mataram um europeu empregado da serração local e feriram outro, assaltaram uma cantina causando a morte de uma mulher africana e capturaram um guarda rural, intercetaram na estrada Vila Pery–Beira, junto à povoação de Gondola, um camião e um trator de um agricultor europeu, incendiando-os.

A PIDE/DGS considerava que estas ações deviam ter sido cometidas por um grupo de 50 guerrilheiros instalados na zona. Numa emboscada na estrada Vila Pery-Beira foi morto um civil europeu e incendiado o seu camião. Outro europeu, sócio do morto, foi dado como desaparecido. Rapto de um agricultor europeu, vogal da Junta Distrital na estrada Chemba-Inhaminga, junto à fronteira com o Malawi.

02 de abril de 1974 - Ataque a Nangololo (Cabo Delgado). Um táxi aéreo da empresa Cadelte foi atingido ao voar entre Mueda e Sagal (estrada Mueda-Mocímboa da Praia). Os tiros atingiram o depósito de combustível e o avião ficou inoperacional em Mueda. Os guerrilheiros destruíram a ponte sobre o rio Muirite, que dava ligação de Mueda a Montepuez e que era o itinerário principal de reabastecimento das forças portuguesas a partir de Nampula e de Porto Amélia. Ataque a viaturas da CODAM na região de Mutarara e a viaturas da administração do Posto de Sena.

03 de abril de 1974 - Ataque ao aldeamento de Nhadanga (Tete), com fuga de nove homens e 12 mulheres ali residentes. Ataque a Mueda com morteiro de 82mm, que caíram ao longo da pista.

04 de abril de 1974 - Avião Camberra rodesiano abatido. Ataques a Mueda e Sagal. Trabalhadores da cimenteira do Dondo (Beira) recusaram-se a trabalhar e a transportar cimento da pedreira de Muanza alegando falta de segurança. A paralisação da cimenteira era particularmente grave pelos reflexos que tinha na construção da barragem de Cahora-Bassa.

05 de abril de 1974 - Ataque com uma bazuca a uma viatura civil na estrada Montepuez-Porto Amélia provocando quatro feridos graves. A viatura transportava pesticidas da companhia algodoeira Sagal.

06 de abril de 1974 - Detetadas minas entre Catur e Nova Freixo (Niassa Oriental). Ataque ao destacamento da ponte do rio Sinheu perto de Nangololo, e a Nancatari (Mueda). Ataque ao aldeamento de Biaque (norte de Porto Amélia) com morteiros e bazuca causando cinco feridos graves e sete ligeiros. Ataque ao comboio na linha de caminho-de-ferro Beira-Sena, junto a Inhaminga. A locomotiva foi atingida por dois rockets. Presos pela PIDE/DGS dois europeus que chegaram à ilha de Matemo (Cabo Delgado), frente ao Mucojo num barco de borracha. Um era português desertor e o outro irlandês. A PIDE/DGS já referenciara o uso de barcos de borracha por parte da FRELIMO, especialmente no lago Niassa. Um grupo de seis elementos

emboscou a viatura do posto administrativo de Sena, durante uma hora e um quarto, ferindo um guarda rural.

07 de abril de 1974 - Ataque às povoações de Boeza e Sangosge, na área do posto administrativo de Sena (Tete), com fuga da totalidade da população com os guerrilheiros. Emboscada executada por um grupo de três guerrilheiros a um agricultor europeu na estrada Manica-Mavonde, a 12 quilómetros de Manica. Na sequência da emboscada foi morto um guarda da PSP e quatro feridos civis, entre os quais o agricultor.

08 de abril de 1974 – O ministro da Defesa recebeu um enviado de Ian Smith, K. Flower, que vinha propor o estabelecimento conjunto, incluindo a África do Sul, de uma linha de defesa ao longo do Rio Zambeze, acompanhada por um maior desenvolvimento dos Flechas em Moçambique. A linha proposta começaria no Zumbo, continuava pelo lago de Cahora-Bassa e seguia o Zambeze até ao Índico. Para Oeste prolongar-se-ia pela Rodésia até ao Caprivi e Angola. O enviado já se tinha avistado com o primeiro-ministro Vorster, o ministro Botha e o almirante Bierman da África do Sul e todos tinham apoiado a ideia do desenvolvimento dos Flechas e prometeram debruçar-se sobre o assunto da linha de defesa. Silva Cunha, ministro da Defesa, lembrou ao seu interlocutor que Portugal desejava continuar os bons contactos que havia entre os três países, especialmente no âmbito do “Exercício Alcora”, sendo conveniente não se criarem sistemas paralelos de colaboração.

08 de abril de 1974 - Ataque a Nambude (Cabo Delgado) por duas vezes no mesmo dia. Emboscada na estrada Mueda-Nancatari com dois mortos e seis feridos. Ataque com lança-foguetes a um camião da empresa Sagal, em Meza, causando quatro feridos graves que foram evacuados para Mueda. Rapto de um agricultor europeu, vogal da Junta Distrital da Beira em Murena/Sena.

09 de abril de 1974 - Ataque a um grupo da PSP no aldeamento de Mucombe (Norte de Vila Pery) com a morte de um dos guardas rurais. Assalto a um armazém em Mazamba. Emboscada a uma coluna na estrada Pungué-Vila Gouveia com ferimentos num militar e destruição de uma viatura. Ataque ao aldeamento de Biaque, em Ancuabe (Cabo Delgado) causando 13 feridos. Minas na estrada Nancatari-Muirite-Montepuez, que causaram um morto e quatro feridos. Emboscada a uma força de guardas da PSP que escoltava população no aldeamento Mucombeze (Tete), sendo um dos guardas morto.

10 de abril de 1974 - Ataque a Mueda. Ataque ao aldeamento de Canchira (norte de Tete) destruindo as palhotas e causando um morto e cinco feridos entre a população.

12 de abril de 1974 – Reunião do Conselho de Defesa de Moçambique, onde foi apreciada a situação militar, com base nas informações disponíveis.

14 de abril de 1974 - Abatido um avião de reconhecimento rodesiano que caiu a norte do Magué Velho (rio Zambeze) atingido por um míssil. A 18 de Abril o adido militar português informou tratar-se de um avião em operações no norte de Tete que foi abatido por um míssil de origem russa. O uso do míssil teve um efeito desmoralizador sobre a força aérea rodesiana. Soube-se posteriormente que o avião explodiu no ar tendo caído no Zambeze, junto ao Zumbo quando atuava contra objetivos referenciados em território português.

14/15 de abril de 1974 - Assalto ao aldeamento de Geremane, na região de Vila Coutinho/Caldas Xavier/Tete. Foram queimadas 16 casas e morto gado.

16 de abril de 1974 - Rapto de um agricultor europeu na estrada Tete-Vila Fontes-Beira. Também foram queimados dois tratores e um armazém.

19 de abril de 1974 - Entre Inchope e Save três condutores europeus foram mortos e um foi recuperado com vida.

Assim: no Norte, em Cabo Delgado, as ações militares violentas tinham descido do paralelo do rio Messalo para sul do paralelo Montepuez-Porto Amélia, no Niassa estas ações ocorriam na linha de caminho de ferro Nacala-Nampula-Catur. Em Tete, apesar da constituição de comandos específicos como do da defesa de Cabora-Bassa, do COFI, do Setor F, da ZOT, do milhão de aldeados, dos efetivos sempre em crescendo, toda a península, nas margens esquerda e direita do Zambeze era zona de combate e ações militares da FRELIMO, que provocaram a fuga de populações africanas e o abandono da região por parte dos europeus aí estabelecidos; uma situação que levou à intervenção continuada de forças rodesianas. Na zona Centro as ações de guerrilha tinham chegado à Zambézia e ao Chimoio e estavam a duas centenas de quilómetros da Beira. A igreja católica manifestava clara oposição à guerra e congregava populações contra ela, retirando-as do controlo das forças armadas e das autoridades, os dirigentes políticos mais perto do regime (caso de Mesquitela), manifestavam preocupação ao chefe do governo, a personalidade mais influente no território, o engenheiro Jardim, fazia tentativas de encontrar por ele e provavelmente com o apoio do primeiro-ministro Marcelo Caetano, uma alternativa à continuação da guerra, que ele considerava perdida, com o programa que apresentou ao presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda e que ficou conhecido como o primeiro programa de Lusaka. O grosso dos meios estava empenhado na defesa de Cabora Bassa e nas linhas de reabastecimento à barragem. Nas zonas restantes as forças portuguesas corriam atrás dos acontecimentos.

20 de abril de 1974 - Abatido em Tete um avião Trojan da Rodésia. Em mensagem de Salisbúria de 26 de abril, o adido militar português informava que em 15 dias era o terceiro avião abatido no norte de Tete e seis os tripulantes mortos.

21 de abril de 1974 - Ataque da FRELIMO a dois camiões na estrada Nacional Beira-Lourenço Marques. Neste ataque na principal estrada de Moçambique, um grupo de sete guerrilheiros atacou dois camiões civis, incendiando um, cujo condutor fugiu e matando o outro. Uma hora depois, o mesmo grupo intercetou outros dois camiões seis quilómetros mais a sul, matando os dois motoristas. Os corpos foram, entretanto, recuperados e transportados para Vila Pery, causando grande perturbação na população. Estes ataques revelam o à-vontade com que a FRELIMO atuava na principal via de comunicação de Moçambique. Greve de maquinistas dos caminhos-de-ferro de Moçambique. Em Lourenço Marques, os maquinistas paralisaram o trabalho, exigindo melhores remunerações e regalias, interrompendo o tráfego para a África do Sul. Quatro viaturas civis foram atacadas na estrada Vila Pery-Vila Machado.

24 de abril de 1974 – A situação militar em Moçambique era muito grave nas vésperas do 25 de Abril. Para além da continuação das ações nas zonas tradicionais da guerrilha, a FRELIMO estava a infiltrar grupos cada vez mais para sul, chegando à estrada Beira-Lourenço Marques, tendo também abatido três aviões rodesianos que apoiavam as operações de contra guerrilha das forças portuguesas.

Em resumo, não se vê, perante esta lista de ocorrências, como seja possível considerar que as forças armadas controlavam a situação, quando parece evidente, mesmo sem os fatos serem exaustivos, que a situação se degradou continuamente ao longo dos anos e estava fora de controlo, como assumem os atores principais e como demonstram as suas ações.

(No SABONDO pela 2ª vez) – 4

ATAQUE AO SABONDO COM FOGUETÃO 122 mm (1)

**(aconteceu após o golpe-de-estado militar de
25 de Abril de 1974)**

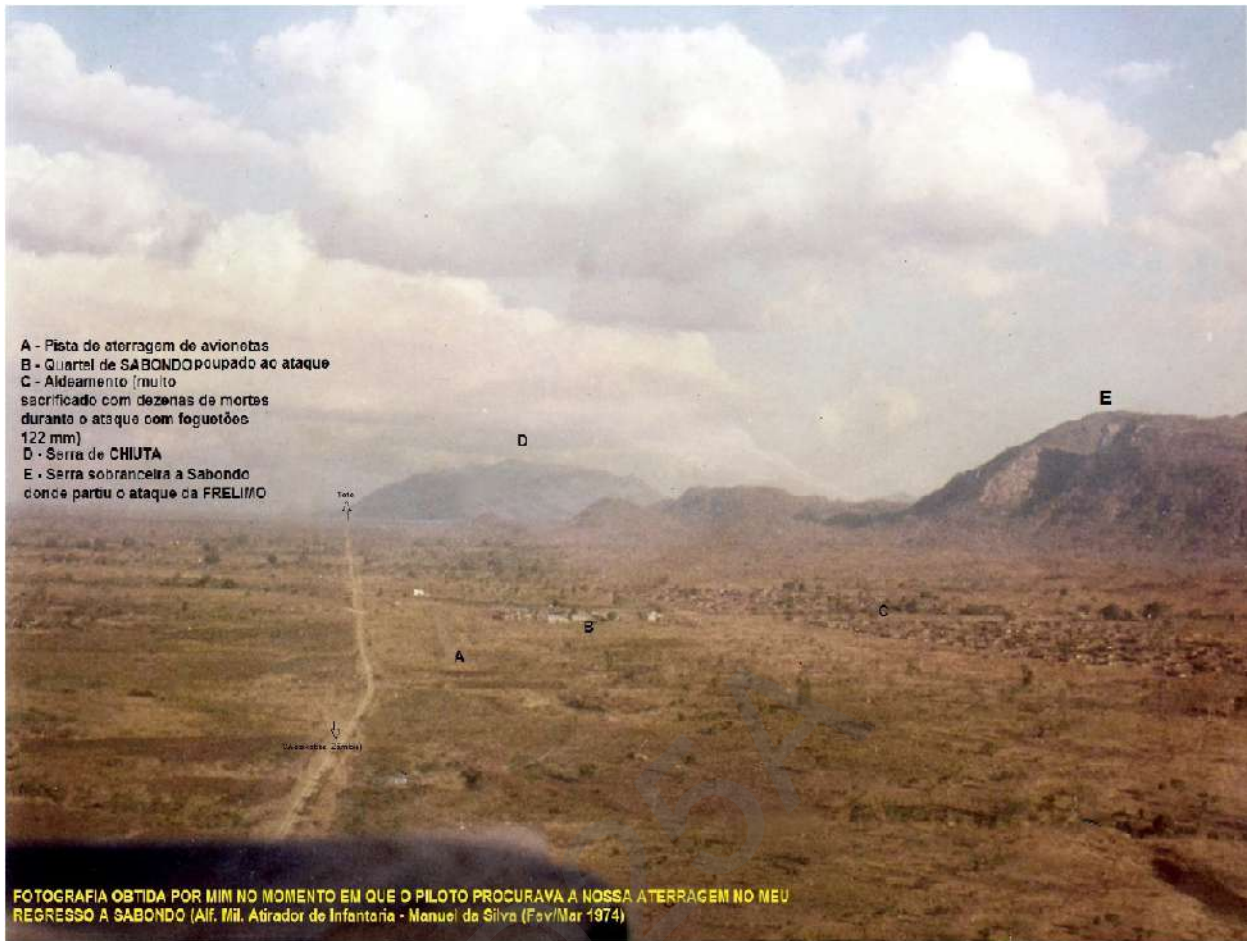
O Distrito de Tete (hoje Província de Tete) é maior que Portugal Continental e tem por capital a cidade de Tete situada na margem direita do Rio Zambeze. Como já referi em descrição anterior, o Sabondo ficava a meio caminho entre a cidade de Tete e a fronteira com a Zâmbia (Cassacaliza) a uns 100km da cidade de Tete, na margem esquerda do Rio Zambeze, mas localizado no interior do sertão.

Era um Quartel de referência, pois a partir dali partiam as tropas de intervenção (por exemplo os GEP) para ataques a bases e ou outras missões especiais no mato.

Por sua vez a tropa de quadrícula residente fazia proteções a colunas militares e às populações, faziam abastecimentos a unidades ou destacamentos do Exército, faziam emboscadas ao inimigo junto dos caminhos que o levava a cruzar o Rio Zambeze com vista a estender a guerrilha para Sul.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



A Frelimo teve sempre uma grande apetência pelo SABONDO. Várias tentativas foram feitas para tornar o Quartel inoperacional, devido à sua importância estratégica.

Num certo dia do mês de maio de 1974, faltavam uns 10 minutos para as 21:00 horas, a luminosidade do Quartel iria extinguir-se e o Gerador iria ser desligado ficando tudo às escuras. A falta de luz representava para mim um misto de serenidade e inquietação.

No entanto no meu quarto estava o rádio que me aliviava do stress e onde eu sintonizava o programa habitual de todas as noites “A VÓZ DA FRELIMO” e depois ouvia com nostalgia o emissor regional de Vila Pery do Rádio Clube de Moçambique para ouvir música, as últimas notícias e o fecho da emissão dirigida aos militares numa voz incomparavelmente calma e tranquilizante.

Também era a hora em que a Frelimo fazia os seus ataques, já sob uma espécie de “lusco-fusco”, pois que à noite eles sabiam que para nós militares era impossível a perseguição.

Numa noite do mês de abril de 1974 calhou-nos a vez de sermos atacados. O ataque foi concretizado por um grupo IN (inimigo), numeroso e fortemente armado com foguetões de 122 mm e armas automáticas, a partir de uma serra sobranceira ao Aldeamento e ao Quartel de Sabondo.

Por volta das 21:00 horas, ouve-se um rebrandamento e depois um novo rebrandamento, agora mais perto, que fez levantar muita poeira no exterior junto ao arame farpado atrás da cozinha. Logo a seguir começa a tocar a sirene, que indica um ataque e vai começar a grande confusão.

De longe vinha o barulho do rebrandamento dos morteiros deles e dentro do Quartel alguém gritava: Estão a ouvir? ...aí estão eles...estamos a ser atacados.

As morteiradas do IN rebrandavam parecia cada vez mais perto e nós mal tivemos tempo de pegar nas armas que tínhamos junto à cama e zarpar para os abrigos.

A confusão era reinante, porque com os nossos morteiros já a responder ao ataque do IN o som produzido era de tal maneira grande, que já não se sabia quem disparava o quê.

E, sendo eu o oficial miliciano mais experiente da 3^a. Companhia do B.Caç. 15, tive perfeita noção das minhas responsabilidades, e por isso, debaixo de intenso fogo, umas vezes defendido pelos abrigos subterrâneos, outras nem tanto, fui o primeiro a atingir o posto de defesa do lado da serra (donde tinham partido os primeiros tiros do IN), de botas de lona e vestido com as roupas que estavam mais ao meu alcance.

Era minha convicção que para coordenar a defesa com outros camaradas, teria que me deslocar aos postos de defesa. Talvez devido a esta nossa rápida ação, houve um volte-face nos acontecimentos, que, inicialmente, estavam sendo favoráveis ao IN. Na verdade, tive sempre perfeita consciência que com serenidade encorajava os outros camaradas a seguirem-me, porque além das responsabilidades que me cabiam como oficial e comandante de pelotão, para eu poder sair de corpo inteiro daquela refrega teria que ser um exemplo e possuidor de valentia suficiente, poder de decisão, sangue-frio e serenidade debaixo de fogo. O nosso Quartel tinha um plano de defesa, que incluía morteiros, colocados estrategicamente, e cada um sabia qual a sua missão em caso de ataque. Havia equipas de defesa dos vários pontos, como por exemplo o paiol de munições e ao longo do perímetro das instalações militares, existiam abrigos subterrâneos (grandes buracos no chão, cobertos de troncos de árvore, grossos, por sua vez cobertos de terra, que era o solo que pisávamos no dia-a-dia, naturalmente).

Havia um (abrigo subterrâneo) bunker para os senhores oficiais do Quadro Permanente (QP) do BCAÇ 4813/74. Havia militares nus, meio nus e vestidos, obviamente, e quando eu entrei pela primeira vez num abrigo subterrâneo eu não queria acreditar no que estava a ver.



Um espaço que devia ser ocupado por uns 10 militares, já estava ocupado por uns 50. Até os cães lá estavam dentro (coitados!). O ataque durou cerca de 30 minutos e logo que terminaram as morteadas vindas do exterior, como era noite a reação da nossa Força Aérea (FA) também não foi possível.

Terminado o “festival” a primeira preocupação foi analisar os estragos causados. Foram nenhuns. Apenas meia dúzia de foguetes caíram não dentro, mas fora do perímetro do Quartel. A Frelimo atacou com mísseis terra-terra de 122 mm (com um alcance médio de 20 km) e estava a fazer fogo a partir de uma serra cujo ponto mais alto se situava cerca de 8 km de distância. O efeito do 122 mm é demolidor. Desfaz-se em 16.000 estilhaços (fragmentos de ferro) e tem um efeito de sopro que desintegra qualquer humano num raio de 50 metros.



O LANÇADOR UNI-TUBO 9M28/DKZ-B, para os FOGUETÕES 9P132/BM-21-P, de calibre 122mm era este o míssil mais utilizado nos ataques por foguetões

O FOGUETÃO 122mm 9P132/BM-21-P

Os nossos morteiros de maior calibre (81 mm) foram essencialmente empregues na reação ao ataque ao aquartelamento.



O abrigo de um morteiro

O Furriel que melhor atuou entre todos nós foi um militar de origem paquistanesa que pertencia também à 3ª. Companhia do B.Caç. 15. Espantoso! Trabalhou muito bem com o nosso morteiro 81 mm – foram mais de 20 disparos em resposta ao ataque da FRELIMO. Por sua vez os guerrilheiros da Frelimo também tinham “cu” e como diz o povo “quem tem cu, tem medo” ... Puseram-se a andar e não continuaram o ataque.

O ataque não matou no Quartel, mas desmoralizou. A partir desse dia nada mais foi igual para nós.

O inimigo apercebeu-se, ao fim de cerca de meia-hora, da impossibilidade de tirar todo o partido da sua situação privilegiada (em posição altaneira e usando material sofisticado como os foguetões de 122 mm), acabou por se retirar, quanto a mim deviam ter retirado um pouco desiludidos até. Eu explico: De todos os projéteis lançados contra o Quartel, nem um único caiu no seu interior e como consequência poupamos dezenas de bidões de combustível que ficaram intactos; ninguém ficou ferido e por isso nenhum militar precisou de assistência; não houve perda ou danificação de bens materiais; o parque de viaturas militares não foi atingido; se houve furos devido aos tiros, não me lembro de alguém os ter contado. Enfim, entre nós foi um êxito total.



Afinal a quem se ficou a dever tanta sorte? Tenho respostas:

A Deus, mais uma vez; o IN estava pouco treinado a usar as suas novas armas (os foguetões de 122 mm); a serra, distanciada uns 8 km, onde apoiaram os unitubos de lançamento dos foguetões foram regulados sem grande precisão, porque todos os projéteis sobrevoaram o Quartel, e explodiram fora, embora não muito longe do arame farpado.

A nossa pronta reação foi extremamente importante. O ataque durou uns 30 minutos (pouco tempo para o seu habitual), talvez porque na sua retirada teriam que descer a serra levando consigo as bases de lançamento e outro material pesado, fugindo à normal reação da nossa força aérea, para não levarem com as bombas dos nossos Fiat G91 que surgiriam logo pela manhã bem cedo acabando por detetar um grupo inimigo estimado em mais de 100 elementos que, após os roquetes disparados, bateu em retirada ao romper do dia certamente para um local que os protegesse bem longe da serra.

(No SABONDO pela 2ª vez) – 5

ATAQUE AO SABONDO COM FOGUETÃO 122 mm (2)

O PIOR ESTAVA PARA NOS SER REVELADO

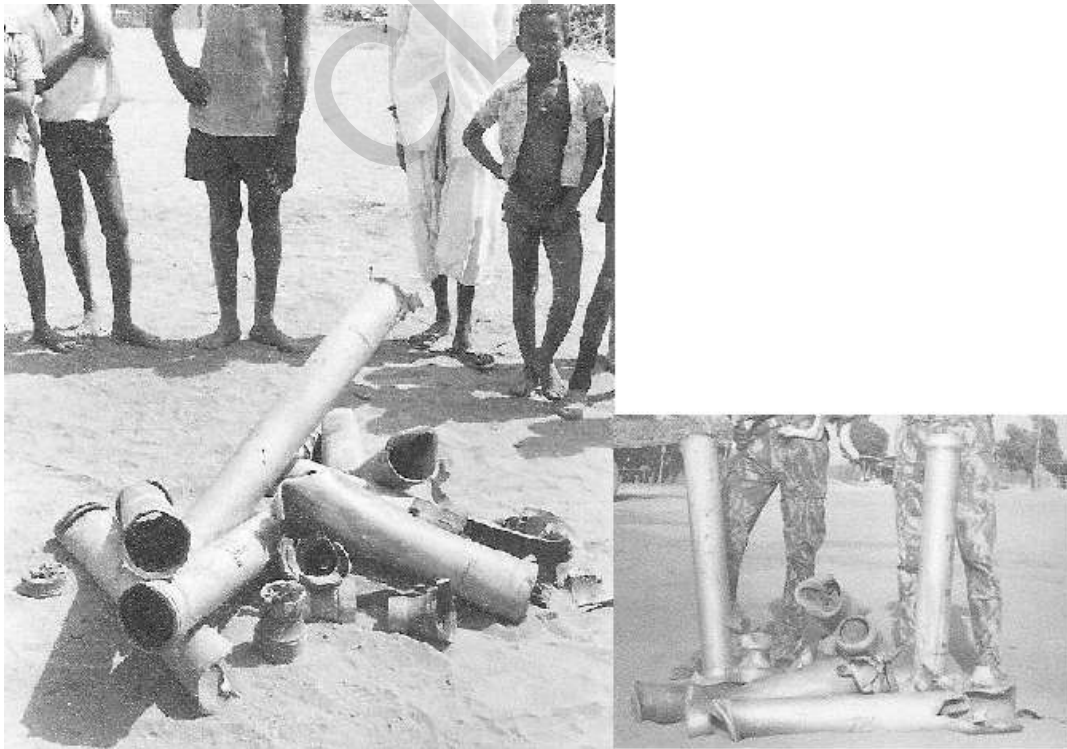
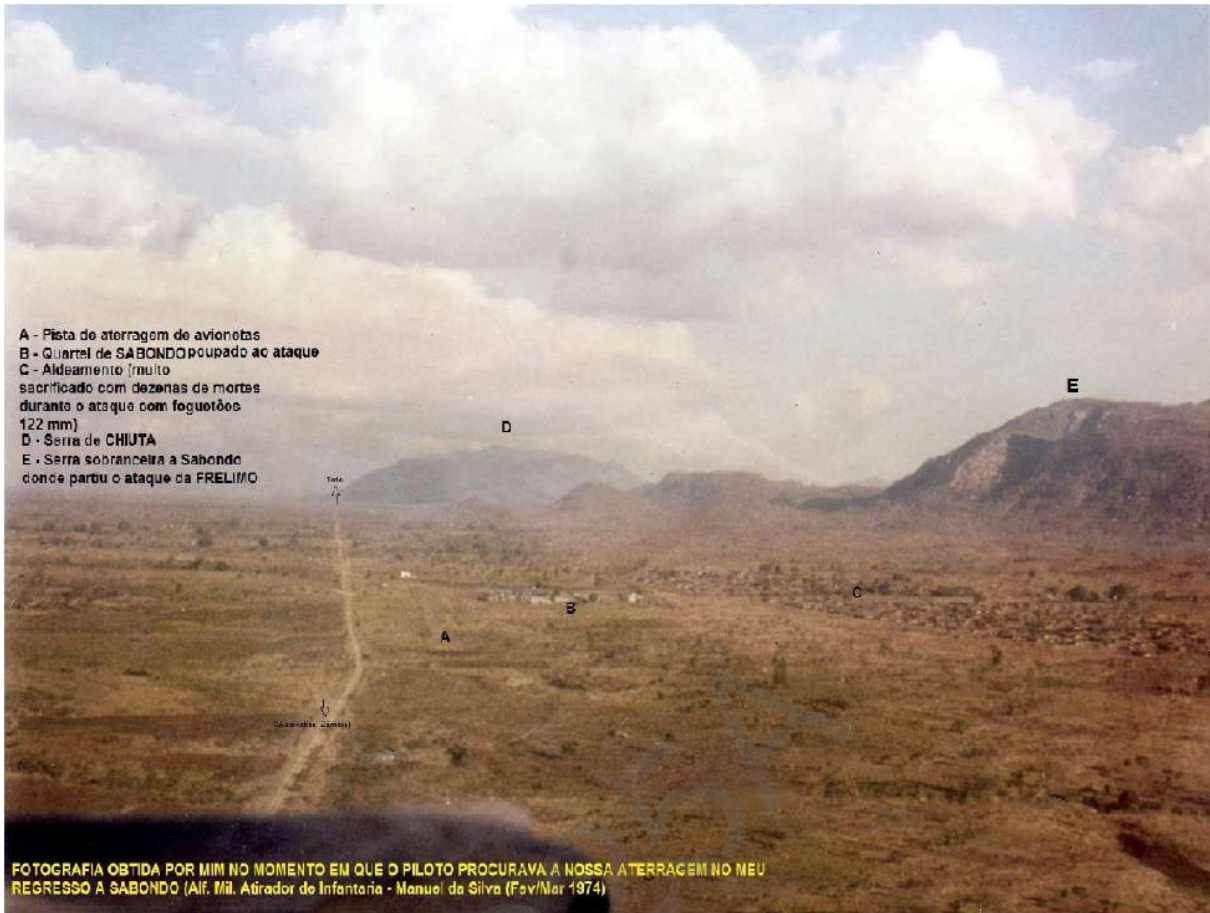
Após o ataque tivemos logo notícias tristes de que a população do Sabondo estava desesperada e aos gritos. Para me inteirar acorri imediatamente com outros camaradas ao Aldeamento que ficava, pertinho e a sul do Quartel. Deparei-me com cenas horríveis de muita dor envolvendo adultos e crianças completamente empoeiradas. A população chorava muito e abraçava-se cada vez que tomava conhecimento sobre a morte de familiares e ou amigos.



Paisagens típicas da província de Tete

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Uma das bombas matou mais de uma dúzia de pessoas e destruiu umas 7 palhotas, deixando um enorme buraco no solo com uns 4 ou 5 metros de diâmetro e cerca de 1,5 metros de profundidade.

Foi aqui que me retive, pois fiquei estupefacto não com o buraco, não com os mortos à minha volta, mas com uma mãe que jazia com o seu bebé que também estava morto nas suas costas abraçado pela capulana. Claro que procurei ver se respiravam. Não ouvi nem vi qualquer sinal de vida. Parado e pasmado, procurei adivinhar como teriam sido os últimos momentos daquela mãe e de seu filhinho.

A sua casa, uma palhota estava ali ao lado a uns 5 metros, totalmente desfeita devido ao sopro da explosão da bomba, e tanto a mãe como o bebé estavam mortos, mas vestidos e deitados de lado, sob os escombros da palhota e empoeirados. A mãe era gordinha, teria uns 30 anos e o bebé talvez 1 ano. Jovens e saudáveis, claro!

As lágrimas corriam-me.

Os restantes militares que me acompanharam a partir do Quartel buscavam feridos e contavam os mortos ao longo do enorme Aldeamento de Sabondo. Os helicópteros da nossa força aérea começavam a chegar para acudir aos feridos e levá-los para o Hospital Militar de Tete. Inesperadamente um piloto chama-me para acompanhar duas grávidas ao Hospital.



Perguntei-lhe como seria o meu regresso ao Quartel, disse-me que havia mais feridos e ele voltaria ali depois de deixar as grávidas.

Assim foi, fui no helicóptero com as grávidas até ao heli-porto em Tete situado junto de duas enormes barracas de campanha cedidas pelo governo sul-africano (bem explícito na inscrição que se vislumbrava do heli-porto) barracas essas que serviam de maternidade.

As duas grávidas foram então entregues a um médico militar (alferes-médico Dr. Serafim, com uns enormes bigodes retorcidos nas pontas, que eu voltaria a rever em Macau uns 15 anos mais tarde a exercer o mesmo ofício no Hospital do Conde S. Januário, de quem me tornei um grande amigo).

Tenho muitas imagens da guerra na minha retina, mas esta da mãe com o seu bebé às costas debaixo dos escombros de sua palhota atingida pelo bombardeamento com foguetões de 122 mm em Sabondo (Manje-sede, na província de Tete), causa-me ainda muita comoção.

No regresso do heli-porto ao Aldeamento, voltei às imagens de terror com montes de mortos e feridos, sujos de sangue e completamente cobertos de poeira, que aguardavam ainda atendimento.

Ocorria-me que a mortandade ainda não tinha parado, pois que muitos dos feridos no bombardeamento iriam morrer. Aos rebeldes interessava aquele bombardeamento, porque os que haviam fugido do aldeamento com medo de serem atingidos passariam agora para o seu controlo, ficando assim subtraídos ao controlo das nossas forças, como até ali.

Apesar do Quartel não ter sofrido uma única baixa no seio dos militares entre os quais eu me encontrava, só o simples facto de o IN ter causado aquela tragédia e conseqüente fuga de centenas senão de milhares de elementos daquele povoado, já era um forte motivo para cantarem vitória e fazer a sua propaganda como a viriam a fazer através das emissões rádio, onde também anunciaram ter causado 76 baixas nas hostes portuguesas de Sabondo (pura mentira, claro!).

As precauções em termos de segurança começaram a ser maiores, o pessoal deixou de facilitar, só que o stress aumentou e todos os dias durante a noite havia “fitas”.

As sentinelas, ao mínimo barulho ouvido durante a noite disparavam e agora veja-se o que era 20 sentinelas a descarregar os carregadores das metralhadoras...

- Oh filhos da puta, seus cagarolas, ... calem-se lá com isso!

- Que se fodam ... andam a chamá-los! Querem mais? ... se os gajos tomam o gosto estamos fodidos “discursava” o chamado Zé soldadinho na parada, depois de vestir uns calções e de verificar que tinha a arma sem carregador.

A brincar dizia ele para os outros:

- Se esta merda tocasse ao regadinho, apanhavam-me à mão... Quem foi o cabrão que me sacou o carregador, ... a brincar sim, mas ainda a tentar recompor-se do susto.

- Eh pá, não tive culpa... estava um carregador em cima da mesa de cabeceira e julguei que era o meu...

- Vamos, mas é às sardinhas enlatadas, e beber umas *bazucas*, porque esta merda fez-me uma sede do caralho.

Durante cerca de 1 semana, as bebedeiras foram constantes. Volta que não volta exclamavam:

- Se vierem outra vez até os trincamos, turras de um cabrão ...

Em resumo, não se vê, perante esta lista de ocorrências, como seja possível considerar que as forças armadas controlavam a situação, quando parece evidente, mesmo sem os factos serem exaustivos, que a situação se degradou continuamente ao longo dos anos e estava fora de controlo, como eu próprio assumi e como vieram demonstrar posteriores ações.

"Se não encontrarmos o caminho, abrimos um"

- Aníbal, General Cartaginês, aquando da passagem dos Alpes com as suas tropas para atacar Roma.

Com armas tão sofisticadas e com tal poder de fogo, o IN estava a impedir-nos de encontrar o caminho alternativo ditado pelo pensamento de Spínola.

(No SABONDO pela 2ª vez) – 6

ACORDO LOCAL DE PAZ em CAUNDA



Após a punição, fui levado a viajar de Nampula para o Sabondo, e pouco tempo depois de Sabondo para o aldeamento de Caunda, na província de Tete.

A subversão estava cada vez mais violenta e atuava sistematicamente sobre as populações, pois a FRELIMO procurava dificultar a conclusão da barragem de Cahora-Bassa e a exploração de infraestruturas económicas já implantadas. A sua atividade caracterizava-se pela reação à atuação da Nossa Tropa (NT), pela flagelação e ataques aos nossos estacionamentos, ações sobre os meios aéreos e forças em operação. Em simultâneo, atuava sobre as populações dificultando-lhes as condições de vida e

desacreditavam a proteção concedida pelas nossas tropas (NT).

A minha vida de militar corria risco de vida iminente e sentia-me francamente desmotivado e injustiçado durante e após os acontecimentos de Vila Pery. Por outro lado, eu continuava cada vez mais convencido da grande injustiça que houvera com a minha punição. Por isso não admira, que quando eu cheguei ao Sabondo eu me inclinasse imediatamente a encetar conversações e a negociar um **acordo local de paz**, que na verdade já os nossos militares comentavam que tais acordos já existiam no terreno entre a nossas tropas (NT) e o inimigo (IN) embora na clandestinidade.

Com o golpe do 25 de Abril aproximámo-nos ao movimento de libertação e no terreno passámos a celebrar o fim da Guerra, em princípio levados pela convicção de que Portugal deveria procurar assegurar a manutenção dos seus vínculos com o ultramar através de uma federação emanada de referendos de autodeterminação, já que o conflito em curso não tinha uma solução militar.

Então como surgiu a minha oportunidade de encetar conversações e negociar com o IN?

Conheci o Carlos de Castro Osório na cidade de Vila Pery (hoje cidade de Chimoio, capital da província de Manica), quando se passeava pela rua principal, em grupo, com os colegas da Escola de Regentes Agrícolas <Dr. José Araújo de Lacerda>.

Tal como o meu irmão Zeca, ele era aluno na Escola de Regentes Agrícolas de Vila Pery, e, por isso, nasceu entre nós uma grande empatia.

O Carlos, em férias curtas ou feriados ficava pelo Chimoio, porque não era fácil ir ao seu lar na cidade de Lourenço Marques (atual cidade de Maputo, capital de Moçambique). Assim, sempre que nos encontrávamos passou a ser hábito contarmos as novidades e as peripécias do nosso dia-a-dia, que eu também tinha para contar, pois que vinha de regresso ao lar em Chimoio sobretudo para passar férias, já que naquela altura eu estudava na Beira.

Nas minhas andanças, enquanto militar, acabei por reencontrá-lo, fazendo parte do grupo de militares que prestavam serviço no Destacamento (bivaque) de Caunda da 3^a. Companhia do B.Caç 15 originária de Sabondo. Fiquei muito feliz, porque além da amizade, ele deu-me a ajuda que eu precisava naquela altura para me ambientar às minhas novas atividades no Destacamento. Senti um grande acolhimento da sua parte e ele levou-me a conhecer todos os militares. Apercebi-me então que os militares ali estacionados deveriam sair todos os dias para “picar” o terreno onde se desenvolviam trabalhos de construção de uma estrada que começava no

Matundo/Tete e estava projetada para terminar em Cassacatiza (fronteira com a Zâmbia).



Além da procura de minas através do processo de aproximação de detetor eletrónico ao longo dos rodados dos carros (minas anticarro) ou áreas suspeitas (minas antipessoal), o pessoal militar teria ainda que efetuar operações de Quadrícula na zona.

Eu juntei-me ao grupo de operações e confesso que se me abriu uma janela através deste camarada e amigo de longa data (Carlos de Castro Osório). Ele era soldado por opção, porque não quis dar as habilitações que lhe teriam garantido o posto de Furriel, pelo menos.

O movimento dos Capitães era ainda desconhecido, mas o livro de Spínola já era lido por nós e impulsionava-nos para fazer a conciliação com o Inimigo (IN).

Durante as nossas operações, este nosso soldado Carlos deixava cartas nos locais de passagem e até em ramos de árvore a convidar o IN para encontros secretos. Apontava o régulo de Caunda como intermediário, mas os encontros com a tropa poderiam ter lugar também em locais a combinar fora do aldeamento, prometendo fornecer-lhes inclusivamente mantimentos.

Como na maioria dos casos a ligação da população às autoridades administrativas fazia-se através do régulo. A FRELIMO, quando não conquistava esse elemento ou quando ele não se mostrava colaborante ou se encontrava politicamente renitente, eliminava-o, preenchendo depois o vazio em seu favor. Só na zona de Tete, em 1971, foram assassinados 50 chefes tribais. Era o princípio do *crês ou morres*. Porém, alguns líderes faziam jogo duplo, rendendo homenagem aos portugueses, ao mesmo tempo que sustentavam a guerrilha.

Portanto, o régulo de Caunda estava isento de qualquer represália do nosso lado, porque ele próprio saberia manobrar de acordo com as suas próprias responsabilidades.

Na verdade, foi o régulo que facilitou o nosso encontro. Quando estava tudo devidamente combinado, o meu amigo Carlos pergunta-me de que modo nos havíamos de encontrar, armados ou não-armados. Concordámos que, quer a FRELIMO quer a Nossa Tropa (NT) deveriam estar ambos armados.



Foi deste modo que me deixei fotografar em Caunda com o Comandante local da FRELIMO Adelino Caminho (mais tarde administrador de Maxixe), trocando inclusivamente as nossas armas (eu passei a empunhar a sua Kalashnikov (AK-47) e ele a minha G3)

Foi um encontro memorável que para nós ditou o fim da Guerra, embora formalmente não tivéssemos autorizados a fazê-lo, nos termos do Regulamento de Disciplina Militar (RDM). A população que em massa saiu das palhotas testemunhou assim o fim da nossa guerra.

Foi deste modo que a partir de maio de 1974, a atividade do IN se atenuava cada vez mais e já não havia reação à atuação da nossa tropa (NT), pela flagelação e pelos ataques aos nossos estacionamentos. Tinham quase parado as ações sobre os meios aéreos e as nossas forças em operação.

Como atrás está descrito, não admira que logo após o 25 de Abril fôssemos dos primeiros militares portugueses a encetar conversações e a negociar **acordos locais de paz**, pois que na verdade esses acordos já existiam entre a NT e o IN embora na clandestinidade.

Já o golpe do 25 de Abril nos aproximara ao movimento de libertação FRELIMO e já no terreno celebrávamos o fim da Guerra.

A partir de Caunda passámos a ir a um ou outro aldeamento da zona (Caunda-Zangaia-Chiuta-Zuze, etc) explicando a revolução de abril e alguns excertos do famoso livro “Portugal e o Futuro” de Spínola e obviamente sobre o encontro com a FRELIMO.

A população africana saía em massa das palhotas e testemunhava o fim da nossa guerra, mas eles esperavam mais de nós e não tínhamos mais nada a oferecer. Era uma pena!

Por isso o Carlos (e eu) teríamos preferido antes dizer-lhes que talvez o estado português iria reconhecer o direito de Moçambique à independência (que foi justamente o que aconteceu, mais tarde).

O nosso contacto amigável com o grupo de combate da Frelimo decorria diariamente, embora sem acordo nas negociações de paz entre Portugal e o movimento de libertação, nós estávamos movidos informalmente pelo livro de Spínola e os guerrilheiros voltavam para as suas bases de apoio no mato, mas não nos guerreávamos e eles também não faziam emboscadas ou ataques contra as nossas tropas.



No aldeamento de Zuze, a população que em massa saiu das palhotas testemunhou assim o fim da nossa guerra

Após o golpe-de-estado militar de 25 de Abril de 1974 (a revolução dos Cravos), em Portugal, que tivera como causa imediata a incapacidade de resolver a questão colonial pelas armas, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Mário Soares, encabeçou uma delegação a Lusaca, em que propôs à FRELIMO o cessar-fogo e um referendo para decidir se os moçambicanos (incluindo os habitantes de origem portuguesa) queriam a independência, conforme pretendia o General António de Spínola, primeiro Presidente da República Portuguesa depois do 25 de Abril. Samora recusou, afirmando que “a paz é inseparável da independência” e expandiu as operações militares, contando com a desmotivação dos militares portugueses, aos quais o 25 de abril prometera o fim da guerra.

Hoje, a esta distância no tempo, sabemos que o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho nascido em Moçambique (por coincidência ou talvez não) teria advertido o Dr. Mário Soares numa das conversações de Lusaka que “Não insista, dr. Soares, as nossas tropas e as da Frelimo já estão a confraternizar em vários teatros de operações!”

Pelo menos ao nosso nível, o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho tinha razão. Era mesmo verdade que começámos imediatamente a procurar celebrar acordos locais de paz e a confraternizar, logo após o 25 de Abril de 1974.



Em julho, aproveitando a inação em que as forças armadas portuguesas tinham caído, a FRELIMO cercou um destacamento, que se rendeu, no posto de Omar, junto à fronteira da Tanzânia.



A luta continuava!



A luta continuava!

Entretanto, a ala mais radical do Movimento das Forças Armadas (MFA), que fizera o golpe de 25 de Abril de 1974 em Portugal, chamou a si as negociações com os movimentos autonomistas das colónias. Com a mudança de atitude de Lisboa, acabou por ser assinado, em 7 de setembro de 1974, o acordo de Lusaca, entre o governo provisório português (cujá delegação era então dirigida por Melo Antunes, ministro sem pasta) e a FRELIMO.

Nos termos deste acordo, formar-se-ia no mesmo mês um governo de transição, com elementos nomeados por Portugal e pela FRELIMO e a independência teria lugar a 25 de junho de 1975.

Com alguma desorientação lá íamos fazendo o melhor e respondendo às visitas dos guerrilheiros com os géneros alimentícios que tínhamos connosco ou ao nosso alcance através de compras no exterior.

O encontro e o acordo local de paz foram publicitados, por um lado através de um passeio que fizemos de Caunda a Tete, onde a NT se mostrava alegre e ruidosa a confraternizar com o grupo da FRELIMO. Chegaram mesmo a trocar as armas. Foi assim que nos apresentámos à entrada da ponte que liga o Matundo à cidade de Tete, onde fomos mandados parar pela nossa Polícia Militar (PM).



Ponte sobre o Zambeze entre o Matundo e a cidade de Tete

Depois de negociar em Caunda o acordo local de paz com o inimigo, resultou uma grande amizade com os guerrilheiros do exército de libertação de Moçambique.

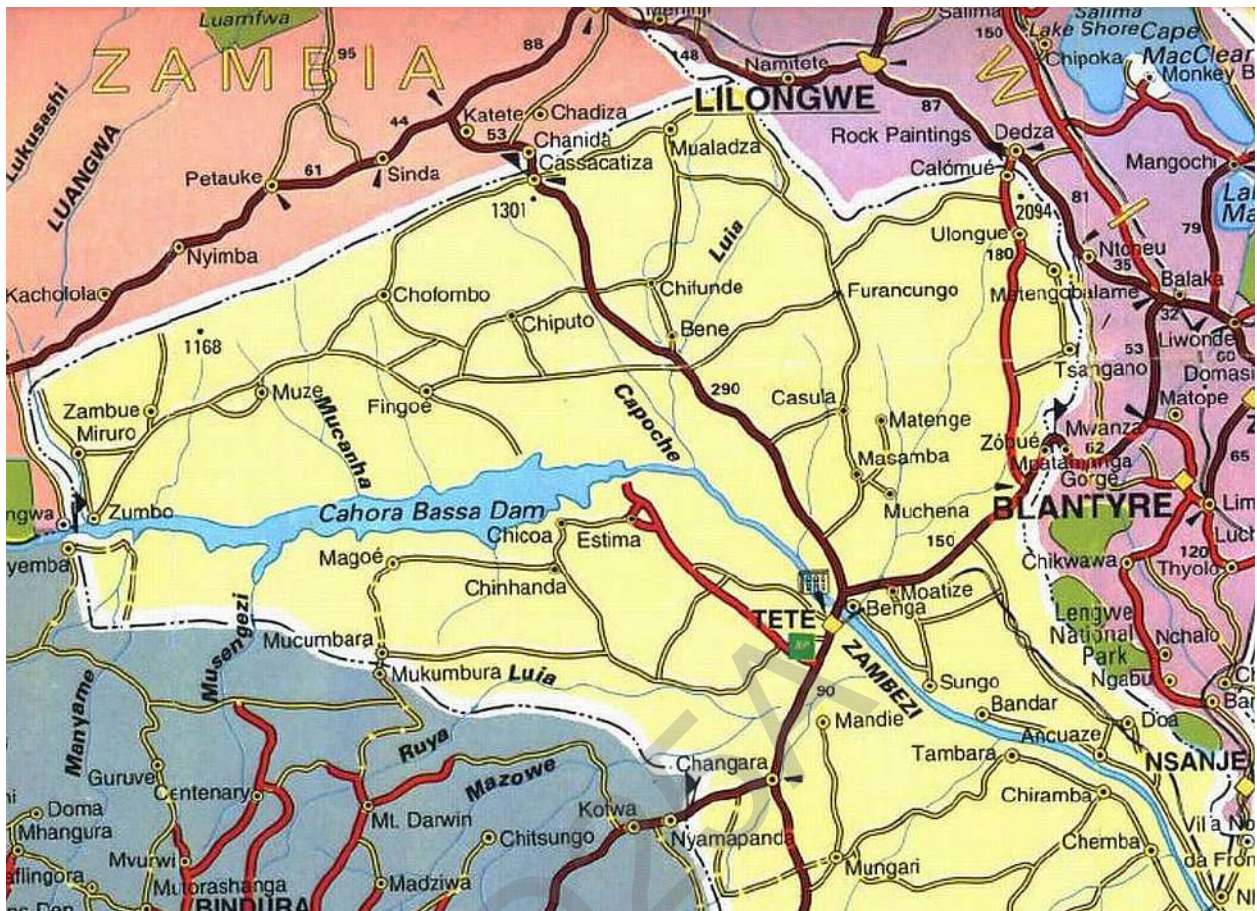
Por outro lado, o nosso Carlos Osório precipitou-se também e na mesma altura fez publicar algumas fotos do nosso encontro no jornal NOTÍCIAS de Lourenço Marques, dando inclusivamente uma entrevista. Como consequência, o Comandante-Chefe General Basto Machado (que tomou conhecimento através do jornal e a respetiva confirmação pela PM de Tete) levantou-me um Auto de Averiguações do qual resultou para mim numa punição nos termos do Regulamento de Disciplina Militar.

CD25A

CAPÍTULO 22

PREPARAÇÃO DA ENTREGA DO QUARTEL À FRELIMO (destruição de material de guerra obsoleto)





Como se leu acima, a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português reunidos em Lusaka de 5 a 7 de setembro de 1974, e após 10 anos de guerra de 1964 a 1974, acordaram no cessar-fogo que teve lugar às zero horas do dia 8 de setembro de 1974 (hora de Moçambique) e o fim da guerra e o restabelecimento da paz com vista à independência de Moçambique, abrindo uma nova página na história das relações entre os dois países e povos.

Nesta base, a partir do dia 8 de setembro de 1974 (hora de Moçambique), nós milicianos, fomos brindados com um cessar fogo e uma anunciada passagem à situação de disponibilidade que para mim iria ter lugar somente no dia 1 de novembro de 1974.

Assim, já não se justificando haver mais guerra, fui nomeado pela estrutura de comando do Batalhão do Sabondo, onde me encontrava a cumprir o meu serviço militar, para dar início à remoção da material guerra obsoleto e proceder à sua destruição, com o objetivo de preparar com dignidade as nossas instalações militares de Sabondo a fim de as entregar à Frente de Libertação de Moçambique.

Movimentando-me com muita tranquilidade, mobilizei uma Bérliet e um grupo de militares da minha confiança e fui à porta do paiol fazer uma palestra sobre a forma de retirar o material do sítio onde se encontrava, da forma de o carregar e transportar, etc etc e posteriormente no local que foi escolhido para sua destruição mais uma palestra associada a um treino preparatório para trabalhar com toda a segurança a fim de evitar rebentamentos extemporâneos antes de eu dar ordens para o destruir.

Todo aquele material bélico, aparentemente “sem vida”, ao menor descuido podia detonar-se e causar acidentes graves.

Na verdade, havia vários tipos de materiais em jogo que já tinham sido arrumados noutras alturas. Contudo, alguns dos tipos eram muito antigos e traziam consigo terra depositada pelas térmites, mas nada que não se pudesse limpar em segurança. Porém, os casos mais críticos foram as granadas que estavam com cavilhas dobradas ou partidas nos pontos onde começavam nos pés das argolas que encaixava nas espoletas. Ao menor descuido poderia soltar-se a cavilha e a partir desta e por simpatia passar ao rebentamento do paiol ou dos caixotes depositados sobre a Bérliet durante o transporte.

Houve que tomar cuidados de segurança redobrados e transportar tipo por tipo, isto é: granadas de bazooca primeiro, granadas de mão depois e assim sucessivamente.

Dentro das granadas havia dois tipos: as defensivas e as ofensivas.

Os petardos de dinamite e os detonadores foram no fim.

Os fios elétricos foram trazidos do Quartel nos comprimentos apropriados à distância de segurança.

E o gerador elétrico para ignição foi por mim transportado ao colo.

Tudo na máxima segurança, mas mesmo assim algo iria correr mal, como à frente se verá.

A natureza no local foi escolhida ao nosso gosto e curiosamente até os buracos encontrados na mata estavam à distância e à profundidade adequadas.

Um dos buracos servia para nos protegermos e acionar o gerador e o outro buraco distanciado uns 100 metros servia para amontoar o material e conseqüentemente proceder à sua destruição.

Note-se que eu não recebi nenhuma instrução especial para lidar com explosivos, mas atendendo à minha formação académica (engenheiro eletrotécnico) e à experiência de combate, havia fortes motivos para que o Comandante tivesse confiado em mim (Alferes Miliciano mais experiente)

uma tarefa tão crítica como aquela e no momento em que todos começavam a ficar de costas voltadas para a disciplina militar.

Escolheu-se entre os dois buracos o mais fundo e apertado para que os restos do material destruído fosse encaminhado para as alturas e não na horizontal ao longo da planície, muito menos no sentido do outro buraco onde nos resguardámos durante o acionamento do gerador elétrico.

Antes de começar a movimentar o material a partir da Bérliet, e colocado dentro do buraco onde o mesmo ia ser destruído, ordenei ao pequeno grupo de militares que me acompanhava para comprimir e alisar o fundo, numa extensão de 1.5 m x 1.5 m; isto é, criou-se ali um terreiro no fundo do buraco.

Depois, metia-se o detonador dentro dum petardo de dinamite e amontoava-se sobre o petardo o material, peça a peça, e muito cuidadosamente. Depois de carregar umas 10 peças de cada vez, retirava-se toda a tropa para o outro buraco e eu encarregava-me de operar o pequeno gerador que levaria corrente elétrica através de dois longos fios de 100 m até ao detonador. Este explodia dentro do petardo e por simpatia, explodia toda a carga que tinha sido amontoada.

Depois da explosão, normalmente com grande fumarada e estampido, retirava-se tudo o que restava (pedaços de chapa, espoletas inutilizadas, cinzas etc) deixando o terreiro livre para o amontoado seguinte.

Esta tarefa, foi executada sem pressa, para garantir possíveis aperfeiçoamentos e correções no domínio da segurança dos militares e da própria savana em redor para evitar incêndios.

Tantos cuidados, que afinal não se evitou uma explosão no momento que se retiravam os restos e as cinzas entre uma das explosões e a seguinte.

Eramos dois militares (eu e um cabo), porque eu acompanhava sempre a remoção das cinzas e enquanto eu remexia a cinza e estava a chegar ao fim da limpeza do terreiro subitamente há uma explosão que atirou comigo e com o outro militar de costas contra as barreiras do buraco.

Fiquei desde então a ouvir aquele estrondo durante uma semana e fui assistido várias vezes pelo enfermeiro depois do regresso ao Quartel.

Ali verifiquei ter perdido uma grande sensibilidade de audição e fiquei desde então insensível aos sons mais agudos, um mal de que ainda padeço, e que procuro corrigir à custa de dois aparelhos auditivos (um em cada ouvido) que viria adquirir muitos anos mais tarde à custa da EDP para quem trabalhei.

Julgo que esse rebentamento proveio de uma granada ofensiva (que é uma granada intimidatória ao inimigo pois causa um grande ruído quando explode e está livre da fita que causa estilhaços).

Com uma granada defensiva poderia ter sido uma tragédia e a minha morte. Apesar do acidente ninguém entrou em pânico, nem eu próprio, e a tarefa cumpriu-se na totalidade (foram destruídos 48 explosivos diversos, muitíssimas munições e 92 carregadores, além de terem sido destruídas 100 granadas diversas, engenhos explosivos, e outro material que se encontrava em mau estado de conservação).

O comando ficou satisfeitíssimo e aliviado, pois que a partir daquele dia estavam criadas as condições para fazer a entrega do Quartel à Frente de Libertação de Moçambique e do nosso material de guerra sobrando, que considerámos ter ficado em bom estado.

Apesar de eu ter dado a saber no relatório que fiquei mais surdo e com os ouvidos doridos, não me foi perguntado se eu precisava de alguma assistência especial para além daquela que me dava o enfermeiro.

Nós milicianos éramos uma espécie de *pau para toda a obra* ou como outros diziam éramos *carne para canhão*.

Mais que a própria guerra ficou-me no estômago a azia e na boca o vômito sobre aqueles senhores que viriam dizer mais tarde nos *media em Portugal* que fizeram a Guerra de África, quando afinal tinham-na feito a dormir em abrigos subterrâneos construídos dentro do retângulo do arame farpado que delimitava os quartéis.

Depois do acordo celebrado em 03.10.1974 sobre a data da entrega à FRELIMO e do abandono em simultâneo pelos militares portugueses das instalações que constituíram o Quartel do Sabondo, seguiu-se um curto período de transição tendo sido consumada a transferência das instalações do B.Caç 4813/74/Por e da nossa 3ª Companhia do B.Caç 15/Moç para os guerrilheiros da Frelimo através da assinatura do comandante Tenente Coronel de Infantaria João Fernandes Ressurreição.

CD25A

CAPÍTULO 19

O coronel de Cavalaria Comandante Duarte Silva puniu-me com 10 dias de prisão disciplinar agravada

O nosso ACORDO LOCAL DE PAZ foi publicitado, por um lado através de um passeio que fizemos de Caunda a Tete, onde a Nossa Tropa (NT) se mostrava alegre e ruidosa a confraternizar com o grupo da FRELIMO. Chegaram mesmo a trocar as armas. Foi desta maneira que nos apresentámos à entrada da ponte que liga o Matundo à cidade de Tete, onde fomos mandados parar pela nossa Polícia Militar (PM).



Ponte sobre o Zambeze entre o Matundo e a cidade de Tete

Por outro lado, o nosso camarada Carlos Osório precipitou-se também e na mesma altura fez publicar algumas fotos do nosso encontro no jornal NOTÍCIAS de Lourenço Marques, dando inclusivamente uma entrevista. Como consequência o Comandante-Chefe General Basto Machado (que tomou conhecimento através do jornal e a respetiva confirmação pela PM de Tete) levantou-me um Auto de Averiguações e consequente Processo Disciplinar tendo sido “contemplado” com 10 dias de prisão disciplinar agravada.

E agora reparem! Não é anedota. Sabem que deram pela falta de cumprimento da minha prisão no momento em que me encontrava fora do Quartel da ZOT – Zona Operacional de Tete trajando à civil e à espera do táxi para me conduzir ao aeroporto de Tete. Eu até estava convencido de que como estava de saída, em tempo de paz, já me tinham perdoado a prisão. Qual quê!? Faltassem os dias que faltassem, tinha que cumprir o castigo, daí eu pedir que não me mandassem para Nampula, porque me iriam complicar

a vida, pois o meu novo emprego na SHER estava garantido e eu tinha prometido apresentar-me ao Eng. Carlos Pedro de Jesus no dia seguinte. Faltei e o meu pai arranhou uma desculpa qualquer.

A Ordem de Serviço assinada pelo então coronel de Cavalaria Comandante Duarte Silva reportava que ele tinha proposto a minha punição ao General Basto Machado com 10 dias de prisão disciplinar agravada *“porque em Maio de 74 o Alferes Miliciano Manuel da Silva sem que para tal estivesse devidamente autorizado e sendo comandante duma força armada, organizou e tomou parte ativa numa manifestação (ou reunião) pública em que intervieram elementos das ‘NT’, ‘FRELIMO’, população civil e viaturas militares que viajaram até à cidade de Tete, chegando mesmo a haver troca das armas entre as partes beligerantes, acabando o chefe da ‘FRELIMO’ por ter falado ao pessoal, seguindo-se demonstrações de confraternização que na altura não eram permitidas e nada dignificavam as Forças Armadas FA.”*

**QUARTEL DA
POLÍCIA MILITAR, PM
TETE** (a meu pedido)

Os 10 dias de prisão acima referidos, correspondem precisamente aos meus últimos 10 dias de serviço militar (de 23 de outubro a 01 de novembro de 1974), cumpridos no Quartel da Polícia Militar na cidade de Tete, a meu pedido para evitar voltar a Nampula de propósito para ficar isolado na mesma cela do Hotel Portugal onde já tinha estado.

Assim, mal por mal, preferia ficar os últimos 10 dias numa “cavaleriça”, desde que me dessem comida e água, estava feito!

O “cão grande” que estava a comandar o Quartel da Polícia Militar na cidade de Tete era um alferes graduado em capitão, de nome Amaral, que tinha feito a recruta comigo em Boane.



Tratou-me pior que a um desconhecido, apesar de me saudar na apresentação como colega. Nunca me visitou, mas a minha vingança foi de não entrar no seu escritório quando *bati as asas para voar para a minha terra adotiva “Vila Pery”*.

Enfim, foi por esta e por outras que eu aprendi muito com as atitudes dos outros. A vida é assim, os malfeitores são também punidos pelo desprezo dos amigos e desconhecidos.



Depois da prisão, voltei às instalações da ZOT para receber a Guia de Marcha que me autorizava a passagem à disponibilidade (vida civil) no dia 01 de novembro de 1974, tendo imediatamente regressado a Vila Pery (através de Vila Gouveia) em avião com bilhete emitido de forma gratuita pela DETA, minha empresa à data do meu ingresso no serviço militar obrigatório em Boane no dia 16 de julho de 1972 (**tinham assim decorridos 2 anos, 3 meses e 15 dias**).

CD25A

CAPÍTULO 24

07 de setembro de 1974 (acordo de Lusaka)

Após dez anos de guerra e com o retorno de Portugal à democracia através de um golpe militar de esquerda em Lisboa, que substituiu o regime do Estado Novo por uma junta militar (a Revolução dos Cravos, de abril de 1974), chegou em 07 de setembro de 1974, o tão esperado acordo de Lusaka em que o Estado português reconhecia o direito de Moçambique à independência.

A FRELIMO assumiu o controle do território moçambicano e Moçambique tornou-se independente de Portugal em 25 de junho de 1975. Após a independência, a maioria dos 250 mil portugueses que viviam em Moçambique deixaram o país, alguns expulsos pelo governo, outros fugindo com medo e outros ficaram ou saíram por vontade própria.



CD25A

CAPÍTULO 21

A REVOLTA DE 7 DE SETEMBRO (galo, galo, galo, amanheceu!)

No dia 10 de setembro de 1974 veio uma revolução caseira. A senha *“ainda há estrelas no céu!”* afeta aos que se opunham à independência foi substituída pela senha *“galo, galo, galo, amanheceu!”* afeta à FRELIMO e seus simpatizantes.

(descrição por autor desconhecido)

Alerta absoluta nos quartéis. A Rádio Clube de Lourenço Marques foi ocupada pelos revoltosos; os emigrantes portugueses da Rhodésia estão cruzando a fronteira, outras rádios são ocupadas. É o dia 7 de setembro de 1974. A prisão da capital é invadida pelo povo, centenas de agentes da PIDE/DGS que lá se encontram são libertados. Daniel Roxo, líder das milícias do Niassa, lança um apelo para que elas colaborem com a revolta. Lanço mão de um Land Rover da Missão e reunindo as milícias com rapidez, lhes explico a situação e peço que se metam no mato com suas armas caso a Marinha tente desarmá-los. Nesta confusão não sou incomodado e instalado na casa do padre sigo os acontecimentos pelo rádio. Dois dias se passam e os rebeldes se consolidam. Muitos militares aderem, toda população está nas ruas, mas pacificamente. Até agora nenhum tiro foi dado, mulheres e crianças ocupam as rádios da colônia. No dia 10 de setembro de 1974 veio uma revolução caseira. A senha **“ainda há estrelas no céu!”** afeta aos que se opunham à independência foi substituída pela senha “galo, galo, galo, amanheceu!” afeta à FRELIMO e seus simpatizantes.

Então no dia 10, a senha **“ainda há estrelas no céu”** foi substituída por **“galo, galo, galo, amanheceu!”** E veio a reviravolta. Tropas do Exército mandadas por marxistas esmagam violentamente a “caseira” revolução. Moçambique já estava vendido e era preciso entregar a mercadoria em dia. Blindados e tratores empurram o povo para longe dos edifícios ocupados. Em conluio com a Frelimo, os nativos dos arredores, dirigidos por agitadores profissionais, invadem as ruas, queimando, saqueando, violentando as mulheres brancas de qualquer idade, sob a complacência das Forças Armadas Portuguesas.

Os “comandos” são proibidos de saírem às ruas, o governo pensa em desarmá-los. Tomo um táxi aéreo e saio de Metangula, indo para Vila Cabral, onde tenho que esperar uma semana pelo reinício dos voos para o sul. Neste curto espaço de tempo, sou contatado por um grupo de “progressistas”, que sabedores da minha intermediação no encontro Frelimo-Bispo, pedem minha colaboração. Como sempre, não me faço de rogado e infiltrado no esquema posso sabotá-lo melhor. Para o encontro não tenho dificuldades: o padre superior da Consolata e mais outro padre italiano já me haviam falado de suas relações com os “turras” (nome dado aos terroristas) e através deles três guerrilheiros se chegam a Vila Cabral, transportados por mim, fazendo uma “palestra” à população local, demonstrando a todos o seu despreparo e ignorância! E para o cumprimento da minha “nobre missão em prol da independência”, tinha livre acesso a qualquer hora ao gabinete do governador do distrito, além de um avião Auster caso necessário! Neste ínterim, em Nampula, o brasileiro E. C., na OPVDC, participara ativamente na revolta e agora com uma viatura, ajudava os comandos do Exército Português a desertarem rumo à Rhodésia. Fugirá por sua vez para a África do Sul. A opressão é grande em todo Moçambique. O Governo dá praticamente a colónia de presente à Frelimo, que nem efetivos tem em número suficiente para controlar apenas a capital. Tropas da Tanzânia, fantasiadas de “guerrilheiros nacionalistas” começam a entrar no território. Chego a Lourenço Marques a tempo de participar da revolta dos comandos. Inconformados com o que viam, com a covardia das tropas regulares assistindo mulheres brancas sendo violentadas e mortas, os grupos especiais se sublevam e nas ruas da capital atacam os homens da Frelimo que se pavoneiam como vencedores da guerra. Estes se defendem até com lança-foguetes RPG-2, aumentando o número de mortos civis. Batalha nas ruas. Os nativos invadem novamente a cidade.

Em um carro particular enfrentamos nas esquinas, com granadas e armas ligeiras, a corja de assassinos que a tudo saqueia e destrói. De Portugal vem a ordem para embarcar os comandos; muitos fogem para a Rhodésia, engrossando as fileiras dos que pretendem retornar de armas na mão. A violência da Frelimo e dos marginais, agora livres para saciar seus instintos, aumenta contra os brancos.

Escondo-me numa paróquia - sempre os padres me salvando! - e aguardo os ânimos se acalmarem para fugir daquela fogueira. Os africanos fazem controles nas ruas em grandes grupos, barrando e roubando os carros que se aventuram a passar. Muitos são incendiados e caso reajam os ocupantes são imediatamente massacrados. As brancas, em hipótese alguma podem sair às ruas.

Foi restabelecido o tráfego ferroviário e resolvo partir. Levo minha arma na bolsa tiracolo, juntamente com quatro granadas de mão. O padre me dá uma carona em seu VW e mal dobramos a primeira esquina deparamos com uma turba armada, que revista os carros e as malas! Na calçada, ainda arde um Ford Escort, tombado por eles. Somos barrados e cercados pela multidão negra. Minha bolsa está à vista no banco de trás, mas nunca conseguiria sacar a arma ou as granadas a tempo. E irão revistá-la! Sinto-me empalidecer intensamente, acabou-se, vejo-me massacrado até a morte. Se puder agarrar a minha arma venderei caro minha pele. Só sinto pelo padre, estou desolado, o infeliz não sabe de nada e pagará igualmente. Decido que tentarei reagir quando forem apanhar minha bolsa, pois estarei perdido de qualquer maneira. O padre abre o porta-luvas para mostrar que não há nada e o negro, com a cabeça metida dentro do carro olha para a tiracolo no banco traseiro. Deixou de respirar. Subitamente pergunta: - Não é o senhor padre? - Sou sim, meu filho. - Ah, bom, passa, passa! E a massa humana abre caminho para o VW, que arranca devagar, levando como passageiro um aprendiz de guerreiro semimorto de tensão. Não mais abri a boca, afundado no assento, até me despedir daquele santo padre! Com o bilhete comprado não mais me arriscaria inutilmente, agora que faltava pouco para abandonar um inferno em que muitos brancos haviam deixado o pêlo. No banheiro desfiz-me do pequeno arsenal no cesto de lixo e tranquilo fui esperar a hora da partida. Ainda seria revistado duas vezes durante a viagem por guerrilheiros armados, a quem tive que dar explicações sobre o funcionamento do meu pequeno barbeador a pilhas, para eles uma granada. Um inclusive saltou comicamente para trás, assumindo posição de defesa, ao ouvir o zumbido do aparelho! Foi com alívio que os vi descer do trem e 100 metros à frente cruzamos por uma placa onde estava escrito: Vila Salazar-Rhodésia. Adeus Moçambique, ou melhor, até breve, voltarei! Fui ao vagão bar e deixei que as “Lions” vazias se enfileirassem em minha frente.

CD25A

CAPÍTULO 22

O acordo de Lusaka

Publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 210,
de 9 de setembro de 1974



O ACORDO DE LUSAKA (Publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 210, de 9 de setembro de 1974):

Reunidas em Lusaka de 5 a 7 de setembro de 1974 as delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente à independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos:

1. O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.
2. A independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de junho de 1975, dia do aniversário da fundação da FRELIMO.

3. Com vista a assegurar a referida transferência de poderes são criadas as seguintes estruturas governativas, que funcionarão durante o período de transição que se inicia com a assinatura do presente Acordo:

- a) Um Alto-Comissário de nomeação do Presidente da República Portuguesa;
- b) Um Governo de Transição nomeado por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;
- c) Uma Comissão Militar Mista nomeada por acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.

4. Ao Alto-Comissário, em representação da soberania portuguesa, compete:

- a) Representar o Presidente da República Portuguesa e o Governo Português;
- b) Assegurar a integridade territorial de Moçambique;
- c) Promulgar os decretos-leis aprovados pelo Governo de Transição e ratificar aos atos que envolvam responsabilidade direta para o Estado Português;
- d) Assegurar o cumprimento dos acordos celebrados entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique e o respeito das garantias mutuamente dadas, nomeadamente as consignadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- e) Dinamizar o processo de descolonização.

5. Ao Governo de Transição caberá promover a transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique. Compete-lhe, nomeadamente:

- a) O exercício das funções legislativa e executiva relativas ao território de Moçambique. A função legislativa será exercida por meio de decretos-leis;
- b) A administração geral do território até à proclamação da independência e a reestruturação dos respetivos quadros;
- c) A defesa e salvaguarda da ordem pública e da segurança das pessoas e bens;
- d) A execução dos acordos entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;
- e) A gestão económica e financeira do território, estabelecendo nomeadamente as estruturas e os mecanismos de controle que contribuam para o desenvolvimento de uma economia moçambicana independente;
- f) A garantia do princípio da não discriminação racial, étnica, religiosa ou com base no sexo;
- g) A reestruturação da organização judiciária do território.

6. O Governo de Transição será constituído por:

- a) Um Primeiro-Ministro nomeado pela Frente de Libertação de Moçambique, a quem compete coordenar a ação do governo e representá-lo.
- b) Nove Ministros, repartidos pelas seguintes pastas: Administração Interna; Justiça; Coordenação Económica; Informação; Educação e Cultura; Comunicações e Transportes; Saúde e Assuntos Sociais; Trabalho; Obras Públicas e Habitação;
- c) Secretários e Subsecretários a criar e nomear sob proposta do Primeiro-Ministro, por deliberação do Governo de Transição, ratificada pelo Alto-Comissário;
- d) O Governo de Transição definirá a repartição da respetiva competência pelos Ministros, Secretários e Subsecretários.

7. Tendo em conta o carácter transitório desta fase da ação governativa os Ministros serão nomeados pela Frente de Libertação de Moçambique e pelo Alto-Comissário na proporção de dois terços e um terço respetivamente.
8. A Comissão Militar Mista será constituída por igual número de representantes das Forças Armadas do Estado Português e da Frente de Libertação de Moçambique e terá como missão principal o controle da execução do acordo de cessar-fogo.
9. **A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português pelo presente instrumento acordam em cessar-fogo às zero horas do dia 8 de setembro de 1974 (hora de Moçambique) nos termos do protocolo anexo.**
10. Em caso de grave perturbação da ordem pública, que requeira a intervenção das Forças Armadas, o comando e coordenação serão assegurados pelo Alto-Comissário, assistido pelo Primeiro-Ministro, de quem dependem diretamente as Forças Armadas da Frente de Libertação de Moçambique.
11. O Governo de Transição criará um corpo de polícia encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas. Até à entrada em funcionamento desse corpo o comando das forças policiais atualmente existentes dependerá do Alto-Comissário de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição.
12. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente em defesa da Integridade do território de Moçambique contra qualquer agressão.
13. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português afirmam solenemente o seu propósito de estabelecer e desenvolver laços de amizade e cooperação construtiva entre os respetivos povos, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, económico e financeiro, numa base de independência, igualdade, comunhão de interesses e respeito da personalidade de cada povo.
Para o efeito serão constituídas durante o período de transição comissões especializadas mistas e ulteriormente celebradas os pertinentes acordos.
14. A Frente de Libertação de Moçambique declara-se disposta a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome de Moçambique desde que tenham sido assumidos no efetivo interesse deste território.
15. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas de colonialismo e criar uma verdadeira harmonia racial. A este propósito, a Frente de Libertação de Moçambique reafirma a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de Moçambicano não se define pela cor da pele, mas pela identificação voluntária com as aspirações da Nação Moçambicana. Por outro lado, acordos especiais regularão numa base de reciprocidade o estatuto dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique e dos cidadãos moçambicanos residentes em Portugal.
16. A fim de assegurar ao Governo de Transição meios de realizar uma política financeira independente será criado em Moçambique um Banco Central, que terá também funções de banco emissor. Para a realização desse objetivo o Estado Português compromete-se a transferir para aquele Banco as atribuições, o ativo e o passivo do departamento de Moçambique do Banco Nacional Ultramarino. Uma comissão mista entrará imediatamente em funções, a fim de estudar as condições dessa transferência.

17. O Governo de Transição procurará obter junto de organizações internacionais ou no quadro de relações bilaterais a ajuda necessária ao desenvolvimento de Moçambique, nomeadamente a solução dos seus problemas urgentes.

18. O Estado Moçambicano independente exercerá integralmente a soberania plena e completa no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo.

19. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique felicitam-se pela conclusão do presente Acordo, que, **com o fim da guerra e o restabelecimento da paz com vista à independência de Moçambique, abre uma nova página na história das relações entre os dois países e povos**. A Frente de Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o deposto regime colonialista do povo português, e o Estado Português desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases de uma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique. Lusaka, 7 de setembro de 1974.

Pela Frente de Libertação de Moçambique:

Samora Moisés Machel (Presidente).

Pelo Estado Português:

Ernesto Augusto Melo Antunes (Ministro sem Pasta).

Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros).

António de Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial).

Victor Manuel Trigueiros Crespo (conselheiro de Estado).

Antero Sobral (Secretário do Trabalho e Segurança Social do Governo Provisório de Moçambique).

Nuno Alexandre Lousada (tenente-coronel de infantaria).

Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa (capitão-tenente da Armada).

Luís António de Moura Casanova Ferreira (major de infantaria).

Aprovado, depois de ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, nos termos do artigo 3. Da Lei n.º 7/74, de 27 de julho.

9 de setembro de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, António de Spínola.

CAPÍTULO 23

GUERRA DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Os primeiros contatos dos portugueses no oceano Índico entre 1498 e 1505 foram, no entanto, marcados por conflitos. Os motivos eram tanto religiosos quanto económicos. A Guerra da Independência de Moçambique, também conhecida (em Moçambique) como **Luta Armada de Libertação Nacional**, bem como **Guerra Colonial Portuguesa** ou **Guerra do Ultramar** foi um conflito armado entre as forças da guerrilha da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e as Forças Armadas de Portugal. Oficialmente, a guerra teve início a 25 de setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai no então distrito (atualmente província) de Cabo Delgado, e terminou com um cessar-fogo a 8 de setembro de 1974, resultando numa independência negociada em 1975. Ao longo dos seus quatro séculos de presença em território africano, a primeira vez que Portugal teve que enfrentar guerras de independência, e forças de guerrilha, foi em 1961, na Guerra de Independência de Angola.

Em Moçambique, o conflito começou em 1964, resultado da frustração e agitação entre os cidadãos moçambicanos, contra a forma de administração estrangeira, que defendia os interesses económicos portugueses na região. Muitos moçambicanos ressentiam-se das políticas portuguesas em relação aos nativos. Influenciados pelos movimentos de autodeterminação africanos do pós-guerra, muitos moçambicanos tornaram-se, progressivamente, nacionalistas e, de forma crescente, frustrados pelo contínuo servilismo da sua nação às regras exteriores. Por outro lado, aqueles moçambicanos mais cultos, e integrados no sistema social português implementado em Moçambique, em particular os que viviam nos centros urbanos, reagiram negativamente à vontade, cada vez maior, de independência. Os portugueses estabelecidos no território, onde se incluíam a maior parte das autoridades, responderam com um incremento da presença militar e com um aumento de projetos de desenvolvimento.

Um exílio em massa de políticos da *intelligentsia* de Moçambique para países vizinhos providenciou-lhes um ambiente ideal no qual radicais moçambicanos podiam planejar ações, e criar agitação política, no seu país de origem. A criação da organização de guerrilha moçambicana FRELIMO e o apoio da União Soviética, China e Cuba, por meio do fornecimento de armamento e de instrutores, levaram ao surgimento da violência que continuaria por mais uma década. Do ponto de vista militar, o contingente militar português foi sempre superior durante todo o conflito contra as forças de guerrilha. Embora em desvantagem, as forças da FRELIMO saíram vitoriosas, após a Revolução dos

Cravos em Lisboa, a 25 de Abril de 1974, que acabou com o regime ditatorial em Portugal. Moçambique acabaria por obter a sua independência em 25 de junho de 1975, após mais de 400 anos de presença portuguesa nesta região de África. De acordo com alguns historiadores da Revolução Portuguesa do 25 de Abril, este golpe de Estado militar foi impulsionado principalmente pelo esforço de guerra e impasses políticos nos diversos territórios ultramarinos de Portugal, pelo desgaste do regime então vigente e pela pressão internacional.

Colónia portuguesa

Por volta do século XIX, o colonialismo europeu em África atinge o seu auge. Perdido o controlo do território brasileiro na América do Sul, os portugueses concentraram-se na expansão dos territórios africanos. Esta mudança de política fez Portugal entrar em conflito com os britânicos.

Desde que David Livingstone voltou para a região em 1858, numa tentativa de explorar rotas comerciais, os interesses britânicos em Moçambique aumentaram, alarmando o governo português. Durante o século XIX, grande parte da região da África Oriental estava sob controlo britânico e, por forma a aumentar ainda mais este controlo, o governo britânico solicitou diversas concessões às colónias portuguesas. Como resultado, numa tentativa de evitar um confronto naval com a Marinha Real Britânica, Portugal, em desvantagem, ajustou as atuais fronteiras de Moçambique em maio de 1881. O controlo de Moçambique ficou nas mãos de várias organizações tais como a Companhia de Moçambique, a Companhia da Zambézia e a Companhia do Niassa, que eram financiadas por mão-de-obra barata pelo Império Britânico, e que trabalhavam na exploração de minas e na construção de caminhos-de-ferro. Estas companhias desenvolveram-se desde a costa para o interior, estabelecendo plantações e taxando a população local que, até então, resistia à invasão dos colonos.

O Império de Gaza, até à data resistente, era constituído por um grupo de tribos indígenas que habitavam na região equivalente a Moçambique e ao Zimbabwe. Em 1885, foi derrotado, e as tribos restantes foram definitivamente derrotadas por volta de 1902; no mesmo ano, Portugal estabelece Lourenço Marques como a capital. Em 1926, a crise económica e política origina a implementação do Estado Novo, e leva a um revivalismo do interesse nas colónias africanas. Um sentimento de autodeterminação começou a nascer em Moçambique após a Segunda Guerra Mundial, à luz do que ia acontecendo com outras colónias por todo o mundo, numa vaga de descolonizações. Nos anos 50, em Moçambique, nasciam as primeiras organizações de ideais nacionalistas.

Massacre de Mueda

No início dos anos 60, o descontentamento dos agricultores era grande. A partir de 1929, o Estado português iniciou um forte controlo sobre as companhias comerciais, nomeadamente sobre o monopólio que exerciam. O governo de Lisboa passou a centralizar a política de colonização. Dos produtos produzidos em Moçambique para exportação – algodão, açúcar, caju e sisal – o algodão era dos mais importantes, tendo sido imposta a sua exploração em larga escala.

De 4 mil toneladas produzidas entre 1931 e 1935, passou-se para cerca de 130 mil na década de 1960. Associado a este forte aumento de produção, estava o elevado número de trabalhadores, que eram recrutados entre a população maconde na região de Mueda.

O descontentamento dos macondes tinha a ver, essencialmente, com os baixos salários auferidos, as más condições de trabalho, o autoritarismo da administração colonial e questões económicas – o algodão era comprado por baixo valor e vendido a um preço mais alto.

Em meados de 1960, é organizada uma reunião entre o governador do distrito de Cabo Delgado, o capitão-de-fragata Teixeira da Silva, e Garcia Soares, administrador da região dos macondes.

A União Nacional Africana de Moçambique (MANU) é a porta-voz dos macondes e à sua frente estão Faustino Vanomba e Chibilite Vaduvane. É combinada para o dia 16 de junho uma reunião, na qual os macondes apresentariam as suas reivindicações: preços de compra mais altos para a produção e *uhulu*, liberdade para a terra. Do lado de fora do edifício onde decorria a reunião juntam-se cerca de 5 mil macondes em festa. No entanto, Teixeira da Silva apenas falou do aumento do valor a que ia comprar o algodão, não referindo a «liberdade da terra». Os representantes da MANU reclamaram, e foram presos à vista da multidão, que protesta violentamente. O governador manda os polícias dispararem sobre os manifestantes, matando alguns: fontes locais referem 16 mortos; o relatório militar indica 20; e o relatório da administração cerca de 30. A FRELIMO, anos mais tarde, disse que foram 150 as vítimas; e outra fonte, Alberto Joaquim Chipande, num texto publicado no livro de Eduardo Mondlane *Lutar por Moçambique*, refere 600 mortos. O «16 de junho» é uma das primeiras manifestações de insatisfação contra o colonialismo, embora ainda não seja um movimento politicamente organizado, mas sim uma manifestação espontânea de camponeses.

Ascensão da FRELIMO

Em 1951, Portugal designou Moçambique como território ultramarino, por forma a transmitir ao mundo a imagem de que a colónia tinha grande autonomia. Passou a ter a designação oficial de Província Ultramarina de Moçambique. Mesmo assim, o controlo das províncias ultramarinas continuava a ser exercido por Portugal. O crescente número de nações africanas independentes após a Segunda Guerra

Mundial, juntamente com os maus tratos à população indígena, encorajou o crescimento do sentimento nacionalista dentro de Moçambique.

Moçambique era caracterizado socialmente pelas grandes disparidades entre os portugueses, mais ricos, e a larga maioria da população rural. Devido à sua baixa taxa de alfabetização e à preservação das tradições e dos modos de vida locais, as oportunidades de emprego qualificado e as posições na administração e no governo eram escassas para as populações tribais. Neste contexto, não havia espaço para elas no estilo de vida moderno e urbano. Muitos cidadãos locais sentiam a sua tradição e cultura ser oprimida pela cultura externa de Portugal. Vários dissidentes que se opunham à política portuguesa e clamavam por independência foram forçados ao exílio.

A administração portuguesa obrigava os agricultores moçambicanos a plantar arroz e algodão para exportação, deixando-lhes pouco para a sua subsistência. Muitos trabalhadores – mais de 250 mil por volta de 1960 – foram enviados para o trabalho nas minas de ouro e diamantes da África do Sul. Por volta de 1950, 4 353 moçambicanos, num total de 5 733, receberam do governo colonial português o direito de voto. O fosso entre os colonos portugueses e a população moçambicana é patente pelo número reduzido de mestiços: cerca de 31465, num total de 8–10 milhões de habitantes em 1960, de acordo com o censo desse ano.

A FRELIMO foi criada em Dar es Salaam, capital da vizinha Tanzânia, em 25 de junho de 1962, no decorrer de uma conferência por alguns políticos forçados ao exílio, através da fusão de vários grupos nacionalistas, entre os quais a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDEMANO), nascida dois anos antes.

Estas organizações só conseguiram desenvolver-se no exílio, dado o apertado controlo sobre a atividade dos dissidentes no interior de Moçambique. No seu primeiro congresso, em setembro do mesmo ano, a FRELIMO declarava, nos seus estatutos, pretender acabar com a presença colonial e imperial portuguesa no país, conseguir a independência de Moçambique e defender as reivindicações dos cidadãos moçambicanos. Um ano mais tarde, em 1963, a FRELIMO estabeleceu uma sede em Dar-es-Salaam, liderada pelo sociólogo Eduardo Mondlane, e começou a exigir a independência em relação a Portugal. Em 1964, num encontro com Alberto Joaquim Chipande e um grupo de jovens, em Dar-es-Salaam, Samora e Mondlane transmitiram a mensagem de que o objetivo da sua luta era a estrutura portuguesa instalada em Moçambique, e não o cidadão branco ou civil. A luta, segundo Machel, era contra o colonialismo e o imperialismo (representado pela presença de capitais norte-americanos, ingleses, franceses, alemães e japoneses. Após dois anos de organização e de insucesso dos contactos políticos, numa tentativa de procurar a independência de forma pacífica, Mondlane alterou a sua estratégia e iniciou uma campanha de guerrilha, em 1964. A primeira vítima do conflito terá sido o padre holandês Daniel Boormans, da Missão Católica de

Nangololo, em 24 de Agosto de 1964 que, alegadamente, foi confundido com o chefe do posto. A FRELIMO, que tinha acabado de entrar em Moçambique vinda da Tanzânia, rapidamente atribuiu este incidente às forças da Manu e da Udenamo, e um mês depois, a 25 de setembro, lançou os primeiros ataques na região de Mueda, marcando, oficialmente, o início do conflito. Nesta data, Alberto Joaquim Chipande, à frente de um grupo de 12 homens, atacou um posto administrativo na localidade de Chai, matando o chefe do posto e outras seis pessoas, segundo a sua versão. No entanto, segundo outra versão, de tropas portuguesas, ninguém teria sido abatido; apenas as paredes do posto administrativo teriam sido atingidas. Historicamente, Chipande é considerado como o primeiro a disparar o tiro que deu início ao conflito, embora haja vozes discordantes, mesmo no seio da FRELIMO. Eduardo Nihia, membro do Conselho de Estado e antigo combatente, reclamou igualmente a autoria desse disparo, referindo mesmo que também houve disparos noutras frentes, embora sem sucesso. Chipande reagiu a estas declarações afirmando a sua abertura a novas versões sobre o que realmente acontecera.

No início, os Estados Unidos ofereceram apoio aos grupos nacionalistas em África. Este apoio pretendia seguir os princípios de Thomas Woodrow Wilson, que defendiam a autodeterminação e independência das nações colonizadas. As Nações Unidas também pressionaram Portugal a proceder à descolonização. No entanto, Portugal, ameaçando sair da NATO, conseguiu sustentar essa pressão, forçando os grupos nacionalistas de Moçambique a procurarem ajuda junto da União Soviética.

Apoios à FRELIMO

Durante o período da Guerra Fria, em particular no final da década de 1950, a União Soviética e a República Popular da China adotaram uma estratégia de desestabilização dos poderes dos países do Ocidente através da rutura do seu domínio sobre as colónias africanas. Nikita Khrushchov, em particular, via “o terço subdesenvolvido da humanidade” como um meio de enfraquecer o Ocidente.

Para os soviéticos, África representava uma oportunidade de criar uma fratura entre as potências ocidentais e os seus domínios coloniais, e criar estados pró-comunistas em África com os quais pudesse desenvolver relações no futuro. Antes da formação da FRELIMO, a posição da União Soviética sobre os movimentos nacionalistas em Moçambique não era clara. Existiam vários movimentos independentistas, mas não havia a certeza sobre quais teriam sucesso. Os grupos nacionalistas em Moçambique, tais como todos aqueles existentes por toda a África naquele período, receberam treino e equipamento da União Soviética. O sucessor de Eduardo Mondlane, o futuro Presidente de Moçambique, Samora Machel, reconheceu ter recebido apoio tanto de Moscovo como de Pequim, descrevendo-os como “aqueles que realmente nos ajudaram.

Eles já estiveram envolvidos em conflitos armados, e tudo aquilo que aprenderam, e que seja relevante para Moçambique, nós iremos utilizar. As guerrilhas receberam formação em subversão e política bélica, tal como ajuda militar, especificamente fornecimento de peças de artilharia de 122 mm, juntamente com 1,6 mil conselheiros da Rússia, Cuba e Alemanha Oriental. A União Soviética continuaria a apoiar o novo governo da FRELIMO contra a contrarrevolução nos anos seguintes a 1975. Por volta de 1981, mantinham-se em Moçambique 230 soviéticos e 800 conselheiros militares cubanos. A presença de Cuba em Moçambique fazia parte de um esforço contínuo de “exportar” a sua ideologia anti-imperialista da Revolução Cubana e de conseguir novos aliados. Cuba forneceu apoio aos movimentos de libertação e governos de esquerda em vários países africanos, incluindo Angola, Etiópia, Guiné-Bissau e Congo. Também os países nórdicos, nomeadamente a Suécia, apoiaram a causa da FRELIMO ao nível político e financeiro, durante todo o conflito.

CONFLITO

De 1964 a 1969

Insurreição durante o governo de Mondlane

No início da guerra, a FRELIMO tinha poucas esperanças numa vitória militar convencional dado o seu contingente de apenas 250 combatentes, contra uma muito maior força portuguesa. Esperavam que a população local os apoiasse na insurreição, por forma a conseguir negociar a independência com Lisboa. Em 1967, as forças da FRELIMO subiram para cerca de 8 mil homens. A estratégia de Portugal era de efetuar no terreno uma guerra convencional, para onde enviou cerca de 10 mil tropas no início do conflito em 1964; até 1967, o número de tropas situar-se-ia entre os 23 mil e os 24 mil. O número de soldados locais recrutados pelos portugueses, mais de 11 mil, levou a um aumento das forças para perto de 35 mil no mesmo período. Cerca de 860 elementos das Forças Especiais estavam, também, a ser treinados nos Comandos em 1969.

A facção militar da FRELIMO era liderada por Filipe Samuel Magaia, cujas forças receberam treino na Argélia. As guerrilhas da FRELIMO estavam equipadas com vários tipos de armas, muitas fornecidas pela União Soviética e pela China. Algumas dessas armas incluíam a espingarda Mosin-Nagant, a Espingarda semiautomática SKS, a AK-47, uma espingarda automática e a soviética PPSH-41. As metralhadoras Degtyaryov eram muito utilizadas, juntamente com a DShK e a SG-43 Goryunov. A FRELIMO era apoiada por morteiros, espingardas sem recuo, RPGs, defesa antiaérea como o ZPU-4 e, desde 1974, o sistema portátil de lançamento de mísseis Strela 2.

Em algumas fases menos ativas do conflito, a FRELIMO receberia um número limitado de Strela 2 da China.

Durante o conflito seria abatido um avião das FAP, um T-6 em outubro de 1967, pela defesa antiaérea da FRELIMO; em novembro de 1971 um DO-27, foi atingido por tiros, resultando na morte do oficial observador em Niassa.

As forças portuguesas, por seu lado, eram comandadas pelo General António Augusto dos Santos, um militar que acreditava nas novas teorias de contrainsurreição. Augusto dos Santos apoiou a Rodésia na criação de unidades de exploradores africanos e outras equipas de força especiais, com as forças rodesianas a conduzir as suas próprias operações durante o conflito. Devido à política de retenção do armamento novo em Portugal, enquanto o velho e obsoleto era enviado para as colónias, os soldados portugueses combatiam com rádios da Segunda Guerra Mundial e com antigas espingardas Mauser. Com o desenrolar dos combates, a necessidade de armamento novo, e em condições, foi rapidamente reconhecida, sendo adotadas as metralhadoras Heckler & Koch G3 e FN FAL como as principais do exército, juntamente com as AR-10 para os paraquedistas. A MG42 e, em 1968, a HK21, eram as metralhadoras pesadas dos portugueses com projéteis de calibre 60, 81 e 120 mm, e carros de combate blindados Panhard AML, Panhard EBR, Fox e Chaimite para apoio à infantaria.

Embora a utilização dos helicópteros em Moçambique tenha sido inferior àquela do Vietname, Portugal estava equipado com os Alouette II e Alouette III (desde 1966), e com o Puma (a partir de 1970); os primeiros seriam mais utilizados, mas o Puma teria mais sucesso nas operações onde esteve envolvido. Outras aeronaves utilizadas foram o T6 e o Fiat G.91 para apoio aéreo de proximidade; o Dornier Do 27 para reconhecimento aéreo do terreno. A Força Aérea Portuguesa utilizou, essencialmente para transporte, o Nord Noratlas e o C-47. A Marinha Portuguesa também utilizou barcos de patrulha, lanchas de desembarque e barcos insufláveis. Em 1964, algumas tentativas da FRELIMO de negociação da paz foram abandonadas e, em 25 de setembro do mesmo ano, Eduardo Mondlane iniciou ataques de guerrilha a alvos na região norte de Moçambique a partir da sua base na Tanzânia.

Os soldados da FRELIMO, com o apoio logístico da população local, fizeram pequenos ataques a postos administrativos no distrito de Cabo Delgado; nas cidades, a vida continua, sem sentir a influência destes ataques. Os militantes da FRELIMO eram capazes de vigiar, perseguir e fugir empregando técnicas de guerrilha convencional: efetuando emboscadas a patrulhas, sabotando comunicações a linhas de caminhos-de-ferro, e fazendo pequenos ataques contra postos coloniais antes de rapidamente desaparecerem na vegetação. Os revoltosos estavam armados com espingardas e pistolas, e souberam tirar partido da época das monções para melhor se retirarem após os ataques. Durante as fortes chuvadas, era bastante mais difícil de perseguir os guerrilheiros por via aérea, anulando a superioridade aérea de Portugal, e mesmo por via terrestre dificultando os movimentos dos carros de combate. Por seu lado, as tropas rebeldes, com o seu equipamento mais leve, eram capazes de escapar pelo mato e juntarem-se às populações locais, passando despercebidas.

Além disso, as forças da FRELIMO conseguiam alimentar-se dos produtos do terreno por onde passavam, não ficando, assim, dependentes de uma logística organizada e complexa. Inicialmente, o centro da logística das forças portuguesas estava estabelecido em Lourenço Marques. No entanto, dada a geografia acidentada de Moçambique e da grande distância – 2 mil km – das zonas de combate, a zona norte, descentralizou-se o centro de decisão, passando a haver três centros logísticos: Beira, Nacala e Porto Amélia.

Inicialmente, a estratégia da FRELIMO passava por transmitir a sua mensagem de revolta a cinco províncias: Cabo Delgado, Niassa, Tete, Zambézia e Nampula. Cedo verificaram a sua incapacidade numérica para tal, e centraram as suas operações nas duas primeiras regiões, nos primeiros anos do conflito.

Durante o período inicial do conflito, a atividade da FRELIMO limitava-se a ataques com unidades de pequena dimensão às instalações portuguesas. Os seus soldados operavam,

habitualmente, em grupos de 10 a 15 elementos. Os ataques pontuais e dispersos eram uma tentativa de separar as forças portuguesas. Embora os guerrilheiros tivessem conseguido avançar rapidamente de norte para sul, os seus problemas não se limitavam às forças portuguesas. Também no interior da FRELIMO surgiam os primeiros problemas: uma divisão de ideias, separa os pró-ocidentais – Uria Simango, Lázaro Kavandame e Mateus Gwengere -, dos pró-comunistas – Samora Machel e Marcelino dos Santos. As primeiras vítimas dos portugueses datam de novembro, em combates na região norte de Moçambique, Xilama. Com o crescente aumento do apoio da população local, e o reduzido número de tropas regulares portuguesas, a FRELIMO rapidamente conquistou terreno avançando para sul até Meponda e Mandimba, ligando Tete com a ajuda da força aérea do vizinho Malawi, que se tornou membro independente da Commonwealth em 6 de julho. Mesmo com o aumento das operações da FRELIMO, os ataques continuavam a ser efetuados com pequenas equipas a postos administrativos portugueses pouco armados; o sistema de comunicações e abastecimento, era feito através da utilização de canoas ao longo do Rio Rovuma e do Lago Niassa. Só em 1965 é que o número de soldados recrutados aumentou com o apoio popular, subindo, assim, a dimensão dos grupos de ataque. Este aumento deveu-se, em parte, à disponibilidade da FRELIMO para ajudar os moçambicanos exilados, que tinham fugido ao conflito e refugiado na Tanzânia.

Tal como nos conflitos contra a França e contra as Forças Armadas dos Estados Unidos no Vietname, os rebeldes também recorreram à colocação, em larga escala, de minas como forma de diminuir a vantagem das forças portuguesas, e desmoralizando os seus soldados.

Os F-84 da Força Aérea Portuguesa (FAP) eram o principal meio de apoio e ataque aéreo até à entrada em operações do G.91R-4 em dezembro de 1968.

Os grupos de guerrilha da FRELIMO também continuaram a aumentar até atingir cerca de 100 homens em algumas ocasiões, sendo, também, incluídas algumas mulheres.

A 10 ou 11 de outubro de 1966, ao regressar da Tanzânia após uma inspeção à linha da frente, Filipe Samuel Magaia foi abatido a tiro por Lourenço Matola, um companheiro de guerrilha da FRELIMO, supostamente ao serviço dos portugueses.

Em 1967, cerca de 14% da população e 20% do território eram controlados pela FRELIMO; por esta altura, estavam 8 mil guerrilheiros em combate. Durante este período, Mondlane queria um aumento do esforço de guerra, mas também procurou manter os pequenos grupos de ataque. Com o aumento do custo dos abastecimentos, expansão do território conquistado aos portugueses e a adoção de medidas que permitissem obter o apoio da população, Mondlane solicitou apoio externo, em particular da União Soviética e da China; estes forneceram-lhe metralhadoras de grande porte, armamento anti aeronave, espingardas sem recuo de 75 mm e lança-granadas-foguete de 122 mm.

Em 1968, o segundo Congresso da FRELIMO resultou numa vitória, em termos de propaganda, para os insurretos, apesar das tentativas dos portugueses, que dispunham de superioridade aérea, de bombardear o local da reunião. Esta situação deu mais força à FRELIMO para se impor nas Nações Unidas.

Programa de desenvolvimento português



A barragem de Cahora Bassa (vista do espaço), foi construída pelo governo colonial português durante a guerra, e fez parte de um plano de grande dimensão para ganhar o apoio da população. Porém, passou a ser um alvo frequente dos ataques da FRELIMO que, no entanto, nunca tiveram sucesso. Devido à grande diferença tecnológica entre as civilizações, Portugal foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento dos países africanos onde esteve presente desde o século XV.

Nos anos 60 e início dos 70, para combater a crescente insurgência das forças da FRELIMO e mostrar aos portugueses, e ao mundo, que todo o território estava sob controlo, o governo português acelerou o seu programa de desenvolvimento para expandir e melhorar as infraestruturas de Moçambique, criando novas estradas, caminhos-de ferro, pontes, barragens, sistemas de irrigação, escolas e hospitais para estimular um ainda maior nível de crescimento económico, e apoio da população local. Parte deste programa de desenvolvimento, foi a construção da barragem de Cahora Bassa que teve início em 1969. Este projeto em particular veio a tornar-se um dos principais motivos de constante preocupação sobre segurança nos territórios ultramarinos. O governo português via a construção da barragem como um testemunho importante da “missão civilizadora” de Portugal pelo mundo e, além disso, uma forma de demonstrar a Moçambique a força e a segurança do governo colonial português. Para mostrar as suas intenções, Portugal enviou um contingente de 300 soldados e mais de 1 milhão de minas para defender este projeto. Percebendo a importância simbólica da barragem para os portugueses, a FRELIMO iria passar sete anos a tentar parar a construção através da força. Nenhum ataque direto obteve sucesso; no entanto, a FRELIMO teve algum sucesso no ataque a tropas e pessoal envolvido na construção que se dirigiam para o local. A FRELIMO apresentou um protesto junto das Nações Unidas sobre o projeto, apoiado por relatórios comprometedores das ações dos portugueses em Moçambique. Apesar da retirada subsequente de uma grande parte da ajuda financeira estrangeira para a barragem, esta seria terminada em dezembro de 1974. A propaganda efetuada por Portugal após o término do projeto, acabou por ser ensombrada pela reação pública moçambicana negativa das populações locais, que foram obrigadas a mudar as suas casas para outras zonas e assim permitir a construção da barragem. A barragem também acabou por privar os fazendeiros das enchentes anuais que ajudavam a fertilizar as suas plantações.

Assassinato de Eduardo Mondlane

No dia 3 de fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane é assassinado. Fontes referem que, numa tentativa de solucionar a situação em Moçambique, a polícia secreta portuguesa assassinou Mondlane enviando-lhe uma bomba colocada numa encomenda para o seu escritório em Dar es Salaam.

Dentro do pacote estava um livro que continha um sistema de detonação que foi acionado com a abertura daquele. Outras fontes afirmam, no entanto, que Mondlane terá sido morto com uma bomba colocada debaixo da sua cadeira na sede da FRELIMO, e que os responsáveis nunca foram identificados.

As investigações que se seguiram acusaram Silvério Nungo (mais tarde executado) e Lázaro Kavandame, líder da FRELIMO em Cabo Delgado. Este último nunca escondeu a sua desconfiança por Mondlane, vendo-o como um líder muito conservador; a polícia da Tanzânia acusou Kavandame de trabalhar para a PIDE (polícia secreta de Portugal) e de ter assassinado Mondlane.

Kavandame acabou por se render aos portugueses em abril desse ano. Embora os pormenores exatos do assassinato continuem por conhecer na sua totalidade, é aceite por vários historiadores e biógrafos que o governo português e, em particular, a Aginter Press ou PIDE, estiveram envolvidos e foram apoiadas pela rede portuguesa de *stay-behind* Gladio (conhecida por Aginter Press). Em 1990, foi sugerido que eles foram responsáveis pelo assassinato. No entanto, após a morte de Mondlane, e dada a incerteza sobre os responsáveis, foram levantadas suspeitas dentro da própria FRELIMO, o que resultou num ambiente de alta tensão, e de uma mudança de política para a ala esquerda. O sucessor imediato de Mondlane foi o Reverendo Uria Simango, que serviu com ele como vice-presidente da FRELIMO, desde a sua criação até 1969. Na luta pela liderança da organização que se seguiu, Simango foi expulso por Samora Machel e Marcelino dos Santos, uma linha mais dura, da FRELIMO, sendo preso e executado após a independência, em 1975.

De 1969 a 1974 Guerra contínua

Em 1969, o General António Augusto dos Santos foi retirado do comando e, no ano seguinte, em março, as tropas em Moçambique passaram a ser lideradas pelo General Kaúlza de Arriaga. Kaúlza de Arriaga era mais favorável a um método de combate direto contra os rebeldes, e a política estabelecida de utilizar forças africanas de contrainsurgência foi substituída por forças regulares portuguesas acompanhadas por um pequeno número de soldados africanos. Pessoal local continuava a ser recrutado para operações especiais, tal como o Grupo Especial de Para-quedistas (GEP) em 1973, embora tivessem um papel menos importante sob as ordens do novo comandante. As suas táticas foram parcialmente influenciadas após uma reunião com o General William Westmoreland dos Estados Unidos.

Por volta de 1972, no entanto, começaram a haver várias pressões de outros comandantes, em particular do segundo comandante, o General Francisco da Costa Gomes, que defendia o uso de Flechas, forças de operações especiais dependentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) criadas, inicialmente, em Angola, para atuar na Guerra do Ultramar. Os Flechas eram compostos por homens de tribos locais, especializados em seguir o rasto, reconhecimento local e operações antiterroristas. Costa Gomes achava que os soldados africanos eram mais baratos e estavam mais preparados para criar um melhor relacionamento com a população local, uma tática semelhante à utilizada pelas tropas norte-americanas na Guerra do Vietname. As unidades Flechas participaram em alguns combates já no termo do conflito, após a demissão de Kaúlza de Arriaga na véspera da revolução do 25 de Abril de 1974.

Estas unidades continuariam a causar problemas à FRELIMO, mesmo depois da revolução e da retirada de Portugal de Moçambique, quando este país entrou em guerra civil. Na prática, foram várias as forças especiais que tiveram um papel importante do lado português, tanto para o conflito moçambicano como para a Guerra Colonial:

- Grupos Especiais (GE; 1971): unidades semelhantes às utilizadas em Angola;
- Grupos Especiais Para-quedistas (GEP; 1971): unidades de soldados voluntários locais com treino em para-quedismo;
- Grupos Especiais de Pisteiros de Combate (GEPC; 1971): unidades especiais de seguimento de rasto;
- Flechas (1970): homens de tribos locais e desertores, especializados em seguir o rasto, reconhecimento local e em operações antiterroristas.

Por várias ocasiões faziam as patrulhas em uniformes capturados, e eram gratificados com dinheiro por cada guerrilheiro, ou arma, capturados. Durante todo o período de 1970–1974, a FRELIMO intensificou as suas operações de guerrilha, especializando-se em terrorismo urbano. A utilização de minas também aumentou, sendo referido que eram responsáveis por duas em cada três vítimas do lado dos portugueses. Durante o conflito, a FRELIMO usou vários tipos de minas antitanque e antipessoal, como a PMN, a TM-46 e a POMZ. Foram mesmo utilizadas minas anfíbias, como as PDM. Esta utilização em grande escala de minas, acabou por criar um sério problema psicológico entre as tropas portuguesas. Este medo, associado a uma frustração de sofrer baixas sem mesmo ter visto o inimigo, foi deitando por terra o moral dos homens e dificultando o progresso do lado português.

A 10 de Junho de 1970, o exército português lançou uma contraofensiva de grande dimensão: a Operação Nó Górdio. O seu objetivo consistia em erradicar as rotas de infiltração das guerrilhas independentistas ao longo da fronteira com a Tanzânia e destruir as suas bases permanentes em Moçambique.

Esta operação durou sete meses, e mobilizou no total 35 mil militares (em particular, unidades de elite como para-quedistas, comandos e fuzileiros), e foi parcialmente bem-sucedida.

A coordenação entre os diferentes meios militares, bombardeiros, helicópteros e patrulhas terrestres, foi bem-sucedida. Foram utilizadas técnicas norte-americanas de ataque rápido com helicópteros, apoiados por fortes bombardeamentos aéreos, dos campos da FRELIMO, pela Força Aérea Portuguesa (FAP), para assim cercar e eliminar a guerrilha. Estes bombardeamentos foram acompanhados por artilharia pesada terrestre. Os portugueses utilizaram, também, unidades de cavalaria por forma a cobrir os flancos das patrulhas, em zonas onde o terreno não permitia a utilização de veículos motorizados.

As primeiras dificuldades para os portugueses tiveram início quase de imediato com a chegada da época das monções, criando problemas a nível logístico.

Não só as tropas portuguesas estavam mal equipadas como não havia muita cooperação entre a FAP e o exército. Assim sendo, o exército tinha pouco apoio da FAP. As baixas do lado português começaram a ser superiores às da FRELIMO, levando a nova intervenção política a partir de Lisboa.

A operação resultou, de acordo com relatórios do lado português, em 651 guerrilheiros mortos (embora o número pudesse rondar os 440) e 1 840 capturados, contra mais de 100 baixas nas tropas portuguesas. O General Kaúlza Arriaga também reportou que as suas tropas destruíram 61 bases dos guerrilheiros e 165 campos, e foram capturadas 40 toneladas de munições nos primeiros dois meses. Embora a Operação Nó Górdio tenha sido considerada a ofensiva portuguesa com mais sucesso do conflito, enfraquecendo as guerrilhas a tal ponto que deixaram de constituir uma ameaça, alguns oficiais consideraram esta operação como falhada; a grande concentração de tropas portuguesas nesta operação enfraqueceu as zonas Norte e Centro de Moçambique, onde se assistiu ao aumento, discreto, da presença dos rebeldes e constituição de novas bases, nomeadamente em Tete.

Em 1972, os militares portugueses alteraram a sua estratégia adaptando a norte-americana *search and destroy* (“procurar e destruir”). Esta estratégia, utilizada durante a Guerra do Vietname, consistia em inserir tropas em território hostil, “procurar” o inimigo, “destruí-lo” e retirar imediatamente.

Esta estratégia já havia sido a base da doutrina em vigor desde o início do conflito, mas foi substituída pelo General Augusto dos Santos por uma estratégia de minimização das baixas. No entanto, a 18 de novembro, a FRELIMO – com um contingente de cerca de 8 mil guerrilheiros – daria início a uma larga ofensiva nas províncias de Tete, Niassa e Cabo Delgado. A resposta portuguesa não se faria esperar; seria violenta levando a ataques de represália, numa tentativa de enfraquecer a dedicação da população local na FRELIMO. A 16 de Dezembro, a 6ª companhia de Comandos mata os habitantes de três aldeias do Centro de Moçambique, a 30 km da cidade de Tete. Designado por “Massacre de Wiriyamu”, os soldados portugueses terão morto entre 150 a 300 aldeões acusados de serem simpatizantes da FRELIMO. Muitas das vítimas eram mulheres e crianças. O massacre foi relatado, de novo, em julho de 1973 por um padre católico britânico, Adrian Hastings, e dois outros padres missionários espanhóis. O governo português negou os acontecimentos, apesar de discutido em Conselho de Ministros, a 18 de agosto de 1974, um relatório de Jorge Jardim que comprovava a sua veracidade, incluía fotografias da aldeia destruída, e aconselhava a que o massacre fosse reconhecido e explicado. Foram criadas versões diferentes dos acontecimentos, relatada pelo Arcebispo de Dar-es-Salaam Laurean Rugambwa, que afirma que as alegadas mortes foram da responsabilidade de soldados da FRELIMO, e não pelas forças portuguesas.

Ainda em outra versão dos acontecimentos, os alegados massacres não passam de uma forma de propaganda cujo objetivo era destruir a reputação dos portugueses do estado português no estrangeiro.

Entre 1972 e 1974, a FRELIMO adotou uma estratégia de ataque contra as comunidades dos colonos; a linha de caminho-de-ferro Beira-Tete foi atacada e, em 1974, provocam o descarrilamento de um comboio na linha da Beira-Umtali. Ainda em 1973, a FRELIMO começou a minar as cidades e as aldeias numa tentativa de desacreditar a confiança dos civis nas forças portuguesas.

“Aldeamentos: água para todos” era uma mensagem vista habitualmente nas áreas rurais, e um meio dos portugueses realojarem a população local, por forma a isolar a FRELIMO das suas bases civis.

No entanto, nem todos os habitantes aderiram de boa vontade aos realojamentos (alguns de forma forçada), pois não acreditavam na segurança prometida pelos portugueses; alguns chegaram mesmo a fugir desses aldeamentos, e outros nem sequer chegaram a ocupa-los. Este programa de realojamento fazia parte da estratégia “psicológica” de Kaúlza de Arriaga que incluía, também, a construção de uma vila “modelo” em Nangade, junto da fronteira com a Tanzânia, com todas as infraestruturas de um centro urbano desenvolvido. O objetivo era atrair a população e criar uma barreira defensiva contra a FRELIMO. Este projeto foi aprovado pelo governo da metrópole, e os materiais para a sua construção enviados para Moçambique; no entanto, a distância e as dificuldades encontradas no terreno, acabaram por deitar por terra o projeto. Reciprocamente, a política de Mondlane de misericórdia para com os colonos civis portugueses foi abandonada, em 1973, pelo novo chefe, Samora Machel. “Pânico, desmoralização, abandono e sensação de futilidade – eram estas as emoções entre os brancos em Moçambique” afirma um historiador deste conflito, T. H. Henricksen em 1983. Esta mudança levou ao surgimento de protestos dos colonos portugueses contra o governo de Lisboa, um sinal indicador da impopularidade do conflito. Juntamente com as notícias do massacre de Wiriyamu, e com os renovados ataques da

FRELIMO em 1973 e 1974, o agravamento da situação em Moçambique contribuirá no futuro para a queda do governo português em 1974. Um jornalista Português argumentou:

“Em Moçambique dizemos que existem três guerras: uma guerra contra a FRELIMO; uma guerra entre o exército e a polícia secreta; e uma guerra entre o exército e a polícia secreta e o governo central.”

De 1974 a 1975

Instabilidade político-militar e cessar-fogo

Em Lisboa, desde há alguns anos que se desenvolviam organizações de contestação contra a Guerra Colonial.

A Ação Revolucionária Armada (ARA), uma organização portuguesa criada pelo PCP nos anos 60, cujo objetivo era a luta armada contra a ditadura fascista, e as Brigadas Revolucionárias, uma organização de esquerda, lutavam contra as guerras coloniais.

Realizaram diversas operações de sabotagem e ataques à bomba a alvos militares, como os ataques à base aérea de Tancos onde destruíram vários helicópteros, em 8 de março de 1971, e sede à da NATO no concelho de Oeiras, em 27 de outubro do mesmo ano. Destaque-se, também, as sabotagens aos navios *Cunene*, *Vera Cruz* (de transporte de tropas) e *Niassa*, em 9 de abril de 1974.

A falta de popularidade da Guerra Colonial entre muitos portugueses, levou à criação de vários jornais e revistas da esquerda radical, como o *Cadernos Circunstância*, *Cadernos Necessários*, *Tempo e Modo* e *Polémica*, que tinham apoio das universidades, e apelavam por soluções políticas para os problemas coloniais.

No último ano do conflito, a opinião generalizada entre os militares era a de que esta guerra se encontrava numa situação insustentável.

No início do ano, em janeiro, um ataque da FRELIMO provoca a morte da mulher de um colono europeu, em Vila Pery, e instala um sentimento de insegurança na região central de Moçambique; as Forças Armadas são acusadas de nada fazer.

Dois dias depois, tanto o comércio desta cidade, como o da Beira, encerra em sinal de luto, e têm lugar violentas contestações da população branca contra os militares; estes declinam responsabilidades dadas as difíceis condições por que estavam a passar. O General Francisco da Costa Gomes, parte para Moçambique para se inteirar sobre estes acontecimentos.

Face à gravidade dos acontecimentos, o Movimento das Forças Armadas (MFA) reúne-se, e expõe as suas preocupações ao General Spínola, assinada por 180 oficiais. Neste novo contexto do conflito, Costa Gomes demite o comandante da Região Militar de Moçambique. No entanto, em Lisboa também se dão movimentações políticas e, em março, tanto Costa Gomes como Spínola, são demitidos, o que determina o fim das operações militares em Moçambique. Em abril de 1974, a FRELIMO está equipada com

o SAM-7, um míssil terra-ar de grande precisão, que vem ameaçar a supremacia aérea portuguesa. De acordo com informações militares, a

FRELIMO tinha aumentado a sua atividade nos primeiros quatro meses de 1974.

A crescente instabilidade em Portugal culminaria em 25 de Abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, um golpe de estado realizado pela esquerda militar em Lisboa, que depôs o governo de Marcelo Caetano. Milhares de cidadãos portugueses deixaram Moçambique, e o novo chefe de governo, o General António de Spínola, anunciou o cessar-fogo. Após o “25 de Abril”, reinava a confusão tanto ao nível governamental como no seio dos militares. Costa Gomes parte para Moçambique para reforçar a posição do Movimento das Forças Armadas (MFA) entre as forças portuguesas.

Com a mudança de governo em Lisboa, muitos soldados recusaram-se a combater, mantendo-se nas suas bases em vez de partir em patrulha, chegando mesmo a confraternizar com os guerrilheiros da FRELIMO. Esta continuou a avançar para sul, mas sem encontrar já qualquer resistência.

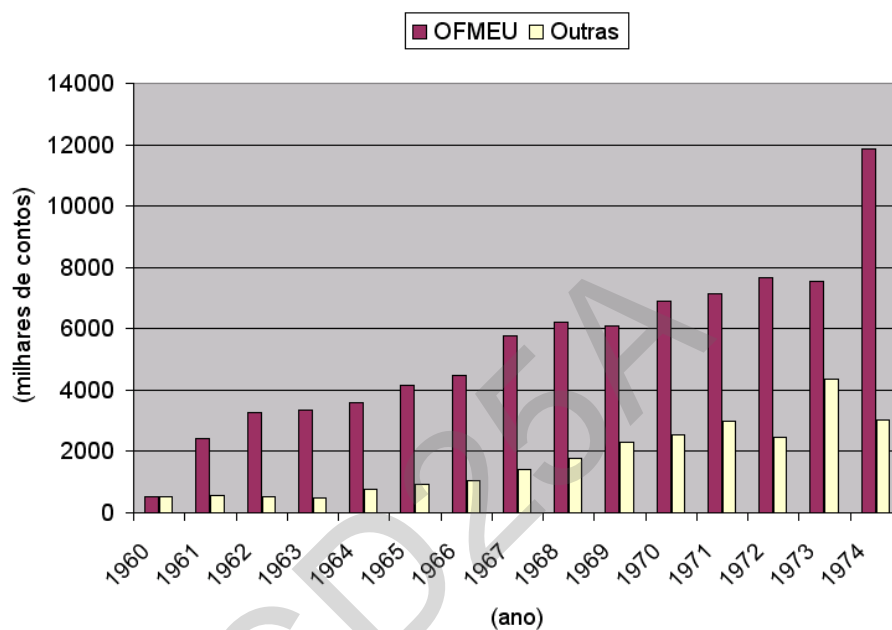
Independência

As primeiras tentativas de negociação de paz datam de setembro de 1973, ano em que Jorge Jardim, empresário há muito estabelecido em Moçambique e com contactos privilegiados, tanto em Portugal como em África, se encontra com Kenneth Kaunda, líder zambiano, para analisar um esboço de um “acordo de paz” – Programa de Lusaka – para as partes envolvidas no conflito. No entanto, a apresentação desta proposta ao governo presidido por Marcelo Caetano não é bem recebida. Novamente, em junho de 1974, depois do golpe de estado, Portugal faz nova tentativa de acordo de paz e cessar-fogo, numa reunião em Lusaka, em que estiveram presentes o presidente Kaunda, Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros), Otelo Saraiva de Carvalho (MFA) e Samora Machel; o encontro não correu bem, e a proposta não foi aceite pela FRELIMO que, dada a instabilidade e desorganização militar em Moçambique, atacava as propriedades dos cidadãos brancos. Só em agosto é que a FRELIMO cessaria a sua atividade militar contra os portugueses.

As negociações entre a administração portuguesa, através do MFA, e a FRELIMO culminaram na assinatura dos Acordos de Lusaka em 7 de setembro de 1974 na Zâmbia, com a transferência de soberania para as mãos da organização moçambicana.

No entanto, a situação dos colonos não ficou bem definida, principalmente no que dizia respeito às suas propriedades, restantes bens e situação profissional, o que levou a uma insatisfação generalizada entre estes, dando origem a uma série de levantamentos.

A formalização da independência de Moçambique ficou, finalmente, estabelecida em 25 de junho de 1975, o 13º aniversário da fundação da FRELIMO.



Na zona Este de África, os colonos portugueses eram diferentes dos seus congéneres europeus. Enquanto os restantes europeus eram típicos colonizadores do início do século XX, no que diz respeito aos portugueses, estes descendiam de famílias que já estavam estabelecidas no local há vários séculos. Por isso e pela sua localização geográfica junto à África do Sul e à Rodésia países africanos onde existia uma forte cultura europeia, Moçambique era considerada uma Província Ultramarina elitista. Depois da independência do território, no entanto, o receio de represálias e das ideologias pró-comunistas do novo governo da FRELIMO, resultaram num êxodo de milhares de portugueses europeus, africanos e de outras etnias dos novos territórios independentes para Portugal e outros países. Em Moçambique, muitos portugueses étnicos consideravam-se moçambicanos. O número certo de portugueses que deixaram Moçambique, os chamados “retornados”, não é conhecido, no entanto poderá variar entre os 165 mil e os 210 mil.

As cidades, vilas e aldeias fundadas pelos portugueses, e que se desenvolveram sob o governo de Portugal, viram os seus nomes alterados após a independência: por exemplo, Lourenço Marques para Maputo, Vila Pery para Chimoio, Vila Cabral para Lichinga e Vila Junqueiro para Gurúè. As estátuas colocadas durante o período da permanência portuguesa foram retiradas de todos os centros urbanos.

A Guerra Colonial consumiu cerca de 44% do orçamento português. Este gasto excessivo, desviou fundos necessários ao desenvolvimento das infraestruturas em Portugal e contribuiu para a instabilidade crescente nesta nação europeia. No entanto, o crescimento do PIB português durante o período da Guerra Colonial, 1961-1974, foi grande, atingindo uma taxa média de crescimento de 6%.

O PIB das províncias ultramarinas de África teve, também, um crescimento significativo, juntamente com a construção de infraestruturas.

(Extrato com origem em Wikipédia, a enciclopédia livre)

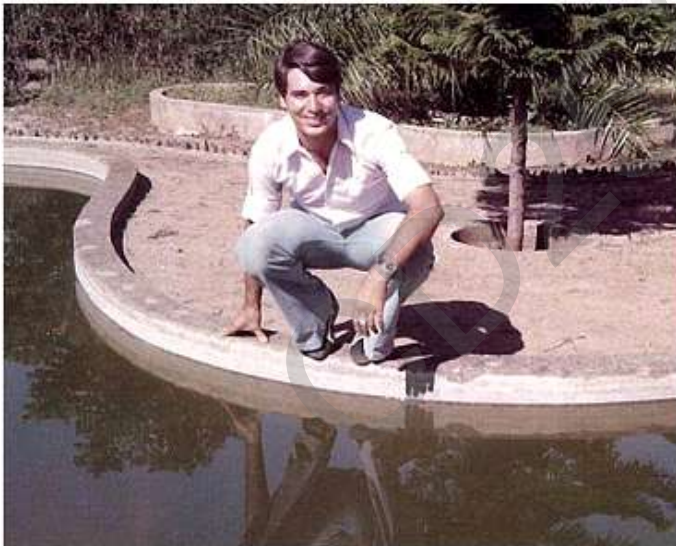
https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_Independência_de_Moçambique

CAPÍTULO 24

DEPOIS DA TROPA

(resquícios)

TRAJANDO À CIVIL DURANTE A VIDA MILITAR



UNS DIAS DEPOIS
DE TER SAÍDO DA
TROPA



O autor

**CIDADE DE VILA PERY
(CIDADE DE CHIMOIO)**

A cidade de Vila Pery foi a terra que me acolheu e viu crescer desde os 10 anos e foi no Distrito de Vila Pery que fiz parte das minhas operações como Comandante do GEP008.

O primeiro governador do Distrito de Vila Pery foi o Dr. Eduardo Oliveira. Ao governador seguinte - Dr. Rogério Canha e Sá - cabe o mérito de em 1969 ter iniciado e dirigido o Gabinete de Urbanização e Habitação da Região de Lourenço Marques (GUHARLM). Tendo-se reformado em 1972, adquiriu então, com as suas economias e algum financiamento, uma propriedade encostada ao apeadeiro do Tembe que ficava perto da pequena povoação e apeadeiro de Chimoio (hoje Matsinhe).

Em 1973 aceitou ser Governador do Distrito de Vila Pery, funções que exerceu durante a soberania portuguesa e ainda durante o Governo de Transição (de 7 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975), período este em que o "Distrito de Vila Pery" passou a designar-se "Província de Vila Pery".

O Dr. Rogério Canha e Sá gozava de muita simpatia no seio da população de Vila Pery e até se acreditava que poderia ficar no seu posto durante muitos anos. Contudo, terminou a sua missão governativa em 25 de junho de 1975 (data da independência de Moçambique), que fez dele o último Governador Português da "Província de Vila Pery".



Dr. Rogério Canha e Sá

Em 1973 aceitou ser Governador do Distrito de Vila Pery, funções que exerceu durante a soberania portuguesa e ainda durante o período do [Governo de Transição](#) (de 7 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975). Foi o último Governador Português da "Província de Vila Pery".



Atual cidade de Chimoio, antiga cidade de Vila Pery

O território da actual província era parte integrante da concessão da Companhia de Moçambique, estabelecida em 1891. Com a reversão do território para a administração colonial direta portuguesa em 1942 foi constituído o "Distrito da Beira", que passou a ser denominado "Distrito de Manica e Sofala" em 1947. Em 5 de Agosto de 1970 este distrito foi dividido em "Distrito de Vila Pery" (antigo nome da cidade de Chimoio) e "Distrito de Sofala". Durante o período do Governo de Transição (de 7 de setembro de 1974 a 25 de junho de 1975) o Distrito de Vila Pery passou a "Província de Vila Pery" e mais tarde à sua designação atual: "Província de Manica". A cidade de Chimoio é a capital da província de Manica, e é a quinta maior cidade de Moçambique, contando já com cerca de 237 497 habitantes, segundo os censos de 2007.

Antes de se chamar Chimoio, esta cidade teve o nome de Vila Pery, em homenagem ao governador do território pela Companhia de Moçambique, João Pery de Lind.

JOÃO PERY DE LIND

A cidade de Vila Pery - adoptou este nome em homenagem ao governador, do território pela Companhia de Moçambique, João Pery de Lind



Parque Nacional da Gorongosa - Um dos mais famosos parques de caça do continente africano, foi criado em 02 de março de 1921, na região da Gorongosa, com a finalidade de preservar a rica fauna e flora moçambicanas, através da Ordem nº 4.178 da Companhia de Moçambique, que superintendia o Território de Manica e Sofala, pelo punho do seu Governador João Pery de Lind.

Samora Machel, Presidente da FRELIMO, na sua famosa (por vários motivos) viagem triunfal de Rovuma ao Maputo, que antecedeu a independência do país (25/6/1975), chegou ao local em 12 de junho de 1975, a escassos 13 dias da celebração da Independência de Moçambique. Recorda Sibindy, no comício popular realizado no Campo Municipal de Chimoio, Samora mudou o nome da Cidade de Vila Pery para o atual nome de Cidade de Chimoio. Começou por perguntar ao povo: «Quem era o senhor Pery em Moçambique?» O povo respondeu numa só voz: «colonialista!». E Samora continuou: «A partir de hoje esta Cidade passa a chamar-se pelo nome de Cidade de Chimoio!».

Samora Machel determinou e o povo aplaudiu-o de forma intensa e prolongada. Aquela multidão ora sorria ora chorava. Os sorrisos e os choros misturavam-se, pois, ninguém tinha a certeza que o colonialismo português ia partir.

A província de Manica está localizada na região centro de Moçambique. A sua capital é a cidade de Chimoio, a cerca de 1100 km a norte de Maputo, a capital nacional, e a cerca de 200 km a oeste da costeira cidade da Beira. Com uma área de 61661 km² e uma população de 1911237 habitantes em 2017, esta província está dividida em 12 distritos e possui, desde 2013, 5 municípios: Catandica, Chimoio, Gondola, Manica e Sussundenga.

É na província de Manica que se encontra o ponto mais alto de Moçambique: o Monte Binga, com uma altitude a rondar os 2436 m.

Situada no interior da zona central de Moçambique, Manica tem limite a norte com a província de Tete, a leste com a província de Sofala e a Sul

com as províncias de Inhambane e Gaza. A oeste, Manica faz fronteira com o Zimbabué. De acordo com os resultados preliminares do Censo de 2017, a província de Manica tem 1911237 habitantes em uma área de 61661km², e, portanto, uma densidade populacional de 31 habitantes por km². Quando ao género, 52,1% da população era do sexo feminino e 47,9% do sexo masculino.

Subdivisões da província



Mapa da província de Manica

A província de Manica está dividida em 12 distritos, os 9 já existentes quando foi realizado o censo de 2007, mais o distrito do Chimoio, estabelecido em 2013 para administrar as competências do governo central, e que coincide territorialmente com o município do mesmo nome, e os novos distritos de Macate e Vanduzi. Eis os 12 distritos: Bárue, Chimoio, Gondola, Guro, Macate, Machaze, Macossa, Manica, Mossurize, Sussundenga, Tambara e Vanduzi.



Serra Bengo vulgarmente chamado de "Cabeça do Velho"

Esta província possui 5 municípios: Catandica (vila), Chimoio (cidade), Gondola (vila), Manica (vila) e Sussundenga (vila). De notar que a vila de Gondola se tornou município em 2008 e Sussundenga em 2013.



O Monte Binga com 2436 m, situado na província de Manica, é o ponto mais alto de Moçambique

DEPOIS DA TROPA - A

Gabriel Zuculo

E agora faço-vos uma chamada de atenção! Sempre que eu saía à porta de armas do Quartel de Vila Pery, era imediatamente seguido por um jipe militar ao serviço do comando de Vila Pery cujo condutor era um cabo de nome Gabriel Zuculo que mui simpaticamente me desencorajava a ir a pé para a cidade (mais propriamente para a casa onde viviam os meus pais e irmãos) e me pedia para subir para o jipe, pois que me transportava até onde eu quisesse (sem a obrigação de o fazer).



Gabriel Zuculo era Cabo-condutor Auto no Quartel de Vila Pery. Normalmente conduzia um Jeep e estava à disposição permanente do Capitão Assunção, por sinal um oficial do quadro permanente muito simpático.

Como já disse aqui, noutra local, estive em Vila Pery e em Vila de Manica com o meu grupo GEP008 para intervenções, após a morte da esposa de um fazendeiro em janeiro de 1974 (pela Frente de Libertação de Moçambique ou talvez não!).

Falando do Gabriel, não lhe cabia qualquer responsabilidade pelo meu transporte durante as minhas deslocações (que eu saiba!), mas quando eu saía ao exterior do Quartel ora para tomar café ora para visitar os meus pais que viviam a uns 250 metros, ele parecia controlar os meus movimentos e quando me vislumbrava a sair na Porta de Armas vinha imediatamente para me oferecer uma boleia.

Embora eu recusasse, ele insistia, meu Alferes não vá a pé, pois nem eu nem ninguém gosta de ver um oficial a deslocar-se a pé.

Fez-me este favor umas dez vezes, e não mais porque saí de Vila Pery para ser chamado ao Dondo sob as ordens do Coronel Pinto Ferreira. Julgava eu, que ele me chamava com o meu grupo para o Dondo, para me poupar dos insultos da população de Vila Pery, que na altura protestava contra os fracos resultados da tropa e sobre a incapacidade de deter os guerrilheiros, firmes no seu estratégico propósito de passarem além do chamado Corredor-da-Beira.

Além das duas punições, os perigos de guerra não se apartaram de mim (como já expliquei aqui, noutra local), tendo passado à disponibilidade no dia 01 de novembro de 1974. O meu momento de passagem à disponibilidade representou o fim de um ciclo profissional e o início de outro. Foi um momento que foi preparado atendendo à minha experiência profissional e àquilo que eu queria vir a fazer no futuro. Assim, comecei imediatamente a trabalhar na Sociedade Hidroelétrica de Vila Pery (SHER), como Engenheiro e em menos de um ano conheci a minha esposa e casei.



No início do ano de 1976, combinámos ambos ir dar aulas: ela em regime normal na Escola Primária Oficial “D. Gonçalo da Silveira”, e eu em regime noturno, como professor de Físico-Química do 5º ano da



Escola Primária Oficial "D. Gonçalo da Silveira", Depósito da Água e Palácio do Governo da Província de Manica



Escola Secundária "Joaquim Marra"
ex - "Colégio-liceu de Nossa Senhora da Conceição"

Escola Secundária "Joaquim Marra" que funcionava nas instalações do "Colégio-liceu de Nossa Senhora da Conceição", onde eu havia estudado durante 6 anos.

Imaginem a minha sorte:

(1) No primeiro dia fui cumprimentar o Diretor da Escola que era nem mais nem menos que o Sr. Gabriel Zuculo. Uma surpresa bem agradável, como se pode imaginar.

(2) Conversei um pouco, mostrei-me agradado de o ver naquele posto, mas mais surpreendido fiquei quando ao ler a relação dos meus alunos encontrei-o na lista e um pouco atrasado vejo-o entrar e sentar-se no fundo da sala de aulas.

Lamento que tenha frequentado as aulas por pouco tempo (embora continuasse como Diretor). Mas eu continuei por uns três anos e foi uma alegria tamanha quando a minha esposa passou a acompanhar-me todas as noites ou vinha ter comigo e conversar com as minhas alunas (moçambicanas). Recordo-me que uma delas (Belinha), foi minha vizinha durante a minha juventude e viríamos a ser seus padrinhos de casamento. Outra simpática aluna era freira, que a minha mulher apreciava e procurava juntar-se a ela para conversar, nos intervalos das aulas.

Quanto ao Gabriel, presumo que embora estando ao serviço da Tropa portuguesa, deveria ser um membro da inteira confiança da FRELIMO (talvez durante muitos anos), que lhe valeu a promoção a Diretor da Escola Secundária Joaquim Marra, antigo Colégio-liceu de N^a S^a da Conceição, que no tempo colonial era gerido pelas freiras portuguesas da Congregação das Franciscanas de Calais, hoje designadas por Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora.

DEPOIS DA TROPA - B

Militar a quem dei a farda - fuzilado

Cerca de um ano após o meu casamento, por alturas de 1976, encontrei a deambular pela cidade de Vila Pery um antigo GEP pertencente ao meu grupo GEP008 (os leopardos). Fiquei muito satisfeito de o encontrar, como é óbvio e convidei-o a ir a minha casa, onde acabou por comer e passar a noite.

Quando se preparava para ir embora, perguntou-me se eu lhe podia dar as minhas antigas fardas de militar caso ainda as possuísse, porque encontrava-se sem roupa, apenas possuía a que tinha no corpo. A minha esposa correu imediatamente às gavetas e retirou de lá toda a roupa que eu tinha usado enquanto militar e que possuía como recordação, que ele levou num saco.

Eu deixei os GEP (uma tropa especial de intervenção, odiada pela FRELIMO) por alturas de fevereiro de 1974 e passei à disponibilidade em 01 de novembro do mesmo ano, com o posto de Alferes Miliciano de Infantaria (a chamada tropa normal). Celebrei um acordo local de paz não autorizado com a FRELIMO em Caunda, Chiúta, Tete e estive preso durante 10 dias no Quartel da PM em Tete, basicamente por esse motivo.

O facto de ter deixado os GEP e de ter celebrado um acordo local de paz com Adelino Caminho, guerrilheiro da Frelimo, serviu-me de atenuante tendo sido poupado e deixado em paz na cidade que me viu crescer-Vila Pery. Também foi aqui que obtive o meu primeiro emprego em 11 de novembro de 1974, após o serviço militar, graças ao meu pai que levou em outubro de 1974 o meu CV ao Engenheiro Carlos Pedro de Jesus, Administrador da SHER, que por sinal me conhecia através dos seus filhos, alunos como eu do Colégio de Vila Pery.

Casado, passei a viver uma vida bem feliz em Vila Pery!

Um dia quando fomos passar um fim de semana à Beira, calhou ir a uma livraria (Salema e Carvalho, Lda) situada na praça do município e lá encontrei o Dunduro Chimondengo, que me avançou o nome dos mártires (fuzilados na Gorongoza) do nosso grupo. Entre eles estava aquele que havia levado os fardamentos da minha casa.

Concluiu então que o referido havia sido preso na estação ferroviária de Vila Pery, porque foi visto fardado e por isso fora preso e reconduzido à Gorongoza onde foi fuzilado.

Paz à sua alma!

DEPOIS DA TROPA - C

Dunduro Chimondengo

Como disse acima, um dia fomos passar um fim de semana à Beira e calhou ir a uma livraria (Salema e Carvalho, Lda) sita na praça do município e lá encontrei o Dunduro Chimondengo. Quem era o Dunduro Chimondengo?

Dunduro era um soldado GEP muito afável que dormia e fumava dentro de uma tenda em Inhassalala, onde não se podia entrar com o cheiro da suruma (marijuana). Aparecia-me sorridente e a falar com muita graça, mas com os olhos vermelhíssimos.

Eu não me retraía de ir à barraca dele, porque apesar disso havia lá mais uns onze militares que não se sentiam nada incomodados com o cheiro daquele *cigarro*. Não me alertavam e até se sentiam muito felizes, pois o Dunduro os fazia rir e com ele passavam bem o tempo, mesmo durante as operações, pois ele normalmente levava o rádio às costas e brincava a comunicar com os seus e os colegas de outros postos.

Eu, pessoalmente, nunca fumei suruma, mas conhecia e conheço bem o seu cheiro, mesmo que esteja misturada com folha seca de tabaco.

Decorei o nome dele com facilidade e quando fui à livraria *Salema e Carvalho* reconheci-o imediatamente e chamei-o pelo seu nome.

Estava impecavelmente bem vestido e com ar feliz, respirava saúde

Procurei ali por livros revolucionários (era a minha febre da altura) e ele mostrou-me vários. Escolhi três.

Quando eu ía a pagar, ele fingiu que recebera o dinheiro, mas mandou-me em paz com um grande abraço.

Com esta amizade (não pela oferta, mas pela atitude) eu passei a considerar que haveria DUNDUROS por todo o lado de Moçambique e que muitos europeus estavam redondamente errados, na sua avaliação.

DEPOIS DA TROPA - D

Fui chamado à SNASP

O Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) foi um serviço paramilitar e de inteligência do governo de Moçambique, desde a independência em 1975, até 1991, quando foi substituído pelo Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE)

Vivíamos na Avenida Principal de Vila Pery por cima do café ELO 4, mesmo em frente do Palácio do Governo, cujo governador era na altura José Moiane [um ex-guerrilheiro que se celebrou na província de Tete mais propriamente na zona de Wiryamo (<http://massacredewiriyamu.blogspot.com/>)]. Certo dia estávamos em casa e fomos abordados por duas pessoas que em nome da SNASP procuravam por material de cariz militar dos tempos do governo colonial.

Não foram felizes na busca, porque as fardas já tinham sido entregues infelizmente a quem viria a ser fuzilado na Gorongosa. Todavia, levaram consigo duas balas que eu havia mandado amarrar com linha para pendurar ao pescoço nos tempos em que cumpro o serviço militar e um cartucho vazio de caçadeira que a Raquel (minha esposa) mantinha como recordação do avô.

Pediram-me também para ir ao escritório da SNASP que estava situado na Rua do Mercado Municipal de Vila Pery. Na data apazada lá fomos os dois: eu e a minha mulher.

Fizeram-me perguntas sobre a tropa, sobre o meu trabalho e sobre os meus colegas. Claro, contei-lhes a verdade.

- **SOBRE A TROPA:** Que eu tinha deixado os GEP (tropa especial de intervenção) por alturas de fevereiro de 1974 e passei à disponibilidade em 01 de novembro do mesmo ano, com o posto de Alferes Miliciano de Infantaria (a chamada tropa normal). Celebrei um acordo local de paz em Caunda, Chiúta, Tete e estive preso durante 10 dias no Quartel da PM em Tete basicamente por esse motivo. E que julgava pelo facto de ter deixado os GEP e de ter celebrado um acordo local de paz com Adelino Caminho, guerrilheiro da Frelimo, me tinha servido de atenuante tendo sido poupado e deixado em paz na cidade que me viu crescer-Vila Pery. Perguntaram-me então quantos guerrilheiros matei. Eu disse que com o meu grupo havíamos matado alguns para não morrer. Que se tratou de autodefesa e não foi por mero prazer.

- **SOBRE O MEU TRABALHO:** Que foi em Vila Pery que arranjei o meu primeiro emprego no dia 11 de novembro de 1974, após o serviço militar, sendo engenheiro eletrotécnico e trabalhava na SHER.

- **SOBRE OS MEUS COLEGAS:** Perguntaram-me qual era a guerra que se travava na SHER por causa da compra e matança de vitelos. Respondi-lhe que os novos cooperantes oriundos de Portugal se uniram no Bairro fazendo crer que estavam afetos ao Partido Comunista Português e que eu e outros que vivíamos em África há muitos anos, éramos considerados Colonos, logo não merecíamos conviver juntos. Assim, e na falha de carne de vaca no mercado, resolveram comprar vitelos, abatê-los dentro do quintal da Subestação da SHER em Vila Pery e proceder ao seu corte e distribuição dentro do seu grupelho às vistas dos empregados africanos que desejavam também entrar no esquema, a quem só vendiam (ou davam) os miúdos das vacas gerando muito descontentamento.

Perguntaram-me então qual era a minha opinião: Eu respondi que tanto eu como a minha esposa não alinhávamos naquele esquema, porque era muito deselegante e anti-higiénico; e, além disso, éramos Colonos (eles sorriram!).

Antes de darem a reunião por terminada, pediram-me para que eu continuasse vigilante e reportasse ao Grupo Dinamizador da SHER os problemas que iam surgindo na SHER.

Fiquei favoravelmente surpreendido pela forma como fui interrogado e saí dali convicto que podia continuar a viver tranquilamente naquele país – Moçambique.

DEPOIS DA TROPA - E

O Gimo – filho do empregado da família

Agora note-se para as surpresas que a vida inesperadamente nos trás, é que o nosso primeiro grande amigo em África - o Gimo - filho do empregado da nossa casa encontrei-o uns quinze anos mais tarde, teria ele uns 20 anos e fazia parte do grupo de guerrilheiros da FRELIMO, que um dia fizera parar a minha viatura automóvel (para um vulgar controle) quando num fim de semana me dirigia de Vila Pery ao Garuzo na companhia da minha esposa e outros amigos moçambicanos. Claro foi uma belíssima surpresa e ele foi o primeiro a reconhecer-me. Mantinha o mesmo ar de criança e um sorriso tão feliz que de guerrilheiro parecia não ter nada. Ele se encarregou de transmitir aos seus camaradas que me conhecia e em que circunstâncias me conheceu.



DEPOIS DA TROPA - F

Alferes-médico Dr. Serafim em Macau

Em Sabondo, após um ataque ao aldeamento com foguetões 122 mm fui num helicóptero com duas grávidas até ao heli-porto em Tete situado junto de duas enormes barracas de campanha cedidas pelo governo sul-africano que serviam de maternidade (bem explícito na inscrição que se vislumbrava do heli-porto).

As duas grávidas foram então entregues a um médico militar, um alferes-médico – o Dr. Serafim - um homem de estatura mediana e com uns enormes bigodes retorcidos nas pontas, que eu voltaria a reencontrar em Macau uns 13 anos mais tarde a exercer o mesmo ofício no Hospital do Conde S. Januário, de quem me tornei amigo.

As senhoras grávidas caíam-lhe nos braços e ele tinha fama de ser um excelente obstetra.

Fumava muitíssimo e já tinha uma grande barriga. E ia decaindo a olhos vistos!

Quando eu o via na rua, interrogava-o: “Dr. quando é que vai largar essa chupeta, olhe que aqui não se cria a planta do tabaco!”. Respondia-me ele “não se cria, mas ganha-se o bastante para se comprar”. Enfim motivo para lembrar Tete e os tempos da tropa. Infelizmente já faleceu.

Paz à sua alma!

DEPOIS DA TROPA - G

Visita a uma exposição de fotografias sobre a guerra colonial subitamente interrompida

Após o nascimento do nosso primeiro filho (1977) e aproveitando umas férias acordadas com a minha empresa – a SHER - em Chimoio, a terra que me acolheu e viu crescer desde os 10 anos e onde exercia a profissão de engenheiro eletrotécnico, fomos os quatro dar um passeio a Maputo. Sim, os quatro, porque levamos connosco o meu irmãozito (mais novo) na altura com uns 10 anitos. Quando eu e esposa queríamos sair por curtos períodos de tempo, era o meu irmãozito Victor que ficava a cuidar do bebé Luís Miguel. De Chimoio a Maputo foi um autêntico passeio turístico ao longo da costa banhada pelo Índico, como por exemplo: praia de Vilanculos, Tofo, Zavala, Bilene – onde o meu primeiro filho ainda bebé - Luis Miguel - se estreou a tomar banho em águas salgadas e muito serenas. Fizemos uma paragem no Xai-Xai e fomos à praia de Xai-Xai para ver os lugares que viram a minha esposa brincar durante cerca de dois anos, porque a sua família veio da Beira para ali durante um curto período de tempo. Após a sua retirada de Xai-Xai passou a residir na cidade de Vila Pery, onde eu a conheci.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique



Igreja de Santo António da Polana



Na cidade de Maputo estivemos em locais interessantes, como sejam a Katembe, Hotel Polana, Museu de História Natural de Moçambique (ex-Museu Álvaro de Castro) e na Fortaleza de Maputo.

Depois de tanta beleza natural inimaginável, tinha chegado o momento de fazer uma visita a uma exposição sobre a “guerra de libertação nacional” que tinha lugar na Escola Secundária Francisco Manyanga, antigo Liceu António Enes, em Maputo. No ano seguinte da conquista da independência, em 1976, o Liceu António Enes vê o seu nome mudado para *Escola Secundária Francisco Manyanga*, em homenagem a um ex-guerrilheiro da [Frente de Libertação de Moçambique](#) (Frelimo).



Camponeses enforcados. Cartazes pendurados no pescoço: «eu era da FRELIMO», «eu era turrax». Sistemáticamente eram mortos e torturados homens, mulheres e crianças, apanhados desarmados só porque, muitas vezes, era mais cómodo matá-los do que transportá-los para os futuros aldeamentos. Deixavam-nos pendurados nas árvores para intimidar outros camponeses e combatentes. A sua dor transformava-se porém em força. Numa força imparável.

Eu e a minha esposa ainda não tínhamos visto qualquer fotografia e eis que me deparo com a foto acima localizada no átrio junto à entrada principal da Escola (no lado esquerdo). Parei subitamente e fiquei pasmado a olhar para aquela fotografia.

A minha esposa que tinha acabado de entrar lado a lado comigo e de mãos dadas, interrogou-me: *Amor, que se passa contigo?* Respondi eu: *Vamos embora, já!* E assim foi, saímos serenamente sem mostrar que eu estive à beira de um ataque de pânico, como se tivesse sido eu a praticar tais atos. Os criminosos tinham sido militares do GEP005, que foram meus ex-camaradas, com quem convivia no dia-a-dia e que apesar da nossa proximidade nunca me tinham reportado tal ação.

“Grandes bandidos”, exclamei baixinho!

Anos a fio, não descansei enquanto não descobri esta fotografia na internet! Foi recentemente e estamos em 2021. Talvez nunca ninguém tivesse descoberto, nem mesmo a própria FRELIMO, que se tratava de um crime perpetrado pelos GEP.

Contei à minha esposa a história deduzida da própria fotografia e ela lembra-se de um daqueles assassinos ter-me visitado um certo dia (1975/76), em Vila Pery/Chimoio, para me convidar a segui-lo até Maputo. Ele dissera-me que tinha passado em Vila Pery, porque vinha da Rodésia. Neguei ir com ele, porque já estava noutra onda. Para mim a tropa tinha terminado em 01/11/1974 e era engenheiro eletrotécnico na SHER. Não precisava da tropa para nada! Disse-lhe.

O tristemente célebre camarada GEP apertou-me o *bacalhau* e partiu. Agora já é falecido – paz à sua alma! Acredito que esta fotografia tivesse caído nas mãos do próprio Marcello Caetano, como prova da *valentia* dos militares portugueses dos GEP comandados na altura por Costa Campos, sendo Kaulza o Comandante-Chefe.

Foi por esta e por outras que o próprio Marcello Caetano não gostava das tropas especiais, porque dizia ele que *tinham uma conceção cruel de guerra e eram animados por preconceitos tribais*. Descobri então que a partir daí eu próprio também tinha passado a odiar os GEP.

DEPOIS DA TROPA - H

O Coronel Pinto Ferreira em Coimbra

O Coronel José da Silva Pinto Ferreira, meu ex-Comandante no CIGE - Dondo (nos tempos em que eu tinha servido nos GEP) foi também representante do MFA na Beira (Moçambique) e posteriormente, após o 25 de Abril, foi promovido a General e Comandante Nacional da GNR em Portugal.

Por alturas de 1987, o Coronel Pinto Ferreira na situação de reformado foi a Coimbra com a sua esposa a um Oftalmologista famoso.

Andava eu junto ao Mercado D. Pedro V na baixa de Coimbra a fazer um estudo sobre a rede elétrica subterrânea quando o vi a olhar para os edifícios em redor.

O Gilberto Santos (meu grande amigo ainda que subordinado na EDP – Centro de Distribuição de Coimbra) que caminhava a meu lado reparou na minha cara de espanto e eu disse-lhe: Gilberto, vem comigo que tenho naquele Senhor também um *grande amigo*. Aproximei-me e perguntei-lhe: O senhor ainda me reconhece? Respondeu-me: A sua cara não me é estranha! Respondi-lhe: Pois eu sou aquele rapaz que foi penalizado e corrido dos GEP por si, já se lembra? Respondeu-me: Sim, agora já tenho uma ideia, mas não lhe vou pedir desculpa. Respondi-lhe eu: Nem eu aceitava! Eu sou engenheiro eletrotécnico e nunca procurei seguir a carreira militar. Além disso como ex-alferes miliciano, orgulho-me de ter cumprido com o meu dever e ponto final parágrafo.

Faz bem, observou-me ele. Acrescentou, que gostava muito de Coimbra porque tinha confiança nos médicos que serviam nesta cidade. Além disso, confessou que era um apaixonado pela arte e dedicava-se a desvendar nas pedras antigas não só arte, mas o significado de cada marco histórico que estavam espalhadas pelo nosso país e que ultimamente se dedicava aos Pelourinhos.

Despedi-me e sorrímos um para o outro e certamente até pensando o mesmo: *O tempo da tropa já lá vai! Agora estamos noutra comprimento de onda!*

DEPOIS DA TROPA – I

Em 1945 iniciou-se o Colégio de Nossa Senhora da Conceição de Vila Pery

“eles foram todos meus colegas!”

<https://www.franciscanas.pt/Memorias/>

O autor que continuou a viver em Vila Pery continua a descrever a vida pós-serviço militar tendo inclusivamente destacado alguns dos seus amigos moçambicanos mais letrados que ao longo dos anos haviam revelado confiança suficiente ao partido político que negociou a independência de Moçambique com Portugal e que por isso não os esqueceria promovendo-os na ocupação de funções políticas de relevo no país que também foi seu durante 20 anos.



Em 1945 iniciou-se o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, obra das Irmãs da Congregação das Franciscanas de Calais (hoje, Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora).

O Colégio-Liceu de Nossa Senhora da Conceição de Vila Pery, obra das irmãs da Congregação das Franciscanas de Calais, foi o meu estabelecimento de ensino desde o ano letivo de 1961/62 até 1966/67 (6 anos consecutivos). Durante este período, tive a oportunidade de ser colega e amigo de muitas centenas de jovens, incluindo algumas dezenas de africanos. Embora se tratasse de um colégio católico em que as próprias “irmãs” eram professoras em muitas das disciplinas, lembro-me de o meu pai se queixar do custo das propinas e de me avisar que um dia poderia ser obrigado a parar de estudar. Por outro lado, sendo um Colégio católico, nós rapazes, que éramos alunos externos, íamos à igreja para seguir algumas práticas religiosas e rezávamos no início de cada aula, sempre que as disciplinas eram conduzidas por freiras. Pessoalmente não tenho qualquer queixa. Só tenho boas recordações e seguia normalmente a disciplina que nos era imposta, especialmente o distanciamento que nos era exigido relativamente às raparigas internas. Durante esses seis anos foi-me dado a observar que sendo as freiras praticamente todas portuguesas, elas e nós respeitávamos o *modus vivendi* dos alunos e nossos colegas

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

africanos, e de um modo geral sempre se esforçaram por partilhar a sua fé, cultura e civilização, chamando-os para a nossa comunidade lusíada. Julgo que esses colegas africanos não deram por mal-empregado o tempo que ali passaram a estudar e a conviver. Hoje tenho muito orgulho de ter sido colega deles, pois que nas suas tarefas políticas deram muito da sua sabedoria, disciplina e eficiência ao serviço da FRELIMO e da República de Moçambique. Passo a enumerar aqueles que mais de perto conviveram comigo:



Ex-alunos do Colégio de Nossa Senhora da Conceição (CNSC) de Vila Pery, todos eles ex-colegas do autor que frequentou de 1961 a 1967 este colégio-liceu, católico, dirigido por freiras portuguesas (a quem chamávamos *irmãs*):

1. Albano Silva, que está casado com a Dra. Luisa Diogo, ex-1ª Ministra de Moçambique, cruzou-se comigo na vida militar (não se consta que tenha frequentado o CNSC de Vila Pery);
2. Manuel Tomé, ex-Chefe da bancada parlamentar da FRELIMO;
3. Felício Pedro Zacarias ex-Ministro das Obras Públicas. Antes, já tinha sido Governador das províncias de Manica (antiga província de Vila Pery) e de Sofala (antiga província da Beira);
4. Maria da Luz Dai Guebuza, ex-1ª Dama de Moçambique (falecida);
5. Maria dos Anjos Dai irmã gêmea de Maria da Luz Dai Guebuza;
6. General Tobias Joaquim Dai foi Ministro da Defesa de Moçambique de 17 jan 2000 a mar 2008. É irmão de Maria da Luz Dai Guebuza e de Maria dos Anjos Dai;
7. Alves Gomes, ex-jornalista da Revista Tempo;
8. Aniceto dos Muchangos, ex-professor catedrático da Universidade Eduardo Mondlane, UEM.

O Colégio Nossa Senhora da Conceição de Vila Pery é presentemente a Faculdade de Engenharia da Universidade Católica de Moçambique (UCM) em Chimoio



Estas minhas memórias foram escritas e agora serão divulgadas na base de que as mesmas podem ser consideradas como um símbolo da cooperação, da amizade, da fraternidade, entre os povos e as nações (neste caso entre Moçambique e Portugal) e que a história nunca seja esquecida, mas sirva para aprofundar um futuro melhor para as respetivas gerações e seus povos.

KAPALAUTSI

Memória dos últimos dois anos de guerra em Moçambique

*The more you know about the past, the better prepared
you are for the future.*
-- Theodore Roosevelt



FIM

CD25A



O meu nome é Manuel da Silva. Nasci no ano de 1949 em Casais do Porto, uma aldeia contígua à vila de Louriçal no concelho de Pombal. Na ditadura e no império vivi em Moçambique onde fui chamado a cumprir o serviço militar obrigatório. Como Alferes Miliciano acompanhei o ocaso tardio inexorável desse império. Vivi depois, como tantos portugueses, o arranque de um novo tempo democrático, charneira entre duas histórias da mesma História. Acompanhei “in loco” o arranque e os novos tempos de um Moçambique independente fazendo deste país a minha segunda pátria.

Vivi em Moçambique 20 anos e em Macau 30 anos.

Sou Engenheiro Eletrotécnico (UC) e Membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros.

Como português, jamais vou olvidar ou apagar a História que testemunhei. E por a ter testemunhado não deixarei de dar em cada dia um passo com as glórias que me honram e os fracassos pelos quais me responsabilizei, procurando hoje construir coesões e inclusões e combater as intolerâncias pessoais ou sociais.

Arrumei as minhas ideias e tranquilizei a minha consciência a partir do discurso de Sua Exa. o Senhor Presidente da República Portuguesa Marcelo Rebelo de Sousa no dia 25 de Abril de 2021 “Não há nem nunca houve um Portugal perfeito”.

CD25A

CD25A

CD25A

CD25A

“É estulto reescrever a História. Importa sim olhá-la com respeito crítico e tudo fazer para que os males nela inscritos não se repitam”

Ramalho Eanes “somos todos filhos do mesmo chão” – Correio da Manhã DOMINGO

18 de Abril 2021.

